



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

THAYNÁ CAVALCANTI PEIXOTO

O PUBLICADOR (1862-1886):
**CIRCUITO DE COMUNICAÇÃO DO PRIMEIRO JORNAL DIÁRIO DA
PARAÍBA DO NORTE**

Belo Horizonte
2023

THAYNÁ CAVALCANTI PEIXOTO

O PUBLICADOR (1862-1886):

**CIRCUITO DE COMUNICAÇÃO DO PRIMEIRO JORNAL DIÁRIO DA
PARAÍBA DO NORTE**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Doutora em História.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta

Belo Horizonte
2023

907.2 Peixoto, Thayná Cavalcanti.
P379o O Publicador (1862-1886) [manuscrito] : circuito de
2023 comunicação do primeiro jornal diário da Paraíba do Norte /
Thayná Cavalcanti Peixoto. - 2023.
213 f. : il.
Orientador: Luiz Carlos Villalta.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. História – Teses. 2. Imprensa – Teses. 3. O Publicador
(Jornal) – Teses. I. Villalta, Luiz Carlos, 1962-. II. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"O Publicador (1862-1886): circuito de Comunicação do Primeiro Jornal Diário da Paraíba do Norte"

Thayná Cavalcanti Peixoto

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta - Orientador
UFMG

Profa. Dra. Claudia Engler Cury
UFPB

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves
UEMA

Prof. Dr. Rodrigo Camargo de Godoi
Unicamp

Profa. Dra. Valéria dos Santos Guimarães
UNESP

Belo Horizonte, 27 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos Villalta, Professor do Magistério Superior**, em 13/11/2023, às 09:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Engler Cury, Usuário Externo**, em 14/11/2023, às 08:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Camargo de Godoi, Usuário Externo**, em 14/11/2023, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valeria dos Santos Guimaraes, Usuário Externo**, em 22/11/2023, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Cheche Galves, Usuário Externo**, em 05/12/2023, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2699302** e o código CRC **2DE80800**.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese, em qualquer circunstância, já é uma empreitada extremamente desafiadora. Anos de intensa dedicação, atravessando uma vida que se desenrola ao longo desse trajeto. Contudo, percorrer essa jornada durante uma pandemia que reverberou globalmente e reconfigurou profundamente nossas vidas, afetando inclusive a maneira como conduzimos nossas pesquisas, tornou o percurso ainda mais sinuoso. No entanto, essa jornada não foi apenas marcada por desafios. Acredito, sinceramente, que concretizar esta tese é algo extraordinário! Desde minha graduação, tenho explorado a trajetória da tipografia, dos bastidores e da essência do jornal, somando quase onze anos nesse universo da história da imprensa no Brasil. Dar vida, voz e substância ao jornal *O Publicador* é uma conquista impressionante!

Por isso, meu sentimento é de profunda gratidão, tanto ao universo quanto às pessoas que estiveram ao meu redor e, que, de alguma forma, contribuíram para tornar essa tese uma realidade. Aqueles que acreditaram em mim, e que lá no fundo tinham a convicção de que eu seria capaz, são merecedores dos meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço a você, Mainha, por ser a pessoa mais importante na minha vida. Sem você, eu não seria quem sou hoje. Obrigada por todo o apoio e dedicação que me permitiram me tornar a mulher, historiadora, pesquisadora e professora que sou agora. Sua força e dedicação são fontes constantes de inspiração para mim. Cada esforço seu é motivo de profunda gratidão. Te amo mãe!

Ao Pedro, meu parceiro de vida, ofereço minha profunda admiração por sua pessoa em todos os aspectos. Poder compartilhar a vida e o cotidiano ao seu lado é uma das maiores fontes de felicidade que experimento. Agradeço ao universo por nossos caminhos terem se cruzado! Desde o início de nossa relação, você me conheceu já envolvida no doutorado, e agradeço imensamente pela sua disposição contínua em ouvir minhas inquietações e ideias relacionadas ao texto, uma atitude que considero inestimável. Todo o apoio e confiança que você sempre depositou em mim foram primordiais! Que venham mais e mais experiências para compartilharmos juntos, com a leveza e a felicidade que encaramos a vida!

Ao meu pai Simeão, meu irmão Thayã e minha tia Soraia, que mesmo de longe, por tantos anos, eu sei que vocês sempre torceram por mim, e eu só desejo o melhor para vocês. Obrigada pelo carinho!

À Vovó, Tia Ana e Vovô, quero dedicar este agradecimento. Tenho a certeza de que vocês estão olhando por mim e sentindo orgulho das minhas conquistas. Sinto a presença e o apoio de vocês de uma forma muito especial.

Aos amigos irmãos que a vida me deu: Iasmim Lucena, Tatiana Leal Luiz Mário Dantas Burity e Theo Castro!

À Ia, que agora está em outro país, mas com quem cresci lado a lado, e que independentemente da distância, nossa ligação é eterna. À Clara, Arinalda, mãe da Ia e minha mãe de leite, minha gratidão por todos os momentos que compartilhamos e pela presença constante quando mais precisávamos. Para mim, vocês representam verdadeiramente a minha família!

Ao Theo, foi um irmão mais novo que a vida me deu. Obrigada por tudo que já passamos, e por sempre ter acreditado em mim. Sou imensamente grata por você ter apresentado amigos, que agora são parte integral da minha vida, como Eliza e Tiago. Vocês três trazem brilho às experiências e foram fundamentais na minha estadia, fazendo-me sentir verdadeiramente em casa em Beagá. Que sensação maravilhosa!

Ao Luiz Mário com quem trilhei um percurso desde a graduação, estudando e compartilhando aspirações comuns da pesquisa histórica. Nossas aventuras e tudo o que compartilhamos (“Luiz e as sete mulheres”) não apenas enriqueceram nosso passado, mas também continuam a contribuir para o meu crescimento. Obrigada por tudo amigo!

À Janyne Barbosa, minha companheira de jornada! Nós compartilhamos não somente as angústias que surgiram no caminho, mas, acima de tudo, celebramos juntas as nossas conquistas!

A Tatiana Leal, carinhosamente conhecida como Tati! Ela é mais do que uma amiga, é quase como uma irmã para mim. Nossa amizade é valiosa para mim, eu te agradeço do fundo do coração por sempre estar disponível para me ouvir, por nunca me julgar e por compartilhar as mesmas visões de mundo. Que nossa amizade continue a florescer e a nos trazer momentos memoráveis!

Ao Régis que conheci no dia da entrevista, ainda na seleção do Doutorado, e desde então nos tornamos amigos! Quero expressar minha gratidão por compartilhar comigo momentos significativos, por estar ao meu lado e por todas as trocas durante nossos cafés!

Ao meu orientador, Luiz Carlos Villalta, em 2015 eu recebi um livro autografado por você. Naquele instante, durante o meu primeiro ano de mestrado, jamais poderia antever que nossos caminhos voltariam a se cruzar. No meio da pandemia e em meio a desafios significativos na minha pesquisa, você prontamente aceitou a responsabilidade de me orientar. Quero que saiba que sou imensamente grata pela sua atenção, disposição e, sobretudo, pela confiança que depositou em mim!

À Professora Cláudia Engler Cury, quero dedicar um agradecimento especial. Você foi minha orientadora durante os períodos de PIBIC, TCC e Mestrado, e sua presença foi muito mais do que de Orientadora acadêmica. Além de me conhecer profundamente, você me encheu de confiança e me orientou para trilhar meus caminhos. Gostaria de expressar minha imensa gratidão por todo o acolhimento, atenção e paciência que você dedicou a mim!

À Professora Valéria Guimarães, que desde o nosso primeiro contato se mostrou extremamente prestativa. Sua prontidão em aceitar meu convite para ser leitora na banca de qualificação foi essencial, assim como suas contribuições tiveram um impacto significativo nesta pesquisa! Expresso aqui minha sincera gratidão pelo profícuo diálogo que estabelecemos, desde o momento em que nos conhecemos.

Ao Professor Rodrigo Camargo de Godoi, gostaria de expressar meu sincero agradecimento, pela sua receptividade e pelas trocas que tivemos acerca da imprensa oitocentista, desde nosso primeiro contato. Obrigada por ter aceitado o nosso convite de ler e contribuir com a pesquisa. Espero que tenhamos contínuos diálogos acerca do tema.

Ao Professor Marcelo Cheche Galves, expresso meu agradecimento por aceitar nosso convite para compor a banca examinadora. Sua participação e avaliação são de grande importância para o sucesso deste processo e da pesquisa como um todo.

Agradeço à Professora Ana Paula Sampaio que prontamente respondeu ao nosso convite. Gostaria de mencionar a importância dos diálogos estabelecidos e pelas contribuições de sua disciplina em relação à pesquisa. Muito obrigada pela generosidade de sempre!

À Professora Ana Utsch, quero expressar minha profunda gratidão. A experiência de cursar sua disciplina não apenas ampliou meus horizontes em relação ao meu tema de pesquisa, mas também me concedeu a oportunidade de me aproximar de diversas perspectivas relacionadas à cultura gráfica. Poder participar da *Red Latinoamericana de Cultura Gráfica* tem sido uma experiência muito gratificante, permitindo-me mergulhar em pesquisas provenientes de diversas áreas que contribuem para a compreensão da história do livro. Muito Obrigada!

Minha gratidão à CAPES, a agência de fomento que me auxiliou ao longo de grande parte da minha trajetória acadêmica, proporcionando o suporte necessário para o meu desenvolvimento educacional e profissional.

Não poderia deixar de destacar a importância das trocas coletivas que são de extrema importância na construção do conhecimento. Esta tese se apoiou em inúmeros trabalhos prévios, investigações arquivísticas, digitalizações e colaborações de grupos de pesquisa que foram realizados anteriormente, bem como a catalogação dos diversos dados para esta tese também

contou com a colaboração de outras mãos, e agradeço profundamente a todos aqueles que me apoiaram, com um agradecimento especial a Marina Oliveira e Victor Drumond por sua valiosa assistência.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (GPSCNO) e a todos os seus membros que fizeram e ainda fazem parte desse grupo. Quero dirigir um agradecimento especial a Serioja Mariano, Solange Rocha, Lucian Silva e Nayana Mariano, que têm me acompanhado desde os primeiros anos de minha pesquisa e pelos quais tenho uma grande admiração. Além disso, desejo expressar minha gratidão a Maria Larisse da Silva pelas valiosas trocas de conhecimento relacionadas à história da imprensa no século XIX, bem como pelo contínuo diálogo que mantemos.

Agradeço à UFPB, UFMG e UFVJM e aos seus respectivos cursos de História por terem desempenhado papéis essenciais em minha jornada acadêmica. Também expresso minha gratidão aos colegas de trabalho e aos professores incríveis que tive o privilégio de conhecer e colaborar. As experiências e trocas vivenciadas ao longo desse percurso têm sido inestimáveis para o meu crescimento pessoal e profissional.

Aos Meus alunos da UFVJM foram uma fonte de luz em meu percurso, e em particular, minha amiga e orientanda Ana Flávia Vitorino Honório. A ela expresso minha gratidão pela confiança depositada em criar um trabalho com um prazo tão curto, mas que me proporcionou um aprendizado imenso. Agradeço por ter estabelecido conexões maravilhosas mesmo durante o curto período em que ministrei aulas em Diamantina. Quero destacar especialmente Dian, um aluno de extrema dedicação, a Rananda e Nathália pelas trocas nas aulas e no grupo! Ao Daniel Antonio, Dayvid, Vitória e Danilo, pelos encontros que ultrapassaram os limites da Universidade. Tenho a convicção de que todos vocês estão destinados a trilhar caminhos incríveis! Obrigada.

Quero dedicar um agradecimento especial à Lisley Braun e ao Pedro Braccini, pois a confiança que depositaram em mim e todo o apoio que generosamente ofereceram foram de extrema importância. Vocês não apenas fazem parte integral da minha trajetória, mas também assumiram papéis fundamentais em meu processo de pesquisa e redação da tese, reforçando minha autoconfiança. Muito obrigada!!

Por fim, mas não menos importante, agradeço a mim mesma. Eu só sou gratidão e orgulho da Historiadora, Pesquisadora, e Professora que me tornei. Me agradeço pela dedicação empregada por tantos anos, e por ter conseguido superar tantos momentos difíceis, mas, principalmente, por não ter desistido!

*Mas vocês sabem que para fazer um trabalho sério
sobre, seja qual for o assunto, precisamos de
calma, antes de tudo*

(Nísia Floresta, 1857).

RESUMO

Esta tese possui como objeto de estudo o primeiro jornal de publicação diária da província da Paraíba do Norte. *O Publicador* foi lançado em setembro de 1862 pela *Tipografia de José R. da Costa* e teve sua publicação encerrada apenas no ano de 1886. Foi um dos mais longevos jornais da Paraíba, durante o período imperial, e teve José Rodrigues da Costa como fundador e proprietário tanto do diário quanto da oficina tipográfica que levava seu nome. Contudo, quatro dias após sua morte, tanto o *Publicador*, como a oficina do diário, já figurava como propriedade da *Tipografia dos Herdeiros de José R. da Costa*. Seus filhos continuaram à frente da publicação do então diário, e continuaram as atividades da tipografia por mais vinte e seis anos no mercado editorial da capital, até fecharem completamente as portas do estabelecimento, no ano de 1892. Esta pesquisa se insere no campo mais comumente conhecido como História do Livro (*history of the book* ou *book history*), uma vez que historiadores do livro também se debruçam sob outros tipos de impressos, como jornais e periódicos. Nesta tese adotou-se a abordagem proposta por Robert Darnton, denominada *circuito de comunicação*, que descreve o ciclo de vida compartilhado pelos materiais impressos. Esse circuito abrange todo o percurso dos impressos, desde suas produções, passando pela circulação, até as recepções, incluindo as interpretações e apropriações realizadas pelos leitores. Posto isso, objetivou-se identificar e analisar alguns aspectos do circuito de comunicação circunscrito ao *Publicador*, desde a sua inauguração, em 1862, até o ano de 1869. Apesar de o jornal ter perdurado por mais 17 anos, optou-se por analisar, em especial, a década de 1860, principalmente devido à acessibilidade documental. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram localizados no Arquivo Privado Maurílio de Almeida exemplares do número 2 ao número 101 do *Publicador*, referentes ao intervalo que vai de 2 de setembro até 31 de dezembro de 1862. No acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, encontram-se digitalizados exemplares do número 446, referente ao ano de 1864, até o número 2164, do ano de 1869. O que concerne ao ciclo da produção do diário, as relações estabelecidas pelos produtores serviram como pano de fundo ao fornecer um contexto para a compreensão das discussões e debates sobre as questões mais relevantes da sociedade daquela época. No contexto da circulação, foi realizado um mapeamento das redes e rotas pelas quais as referências utilizadas pelo jornal nos anos de 1862, 1864, 1866 e 1868 se difundiram. *O Publicador* abrangia uma ampla gama de tópicos e reportagens de diversos países ao redor do mundo. Essas informações eram retiradas de fontes nacionais e internacionais disponíveis para a redação, sendo traduzidas quando necessário. O periódico estava inserido no formato de imprensa diária da época, participando ativamente da rede de comunicação tanto nacional quanto internacional, enviando, recebendo e reproduzindo notícias. Quanto aos usos do diário, a redação do *Publicador* empregou estratégias de aproximação e formação de seu público, buscando estabelecer-se como um jornal diário. Paralelamente, o público realizou suas próprias leituras do conteúdo impresso, recorrendo ao jornal para divulgar assuntos de interesse pessoal.

Palavras-chave: jornal diário; circuito de comunicação; história do livro; Paraíba; século XIX.

ABSTRACT

This thesis focuses on the first daily newspaper published in the province of Paraíba do Norte. *O Publicador* was launched in September 1862 by the Typography of José R. da Costa and was only discontinued in 1886. It was one of the longest-running newspapers in Paraíba during the imperial period, with José Rodrigues da Costa as both the founder and owner of both the newspaper and the printing press that bore his name. However, four days after his death, both *O Publicador* and the newspaper's printing press were already listed as the property of the Typography of the Heirs of José R. da Costa. His children continued to oversee the publication of the newspaper and continued the activities of the printing press for another twenty-six years in the capital's publishing market until they closed the doors of the establishment in 1892. This research falls within the field commonly known as the History of the Book, as historians of the book also delve into other types of printed materials, such as newspapers and periodicals. In this thesis, we adopted the approach proposed by Robert Darnton, known as the *communication circuit*, which describes the shared life cycle of printed materials. This circuit encompasses the entire journey of printed materials, from their production, through circulation, to reception, including the interpretations and appropriations made by readers. With that in mind, the objective was to identify and analyze some aspects of the communication circuit centered around "*O Publicador*," from its inauguration in 1862 to the year 1869. Although the newspaper lasted for another 17 years, we chose to focus on the decade of the 1860s, mainly due to the availability of documentary evidence. For the development of this research, issues of *O Publicador* from number 2 to number 101, covering the period from September 2 to December 31, 1862, were located in the Maurílio de Almeida Private Archive. In the Hemeroteca Digital of the National Library, digitized copies of issue number 446 from 1864 to issue number 2164 from 1869 were found. Regarding the production cycle of the newspaper, the relationships established by the producers served as a backdrop by providing context for understanding the discussions and debates on the most relevant issues of society at the time. In the context of circulation, a mapping of the networks and routes through which the references used by the newspaper in the years 1862, 1864, 1866, and 1868 spread was carried out. *O Publicador* covered a wide range of topics and reports from various countries around the world. This information was taken from national and international sources available to the editorial team and was translated when necessary. The newspaper was part of the daily press format of the time, actively participating in the communication network, both nationally and internationally, by sending, receiving, and reproducing news. Regarding the uses of the newspaper, the editorial team of *O Publicador* employed strategies to engage and educate its audience, seeking to establish itself as a daily newspaper. At the same time, the public conducted their own readings of the printed content, turning to the newspaper to disseminate matters of personal interest.

Keywords: daily newspaper; communication circuit; book history; Paraíba; XIX century.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>O Publicador</i> 13 de novembro de 1862, n. 62, p. 1-4	47
Figura 2 - Artigo <i>Declaração</i> assinado por José Rodrigues da Costa	62
Figura 3 - Aproximação da foto do exemplar com a assinatura de J. R. da Costa	62
Figura 4 - Tipografia de José Rodrigues da Costa no Rio de Janeiro (1844)	86
Figura 5 - Casa de impressão do século XVII	95
Figura 6 - Exemplar inaugural do <i>Publicador</i> n. 1, 1 de setembro de 1862	102
Figura 7 - Seção de anúncios do n.1	105
Figura 8 - Cabeçalho do jornal <i>O Publicador</i> n. 1	107
Figura 9 - Cabeçalho <i>O Publicador</i> exemplar de n. 54	108
Figura 10 - Demonstrativo de anúncio no jornal	109
Figura 11 - Cavalete tipográfico e caixa de tipos	115
Figura 12 - Compondedor, galé e bolandeira	116
Figura 13 - Quadratim, vinhetas, entrelinhas e lingotes	117
Figura 14 - Caracter do <i>tipo fantasia</i> , letra capital chamada de <i>Americana</i>	117
Figura 15 - Letra capitular do título do <i>Publicador</i>	118
Figura 16 - Registro Noticioso- Notícias do sul e jornais recém-chegados	152
Figura 17 - Infográfico referente às referências presentes na seção “Noticiário”, durante o ano de 1862	153
Figura 18 - Infográfico referente às referências presentes na seção “Noticiário”, durante o ano de 1864	154
Figura 19 - Mapa das referências internacionais e nacionais de 1866	155
Figura 20 - Mapa das referências internacionais e nacionais de 1868	156
Figura 21 - <i>Courrier du Centre</i> (17 de agosto de 1864)	156
Figura 22 - <i>O Publicador</i> , 28 de outubro de 1864, p. 3	157
Figura 23 - Notícias de última hora	164
Figura 24 - Anúncio do <i>Publicador</i>	166
Figura 25 - Página de anúncios	189

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Referências ao Publicador em periódicos brasileiros (1863-1867)	158
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Jornais impressos pela Tipografia J. R. da Costa (1849-1862)	69
Tabela 2 - Obras impressas na Tipografia J. da Costa por autores locais 1848-1865	69
Tabela 3 - Relação da data de batismo dos filhos de J. R. da Costa, cor e compadrio	78
Tabela 4 - Título e tamanho dos Diários de Pernambuco entre 1825 e 1868	103
Tabela 5 - Objetos descritos na vistoria de avaliação da Tipografia do Publicador em 1873	114
Tabela 6 - Total de citações internacionais e nacionais (1862)	128
Tabela 7 - Total de citações nacionais (1862)	131
Tabela 8 - Total de citações internacionais e nacionais (1864)	133
Tabela 9 - Total de citações nacionais (1864)	135
Tabela 10 - Total de citações por país (1866)	140
Tabela 11 - Total de citações nacionais por província (1866)	142
Tabela 12 - Total de citações por país (1868)	144
Tabela 13 - Total de citações nacionais por província (1868)	146
Tabela 14 - Descrição de elementos componentes do jornal	170

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
<i>UMA HISTÓRIA SOCIAL E CULTURAL DA COMUNICAÇÃO IMPRESSA DO JORNAL O PUBLICADOR.....</i>	18
<i>UM NOVO CIRCUITO COMUNICACIONAL</i>	28
CAPÍTULO 1 - O PUBLICADOR E SUA TIPOGRAFIA.....	42
1.1.A <i>NASCENTE EMPRESA DO PUBLICADOR</i>	48
1.2.MESTRE DA ARTE TIPOGRÁFICA DA PROVÍNCIA	65
1.2.1. RELAÇÕES DE COMPADRIO.....	73
1.3. TIPOGRAFIAS COMO ESPAÇOS PÚBLICOS	85
CAPÍTULO 2 – TUDO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO E CAPAZ DE TRABALHO.....	101
2.1. FORMAS QUE AFETAM O SIGNIFICADO.....	101
2.2. UMA NOVA ERA: DIREÇÃO DE CALECINA RODRIGUES DA COSTA.....	111
CAPÍTULO 3 — O PUBLICADOR EM REDE.....	124
3.1 PARA ALÉM DOS LIMITES DA FOLHA IMPRESSA	125
3.2 CIRCUITO DAS NOTÍCIAS	147
CAPÍTULO 4 — O PUBLICADOR E SEU PÚBLICO.....	161
4.1 EM BUSCA DO LEITOR IMAGINADO	162
4.2 RASTREANDO LEITORES: ENTRE CORRESPONDÊNCIAS, PEDIDOS E ANÚNCIOS	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS	196

INTRODUÇÃO

A reconhecida necessidade de uma publicação – diária – noticiosa nesta Província, nos moveu a emprendermos a satisfação dessa necessidade, ante a qual outros já recuaram pelas dificuldades, que se lhes antepuseram. [...] asseguramos, que estamos dispostos a todo sacrifício, para que fiquemos nessa parte somenos às outras províncias do Império, em cuja maior parte existem diários, mais ou menos consideráveis¹ (*O Publicador*, n.1, 1 de setembro de 1862).²

Assim se iniciava o ‘prospecto’³ do primeiro jornal diário⁴ da província da Paraíba do Norte⁵: *O Publicador*. Por meio dele, a redação informava que estava iniciando a empreitada de se publicar diariamente, mas também esclarecia que outros já haviam tentado, mas desistiram da ideia, devido às várias impossibilidades que lhes foram impostas.

O aparecimento da imprensa no mundo ocidental, em meados do século XV, foi viabilizado com a nova técnica de Gutenberg, baseada em tipos móveis, que reduziu o tempo e o custo da reprodução de um livro, elevou a tiragem de exemplares e, por fim, transfigurou gradualmente a relação da sociedade ocidental com a cultura escrita (Chartier, 1999, p. 7). Analogamente, o surgimento de um jornal diário na província da Paraíba promoveu mudanças nas relações do público leitor com os jornais, bem como transformou o ciclo de produção, divulgação e circulação de um periódico para a tipografia do *Publicador*.

Na continuação do prospecto a redação pedia:

que o público paraibano, que já tem adquirido o hábito à leitura dos periódicos [...] nos auxilie em nosso empenho, fazendo crescer a inscrição de nossos assinantes, sem os quais não poderemos fazer face às consideráveis despesas, que exige uma publicação desta importância (*O Publicador*, n.1, 1º set. 1862).

Nesse trecho ficam evidentes aspectos fundamentais para esta tese. Primeiramente, percebe-se que esse público leitor, mesmo habituado à leitura de periódicos se viu diante de um novo formato de jornal, que instaurou novas práticas de leitura e novas relações da sociedade com as informações. O segundo ponto, capital para minha tese, é o de que é perceptível, desde o seu primeiro número, que a redação se comunicava de maneira direta com os leitores, bem como já utilizava recursos para chamar assinantes, de maneira a formar e consolidar um público leitor.

¹ Todas as transcrições do período foram atualizadas com a ortografia do atual português.

² O exemplar referente ao primeiro número do *Publicador* foi localizado na Hemeroteca da Fundação Casa José Américo.

³ Tratava-se de uma carta de intenções em que o redator afirmava seus propósitos (Moreira, 2006, p. 118).

⁴ Só não saía aos domingos, pois todos os domingos, de acordo a Igreja Católica eram considerados dias santos, portanto, dias de guarda.

⁵ Quando me reporto à Província da Paraíba do Norte, refiro-me ao atual Estado da Paraíba e, ao mencionar Cidade da Paraíba, estou me referindo à capital, atual João Pessoa.

Posto isso, um questionamento capital que se constrói é: a partir da análise do jornal, quais artifícios foram utilizados, na produção dele, de forma a consolidar um público?

O Publicador iniciou sua circulação em setembro de 1862 e findou suas publicações no ano de 1886, tornando-se, também, uma das folhas mais duradouras da Paraíba durante o período imperial. Desde seu exemplar inaugural possuía, em seu cabeçalho, uma fundamental informação: “O Publicador é propriedade de José Rodrigues da Costa”.

José Rodrigues da Costa foi fundador e proprietário tanto do jornal quanto da oficina tipográfica que levava seu nome, *Tipografia de José R. da Costa*.⁶ Desde a instalação de sua tipografia, na capital da província, ele foi o responsável pela impressão de uma vasta gama de impressos. Entre eles, encontram-se os relatórios de presidente de província, publicados pela sua oficina, sucessivamente, entre os de 1848 a 1862. Além disso, dos prelos de sua oficina, também saíram escritos de autores locais⁷, tais como livro de poesia, compêndio escolar, memórias de viagem etc. Também imprimiu em sua oficina uma média de 12 jornais⁸ que circularam na capital, sendo *O Publicador*, de sua inteira propriedade, o mais importante deles, pois com ele se inaugurou a publicação diária de um jornal na província.

Todavia, na noite do dia 8 de novembro de 1866 um repentino e grave mal-estar retirou os últimos suspiros de vida do *mestre da arte tipográfica de nossa terra*.⁹ Apenas quatro dias após sua morte, tanto no cabeçalho quanto ao fim da última página d’*O Publicador*, tanto a tipografia como o diário, já figuravam como propriedade dos *Herdeiros de José R. da Costa*. Logo, seus filhos continuaram não só à frente da publicação do então diário, como também ficaram responsáveis pela continuação das atividades da tipografia. Seus herdeiros permaneceram no mercado editorial da capital por mais vinte e seis anos até fecharem as portas do estabelecimento no ano de 1892.

⁶ Para maiores informações a respeito da vida e atuação de José Rodrigues da Costa como tipógrafo, ver: Peixoto (2017).

⁷ “Silva, Francisco Pereira da. *Memorias das viagens que em cumprimento às ordens do Governo Provincial fez o 2º Tenente de Engenheiros Francisco Pereira da Silva pelo interior da Parahyba do Norte nos anos 1846 e 1847*(1848); Velloso, Manoel Caetano. *Lições de Rethorica recopiladas dos originaes de L. Ferreol Perrard, e Edme Ponelle* (1849); Silva, Francisco Pereira da. *Ensaio para a estatística da provincia da Parahyba do Norte. Parte I* (1850); Franca, Francisco Xavier Monteiro da. *Vida e Poezias* (1854); Cordeiro, Antonio da Cruz. *Instruções Sanitarias Populares* (1862); Serra Sobrinho, Joaquim Maria. *Mosaico: Poesias traduzidas* (1865)” (Peixoto, 2017, p. 101-102).

⁸ “*O Espreitor* (1849), *Correio Official Parahybano* (1849), *A Ordem* (1850), *Alva- jornal litterario* (1850), *Governista Parahybano* (1850), *Jornal da Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba* (1853), *A Matraca* (1854), *O Parahybano* (1855), *A Epocha* (1856), *O Imparcial* (1860), *Diario da Parahyba* (1861), *O Publicador* (1866)” (Peixoto, 2017, p. 86-87).

⁹ *O Publicador*, n. 1440, 17 de maio de 1867, p. 3.

Uma História Social e Cultural da Comunicação Impressa do jornal O Publicador

Esta pesquisa se insere no campo que se poderia chamar de História Social e Cultural da Comunicação Impressa. Essa denominação tão extensa (Darnton, 2010a, p.122) corresponde ao que é mais comumente conhecido como História do Livro (*history of the book* ou *book history*). Os historiadores do livro, ressalte-se, também se debruçam sobre outros tipos de impressos, como jornais e periódicos. As concepções de cultura impressa (*print culture*), como proposto por Howsam (2006) e de cultura gráfica, como fala Ana Utsch (2021), se revelam altamente pertinentes. “A noção de cultura impressa abrange materiais mais efêmeros e une a natureza material da palavra impressa com o seu contexto cultural” (Howsam, 2006, p. 5). Já “cultura gráfica” abrange não apenas a visualidade, mas também busca ampliar o escopo de objetos e práticas inseridos na esfera da História do Livro. Somada a isso, a adoção dessa denominação “se reflete na intenção de enfatizar a dimensão do fazer e os modos de produção intrínsecos à cultura escrita” (Utsch, 2021, p. 160).

A História do Livro surgiu a partir da convergência, das ferramentas e de questões de várias disciplinas, tais como os estudos literários, bibliográficos, históricos e de comunicação. Esse campo possui um conjunto partilhado de problemas, todos relacionados à comunicação, uma vez que busca entender qual o lugar dos impressos nas sociedades e como o contato com esses materiais afetam a vida, o pensamento e o comportamento humano seja no passado, presente ou até mesmo no futuro (Darnton, 2010a, p. 122; Finkelstein; McCleery, 2006, p. 4).

Desde os seus primórdios, a História do Livro passou por várias abordagens teórico-metodológicas. Ela se ocupou, por muito tempo, de aspectos bastante particulares de cada área de pesquisa que conduzia os estudos, a exemplo das análises detalhadas da bibliografia sobre livros raros e edições de luxo. Foi a partir do lançamento do *L'apparition du livre* (1958), por Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, que se desenvolveu o que podemos chamar de “uma nova corrente da História do Livro” (Darnton, 2010a, p. 123).

Tal obra trouxe a abordagem de aspectos específicos da produção, da materialidade, da circulação, das transformações e dos efeitos do impresso na sociedade ocidental da Época Moderna (Burke, 1992; Fontes; Lima, 2018). O caráter inovador de *L'apparition du Livre* para o campo da História do Livro, conforme Marisa Deaecto (2017), deve-se ao fato de a obra analisar o aparecimento do livro impresso sob a perspectiva da materialidade da escrita tipográfica, em comparação com a manuscrita, e por levar em conta o percurso do livro, desde a elaboração até a chegada aos leitores.

A partir de então, o desenvolvimento de um olhar crítico a respeito do mercado editorial e sobre a formação dos leitores foi impulsionado. Além disso, houve a ampliação dos conceitos de livro e de impressos, de maneira geral. Entre os anos de 1960 e 1970, destacaram-se os estudos realizados por Marshal McLuhan, com *The Gutenberg Galaxy* (1962), em que o autor propôs a ideia de uma revolução impressa europeia, que gerou impactos sociais, científicos, religiosos e culturais, e por Elizabeth Eisenstein, com *The Printing Press as an Agent of Change* (1979), uma referência sobre o processo da entrada da imprensa na Inglaterra dos séculos XVI e XVII (McLuhan, 1962; Eisenstein, 1979).

McLuhan colocou em debate o domínio dos meios de comunicação na vida cultural. Para o autor, foi instaurada uma “cultura impressa”, por meio dos tipos móveis, que permitiu a elaboração e replicação em grande escala de uma versão estandardizada ou fixa de um texto significando o fim de uma “cultura manuscrita”. Além disso, pôs em destaque a “importância dos meios de comunicação, ao invés do conteúdo, para a formação da percepção e conhecimento humano” (McLuhan, 1962; Robertson, 2013, p. 3).

Entre os anos de 1970 e 1980, também se assistiu à chamada renovação historiográfica, conhecida como Nova História ou *La nouvelle Histoire*, como é frequentemente chamada. Ela advém, em grande parte, de um pequeno grupo associado à revista *Annales*, criada em 1929. Essa revista se contrapunha à tradicional narrativa de acontecimentos, fomentando uma história-problema e impulsionando uma história de todas as atividades humanas, não apenas pela perspectiva da história política. Além disso, a revista ainda possuía como norte o uso e o incentivo da interdisciplinaridade (Burke, 1992, p. 13). Essa produção ficou conhecida inicialmente como Escola dos *Annales*, porém, Peter Burke (1992) prefere falar num movimento dos *Annales*, não numa “escola”, pois não foi um fenômeno homogêneo (Burke, 1992, p. 14).

A Nova História possuía “a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída” (Burke, 1992, p. 11), o que propiciou a aparição de novos problemas, novas abordagens e novos objetos (Le Goff, 1990, p. 44). Na década de 1970, saía a segunda edição da obra *L'apparition du livre* (1971), no mesmo período em que florescia uma nova geração dos *Annales*¹⁰ Como consequência desse movimento, publicou-se o *Faire de l'histoire* (1974), uma das obras símbolos do movimento da Nova História, que trazia o livro com um dos objetos de investigação da História, no volume intitulado *Nouveaux Objets*. Foi, então, no ensaio *Le*

¹⁰ O surgimento de uma terceira geração tornou-se cada vez mais óbvio nos anos que se seguiram a 1968: em 1969, quando alguns jovens, como André Burguière e Jacques Revel, envolveram-se na administração dos *Annales* (Burke, 1992, p. 107).

livre: changement de perspective, sob a direção de Roger Chartier e Daniel Roche, que os autores destacaram a relevância da obra de Febvre e Martin lançada em 1948, bem como fortaleceram duas abordagens do livro como objeto histórico: a de mercadoria e de signo cultural.

O florescimento dessas obras sobre o livro como objeto de estudo deu origem a novas discussões, revisões e propostas teórico-metodológicas, que resultaram na consolidação do campo da História do Livro. Nessa corrente, deu-se o aparecimento de obras como a coletânea *Histoire de l'édition française*, lançada entre os anos de 1982 e 1986. Em seu segundo volume, coordenado por Roger Chartier e Henri-Jean Martin, viu-se uma história do livro pensada para além da sua materialidade, “sobretudo com as maneiras, contrastantes e móveis pelas quais os indivíduos ou sociedades se apropriam e empregam os bens oferecidos para consumo” (Chartier; Martin, 1990, p. 9).

Desde a formulação de Robert Darnton (1982), do circuito de comunicação como instrumento de análise do papel dos textos na sociedade, no artigo intitulado *O que é a história dos livros?*, a História do Livro começou a se concentrar cada vez mais na "socialização de textos", dos espaços privados aos públicos (Finkelstein; McCleery, 2006, p. 13). Nesse mesmo momento, também surgiu uma renovação nos estudos bibliográficos, que destacavam a relevância da compreensão da materialidade para a interpretação de uma obra, já “que toda significação de um texto é historicamente situada, dependente das leituras, diferenciadas e plurais, que lhe atribuem um sentido” (Caparelli, 2012, p. 27).

Donald F. McKenzie foi um dos grandes expoentes dessa nova perspectiva e, em sua obra *Bibliography and the Sociology of Texts* (1986), propôs que o meio de comunicação exerce influência sobre a mensagem que se intenta passar, em vários sentidos. Nessa perspectiva, ele destacou como seriam imprescindíveis a preocupação e a compreensão das relações entre forma, função e significado simbólico (McKenzie, 2018[1986]). McKenzie debruçou-se sobre as questões de disseminação e de leitura dos textos e, a partir das implicações econômicas, políticas e da interação do texto com a sociedade, ele propôs, então, uma *Sociologia dos Textos*, que consiste na compreensão das interrelações entre as condições de produção do impresso e dos tipos de conhecimento gerados por tais inter-relações.

No ano de 1989, no esforço de repensar os acontecimentos da Revolução Francesa, Daniel Roche e Robert Darnton organizaram, a coletânea *Revolution in Print: The Press in France, 1775-1800*. Nessa obra, destacaram que a imprensa, além de consistir em fonte, é sujeito, denominando-a “ingrediente ativo dos acontecimentos”, devido à capacidade de a

imprensa intervir no imaginário social, remodelando símbolos e representações nos contextos históricos.

Nesse processo de consolidação do campo, novas perspectivas vêm orientando as investigações, para além de uma perspectiva puramente eurocêntrica, a exemplo dos importantes estudos e publicações desenvolvidos por Marina Garone Gravier. Ela aponta que, quando as prensas chegaram à América Latina, foi necessário que os tipos latinos passassem por um procedimento de adequação para imprimir em línguas indígenas. Nesse processo de adaptação, emendas, sobreposições e mudanças nos posicionamentos dos tipos, além de outras estratégias, foram utilizadas por impressores que se confrontaram com esse deslocamento contextual (Gravier, 2010).

Dessa forma, por meio de mudanças epistemológicas, ocorreu a consolidação da construção de um novo olhar para História. Tal olhar, com ênfase nas abordagens políticas e culturais, tornou possível o redimensionamento, na historiografia, da importância da imprensa. Para além disso, essas novas perspectivas influenciaram os estudos sobre a história da imprensa brasileira. Segundo Marco Morel, essa história pode ser compreendida em três fases (Morel, 2010, p. 7-8). A primeira fase nos remete ao século XIX, quando os primeiros estudos tratavam a imprensa como importante fonte documental, sendo “vista como autêntica narradora dos ‘fatos’ e da ‘verdade’, ou seja, registro que permitiria comprovar aquilo que realmente se disse ou se passou, numa perspectiva historicista ou positivista” (Morel, 2010, p. 7). No segundo momento, desenvolveu-se a preocupação em “coletar dados sobre sua trajetória, listar títulos, redatores e datas, avançando em algumas contextualizações e rotulando órgãos segundo suas tendências mais visíveis” (Morel, 2010, p. 7). Em 1908, principalmente, decorrente da comemoração do primeiro centenário da imprensa, ocorreram uma exaustiva publicação de trabalhos voltados para alguns estados brasileiros e a criação de um registro mais amplo da história da imprensa (Morel, 2010, p. 7). Mesmo dentro dessa fase, é válido destacar algumas obras que representaram exceções, a exemplo de Carlos Rizzini, com *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil* (1946) e da *História da Imprensa no Brasil* (1966), de Nelson Werneck Sodré, livro importantíssimo, até hoje considerada uma das principais obras em relação à história da imprensa no Brasil, uma vez que “abriu caminhos, inovou e tornou-se obra clássica” (Morel, 2010, p. 8).

A historiografia da imprensa na Paraíba foi, durante muito tempo, elaborada sob o domínio de uma perspectiva política, ditada pelos moldes de uma história tradicional, em que se destacavam datas, grandes feitos e homens (Mariano; Sá, 2003, p. 13). A segunda fase dessa historiografia foi marcada por um tipo de estudo da imprensa que se limitou a reportar o

aparecimento e desaparecimento de periódicos (Barbosa, 2004, p. 6). Assim, nas obras clássicas da historiografia da imprensa paraibana, em especial sobre o *Publicador*, foram enfatizadas as datas de criação e encerramento, a periodização de impressão, o nome da tipografia onde era impresso, e era dado destaque apenas ao famoso e ferino redator, O Padre/Comendador/Deputado Geral e Provincial Lindolfo José Correia das Neves.¹¹ Ele foi redator chefe do *Publicador* e, devido à sua posição social e política, o destaque e prestígio do diário recaíram quase inteiramente em sua imagem, deixando as figuras de José Rodrigues da Costa e de seus herdeiros sempre em segundo plano. Já a terceira fase da história da imprensa brasileira, derivada do movimento de renovação historiográfica, foi marcada pelo aumento considerável nas produções em relação ao estudo da imprensa e impressos no Brasil, a exemplo dos seguintes trabalhos, que são capitais e que tanto contribuíram para esse campo de pesquisa: *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência, 1820-1822*, elaborado por Lucia Maria Bastos Neves (2003); *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade imperial (1820-1840)*, importante publicação de Marco Morel (2005); e os estudos realizados por Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca com a obra *História da Imprensa no Brasil* (2008). Mais recentemente, destacam-se as pesquisas elaboradas por Marialva Barbosa, com a publicação de dois volumes de *História Cultural da Imprensa* (vol. 2, 2007 e vol. 1, 2010^a), e o de Matías Molina (2015), *A História dos Jornais no Brasil* (vol. 1).

Na dissertação de mestrado intitulada *José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)*, analisei a atuação de José Rodrigues da Costa como tipógrafo, desde o período de instalação da sua oficina, na capital da Paraíba, até o seu falecimento. Considerei-o um intermediário da cultura escrita. Para tanto, baseei-me no que Robert Darnton (2010a) caracterizou como *intermediários da literatura*, ou seja, homens e mulheres que teriam sido responsáveis tanto pela produção quanto pela propagação dos impressos, a exemplo de trapeiros, tipógrafos, editores, impressores, livreiros etc. Tais sujeitos, durante muito tempo, foram negligenciados na historiografia, em privilégio de grandes obras e autores.¹²

A obra mais conhecida a respeito da tipografia do jornal *O Publicador* intitula-se *A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos*, tendo sido lançada em 1978, por Eduardo Martins. No livro, o autor destacou o jornal como o primeiro diário da província,

¹¹ *Imprensa na Parahyba* (1922), de Alcides Bezerra; *A Imprensa na Paraíba* (1962), de José Leal; e *Síntese Histórica do Jornalismo na Paraíba* (1963), de Antônio Serafim Rêgo Filho.

¹² Dissertação de Mestrado em História defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Também publiquei o livro: Peixoto, Thayná Cavalcanti. **José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)**. João Pessoa: Mídia Editora, 2017.

porém tratou de maneira superficial sobre seu proprietário e os herdeiros. Essa abordagem é compreensível e está resumida no próprio título do livro, cujo objetivo era destacar a trajetória da tipografia, esta que, após muitos anos no mercado editorial da capital, abrigou o Jornal *A União*, lançado em 1893, “e que ainda circula atualmente como jornal oficial do Governo do Estado” (Barbosa, 2009, p. 52).

Anos depois, em *Paraíba: Imprensa e Vida* (1986), Fátima Araújo trouxe à tona uma pesquisa de caráter mais descritivo sobre os impressos que circularam na província. Contudo, sobre *O Publicador*, a autora praticamente repetiu os resultados já apresentados por Martins (1978). E, novamente assim como seus antecessores, destacou o papel do redator principal, o Padre Lindolfo:

O PUBLICADOR, editado e redigido pelo Padre Lindolfo José Correia das Neves, mas de propriedade do gráfico J. Rodrigues da Costa. [...] foi o primeiro jornal de circulação diária na Paraíba e destaca-se pelas célebres polêmicas em que se metia, como pelo bom nível de seus editoriais (Araújo, 1986, p. 37).

Nessa última narrativa, como se vê, coube ao Padre, até mesmo, o papel de editor, atividade principal do proprietário e fundador do jornal, e seus herdeiros sequer foram mencionados como proprietários do jornal.

Por meio de uma extensa pesquisa documental, foi-me possível destacar a importância de José Rodrigues da Costa, como um dos principais produtores e difusores da cultura escrita na província. Além disso, pude também refutar informações referentes ao tipógrafo, que estão presentes na obra de Martins (1978) e que, até então, eram reverberadas pela historiografia. Na introdução de sua obra, Eduardo Martins (1978) anunciou seu desejo “lembrar aos estudiosos da história da imprensa paraibana um dos vultos mais destacados do nosso passado jornalístico e editorial” (Martins, 1978, p. 13). Com isso, conseguiu cristalizar a imagem, dali em diante, do “**português** José Rodrigues da Costa, ‘excelente tipógrafo, **vindo do Recife**”, que, na capital paraibana, “se estabeleceu em fins de 1834, na casa nº 2 da Rua Direita” (Martins, 1978, p. 21, grifos meus).

A repercussão dessa imagem do tipógrafo, na historiografia, chegou ao nível nacional. Na clássica obra *O Livro no Brasil: sua história* (1985), Lawrence Hallewell, parafraseando Eduardo Martins (1978), afirmou que: “A inexistência de uma tipografia na província encorajou **um impressor do Recife**, José Rodrigues da Costa, a mudar-se para a capital paraibana no final de 1834” (Hallewell, 2017, p. 211, grifos meus). Consequentemente, por muito tempo, prevaleceram lacunas sobre José Rodrigues da Costa e outros intermediários da cultura escrita

na Paraíba. Como bem disse Socorro Barbosa (2010b, p. 206): “na ausência de fontes primárias, a tentação é acreditar nas pesquisas de estudiosos anteriores”.

Michel de Certeau (1982) afirmou que a História se escreve por meio de práticas, as quais são frutos de diversos interesses do lugar social em que o historiador está inserido. O peso da instituição histórica e o lugar social dos indivíduos se refletem no discurso do próprio historiador. É dessa maneira que compreendo o legado da obra de Martins (1978). Sua narrativa de cunho descritivo e, muitas vezes, despreocupada em indicar aos leitores a localização de documentos utilizados, se torna compreensível quando se considera o seu lugar social, em que se viam regras e práticas por ele compartilhadas como membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e da Associação Paraibana de Imprensa.

Com esse entendimento, utilizei as informações contidas na obra de Martins (1978) como ponto de partida para a compreender e traçar a trajetória de José Rodrigues da Costa. Logo, parti de elementos descritos no livro do autor, realizei o cruzamento de informações dos próprios impressos publicados na tipografia com documentos cartoriais e paroquiais. Com isso, consegui chegar a dados que refutam informações primordiais acerca do tipógrafo. Primeiramente, descobri que José Rodrigues da Costa era paraibano,¹³ e não português; sua oficina foi instalada na Cidade da Paraíba em meados de 1848, e não em 1834, pois além de o impresso mais antigo,¹⁴ contendo o nome da tipografia, datar de 1848, José Rodrigues da Costa, no ano de 1844, possuía uma tipografia no Rio de Janeiro, localizada na Rua do Conde¹⁵, casa n. 4 (*Almanak Mercantil*, n. 02, 1844, p. 325). Segundo Eduardo Martins (1978), José Rodrigues da Costa e dona Joanna Maria do Rosario teriam sido apenas donos em comum de um sítio. O autor omitiu que ambos foram companheiros e tiveram filhos juntos. Ademais, Martins (1978) mencionou que o tipógrafo havia deixado cinco herdeiros, sendo que o casal tivera sete filhos e, na época do nascimento da primeira filha do casal, Joanna possuía a condição jurídica de escravizada.¹⁶

Para Eduardo Martins (1978), um dos *vultos mais destacados* do jornalismo paraibano era português e não paraibano. Surpreendentemente, foi no próprio *Publicador* onde primeiro localizei que o tipógrafo era natural da província da Paraíba, de família não abastada e

¹³ Livro dos Irmãos da Santa Casa de Misericórdia, 1872, Acervo da Igreja da Misericórdia; *O Publicador*, n. 1252, 12 de novembro de 1866.

¹⁴ *Memorias das Viagens que em cumprimento às ordens do Governo Provincial fez o 2º Tenente de Engenheiros Francisco Pereira da Silva pelo interior da Provincia da Parahyba do Norte nos anos de 1846 e 1847* (Silva, 1848).

¹⁵ Atual Rua Frei Caneca (Pinto, 2007, p. 94).

¹⁶ *Autoamento de uma petição da tutora Joanna Maria do Rosário Costa*, de 1873. Acervo do Cartório Monteiro da Franca.

companheiro de uma mulher que tivera condição jurídica de escravizada. É interessante notar que Martins fez questão de frisar que: “Consultei por muito tempo livros, periódicos e manuscritos em bibliotecas e arquivos, mas foi o *Publicador* que me forneceu o melhor material aqui reunido” (Martins, 1978, p. 13). Por não possuir conhecimento do *corpus documental* acessado pelo autor, fica difícil inferir quais documentos o levaram às suas conclusões.

José Rodrigues da Costa, natural da província da Paraíba do Norte, foi um dos principais editores e divulgadores da cultura escrita da Paraíba imperial. Além dos inúmeros gêneros impressos saídos dos prelos de sua oficina, atingiu o ápice de sua atuação imprimindo o primeiro jornal diário da província, que era de sua inteira propriedade. O auge de sua atuação só ocorreu devido a uma convergência de fatores: o seu talento de editor; a qualidade dos impressos; o estabelecimento de redes e a circulação pelos espaços de sociabilidade da elite provincial, onde concretizou amizades e contratos com figuras politicamente influentes. Com isso, ele pôde angariar lucros, conquistando possibilidades de investir em condições materiais e profissionais, até atingir o ápice: publicar um jornal diariamente.

Recentemente, em pesquisas inseridas no movimento de renovação historiográfica, *O Publicador* vem sendo utilizado como importante base documental para se compreender os mais complexos aspectos da sociedade oitocentista, nos campos da literatura, da história social da escravidão, da instrução pública, da história política, da saúde e das doenças, entre outros¹⁷. Porém, nessas pesquisas, *O Publicador* foi tomado na condição de fonte histórica.

Tendo em vista que a produção de biografias, estudos ou perfis sobre a trajetória dos jornais é ainda bastante irregular (Molina, 2015, p. 27) e que aqueles que se interessam pelo estudo da história da imprensa devem “se voltar para a particularização das regiões” (Barbosa, 2010a, p. 12), elegi *O Publicador*, o primeiro diário da província da Paraíba do Norte, como objeto desta tese.

Em consonância com Robert Darnton (2010a), esta tese funda-se num pressuposto: o de que os materiais impressos passam por um mesmo ciclo de vida, denominado, por ele, *circuito de comunicação*. Esse circuito consiste no percurso da produção do impresso até as

¹⁷ No campo da literatura, temos os estudos realizados por Socorro Pacífico Barbosa (PPGL/UFPB), ampliando cada vez mais as análises e percepções, por meio dos jornais, sobre a sociedade oitocentista; na história da educação, destacam-se as pesquisas de Cláudia Engler Cury (PPGH/UFPB), que vêm identificando e analisando a circulação de materiais voltados à instrução por meio dos periódicos; no campo da história política, sobressaem-se as pesquisas realizadas por Serioja Rodrigues C. Mariano (PPGH/UFPB), assim como o trabalho realizado por Myraí Segal (2017), que estudou a atuação dos parlamentares na Assembleia Legislativa Provincial, tomando a imprensa como importante arena de discussão dos integrantes da Assembleia, dentre os quais se destaca o Padre Lindolfo. No campo dos estudos voltados à escravidão, ressaltam-se as pesquisas lideradas por Solange Rocha (PPGH/UFPB), bem como o estudo de Larissa Dourado (2017a), sobre o tráfico interprovincial. Tais pesquisas, de Solange Rocha e Larissa Dourado, deram visibilidade às experiências de mulheres escravizadas e assentaram-se na análise de anúncios de jornais.

apropriações dos leitores. Parte do autor para o editor, em seguida para o impressor, depois aos distribuidores e vendedores. O leitor o destino final desse circuito, pois “ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição”, já que “os próprios autores são leitores” (Darnton, 2010a, p. 125).

Compreendendo a comunicação e a circulação de impressos como um processo sistêmico, o *circuito de comunicação*, proposto por Darnton (2010a) para compreender o ciclo de vida de livros, apresenta-se também como uma profícua ferramenta para o estudo da trajetória d’*O Publicador*. Esse modelo tem sofrido críticas, pois muitas vezes é entendido como um modelo prescritivo para os estudos sobre os impressos. Entretanto, nas palavras do autor:

Uma outra pesquisa poderia mostrar outras configurações, pois o modelo não precisa ser aplicado dessa maneira, e na verdade pode ser inteiramente dispensado. Não estou afirmando que a história do livro deva ser escrita de acordo com uma fórmula padrão, e sim tentando mostrar como seus segmentos díspares podem ser reunidos dentro de um único esquema conceitual (Darnton, 2010a, p.138).

Darnton (2010a) destaca que o ciclo de vida de um impresso pode ser visto e analisado a partir da perspectiva de qualquer ponto do circuito, e que os historiadores geralmente fazem um recorte aprofundado das etapas desse circuito, de acordo com a sua área de especialização. Entretanto, esta tese não tem por objetivo se aprofundar em apenas uma das etapas do circuito proposto pelo autor, uma vez que o circuito de comunicação será utilizado como uma ferramenta auxiliar para a compreensão de como o *Publicador* percebeu e formou seu público. Portanto, pretendo percorrer as três fases (produção, circulação e recepção) do circuito do jornal, centrando-se nas expectativas e percepções que o jornal tinha sobre o seu público. Ainda que análise não se aprofunde de maneira exaustiva em uma das fases e que seja feita a partir da perspectiva da redação, o ponto de vista que ela fornece sobre esses leitores mostra-se útil para compreender a formação do público. Tal caminho se justifica também porque não há outros documentos disponíveis para este tipo de análise.

Os estudos mais segmentados e detalhados de quaisquer estágios desse circuito de comunicação são extremamente relevantes, mas dependem da disponibilidade de fontes e de informações a respeito de cada etapa. No caso desta pesquisa, o circuito de comunicação d’*O Publicador* é compreendido, majoritariamente, pela mobilização dos exemplares disponíveis, isto é, do objeto de pesquisa em si mesmo. Em outras palavras, devido à escassez de outros documentos — tais como cartas de assinantes, notas de compra de insumos para impressão, folhas de pagamento dos funcionários, entre outros —, o diário é o componente principal do

corpus documental. O modelo de *circuito de comunicação*, proposto por Darnton (2010a), é válido para o objetivo proposto por esta tese, porém, com adaptações e ajustes.

Como sustenta Marialva Barbosa (2004), a história da imprensa é o estudo de seus produtos, das formas pelas quais os impressos se manifestam, como foram produzidos, para qual público foram dirigidos e quais os efeitos dessas produções para a sociedade. Ademais, a história da imprensa ocupa-se da forma como o público recebeu as mensagens veiculadas pelos impressos, “procurando perceber como os leitores realizaram múltiplas interpretações e apropriações desses produtos” (Barbosa, 2004, p. 4).

O modelo proposto por Robert Darnton (2010a) para se escrever uma história social e cultural da comunicação impressa do *Publicador* tem, aqui, uma importância fundamental, pois leva-me a perceber que é necessário identificar e analisar não somente os processos, mas também as relações intrínsecas ao circuito de comunicação. Em consonância com essa perspectiva, primeiramente, pretendo compreender as condições políticas, sociais e culturais que fomentaram a inauguração e consolidação d’*O Publicador*. Intento também evidenciar como sua publicação instaurou uma nova relação entre a sociedade paraibana e os periódicos diários. Com isso, será possível fornecer sentido às questões levantadas por esta pesquisa, partindo-se da noção de *circuito de comunicação* e, com isso, passando pelas três fases do circuito, com o objetivo específico de identificar as evidências de algumas das ferramentas utilizadas pela produção do jornal para formar e consolidar um público.

Sabe-se que o jornal perdurou por mais 17 anos além de 1869. Nesta tese, contudo, optou-se por analisar apenas a década de 1860, principalmente por questões de acessibilidade à documentação. Da década de 1860 inteira só não foram localizados exemplares do ano de 1863, enquanto os dos outros anos foram localizados quase em sua totalidade, chegando-se, ao final, a 2164 exemplares disponíveis. Em relação à década de 1870, não foi possível localizar nenhum exemplar sequer e, em relação à década posterior, só existem dois anos disponíveis.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, no Arquivo Privado Maurílio de Almeida¹⁸, foram localizados exemplares do número 2 ao número 101 d’*O Publicador*, referentes ao intervalo que vai de 2 de setembro até 31 de dezembro de 1862. No acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, encontram-se digitalizados exemplares do número 446, referente ao ano de 1864, até o número 2164, do ano de 1869. Além desses dois acervos, foram

¹⁸ Nascido em Bananeiras no ano de 1926, foi médico e membro de diversas instituições culturais, dentre elas a Academia Paraibana de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, falecendo em 1988. Ao longo de sua vida, constituiu uma imensa biblioteca e um arquivo histórico, que atualmente se encontra em fase de organização por Projetos de Extensões da Universidade Federal da Paraíba.

mobilizados outros impressos publicados pela tipografia do diário, tais como jornais, revistas e obras citadas pela redação do *Publicador*. Essa busca se deu nas hemerotecas digitais do projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século XIX, organizado pela professora Socorro Pacífico Barbosa (PPGL-UFPB); da Biblioteca Nacional de Portugal; da Bibliothèque Nationale de France; da Library of Congress dos Estados Unidos; do Acervo Digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin e, finalmente, do acervo digital do Internet Archive.

Os documentos de caráter oficial, tais como relatórios, falas e exposições dos presidentes de província, foram localizados no acervo do *Center for Research Libraries*. Também foi consultada a documentação eclesiástica, referentes aos assentos de Batismo do Arquivo Eclesiástico (AEPB), que se encontram catalogados, dos anos de 1833 a 1866, em forma de Banco de Dados, fruto do Projeto Gente Negra na Paraíba Oitocentista, coordenado pela professora Solange Pereira da Rocha (PPGH-UFPB).

Outro tipo de documento de caráter oficial consultado foi o *Autoamento de uma petição da tutora Joanna Maria do Rosário Costa*, presente no Acervo do Cartório Monteiro da Franca. No documento, a companheira do falecido tipógrafo, Dona Joanna, perante o *Juizado de Órfãos* da província, no ano de 1873, solicitava a tutoria dos filhos do casal. Com cerca de cinquenta páginas de processo, esse documento é de suma importância para a pesquisa, pois possui informações a respeito do núcleo familiar dos proprietários do estabelecimento tipográfico, bem como referentes à situação da tipografia após a morte de seu fundador.

Um novo circuito comunicacional

No Brasil, a imprensa foi inaugurada no ano de 1808 após a chegada da família real e da transformação do Rio de Janeiro em Corte. Com isso, surgiu a demanda de impressão de atos e interesses do governo, dando-se a criação da Impressão Régia. Fundado pelo decreto do dia 13 de maio de 1808¹⁹, assinado por D. João VI, o órgão oficial ficou responsável pela impressão de toda legislação, “de papéis de outras repartições” (Silva, 1973, p. 445) e de “quaisquer outras obras” (Brasil, 1808). Em pouco tempo “passou a publicar obras que abrangem quase todos os campos do conhecimento” (Mindlin, 2010, p. 19), “obtendo o monopólio de impressão no Rio de Janeiro até o ano de 1822” (Hallewell, 2017, p. 113), quando teve seu título “alterado para Imprensa Nacional” (Abreu, 2010, p. 44).

¹⁹ Decreto 13 de maio de 1808. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-13-5-1808-3.htm

Segundo Luiz Carlos Villalta (1999, p. 282) o cenário da cultura escrita no Brasil, entre os séculos XVI e XVII, foi marcado por “uma pequena presença de proprietários de livros, em que cada um deles possuía uma quantidade reduzida de volumes em sua coleção”. O cenário começou a sofrer maiores transformações a partir do século XVIII, com a constituição de uma maior quantidade de bibliotecas particulares. Conforme Villalta (1999), os que se dedicavam a ofícios, geralmente possuíram livros relacionados às suas carreiras. Assim, no período colonial se deu, em sua maioria, o livro foi usado “como fonte de saberes relativos ao exercício profissional dos proprietários de livros” e como forma de acesso ao sagrado (Villalta, 1999, p. 288). Para se enviar livros de Portugal ao Brasil na época colonial, era preciso obter autorização da censura portuguesa, que registrava as solicitações e despachos detalhadamente (Abreu, 2004, p. 2). A posse de livros também era, em teoria, submetida ao controle dos órgãos censórios. Apesar de uma severa fiscalização e censura, “o Brasil era, sim, um lugar sem imprensa, mas não sem livros” (Abreu, 2004, p. 2).

Durante um grande período no Brasil, não havendo impressores com privilégio concedido pelo rei para imprimir livros, a impressão limitou-se a alguns casos, todos eles oriundos de tipografias sem autorização real para funcionarem. A propagação de ideias, manuscritos, livros e jornais, de forma legal ou clandestina, no entanto, ocorreu. Dessa maneira o surgimento da imprensa no Brasil não se deu em uma espécie de “vazio cultural” (Morel, 2013, p. 22), mas, sim, em uma densa e complexa rede de transmissão, pois a existência de censura e ausência de impressão não coibiram a propagação de ideias, livros e jornais.

Até a inauguração do primeiro jornal impresso no Brasil em 1808, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, existia uma intensa e extensa rede de comunicação com base na *troca de informações* (Barbosa, 2010a, p. 20). Só há imprensa, no sentido estrito do termo, “a partir do momento em que a transmissão de informações regular se torna pública, ou seja, acessível ao público em geral” (Habermas, 2014, p. 117). Portanto, só existe jornalismo “quando há publicização no sentido mais amplo” (Barbosa, 2010, p. 20). Logo, no Brasil, até 1808, não havia imprensa nem jornalismo.

Durante os primórdios do século XIX, assistiu-se a um embrionário sistema cultural do mundo do impresso, uma vez que a primeira explosão de impressos só ocorreu com o fim da censura prévia em 1821²⁰ (Barbosa, 2013, p. 52). Após a Revolução do Porto²¹, em 1820, e suas

²⁰ Decreto assinado em 2 de março de 1821 por D. João VI que suspendeu a censura prévia para a imprensa em geral (Morel, 2013, p. 35).

²¹ A Revolução Liberal do Porto, que eclodiu aos 24 de agosto de 1820, teve como ponto de partida uma sublevação militar e representou uma ruptura efetiva com as estruturas do Antigo Regime, levando à formação de uma junta Provisional do Governo Supremo do Reino. [...] O movimento teve como propósito uma ‘regeneração política’,

reverberações, assistiu-se a um momento crucial na formação de uma esfera pública no Brasil, representada pela expansão dos jornais, mas sobretudo, pela formação de uma opinião pública, que levou à possibilidade de os impressos ecoarem opiniões em torno do momento político que se vivia (Morel, 2016[2005]).

No ano de 1820, surgiu jornal no Pará; em 1821, no Maranhão; em 1823, na província de Minas Gerais; e em 1824, no Ceará. Dentro desse primeiro movimento de expansão do mundo cultural dos impressos, a província da Paraíba do Norte, em 1826, publicou o primeiro jornal, a *Gazeta do Governo da Parahiba do Norte*. Esse momento foi marcado pela “supremacia do jornalismo como representante da fala oficial do poder político” (Barbosa, 2010b, p. 25). Durante o período regencial (1831-1840), ocorreu uma verdadeira explosão da imprensa, com uma intensa proliferação de jornais. Além disso, viram-se a constituição e a consolidação da imprensa como articuladora e formuladora de projetos de nação, bem como a ampliação e complexificação da cena pública (Morel, 2013, p. 43).

O segundo reinado (1840-1889), também conhecido como o “império da palavra impressa” (Martins, 2013, p. 47), abrigou uma extensa variedade de gêneros impressos. O período foi marcado por um jornalismo polifônico e de bandeiras, tais como a abolição, o federalismo, o reformismo liberal, o republicanismo, as questões militares e religiosas. Tais bandeiras tornaram-se principais pautas da luta, da disputa política e de vozes, fazendo-se presentes nos jornais (Ribeiro, 2004, p. 91).

O *Publicador* se encontra dentro do segundo reinado, período em que, como a própria redação registrou, em “outras províncias do Império, em cuja maior parte existem diários, mais ou menos consideráveis” (*O Publicador*, n.1, 1 de setembro de 1862). As províncias do Rio de Janeiro e de Pernambuco foram as que mais abrigaram jornais diários. Desde 1821, na Corte, apareceram jornais diários, a exemplo do *Diário do Rio de Janeiro*, que saía diariamente, até mesmo aos domingos. Já na província de Pernambuco, em 1825, inaugurou-se o *Diário de Pernambuco* — que circula até os dias atuais, sendo o mais antigo periódico da América Latina em circulação. Nessa província, até 1862, já tinham sido publicados 16 jornais diários.

Na província de São Paulo, a imprensa diária surgiu em 1854, com a impressão do *Correio Paulistano*. No Maranhão, ocorreu em 1855, pela publicação do *Diário do Maranhão*, e no ano seguinte, em 1856, na Bahia se imprimiu o *Diário da Bahia*. Em uma notícia saída no *Publicador*, registrou-se que a província do Rio Grande do Sul, no ano de 1864, contava com 20 títulos e oito deles eram diários (*O Publicador*, n.546, 30 de junho de 1864, p. 2).

exigindo a convocação de Cortes, agora com caráter deliberativo, para se elaborar uma Constituição (Villalta, 2016, p. 205-206).

O século XIX foi marcado por um “diversificado simbolismo da palavra impressa, que foi disseminada, pela sociedade, ao longo de todo o século” (Barbosa, 2013, p. 104). Os jornais eram um dos principais condutores do debate público e da contínua transmissão das opiniões do público.

Nesse sentido, é fundamental destacar a categoria de esfera pública para situar os periódicos e o universo no qual estava imerso *O Publicador* durante o recorte temporal proposto. Conforme os estudos de Jürgen Habermas (2014[1962]), em *A Mudança Estrutural da Esfera Pública*, a imprensa foi um dos elementos principais para a constituição da esfera pública na sociedade burguesa ocidental. De acordo com Habermas (2014), o espaço público surgiu no seio da democracia ateniense. Lá, inicialmente, ele era o local das discussões políticas, da formação de opiniões e da legitimação do poder. Com o advento da modernidade e o surgimento da imprensa, esse espaço sofreu deslocamento para os jornais. Correspondências, leitura e conversação escrita levaram à emergência de uma esfera pública no século XVIII. Para Habermas (2014 [1962]), a esfera pública seria o espaço social de mediação entre Estado e esfera privada. Tal esfera foi primeiro estética, depois política, “na qual todas as autoridades – os instruídos, os clérigos ou príncipes – eram convocados para discussão e sujeitas a exame crítico” (Chartier, 2014, p. 29). Assim, a imprensa se tornou uma espécie de mediadora do espaço público com a sociedade promovendo a consolidação da opinião pública. Logo “a autocompreensão da esfera pública burguesa se cristalizou no tópos da ‘opinião pública’” (Habermas, 2014, p. 239). Leia-se opinião pública como “reflexão privada sobre os *public affairs* [assuntos públicos] e a discussão pública sobre eles” (Habermas, 2014, p. 248). Desse modo, os textos impressos serviram tanto para disseminar um fundo comum de ideias e informações quanto para comunicar os resultados de discussões públicas (Popkin, 2002, p. 51).

Pablo Piccato, em *Public sphere in Latin America: a map of the historiography* (2010), destacou que a emergência da esfera pública se deu em dois processos, evoluindo em ritmos distintos. Primeiramente, ocorreu o desenvolvimento gradual de mercados de capitais, que demandaram uma circulação durável de *commodities* e informações. A alfabetização e a impressão foram aspectos centrais dessa circulação, bem como o desenvolvimento de Estados nacionais capazes de regular e garantir tais intercâmbios. O segundo processo foi a emergência de espaços de vida social (salões, jornais, cafés), de mídia e de discussão de temas que agregaram homens e mulheres em torno de debates públicos (Piccato, 2010, p. 167). A esfera pública, portanto, surgiu na convergência de ambos os processos supracitados. Ela foi o espaço conceitual no qual cidadãos privados se reuniam para discutir assuntos de interesse comum com a intencionalidade de que suas vozes tivessem um impacto na opinião pública. Ao fazer isso,

os indivíduos não apenas representavam seus interesses privados, mas estabeleceram uma nova conexão entre três áreas da vida: os domínios privados do lar e do trabalho, a publicização das trocas de opiniões na sociedade civil e, por fim, com o Estado. De acordo com Piccato (2010), as revoluções na França e nas colônias ibéricas e britânicas nas Américas impulsionaram a politização da esfera pública, em um processo que se expandiu geograficamente ao longo do século XIX (Piccato, 2010, p. 168).

Conforme Jeremy Popkin, na sua obra *Press, Revolution and social identities in France* (2002), a formação do público e da opinião pública está intimamente ligada à circulação da mídia impressa (Popkin, 2002, p. 50). A “opinião pública remete a uma expressão que desempenhou papel de destaque na constituição dos espaços públicos e de uma nova legitimidade nas sociedades ocidentais a partir do século XVIII” (Morel, 2016, p. 233-234), ganhando força no século XIX, quando a preocupação com as “massas” tomou proporções de destaque. Essa ideia orientou a imprensa a partir de então, promovendo, nos jornais, uma contribuição para a formação de uma consciência nacional e levando as pessoas a ficarem mais atentas aos outros leitores (Briggs; Burke, 2006).

Além de serem uma conexão vital para a constituição do público, os jornais, desde o fim do século XVIII e durante todo o século XIX, mantiveram a comunidade do público unida no tempo e no espaço. Primeiramente, pelo fato de serem lidos logo após a impressão, fazendo com que leitores interagissem com os textos mais ou menos simultaneamente. Além disso, porque a regularidade do jornal renovava regularmente essa leitura “simultânea” (Popkin, 2002, p. 51).

O *Publicador* discutiu o papel da imprensa. No trecho a seguir, percebe-se a compreensão, da redação do *Publicador*, sobre o papel da imprensa como condutora de debates entre Estado e sociedade:

É mister, porém, que o público paraibano, [...] que já sente o afã dos povos civilizados por saber as novidades domesticas, e estranhas, e que **tem compreendido a necessidade de órgãos que reclamem dos poderes competentes sua atenção aos melhoramentos da província, como manifestação da opinião pública**, nos auxilie em nosso empenho, fazendo crescer a inscrição de nossos assinantes, sem os quais não poderemos fazer face às consideráveis despesas, que exige uma publicação desta importância (*O Publicador*, n.1, 1 de setembro de 1862, Grifos meus).

Como se vê, a redação compreendia o papel da imprensa na opinião pública. Tal perspectiva era comum aos redatores do período e se assentava em ideais de direitos privados e individuais e, também, na defesa, no campo moral, do Estado. Em consonância com tal perspectiva, os redatores tomavam para si a figura de mediadores, isto é, de intermediários entre

a sociedade e o Estado (Ribeiro, 2004). Esse pensamento resultava de uma compreensão, originada desde o surgimento da imprensa no Brasil, alicerçada nas ideias iluministas, que pretendiam transformar as mentalidades ditas ‘arcaicas’ em ‘ilustradas’ (Pallares-Burke, 1998, p. 147). Predominava a ideia de que aqueles sujeitos que detinham o privilégio da escrita seriam responsáveis por instruir, educar e “levar as Luzes” àqueles que estavam “imersos nas trevas da ignorância” (Barbosa, 2013, p. 62). Naquele contexto, a função do jornalista, muitas vezes, se confundia com a de educador, pois eles viam como sua missão suprir a falta de escola e de livros com seus artigos jornalísticos (Lustosa, 2003, p. 15).

Para a redação, a imprensa possui um “fim civilizador, e por consequência moralizador” (*O Publicador*, n.1, 1 de setembro de 1862), pois os editores acreditavam estar “imbuídos de uma missão pedagógica, esclarecedora, civilizadora” (Morel; Barros, 2003, p. 41). Foi ao longo dos anos 1820-1821 no Brasil, que a ideia de opinião pública iniciou seu balbuciar, cabendo aos homens de letras o papel de produzi-la, possibilitando a ampliação da esfera pública (Neves, 1995, p. 123). Logo, “livreiros, tipógrafos e editores tiveram um papel fundamental na ampliação e divulgação dos impressos, fossem eles livros eruditos, livros escolares ou almanaques” (Ferreira, 2011, p. 52). Ao longo de todo século XIX, eles possuíam comprometimento com a produção e divulgação do saber, “pois reconheceram rapidamente a força da imprensa e o seu fundamental papel na divulgação do conhecimento” (Barbosa, 2010a, p. 207).

De acordo com Juarez Bahia (1990), entre 1808 e 1888, no Brasil, o que dimensionava a influência de um jornal não era seu tamanho, qualidade, nem prestígio, e sim a força da opinião, que “tanto pode aparecer em uma página como em várias páginas. Não é o título que conta. Tampouco a tradição, o peso econômico. Prevalece a ideia. O que se imprime é o que vale” (Bahia, 1990, p. 84). Como sustenta Jeremy Popkin (2002), os periódicos, mais do que outros gêneros textuais, permitiram o intercâmbio de opiniões. Seus leitores podiam facilmente se tornar escritores e, com isso, os periódicos rapidamente assumiram a posição de representações impressas da opinião pública, papel esse que continua a ser reclamado pelos periódicos até a atualidade (Popkin, 2002, p.52). No Brasil, de fato, a imprensa colaborou para a fomentação de uma opinião pública, facilitou e precipitou algumas mudanças na sociedade brasileira oitocentista. Em meados da década de 1820, deu-se início ao movimento de formação de uma esfera pública eminentemente política e que teve a imprensa como sua principal instituição. Segundo Marialva Barbosa (2010a), à época, a imprensa, por si só, foi um espaço de auto referenciação, pois além de ter sido um local de produção sobre as principais questões e debates da época, deixou pistas sobre as relações que estabeleceram com as mais variadas

instâncias sociais e de poder. Portanto, compreender a imprensa é entender a sociedade brasileira oitocentista. A comunicação é um processo sistêmico, uma vez que o “conteúdo da escrita é o discurso, assim como a palavra escrita é o conteúdo do impresso, e a impressão é conteúdo do telégrafo” (McLuhan, 1994, p. 8). Na perspectiva de Marialva Barbosa (2004), a noção de sistema é o cerne das relações comunicacionais. Para se falar em história da imprensa, portanto, é necessário destacar os processos comunicacionais e as intrincadas relações que se desenvolvem em torno desse sistema de comunicação.

Nessa mesma perspectiva de compreensão da comunicação como processo sistêmico, Briggs e Burke (2006) ressaltam que a mídia deve ser vista como um sistema em contínua mudança, em que os elementos componentes desempenham papéis de maior ou menor destaque. McLuhan (1994), ao discorrer sobre o dinamismo da mídia, propõe que se considerem as consequências psíquicas e sociais dos modelos ou padrões da imprensa. Tais implicações fazem com que a "mensagem", veiculada em qualquer meio ou transmitida por qualquer tecnologia, seja uma mudança na escala, ritmo ou padrão que essa mídia introduz nos assuntos humanos (McLuhan, 1994, p. 8).

Após a primeira explosão do sistema cultural impresso, entre 1820 e 1840, ocorreu a construção de uma *rede de comunicação*, em que circulavam as informações, não só aquelas que vinham da Corte, mas também de outras localidades do país (Barbosa, 2013, p. 95). Concomitantemente à formação da esfera pública no Brasil, ocorreu uma expansão dessas redes, não somente aquelas oriundas da oralidade, mas também condições favoráveis ao desenvolvimento e circulação da comunicação no país, como a ampliação do sistema de correios e de navios.

No Brasil do século XIX, o sistema comunicacional era feito primordialmente pelos correios — por mar e por terra —, nos navios, por viajantes nas estradas, nas ferrovias, e até mesmo por um sistema de telegrafia semafórica e, depois, a elétrica (Matheus, 2012, p. 4). A telegrafia elétrica vai ser um dos grandes impulsionadores da imprensa no século XIX, porém no Brasil, apesar de o telégrafo elétrico ter começado a ser instalado em meados da década de 1850, foi apenas na década de 1870 que ele alcançou sua ampliação e consolidação em território nacional.

Dessa forma, até a década de 1860, a navegação fluvial e o sistema de correios foram os primordiais meios de transmissão de notícias e impressos. A navegação de cabotagem foi um dos meios cruciais de transporte e circulação entre as províncias brasileiras, além de um dos principais portadores de jornais da Corte para o restante e vice-versa (Molina, 2015, p. 373). Ademais, desde a explosão de jornais e impressos após 1821, um imprescindível meio de

distribuição foi o serviço dos correios, que por sua vez “permitiu uma ampliação do alcance e da capilaridade da distribuição dos jornais, que passaram a ser lidos e comentados no interior” (Molina, 2015, p. 382). Por esses motivos, pode-se afirmar que, durante todo o século XIX, ocorreu uma intensa troca de jornais entre províncias, reproduzindo-se e comentando-se os artigos de outras províncias, “criando uma rede nacional de debates” (Basile, 2006; Molina, 2015), ou seja, os correios foram um dos vetores que possibilitaram uma espécie de ‘rede nacional de informações e de difusão de ideias’ (Molina, 2015, p. 379).

Além de uma expansão baseada na intensa troca de informações dentro do país, a imprensa no século XIX foi, por si só, um privilegiado espaço de trocas culturais, principalmente, devido à ‘cosmovisão’ de alguns empreendedores e da representação midiática que ofereceu. Essa força, portanto, nos apresenta as bases que edificaram um verdadeiro sistema midiático global, tal qual nós conhecemos atualmente (Caparelli, 2012). “Engana-se quem pensa que a globalização é uma novidade do nosso tempo (Abreu; Mollier, 2018, p. 9). O jornal e, de forma geral, os impressos têm, frequentemente, “desprezado e extrapolado as fronteiras de seus espaços” (Mollier, 2016, p. 56). Nesse sentido, Robert Darnton (2010a) já havia nos alertado que “a história dos livros deve operar em escala internacional”, uma vez que, para ele, “os livros não respeitam limites linguísticos ou nacionais” (Darnton, 2010a, p. 148-149). A imprensa, além de sistêmica, é dinâmica, pois “modifica, ativa, estimula e tonifica a recepção e a produção de todos os discursos dos quais ela é a portadora” (Caparelli, 2012, p. 26). Tal característica nos leva a percebê-la por um prisma interdisciplinar, uma vez que o impresso, por si só, é algo que foge dos limites fronteiriços e linguísticos que lhe são impostos (Mollier, 2016; Darnton, 2010a). Portanto, acompanhar o fio de um destino em particular — de um indivíduo, de um grupo de pessoas, ou, no nosso caso, de um jornal — significa entender a pluralidade de espaços e tempos, e o enredo das múltiplas relações nas quais ele se inscreveu (Revel, 1998). Tendo em vista que “o universo dos impressos consiste em um sistema que tanto *produz* como *distribui* seu produto” (Darnton, 2010a, p. 150).

Nas páginas do *Publicador* encontram-se inscritas não somente as marcas dessa rede nacional de informações e de ideias, mas também vestígios de uma cultura transnacional midiática da modernidade (Guimarães, 2019). Nesse sentido, é que se pretende apresentar de que maneira essas conexões aparecem no jornal e como essas trocas de notícias e jornais figuram nas páginas do diário.

Tendo em vista que as fronteiras nacionais não foram, de maneira alguma, um empecilho para o livre trânsito entre e impressos no geral, destaco a importância do conceito de *circulação* para esta tese. Tal conceito “ênfatiza a ideia de movimento, não cristalizando a ideia

de centros fixos e de periferias absolutas, havendo, portanto, múltiplos centros e não pontos fixos” (Abreu; Mollier, 2018, p. 11). Em se tratando de um jornal, esse objeto proteiforme, “a abordagem transnacional e transcultural dos fenômenos é, sem dúvida, a melhor garantia contra o risco de reclusão ou cegueira” (Mollier, 2016, p. 56), uma vez que, essa abordagem auxilia no escancaramento das articulações e influências de um território para outro, das adaptações, transcrições, traduções, censuras, falsificações etc. Nessa perspectiva, desde a década 1970, historiadores vêm destacando o tema da interconectividade global, não somente politicamente e economicamente, mas “também cultural e psicologicamente” (Iriye, 2007, p. 375). Com isso, assistiu-se a uma crescente conscientização e preocupação em torno das interconectividades, e à expansão da popularidade de termos como ‘globalização’ e ‘transnacional’, que ganham, cada vez, mais destaque nos mais recentes estudos de historiadores.

A história transnacional emergiu no século XIX, “impulsionada pelas inovações tecnológicas e pelas consciências supranacionais” (Iriye, 2007, p. 376). Essa perspectiva olha para as dimensões fluidas e interligadas do processo histórico, estudando as sociedades a partir do contexto de entrelaçamentos que as moldaram e para os quais, por sua vez, elas contribuíram (Conrad, 2016, p. 61). Ao focar na mobilidade, circulação e transferências de pessoas, ideias e práticas, a perspectiva transnacional, conforme destacado por Sebastian Conrad (2016), proporciona uma abordagem analítica, que permite compreender o *Publicador* como um meio de comunicação e a dinâmica das múltiplas práticas e trocas culturais que o permearam.

Segundo Bárbara Weistein (2013, p. 16), “a perspectiva transnacional ressalta que é fundamental considerar cuidadosamente os intercâmbios culturais e o papel da cultura nos projetos internacionais para compreender os desdobramentos nas esferas políticas”, econômicas e sociais. Essa abordagem oferece uma nova visão das interações e trocas em escala hemisférica ou global. Sebastian Conrad (2016, p. 64) sublinha que, no âmbito metodológico, “a história transnacional acena para o global, mas sem enfrentar totalmente todos os desafios que o global coloca”; nesse sentido, o enfoque global serve como pano de fundo, onde se tenta situar o nacional. Tal situação traz a seguinte indagação: “Como estabelecer a relação entre perspectivas de escopos radicalmente diferentes: global, internacional, intercultural, nacional, regional ou local?” (Struck; Ferris; Revel, 2011, p. 576). Nesse sentido, a história transnacional se exercita por meio de um ‘jogo de escalas’, conforme afirmam Struck, Ferris e Revel (2011), perspectiva essa também “essencial para a definição da micro-história” (Revel, 1998, p. 19). Desse modo:

Apesar de seus diferentes pontos de partida, podemos argumentar que a história transnacional compartilha a preocupação da micro-história com as escalas de análise, com sua perspectiva de micro processos e de sua preocupação com os indivíduos ou

com local, a fim de facilitar o entendimento da macro escala (Struck; Ferris; Revel, 2011, p. 580).

Com mais frequência do que se imagina, a história transnacional também prefere o prisma individual, de grupos específicos e instituições. Porém, “variá-la não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama”. Ou seja, é “o princípio da variação que conta, não a escolha de uma escala em particular” (Revel, 1998, p. 20), tendo em vista que as escalas se cruzam no interior das análises das perspectivas da micro-história e da história transnacional. Porém, compreende-se que “a análise transnacional não é, a priori, nem micro e nem macroscópica, mas, mais corretamente, “multiscópica” (Lowande, 2018, p. 237). Nesse caso, a noção de escala nos remete, portanto, “aos diferentes espaços em que se inscrevem as interações constitutivas do processo analisado” (Werner; Zimmermann, 2003, p. 103). Logo, por uma ótica *multiscópica* transnacional, localizam-se pessoas, ideias e objetos pelos mais diferentes espaços ocupados em rede relacionais, possibilitando-nos “conectar a vivência de pessoas comuns à produção da modernidade, a perceber a interdependência entre elas, os seus movimentos, as suas trocas, os fluxos e refluxos e as diferentes temporalidades da rede cada vez mais interconectada do mundo” (Lowande, 2018, p. 237).

Dito isso, acredita-se que, assim como a abordagem micro-histórica enriquece a análise social, tornando “suas variáveis mais numerosas, mais complexas e mais móveis” (Revel, 1998, p. 23), a perspectiva da história transnacional também enriquece a micro história, bem como, nos ajuda a repensar a macro-história, e os processos de globalização mais recentes (Lowande, 2018, p. 240). Nesse sentido, as perspectivas da micro-história e da história transnacional são capitais para a compreensão do jornal durante o ciclo de difusão, uma vez que, nesta tese, focalizam-se as redes, trocas, intercâmbios e circuitos das informações e notícias impressas pelo *Publicador*, no recorte temporal proposto.

Para analisar o circuito de comunicação d’*O Publicador*, é necessária a assimilação de algumas noções essenciais, considerando-se a compreensão de cada uma das fases descritas por Darnton (2010a), do respectivo circuito do jornal em análise. O conceito de *representação* é um deles, tendo em vista que os impressos são produtos forjados a partir de representações contextualizadas da realidade (Capelato, 1988, p. 22): “A representação é, em grande medida, um fenômeno cultural e político, um fenômeno humano” (Pitkin, 2006, p. 16). Conforme Carlo Ginzburg (2014), o conceito de *representação* tem sido largamente estudado pelas ciências humanas ao longo das últimas décadas. Em consequência da abstração semântica do termo, a autora Hanna Fenichel Pitkin (2006) nos alerta que é preciso compreender a utilização do

conceito em cada época e sociedade não considerando apenas sua semântica, mas o contexto. Conforme a autora, o termo representação origina-se do vocábulo latino *representare*, que significa fazer presente ou apresentar de novo, mas que:

Também pode significar apresentar-se à corte em resposta a uma convocação; literalmente, tornar-se presente. Pode significar também tornar presente uma abstração em um objeto, ou por meio dele, como ocorre quando uma virtude parece encarnada na imagem de certo rosto. E pode significar a substituição de um objeto por outro – em vez do outro –, ou a antecipação de um evento, trazendo-o para o presente (Pitkin, 2006, p. 17).

Contudo, segundo Pitkin (2006), no latim clássico, o uso do termo esteve quase que inteiramente reservado para objetos inanimados. Entre os séculos XIII e XIV, ocorreram, não apenas a expansão, mas transformações nos usos do vocábulo, quando os papas e cardeais passaram a *representar* a pessoa de Jesus Cristo, ao mesmo tempo em que juristas medievais começaram a empregar o termo para personificar a vida coletiva. Assim, nesse momento, *representação* passou a significar também “retratar”, “figurar” ou “delinear”. Todavia, é necessário, segundo a autora, sempre pensar o termo semanticamente, tendo em vista que o alemão e o inglês, sendo provenientes da mesma família linguística, possuem usos para representação completamente diferentes. Na Alemanha, segundo Pitkin (2006), existem, no mínimo, três palavras designadas para o termo. Já no inglês, o termo *represent*, surgido ao final do século XIV, possivelmente percorreu o mesmo caminho de sentidos observado na França com *représenter*. Em ambos os casos, os termos foram usados para imagens e objetos inanimados, muito antes de vir a significar algo, como uma pessoa agindo por outras.

Tal complexidade e ambiguidade do termo são invocadas quando Carlo Ginzburg (2014) e Roger Chartier (2002) trazem à tona o significado de representação descrito pelo *Dicionário de Furetière*, publicado no final do século XVII. O verbete já trazia a tão conhecida tensão de sentidos: por um lado, o de que a representação evidencia uma coisa ausente, supondo uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; e por outro, o de representação como exibição de uma presença, portanto, como a apresentação pública de algo ou de alguém. De acordo com Sandra Pesavento (2006), no início do século XX, os etnólogos Marcel Mauss e Émile Durkheim chamaram atenção para a existência de um mundo “paralelo” de sinais, que se colocava em lugar da realidade.

As representações foram sendo incorporadas pelos historiadores e se tornaram um dos conceitos essenciais da História Cultural, essa que considera a cultura como uma tradução do mundo em significados, e não apenas o reflexo da sociedade. Roger Chartier (2002), ao pensar uma história cultural do social, identifica como seu objetivo compreender as formas e motivos

das representações do mundo social, no qual os atores sociais “traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (Chartier, 2002, p. 19). Para Chartier (2002), a cultura pode ser compreendida como prática, à medida que representações e apropriações seriam categorias de análise da cultura e das práticas culturais. Assim, compreende-se que a representação, “por um lado, faz ver coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e o que é representado; por outro, é exibição de uma presença, como a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa” (Chartier, 2002, p. 20).

Nesta tese, ao assimilar-se a noção de representação como categoria de análise para pesquisar o jornal *O Publicador*, entende-se que se trata de uma forma de “compreender o funcionamento da sua sociedade ou definir as operações intelectuais que lhe permitem apreender o mundo” (Chartier, 2002, p. 23). Levando em consideração que a imprensa é fruto de determinadas práticas sociais de uma época, considera-se que as representações dos contemporâneos em relação a si mesmos e ao mundo são os componentes constituintes da realidade social, como aponta Capelato (1988). Além disso, acrescenta-se a noção de que as identidades sociais “são produzidas a partir de uma relação de força exercida por aqueles que têm poder de classificar e de nomear as representações impostas; e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma” (Chartier, 2002, p. 73).

Tendo em vista essa perspectiva e percebendo-se que, nas páginas dos jornais, encontram-se inscritas relações de forças impostas por quem produziu e difundiu o jornal e pela sociedade à qual ele era destinado, faz-se necessária a incorporação da compreensão de *lutas de representações*. Esse conceito é essencial para compreender as motivações e práticas. Ele suscita algumas questões: quem produzia o periódico? O que ele representava perante a sociedade? E como essa era representada nas páginas do jornal? Essas indagações procuram evidenciar que não eram apenas os leitores que mantiveram contato com folhas periódicas, mas também a redação do jornal, que recebia, lia e transmitia conteúdo dos mais variados tipos de impressos.

Por esse motivo, destaca-se a assimilação da noção de *apropriação*, que “visa a uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (Chartier, 1991, p. 180). Para que se analise *O Publicador*, é preciso ter em mente que os jornais interagem com e na complexidade de um dado contexto, principalmente se pensarmos que, no Brasil do século XIX, os jornais foram o principal meio de comunicação, mas também um “fórum de debates do país, ágora onde se discutiam os principais temas” (Molina, 2015, p. 22).

Para se compreender o impacto do *Publicador* na província e sua consolidação perante o público, será de grande utilidade adotar a perspectiva da nova história do livro, como descrita por Darnton (2010). Com isso, buscar-se-á compreender como as ideias eram transmitidas por meio da palavra impressa e como esse contato afetou o pensamento e comportamento humanos, valendo-se de conceitos como circuito de comunicação, representações, apropriações, transnacionalidade e redes são essenciais. A perspectiva transnacional, em específico, permitirá indagar até que ponto os processos ultrapassavam as fronteiras estatais e influenciavam as dinâmicas sociais (Conrad, 2016).

A tese encontra-se estruturada em quatro capítulos, correspondendo às fases do circuito de comunicação do *Publicador*. No primeiro capítulo, intitulado ***O Publicador e sua tipografia***, apresenta-se análises acerca da fundação e consolidação do impresso enquanto jornal diário na província paraibana. .

O segundo capítulo intitulado ***Tudo em bom estado de conservação e capaz de trabalho***, trecho retirado do documento de vistoria da tipografia do *Publicador* no ano de 1873, objetivou-se explorar, com mais detalhes, o processo de produção do jornal. O *corpus* documental utilizado nos primeiros capítulos compreende, majoritariamente o documento cartorial do ano de 1873, *Autoamento de uma petição da tutora Joanna Maria do Rosário Costa*; o próprio jornal *O Publicador*; outros impressos da tipografia de José Rodrigues da Costa referentes aos anos de 1848 até 1869; registros de batismo do banco de dados do Projeto Gente Negra na Paraíba²² e do *Family Search*; documentos provinciais presentes no *Center for Research Libraries*; e os impressos presentes na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A etapa da circulação é contemplada no terceiro capítulo, ***O Publicador em rede***. Foi realizada uma análise qualitativa e quantitativa das referências utilizadas pela redação do próprio diário. Visando compreender como essas referências, na redação do jornal, refletem os padrões de recepção de informações do Brasil e do mundo e, para tanto, procurarei responder à seguinte questão: por quais países e províncias brasileiras havia preferência, por parte da redação do jornal? Para responder a esse questionamento, mobilizei a noção de rede de comunicação e de circulação transnacional da imprensa durante o período estudado.

O quarto capítulo, ***O Publicador e seu público***, é focado na última etapa do circuito de comunicação. Destacou-se a etapa de recepção do público do jornal e, para isso, certas limitações metodológicas devem ser expostas aqui: primeiramente, só foi possível acessar

²² Os registros de batismo entre os anos de 1833 a 1866 encontram-se catalogados sob a forma de Banco de Dados, fruto do Projeto Gente Negra na Paraíba Oitocentista, coordenado pela professora Solange Pereira da Rocha (PPGH-UFPB).

alguns aspectos dos usos do impresso por meio da análise das páginas impressas do jornal, em especial, de seções direcionadas ao público. Para efetuar essa análise, recorri às seções do *Publicador* que, em essência, se destinavam ou se originavam da redação para os leitores, ou vice-versa: *A Pedido*, *Correspondências*, *Literatura*, *Anúncios*, *Declaração* e *Comunicados*. Uma vez que as correspondências recebidas pela redação do jornal são inacessíveis, a interação e recepção do público podem ser alcançadas a partir das páginas do próprio impresso. Esta análise foi realizada em dois níveis: o primeiro se deu na expectativa que a redação apresentava em relação à formação de seu público, ao se comunicar diretamente com os leitores, com o objetivo de instruí-lo sobre o funcionamento do jornal diário. O segundo nível se apresentou na percepção que o jornal expressou sobre o seu público em suas páginas, ao selecionar as correspondências a serem publicadas, e de como esses leitores se utilizaram publicamente do diário.

CAPÍTULO 1 - O PUBLICADOR E SUA TIPOGRAFIA

DECLARAÇÃO

Na qualidade de **proprietário deste jornal e do estabelecimento onde se ele imprime**, corre-me a obrigação de fazer um reparo ao artigo de fundo do *Jornal da Parahyba* de quarta-feira 22 do corrente, quando diz que tenho extorquido do cofre da província pingues somas pelos mais insignificantes trabalhos de impressão, e que, ainda há pouco, impus o fabuloso preço de 1:200\$000 pelo do relatório do Exm. Sr. Araujo Lima, e o de 600\$000 pelo do balanço provincial, trabalhos que em rigor poderiam valer a metade das quantias etc. [...]

Paraíba 23 de outubro de 1862.

J. R. da Costa

(*O Publicador*, n.46, 24 de outubro de 1862, p. 2-3, Grifos meus).

Esse é um raríssimo, senão o único, artigo assinado por José Rodrigues da Costa em seu jornal. O excerto acima é uma declaração pela qual o editor e fundador proprietário do *Publicador* se defendia de um artigo publicado no periódico concorrente, o *Jornal da Parahyba*²³, um representante do Partido Conservador.

O estabelecimento ao qual o proprietário do diário se referia era a tipografia²⁴ que levava o seu nome: *Tipografia de J. R. da Costa*²⁵, localizada na Rua Direita da capital da Província da Paraíba do Norte. A empresa fora instalada entre os anos de 1845 e 1848, quando José Rodrigues da Costa retornou do Rio de Janeiro e fundou a oficina tipográfica. De 1848 até 1862, o estabelecimento foi uma das principais casas de impressão dos relatórios de presidente de província e de outros documentos oficiais, tais como exposições de presidente de província, regimentos internos, atas de coleção de leis oficiais etc. A tipografia não se limitou apenas aos documentos oficiais, também confeccionando outras espécies de materiais como jornais, livros, panfletos, cartas de leitura, mapas etc.

José Rodrigues da Costa, natural da província da Paraíba do Norte, iniciou-se no labor tipográfico após seus estudos primários. Em seguida, mudou-se para a província vizinha, Pernambuco, em busca de maiores oportunidades e de aprofundamento profissional. Em meados da década de 1840, quando morou na Corte do império, foi proprietário de outra oficina

²³ Fundado no ano de 1862 sob a direção de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha (futuro Barão de Abiaí), chefe do Partido Conservador da província da Paraíba do Norte. Os exemplares referentes à década de 1860 não foram localizados, até o presente momento, nos arquivos visitados. Na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, encontram-se disponíveis exemplares do número 2639 aos 2769, referentes ao ano de 1888, e dos números 2737 a 2781, relativos ao ano de 1889.

²⁴ “Em sua origem, o termo *tipografia* foi definido como o processo de impressão relevográfica produzido a partir de tipos móveis – blocos de metal ou madeira com a forma de letras, ornamentos e fios - que, montados lado a lado, formavam uma matriz de impressão. Em essência, uma técnica semelhante à inventada por Gutenberg na Alemanha do século XV. Mas, com o tempo, a palavra tipografia ganhou uma significação mais ampla e diversificada” (Vignoli; Neder, 2012, p. 45-46).

²⁵ Para saber mais detalhes, ver: Peixoto (2017a; 2017b).

tipográfica. A partir do ano de 1862, ao tomar a iniciativa de fundar o *Publicador*, o primeiro jornal de circulação diária da província da Paraíba do Norte, ele alcançou o apogeu de sua carreira como tipógrafo.

Ao assumir essa empreitada, José Rodrigues consolidou sua já destacada e longeva empresa na província, feito esse que ainda não havia sido atingido por outra tipografia. Em 1866, quando faleceu, deixou como legado *O Publicador* e o empreendimento tipográfico como um todo. A partir de então, seu negócio passou a se chamar *Tipografia dos Herdeiros de J.R. da Costa*.

Apesar do sucesso como empreendimento, o *Publicador* atraiu também a atenção de críticos que se propunham a atacar politicamente o jornal e a redação dele, que possuíam cunho abertamente liberal. O excerto que inicia este capítulo apresenta um exemplo dessa disputa política, pois traz a resposta dada por José Rodrigues às acusações de extorsão do erário feitas em artigo do conservador *Jornal da Parahyba*. Essa disputa política se dava nas páginas impressas, em que a palavra de um se tornava arma contra a palavra do outro (Barbosa, 2011, p. 167; Conway, 2006, p. 77). Tal fato era marcante e característico do jornalismo, desde a sua origem, permanecendo também durante o século XIX.

De acordo com Jorge Pedro Sousa (2007), a imprensa jornalística do século XIX, em sua grande parte, era partidária e voltada a dois interesses principais, cuja presença se vê nas páginas de *O Publicador*: primeiramente, a *retórica*, isto é, a forma de se persuadir o público, e, em segundo lugar, a *liberdade de imprensa*. Ambas as preocupações podem ser evidenciadas nas páginas de *O Publicador*, de forma sutil ou explícita. Por exemplo, as seções de *Literatura* e de *Variedades* podem ser entendidas, ao mesmo tempo, como formadoras do repertório cultural da redação do jornal e como seções persuasivas para os leitores, ao trazer excertos de obras clássicas.

Tais aspectos são evidentes no conteúdo e na organização do jornal, como exemplificado nos dois excertos a seguir:

VARIEDADES

Literatura

É este um desses termos vagos tão frequentes em todas as línguas; [...] A literatura não é uma arte particular; **é uma luz adquirida sobre as belas artes**, luz muitas vezes enganadora. Homero era um gênio; Zoilo um literato. Corneille era um gênio. **Um jornalista, que tem lido, compreendido e dado conta das obras primas desse autor insigne, é um literato.** Não se distinguem as obras de um poeta, de um historiador por esse termo vago de *literatura*, ainda que seus autores possam ostentar um conhecimento muito variado e possuir tudo o que se entende pela palavra de *literatura*. Racine, Boileau, Bossuet, Fénelon, que tinham mais *literatura* do que seus críticos, seriam muito mal cabidamente chamados literatos. [...]

Pode-se ter literatura sem ser o que se chama um sábio. Todo aquele que tem lido com fruto os principais autores latinos em sua língua pátria pode-se chamar literato; [...] Assim, pois a palavra *literatura* não pode aplicar-se às obras que ensinam arquitetura, a música, as fortificações acastrametação etc. É um termo técnico que serve para exprimir todo aquele trabalho que demonstra em seu autor mais conhecimento dos clássicos, do que ciência profunda e variada.

Egomet
(*Extr.*)

(*O Publicador*, n.492, 23 de abril de 1864, p. 3, Grifos meus).

Nesse trecho, é palpável a intencionalidade da redação em selecionar excertos ou mesmo obras completas que versavam sobre literatura, gramática ou filosofia. Esse interesse, em consonância com as observações de Sousa (2007), aponta para uma construção do repertório de conhecimentos da redação do jornal. Além disso, essa citação traz também a preocupação com a consolidação e persuasão do público paraibano, já caracterizado anteriormente, no prospecto do *Publicador*, como tendo “adquirido o hábito à leitura dos periódicos”.

Consoante ao objetivo do *Publicador* de instruir o seu público, deve-se ter em mente que o interesse da redação em estudar e publicar textos as *belas* letras ou literatura, em sentido amplo ~~sobre retórica~~ é um produto cultural do contexto em que o jornal estava inserido. Ao lado da literatura, na imprensa do século XIX, valorizou-se a retórica. Esse papel de destaque da retórica foi abordado por Socorro Pacífico Barbosa (2011) em seu estudo sobre a escrita epistolar nos jornais do século XIX. Nele, a autora destacou a importância da retórica na instrução tanto em Portugal como no Brasil. A literatura foi entendida como *belas-letras*, isto é tudo aquilo que abarcava um amplo conjunto de escritos, tais como cartas, sermões, narrativas de viagens, biografias etc. (Barbosa, 2007, p. 29). No Brasil colonial, a instrução escolar, conforme apontado por Villalta (1997, p. 351), “era caracterizada pela imitação e adoção de textos clássicos de origem grega e latina, além da notável valorização da retórica e da eloquência”. Isso se tornava evidente tanto na estruturação dos programas educacionais quanto na maneira pelas quais as elites sociais assimilaram esses programas.

Além de instruir, a necessidade de se persuadir o público era uma preocupação da redação do jornal, uma vez que a formação de uma comunidade de leitores contribuiria para a longevidade e o sucesso do impresso. Nesse sentido, várias obras serviam de referência para o uso da retórica em artigos escritos. Dentre elas, um dos mais célebres materiais era o *Verdadeiro método de estudar*, livro de Luís Antonio Verney (1746), que destacava a função de persuadir, instruir e deleitar que a retórica possuía. De acordo com Sousa (2007, p. 7): “Os estudos retóricos foram importantes por via indireta, já que os ‘jornalistas’ estudavam a forma de melhor persuadir, mas também de melhor contar as novidades”.

No trecho a seguir é possível exemplificar a outra percepção levantada por Sousa (2007): a preocupação da imprensa, em especial a do século XIX, com a noção de liberdade de imprensa:

A imprensa deve ser honrada

A missão mais nobre da imprensa é a de defender o oprimido. Este é o primeiro dos seus deveres. Não pensem que ela se inventou dos seus deveres. Não pensem que ela se inventou para fins que não sejam generosos e nobre; nem que a devem ter ao serviço de mesquinhos interesses individuais, ou de ignóbeis paixões. Quando não cumprirmos este dever, saibam que transformam a imprensa em arma fatal. **Impresso de onde não se irradie luz e verdade, livro que não moralize e instrua, jornal que não esclareça e doutrine** – para que servem! Rasguem-nos e queimem-nos. A luz da imprensa não pode nem deve esclarecer más ações, nem maus feitos. Honrem sempre a imprensa! **A ampla liberdade** não será nunca torpe licença para um escritor consciencioso.

Brito Aranha²⁶

(*Extr.*)

(*O Publicador*, n.492, 23 de abril de 1864, p. 3, Grifos meus).

Também publicado na seção de *Variedades*, esse trecho aponta novamente a intencionalidade da redação do *Publicador* ao selecionar os excertos de obras que compunham parte de cada número. São perceptíveis, nesse caso, a opinião e a expectativa que a redação do jornal possuía em relação ao papel da imprensa na sociedade. Além disso, essa citação traz uma prescrição alinhada com esses ideais da redação, de como a imprensa deveria ser: honrada, moralizadora, instrutora e irradiadora da verdade.

Essa citação reforça ainda mais a importância dada pela redação do jornal, desde a sua origem, à liberdade de imprensa, a começar pelo cabeçalho do primeiro exemplar do jornal (citado a seguir), passando pelo prospecto, bem como pelas edições posteriores:

O PUBLICADOR

ANNO I – 1862 SEGUNDA FEIRA 1 DE SETEMBRO NÚMERO 1

O Publicador é propriedade de José Rodrigues da Costa. Publica-se diariamente, e subscreve-se na Tipografia à razão de 1\$000 por mês, pagos adiantados. Os anúncios entregues até as 5 horas da tarde serão publicados no dia seguinte, mediante a paga de 40rs. Por linha de 46 letras. Todas as mais publicações serão dadas à luz mediante contribuição razoável, que será paga em todo caso paga adiantada. A empresa tem como indeclinável dever o facilitar convenientemente em suas colunas a **liberdade de imprensa em toda a sua plenitude**

(*O Publicador*, n.1, 1 de setembro de 1862, p. 1, Grifos meus).

Ademais, o extrato do texto de Brito Aranha em *O Publicador*, que se vê transcrito acima, traz, em suas linhas, a percepção de que a redação do jornal tinha em relação a toda a imprensa que não seguia essas instruções: a necessidade de ser extinta, ao dizer “Rasguem-nos

²⁶ Pedro Venceslau de Brito Aranha foi um conhecido jornalista e bibliófilo português. Exerceu cargo de redator principal do *Diário de Notícias*, dirigiu alguns números da Revista *Arquivo Pitoresco* e escreveu, em conjunto com Inocêncio da Silva, o *Dicionário Bibliográfico Português* (Sousa et al., 2007a, p. 30).

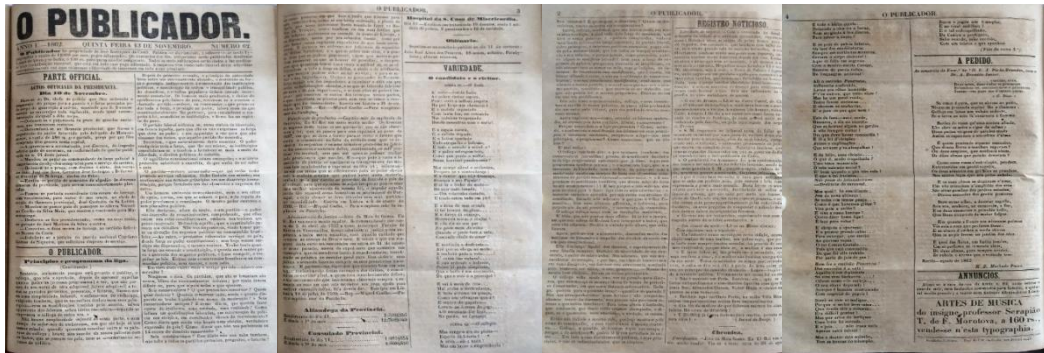
e queimem-nos”. Essa percepção relaciona-se, sobremaneira, aos embates travados com os jornais conservadores, tanto no campo das ideias como em suas acusações cotidianas. De maneira mais sutil, a citação inclui, ainda, a percepção da redação a respeito dos limites e do bom uso da liberdade de imprensa: “A ampla liberdade não será nunca torpe licença para um escritor consciencioso”. Nesse sentido, a liberdade de imprensa era um instrumento necessário ao fazer jornalístico e que, nas mãos de um escritor diligente e probo, não seria jamais utilizada para desinformar e descumprir o papel fundamental, segundo a redação, de um bom jornal: o de esclarecer e doutrinar. Essa perspectiva expressa pela redação do jornal é o que se pode chamar de *linha editorial*, caracterizada por ser “[...] a ótica através da qual a empresa jornalística vê o mundo. Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição, privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo alguns e omitindo diversos” (Melo, 2003, p. 75).

Vale destacar, que uma folha diária, geralmente, possuía uma *parte editorial*, que publicava matérias produzidas pela redação ou por colaboradores regulares ou eventuais, e uma outra *parte comercial*, que publicava matérias produzidas por leitores, anunciantes, ou por empresas públicas ou privadas (Simões Júnior, 2006, p. 136). Portanto, a opinião dos sujeitos que estão por trás da produção do jornal era expressa por meio da parte editorial do *Publicador* (Capelato, 1988, p. 34), da seleção de conteúdos e, finalmente, por meio da forma sob a qual esses eram publicados.

Os editoriais, por sua vez, vinham localizados abaixo da repetição do nome do jornal, ora com título, ora sem título, (Celestino; Nicolau, 2016, p. 18; Gomes, 2007). No caso do *Publicador*, o editorial era a seção que levava o mesmo nome do jornal, geralmente impresso entre a primeira e a segunda página, com temáticas de questões locais e políticas.

Em seguida, até mesmo antes de qualquer outra seção, vinha a *Parte Oficial*, que continha os expedientes e as movimentações do governo provincial e dos respectivos órgãos. Entre a segunda e a terceira página, estavam as seções de caráter mais “comercial”, como *Registro Noticioso*, *Variedades*, *Literatura*, *A Pedido*, *Editais* etc., seguidos sempre dos *Anúncios*. No exemplar a seguir (**Figura 1**), pode-se identificar essa divisão nas seguintes seções: *Parte Oficial*, *Publicador* (editorial), *Registro Noticioso*, *Variedades*, *A Pedido* e *Anúncios*:

Figura 1 - *O Publicador* 13 de novembro de 1862, n. 62, p. 1-4.



Fonte: Arquivo Privado Maurílio de Almeida

No exemplar da **Figura 1**, a seção *Variedade* contém a transcrição de uma peça intitulada *O candidato e o eleitor*²⁷, extraída do periódico *Correio da Victoria*²⁸. Segundo Barbosa (2011, p. 268), ao longo do século XIX, extrair trechos inteiros ou parafrasear outros jornais e autores foram práticas comuns da escrita jornalística do universo luso-brasileiro.

De acordo com Sousa (2007), mesmo a imprensa do século XIX sendo majoritariamente de caráter “partidário”, sua natureza noticiosa nunca se perdeu. Por isso, os contos, crônicas, poesias e romances também estavam inseridos nos jornais em seções como *Variedades*, *Miscelânea*, *Folhetim*, entre outros (Barbosa, 2007, p. 30). A composição da seção *Variedades* do *Publicador* incorporava o significado de literatura percebido no século XIX.

Retomando a declaração que abre este capítulo, é necessário compreender que, no século XIX, os editoriais eram denominados “*artigos de fundo*”. Com essa definição em mente, a declaração passa a fazer ainda mais sentido. Nela, José Rodrigues da Costa defende a si próprio e a tipografia dele das acusações feitas pelo *artigo de fundo* publicado no *Jornal da Parahyba*. Esses textos representavam grupos políticos cujos interesses eram refletidos na redação do jornal (Celestino; Nicolau, 2016, p. 18; Gomes, 2007). Portanto, a réplica do tipógrafo ao editorial do *Jornal da Parahyba* é uma resposta a acusações, publicadas em uma seção mais opinativa que noticiosa, vindas de um jornal representante do grupo dos conservadores na província.

Em conformidade com Roger Chartier (2002, p. 17), entende-se que “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros”, uma vez que elas “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros”.

²⁷ A peça foi transcrita em três exemplares, nos de número 61, 62 e 63, e ao final da transcrição no final continha: (*Correio da Victoria*), o que indicava de onde o texto era extraído.

²⁸ Jornal publicado na província do Espírito Santo. Foi impresso pela primeira vez no dia 17 de janeiro de 1849, de propriedade e redação do Pedro Antônio de Azeredo. Circulou até o ano de 1873, cessando sua publicação em consequência de divergências ideológicas. Para ver mais: <https://ape.es.gov.br/vitoria-correio-da-victoria>

Sendo assim, a visão de mundo do *Publicador* foi concebida a partir da seleção, da preferência e da ordenação das seções, temáticas, excertos e notícias julgados interessantes pela redação do jornal, com a finalidade de formar seu público leitor.

Para uma compreensão abrangente dos aspectos relacionados à produção do *Publicador*, é necessário destacar a importância de considerar a figura dos produtores como sujeitos conscientes, influenciados pela prática social, como apontado por (Capelato, 1988, p. 21). Isso ocorre porque a imprensa periódica desempenha um papel crucial ao selecionar, ordenar, estruturar e narrar os conteúdos de uma forma específica (Luca, 2011, p. 139). Ao investigar o papel dos produtores na produção da imprensa, obtém-se uma perspectiva mais ampla sobre como os conteúdos são moldados e como o público é impactado por essas escolhas.

1.1. A NASCENTE EMPRESA DO PUBLICADOR

De acordo com Freire (2018, p. 14), “o jornalismo é uma zona de conflito de interesses empresariais, políticos, econômicos e ideológicos”. Por isso, o que se encontra inscrito e impresso ao longo das páginas do *Publicador* se torna mais evidente ao se compreender quem eram os responsáveis pelos bastidores e como se dava a circulação de informações na sociedade do período.

Em conformidade com o exposto anteriormente, o jornal tanto participou como foi marcado por essa zona de interesses e conflitos. Nesse sentido, o diário foi influenciado pelo contexto político do Segundo Reinado, conhecido pela alternância de poder entre Liberais e Conservadores. Durante o segundo reinado, os dois principais partidos políticos, formados entre os anos de 1837 e 1848, foram o Partido Conservador e o Partido Liberal²⁹ (Needell, 2009, p. 16). As divergências entre liberais e conservadores, até meados da década de 1860, segundo Carvalho (2011, p. 204) se “prenderam quase que totalmente aos conflitos regenciais entre as tendências de centralização e descentralização do poder”, corporificadas nas leis descentralizadoras de 1832 e 1834 e nas leis do Regresso de 1840 e 1841³⁰. O *Publicador* seguiu

²⁹Na província da Paraíba do Norte, na década de 1830, os fundadores do Partido Liberal foram os Monteiro da Franca, Joaquim Batista Avundano, Manuel Lobo de Miranda Henriques, João Coelho Batista e o vigário Marques Guimarães. Formaram o núcleo inicial do Partido Conservador os influentes Carneiro da Cunha, os Chacon, José Lucas de Sousa Rangel, Francisco de Assis Pereira Rocha e Frederico de Almeida e Albuquerque (Segal, 2014, p. 14).

³⁰Para saber mais sobre as referidas leis, ver: Carvalho, José Murilo de. **A construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 [1996]; Dolhnikoff, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**, São Paulo: Globo, 2005.

a tendência, originada desde os primórdios da imprensa, de se manifestar “como uma força política” (Capelato, 1988, p. 13).

Esses interesses a respeito da centralização e da descentralização do poder foram personificados nas pautas defendidas pelo Partido Conservador, de caráter centralizador, e pelo Partido Liberal, defensor da descentralização (Carvalho, 2011, p. 204). Nesse sentido, o Partido Conservador defendia reformar as leis de descentralização e tinha por objetivos fortalecer o poder central, consolidar o controle centralizado da magistratura e da polícia e fortalecer o poder moderador. Por outro lado, o Partido Liberal tinha como interesses expandir a autonomia provincial, estabelecer a Justiça eletiva, separar administrativamente a polícia da justiça e reduzir as atribuições do poder moderador (Carvalho, 2011, p. 206).

No segundo reinado, grande parte do cenário político foi marcado pela maturidade alcançada por D. Pedro II sobre assuntos políticos (Needell, 2009, p. 19). Nesse contexto, grandes nomes da política foram atraídos para “uma crescente moderação apartidária e para um reformismo gradual, sendo incorporados ao poder no despertar da própria direção política do imperador” (Needell, 2009, p. 19).

Entre os anos de 1844 e 1848, os liberais comandaram o Gabinete imperial, período que ficou conhecido como “quinquênio liberal”. Em 1848, houve a eclosão da Insurreição Praieira³¹, que resultou na volta dos conservadores ao poder. A revolta foi então suprimida, e esse retorno se manifestou com a manutenção dos conservadores no poder até o ano de 1852. Em 1853, Honório Hermeto Carneiro Leão assumiu a presidência do Gabinete Imperial, também conhecido como Marquês de Paraná. A partir de então, ele apresentou a proposta de neutralizar as disputas entre liberais e conservadores, sugerindo uma trégua política. Durante sua atuação como Presidente do Gabinete Imperial, ele liderou e articulou sua gestão em torno da Gabinete da Conciliação (1853-1857), período esse que: “procurou desmoralizar o partidarismo ideológico e a influência eleitoral dos partidos, ao mesmo tempo em que fortalecia o papel eleitoral do gabinete, então sob a direção explícita do imperador no que diz respeito à política geral” (Needell, 2009, p. 20).

O objetivo da conciliação, no entanto, não era o de eliminar os partidos, mas sim o de amenizar os conflitos interpartidários e intrapartidários, na busca pela aproximação entre liberais e conservadores (Holanda, 2004). Entretanto, a escolha política pela conciliação não se

³¹ Dissidência do Partido Liberal pernambucano, também conhecido como “Partido Praieiro”. A revolta-rebelião da *Praieira* ficou conhecida como um atrito armado resultante da radicalização de uma disputa intra-elite pelo poder político local e por cargos correspondentes, bem como pela catalização de inúmeras insatisfações da população pobre livre, imprensada entre a escravidão e o desemprego (Carvalho; Câmara, 2008, p. 7).

converteu na união dos partidos e tampouco lhes conferiu um pensamento unificado. Tratou-se, sobremaneira, de uma forma de organização política que visava garantir um apoio mais amplo ao ministério (Vainfas, 2008, p. 154). Essa aproximação transformou a vida política e mudou o equilíbrio de forças partidárias, o que acabou por resultar no fortalecimento dos liberais (Iglesias, 2004, p. 21). O período da conciliação também abarcou a nona legislatura (1853-1856) dos Deputados, caracterizada pela aprovação da Lei de Círculos, importante reforma na legislação eleitoral. Ela prometia modificar o perfil do representante eleito para a Câmara dos Deputados e foi a principal medida aprovada pelo chamado Gabinete da Conciliação (Ferraz, 2013, p. 15).

Para se entender os efeitos eleitorais causados pela Lei de Círculos, é preciso compreender como se dava o processo eleitoral na maior parte do período monárquico. As eleições ocorriam pela via indireta em um sistema de duplo grau no qual “o corpo eleitoral era dividido em duas categorias: votantes e eleitores” (Ferraz, 2013, p. 120). “Aqueles, qualificados para as eleições primárias, escolhiam os eleitores, que nas eleições secundárias elegiam os candidatos concorrentes aos postos de senadores, deputados gerais e deputados provinciais” (Ferraz, 2013, p. 120).

Esse processo eleitoral se deu nas províncias pelo sistema de maioria simples desde 1824. Nesse sistema “eram eleitos os candidatos deputados que obtivessem, computada a totalidade, o maior número de votos, até preencher o número de vagas reservado àquela província” (Ferraz, 2013, p. 120). A partir de meados da década de 1840, o sistema eleitoral passou a receber uma série de críticas, dentre as quais a principal delas referia-se à sub-representação dos grupos locais (Freitas, 2015, p. 17). Esse processo, causado pelas elites provinciais, era resultante da disputa dos pleitos primários por chefes locais que mobilizavam o maior número possível de votantes, a fim de selecionar os candidatos a eleitor que resultariam na eleição dos candidatos estabelecidos pelos poderes provinciais e centrais (Ferraz, 2013, p. 120; Freitas, 2015, p. 17).

A Lei dos Círculos estabeleceu, portanto, o voto distrital em substituição ao voto provincial. Sendo assim, o número de deputados gerais seria o equivalente ao número de distritos eleitorais das províncias. Os defensores da lei de círculos acreditavam que esta seria uma forma mais eficiente de garantir a eleição de minorias no sistema majoritário (Dolhnikoff, 2005).

De acordo com Paula Ribeiro Ferraz (2013, p. 121), o sistema, anterior à lei de 1855, incentivava tanto a “formação de uma elite regional transcendente de localismo”, bem como “exigia dos gabinetes um custo considerável em termos de atendimento às demandas das

bancadas provinciais”. Por outro lado, os que continuavam defendendo o voto provincial, argumentavam que “a vontade nacional prevaleceria na medida que fossem eleitos os indivíduos mais virtuosos, o que seria garantido pelo distrito grande” (Dolhnikoff, 2005, p. 49).

Cinco anos após ter sido sancionada, a lei de 1855 sofreu alterações. Conforme Jairo Nicolau (2012, p. 36), a elite parlamentar não ficou satisfeita com os resultados da referida lei, alegando que “o favorecimento das elites locais teria ido longe demais”, chegando até mesmo “a enfraquecer a influência dos partidos”. Assim, com a intenção de reduzir a influência dos líderes locais no processo eleitoral, reduziram o número de distritos, porém ampliaram a extensão territorial deles (Segal, 2014, p. 25).

Na província da Paraíba do Norte, o número de distritos eleitorais foi reduzido de cinco para dois, a partir das alterações na Lei de Círculos em 1860. O primeiro distrito abrangia a capital da província e os municípios ligados à economia açucareira, como Mamanguape, Bananeiras, Areia e Pedras de Fogo. Esse distrito elegia três deputados gerais para cada legislatura. Já o segundo distrito era formado por localidades mais afastadas do litoral e vinculadas às atividades pecuárias, como Campina Grande, São João, Patos, Pombal, Catolé do Rocha, Piancó e Souza. Por sua vez, esse distrito elegia dois deputados a cada nova legislatura (Segal, 2014, p. 24). Ao final do ano de 1860, as eleições para a assembleia geral foram marcadas por intensa movimentação na Corte. As eleições foram palco de acusações recíprocas entre liberais e conservadores, em que cada lado denunciou o uso da força e as irregularidades no processo eleitoral (Claudino, 2011, p. 47).

Nesse ínterim, vários jornais já haviam noticiado a cisão interna previamente existente no Partido Conservador. Nele, os integrantes se dividiam na ala denominada moderada, em contraponto à ala vermelha. Somado a isso, no Partido Liberal, alguns dissidentes desejavam se aproximar desses conservadores moderados, a fim de fundar um novo partido político.

Segundo Silvana Barbosa (2009, p. 306), “entre o fim de 1860 e o início de 1861”, esse movimento, intimamente relacionado à política da conciliação (Carvalho, 2011, p. 210), lançou as bases para a fundação do posterior Partido Progressista. Conhecido como a Liga Progressista, esse produto da cisão interna dos dois partidos reunia liberais moderados e conservadores dissidentes. A Liga Progressista se organizara tanto por meio de reuniões abertas nas casas dos políticos da Corte, como pela imprensa, figurando amplamente nas páginas do *Correio Mercantil* e do *Diário do Rio de Janeiro*. Uma das figuras de destaque no processo de organização e formação da Liga foi Zacarias de Góes e Vasconcelos, articulador da Liga. Sua obra *Da natureza e limites do Poder Moderador* é considerada um dos textos fundadores da Liga Progressista (Claudino, 2011; Barbosa, 2009). Em maio de 1862, Zacarias foi indicado

pelo imperador para presidir o Conselho de Ministros, compondo o primeiro gabinete alcançado pela Liga.

Após a efêmera gestão ministerial presidida por Zacarias, a Liga Progressista aproximou-se de uma configuração partidária. Além disso, passou a possuir contornos mais claros em torno da própria formação e defendia, dentre outras propostas:

a reforma da guarda nacional, a regeneração do sistema representativo, o que incluía a responsabilização dos ministros em relação aos atos do Poder Moderador, reforma e execução da lei eleitoral quanto às incompatibilidades, **reforma nas atribuições das câmaras municipais como forma de ampliar sua autonomia e reforma judiciária através da revisão do Código do Processo de 1841** (Claudino, 2011, p. 55, Grifos meus).

Esse primeiro gabinete ministerial, chefiado por um representante da Liga, durou apenas seis dias, em maio de 1862. Em seguida a saída de Zacarias, o Imperador convidou Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, a fim de presidir e organizar o novo ministério. “O gabinete de Olinda foi considerado de transição para a tomada do poder de fato pelos progressistas” (Claudino, 2011, p. 56). Em conformidade com Bruno Estafanes (2017, p. 12), a Liga Progressista, que em 1864 se tornou o Partido Progressista, foi “mais do que simples retomada de velhas identidades, o que ocorreu foi uma rearticulação de alianças”, processo que se iniciou na legislatura de 1857-1860. Por outro lado, na imprensa política, “Jornais liberais e conservadores, cada um a seu modo, diagnosticavam as transformações por que passava a política nacional frente a questões financeiras, eleitorais e do funcionamento do sistema político” (Estafanes, 2017, p. 12).

O *Publicador*, no exercício das atribuições de folha diária, e demonstrando conectividade com os acontecimentos que se davam no gabinete imperial, apresentou, apenas um mês após a estreia do periódico, a seguinte notícia:

REGISTRO NOTICIOSO

Ansiedade – Estão todos ansiosos pela chegada do Vapor do Sul. Uns porque temem de deixar as posições, outros porque desejam ocupá-las, e muitos por esse desejo de novidade natural dos homens. Estes afirmam que o atual gabinete passa a favoniar a liga: aqueles, que ele cora; aqueles outros, que ele, não se podendo entender, larga as pastas, e que a esta hora temos um outro rubro como pimentão. Nós, porém, que nada temos a esperar e nem a perder, estamos calmos no meio do quase geral desassossego, e quase que supomos que o vapor virá sem carga de novidades. Entretanto, pouco terá a esperar quem deseja desenganar-se (*O Publicador*, n. 26, 1 de outubro de 1862, p. 1).

Esse excerto foi extraído da seção intitulada Registro Noticioso, que figurava entre a primeira e a terceira página do periódico. Além de ser uma das mais extensas, caracterizava a seleção editorial da redação para com o seu público. Nele, podemos identificar algumas das

marcas de circulação de informações do período, como, por exemplo: “Estão todos ansiosos pela chegada do Vapor do Sul”. A palavra ansiedade aponta a ironia no tom da notícia sobre a espera pelas informações advindas de outra parte do império, que, segundo as palavras noticiadas, não afetariam o jornal, tampouco a redação dele. Ademais, o trecho aponta a principal maneira como essas informações chegavam, por navios. Somado a isso, a ansiedade é tratada não apenas como “desejo de novidade natural dos homens”, mas como o temor de uns de perder cargos, e o desejo de outros em ocupar novas posições, após a mudança política no poder ministerial. Desde maio de 1862, havia sido nomeado o novo gabinete ministerial, presidido pelo Marquês de Olinda. A notícia supracitada data de outubro, período que possivelmente o presidente do gabinete imperial estava executando mudanças nas questões internas à gestão. Nessa matéria, a redação usou o termo favoniar, entendido como favorecer, para se referir a pessoas relacionadas à liga progressista.

Ao utilizar termos como rubro, pimentão e corar, para designar membros do gabinete, a redação estava se referindo aos chamados conservadores “vermelhos”, “puros”, “tradicionalistas” ou “emperrados”. Eram considerados conservadores vermelhos àqueles que se mantinham fiéis à perspectiva fundadora do partido, eram aliados aos velhos interesses oligárquicos e eram acusados de não se adaptarem as necessidades conjunturais. Já os conservadores “moderados”, por sua vez, viam na política dos “vermelhos” a impossibilidade de avanço, por isso, alguns acabaram se aproximando dos liberais (Claudino, 2011, p. 52). No dia 6 de outubro de 1862, cinco dias depois da primeira matéria, o tom a respeito da liga começa a se alterar. Contradi-se a matéria anterior, em que se publicou ‘Nós, porém, que nada temos a esperar e nem a perder’ [com as notícias da liga]:

Na discussão dos princípios, a liga pode mostrar suas vantagens. Mas é fora de dúvida que **o novo partido, que acaba de ser organizado, tem de dirigir, mais tarde ou mais cedo, os destinos do país**, se porventura seu pensamento é tal qual o compreendemos (*O Publicador*, n.30, 6 de outubro de 1862, p. 2, *Grifos meus*).

Dessa vez as informações acerca da liga vieram no editorial e não mais juntamente do noticiário. O artigo foi inteiramente dedicado aos acontecimentos da liga, não possuía um título, se iniciava na primeira página e se seguiu quase até o final da segunda lauda do exemplar. O primeiro parágrafo do editorial principiou afirmando que: “Incontestavelmente a administração do país toma uma nova face, não essencial, mas accidental, não de princípios absolutamente falando, mas de forma”. Em seguida, se indagava: “Mas essa nova face completará um acontecimento, politicamente falando, ou significará apenas uma mudança de quarto, enquanto descansa o pessoal que é substituído?” (*O Publicador*, n.30, 6 de outubro de 1862, p. 1). Seguida

dessa reflexão, a redação fez uma espécie de resumo dos acontecimentos políticos do país desde a conciliação até a liga. O trecho destacado acima se localiza na conclusão das ideias do artigo, que mostravam a redação mais favorável à liga.

Para compreender melhor de que maneira esse tipo de artigo chegava a ser publicado no periódico analisado, é preciso destacar a relevância dos bastidores da produção do jornal. O redator chefe de *O Publicador*, o padre Lindolfo José Correia das Neves, teve papel fundamental na inserção do jornal na liga e exerceu influência nas matérias e tópicos que o jornal publicava. De acordo com Myraí Segal (2014), na 9ª legislatura geral (1853-1856), o padre Lindolfo Corrêa das Neves foi eleito deputado pelo Partido Conservador. Antes da Conciliação, o padre Lindolfo era ligado aos conservadores paraibanos, mas foi ainda na década de 1850 que ele e alguns políticos paraibanos, como Dr. José da Costa Machado, antes vinculados ao Partido Conservador, se aproximaram dos liberais e aderiram à ideia de conciliação (Segal, 2014, p. 58; Mariz, 1980 [1922]). Na verdade, a fundação do *Publicador* e editoriais coincidem com a trajetória política do padre Lindolfo. Na década de 1860, o padre Lindolfo Correia já havia se distanciado dos conservadores menos moderados, seus antigos correligionários, e se aliado aos que defendiam uma aproximação entre os liberais e os conservadores dissidentes (Segal, 2017, p. 121). Em resposta ao *Jornal da Parahyba*, no editorial do dia 14 de outubro de 1862, a redação trazia:

O PUBLICADOR

O Jornal da Parahyba e a liga

Lemos com profunda atenção o artigo, com que o colega do Jornal da Parahyba, nos honrou em seu número 54 de 11 do corrente, respondendo ao de nosso número 30 em apreciação à situação atual do país, que não mereceu a competente aprovação do colega. [...] **Nossa posição está escolhida e tomada há muito tempo.** Somos conservador moderado e, como tal, aderimos à liga progressista (*O Publicador*, n. 37, 14 de outubro de 1862, p. 1, *Grifos meus*).

Na contramão à primeira menção à liga no *Publicador*, acerca da chegada das notícias da mudança ministerial em que o jornal se colocou como imparcial, nesse editorial, a redação se assume adesista da liga progressista.

Coincidentemente, na legislatura de 1864 e 1866, o padre Lindolfo foi eleito deputado geral pela liga e se tornou um dos principais alvos do *Jornal da Parahyba*, que também se tornou o maior opositor do *Publicador*.

No Brasil imperial, geralmente: “Nas províncias onde não existia órgão oficial de imprensa, os atos do governo eram publicados pelas folhas que circulavam. Normalmente ocorria que o partido no poder procurasse os jornais de sua facção” (Martins, 1978, p. 25). E, assim, em meado de 1862: “No intuito de vê-las por nossa parte e de uma vez finalizadas,

acordamos em suprimir todos os jornais, representantes dessas facções que se dizem conservadoras, e publicar um novo com o título de *Jornal da Parahyba*” (Bezerra, 1922, p. 55). E encontrava-se à frente da província um presidente, possivelmente conservador, Francisco de Araújo Lima, que, em 1863, fechara um contrato com o jornal do “Órgão do Partido Conservador, e que havia sido fundado pelo Senador Frederico de Almeida e Albuquerque, e que possuía como principais redatores o Barão de Abiahy³² e o Padre Meira” (Araújo, 1986, p. 37).

A gestão de Araújo Lima durou de maio de 1861 a fevereiro de 1864, e o mais interessante de se notar é que, ainda em fevereiro, assim que deixa o cargo, o então vice-presidente que assume em seguida, o líder liberal, o senhor Felizardo Toscano de Brito, cancela, quase que imediatamente o contrato do governo com o jornal porta-voz do lado político oposto ao seu. E o senhor Felizardo assina contrato, com o diário, de cunho liberal, sendo os membros da redação também seus amigos, para imprimir os expedientes do governo. Foi esse cenário que *O Publicador* fazia questão de mostrar, ainda no mês de fevereiro de 1864, usando suas três primeiras páginas para trazer impressos os registros referentes ao contrato recém-fechado com o governo provincial. Na primeira página, iniciava-se, daquele momento em diante, uma nova seção intitulada *Parte Oficial*, dando-se o seguinte informe:

Portaria – O vice-presidente da província, tendo em consideração as informações dadas pela secretaria da presidência e pelo tesouro provincial acerca do modo por que tem sido cumprido o contrato celebrado em data de 3 de outubro com João Francisco da Rocha Athayde para publicação do expediente e mais atos oficiais no *Jornal da Parahyba*, e **reconhecendo que pelo dito contratante tem sido muitas vezes infringidas as condições do mesmo contrato**, quer quanto ao numero de vezes, que **devia o mesmo jornal sair semanalmente**, [...]e tendo além disto em consideração que **o dito jornal se pusera em manifesta e desabrida oposição, assim ao governo da província, como ao governo imperial, aos quase calunia e insulta de um modo indecente, resolve rescindir o referido contrato** (*O Publicador*, nº 446, 26 de fevereiro de 1864, p. 1, *Grifos nossos*).

Nesse despacho oficial, já é possível notar as possíveis desavenças entre ambos os lados. Os argumentos contrários ao jornal conservador seriam os de não estar cumprindo corretamente com o acordo e de que os expedientes deveriam sair semanalmente. Entretanto, ao fim da nota, fez-se questão de ressaltar que o *Jornal da Parahyba* se opusera não somente ao governo local, mas também ao imperial, tendo-os indecentemente caluniado e insultado. Na página seguinte, em uma seção intitulada de *O Publicador*, assemelhando-se ao que chamam

³² Barão de Abiahy fora o senhor Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, além de ter sido um dos líderes do Partido Conservador na província, exercera diversos cargos políticos, como os de Deputado provincial, vice-presidente e Presidente província (Segal, 2017).

de “editorial”, àquele em que se expressa à opinião dos sujeitos que estão por trás da produção do jornal (Capelato, 1988, p. 34), a redação reforçou, com palavras e argumentos ainda mais ácidos, sua posição contra a folha rival, como fica nítido no extrato a seguir:

Não tendo o *Jornal da Parahyba* querido atender às **leis da dignidade**, que lhe aconselhavam que, **antes de se pôr em hostilidade ao governo da província**, de quem **recebia uma avultada subvenção a título de publicação do expediente**, [...] resolveu S. Exc.^a o Sr. Vice-presidente rescindir esse contrato, [...] da qual se ve[em] os justos fundamentos que levaram S. Exc.^a a assim proceder. Ninguém **razoavelmente pensando**, pode deixar de confessar **que o ato** de S. Exc.^a **foi por demais justo** e aconselhado, mesmo por **motivos econômicos**. O *Jornal da Parahyba* [...] nem sequer trata de cumprir as condições a que se havia obrigado por aquele contrato, no qual todas as vantagens estavam de sua parte e os ônus, da parte do governo. [...] Bastaria a **vantagem de ser o nosso jornal diário**, e que por isso a publicação do expediente não pode deixar de ser mais regular do que em um jornal que somente se publica duas vezes por semana [...] Assim, pois, não pode deixar de estar na consciência de todos a **utilidade do contrato que acabamos** de firmar em relação aos cofres provinciais. Todavia contamos que **grande será o alvoroço** que ele deve causar nos **arraiais vermelhos**. Duvidamos, porém, que nos possam contestar as diferenças notadas entre os dois contratos, e que por elas é **o nosso muito mais favorável** aos interesses da fazenda provincial (*O Publicador*, nº 446, 26 de fevereiro de 1864, p.2. Grifos nossos).

Ao longo desse editorial, do início ao fim, ficaram explícitas as alfinetadas, contra o *Jornal da Parahyba*, quando afirma que o respectivo periódico recebia uma “avultada subvenção” para não cumprir com as bases do contrato. A nota dos redatores, porém, também é marcada por um grande tom de ironia, quando afirma que eles possuem publicação diária, diferentemente deles, que eram bissemanais, e que tal situação iria causar uma enorme agitação nos “arraiais vermelhos³³”, como assim eram chamados os conservadores à época.

Para que tal situação fosse mais analisada, o interessante seria trazer o discurso do jornal oposto e contrapor as falas, de modo a compreendermos mais claramente como se deram as lutas de representações nesse caso em específico. Porém, foi impossível localizar, até o momento, em arquivos locais e digitalizados, exemplares do *Jornal da Parahyba*, referentes ao ano de 1864. Foram localizadas, na obra de Eduardo Martins (1978), algumas transcrições, referentes ao ano de 1866, no momento posterior à morte do proprietário d’*O Publicador*, que são a seguir registradas:

Tendo falecido o sr. José Rodrigues da Costa, proprietário e editor de O PUBLICADOR, cessou a respectiva responsabilidade pelos escritos daquele jornal. Quem será, agora, o responsável? Terão já sido feitas as declarações legais perante a Câmara Municipal? Por quem? Vemos na direção do mesmo jornal um interessante **par de Lindolfos**: mas qual deles é o responsável legal; Lindolfo Malaquias, ou

³³ Segundo Suzana Rosas (2013): “conservadores vermelhos”, assim denominados por terem resistido à Conciliação e ao Partido Progressista, estarão apartados do poder, por não negociarem e aceitarem qualquer concessão à pauta reformista dos seus adversários políticos (Rosas, 2013, p. 3).

Lindolfo José? (*Jornal da Parahyba*, 24 de nov. de 1866 apud MARTINS, 1978, p. 179, *Grifos nossos*).

Quem será? – Até hoje na Câmara Municipal ainda não está assinada a responsabilidade do jornal O PUBLICADOR, que o estava assinado pelo finado José Rodrigues da Costa: entretanto **o jornal continua a sair pejado de pulhas ofensivas**, e desejando-se chamá-lo à responsabilidade, **quem será o responsável**, o Lindolfo em brochura, isto é, o **Malaquias**, ou o encadernado a chagrin, em marroquim encarnado, **o Lindolfo Corrêa**? (*Jornal da Parahyba*, 5 de dezembro de 1866 apud MARTINS, 1978, p. 179, *Grifos nossos*).

No primeiro trecho, o jornal conservador faz questão de trazer à tona referências ao código criminal de 1830, segundo o qual todos os estabelecimentos tipográficos deveriam ser registrados perante as Câmaras das respectivas cidades ou vilas, senão estariam sujeitos a multas³⁴. Mesmo assim, a redação dessa folha acusava seu opositor de estar espalhando “pulhas ofensivas” em uma situação de ilegalidade, pois, no trecho seguinte, afirmava que *O Publicador* ainda não havia registrado mais nenhum outro responsável. Além disso, em ambos os trechos, a ironia também fica muito clara, quando a redação compara os dois Lindolfos que trabalhavam no jornal liberal. Um, era o Lindolfo Malaquias, mais conhecido por ser o responsável pelo recebimento tanto do pagamento das assinaturas quanto das publicações dos anúncios dos leitores (Peixoto, 2017, p. 129). Diferente era o senhor Lindolfo Correia, que, apesar de não assinar nenhum dos artigos escritos ao longo de sua atuação frente ao jornal, era conhecido popularmente por ser o redator-chefe de *O Publicador*. Conforme o final do segundo trecho, Lindolfo Correia seria encadernado de *chagrin*³⁵ — ou seja, possivelmente, por fora era um couro de grão regular, mas por dentro seria encarnado, no sentido de avermelhado —, de marroquim, um couro de textura irregular. Assim, acredita-se, que para eles, o padre Lindolfo, ainda seria um “vermelho”, um conservador, mas de marroquim, um couro irregular. Possivelmente, estariam se reportando ao fato de que o senhor Lindolfo, por ter iniciado sua carreira política ao lado dos conservadores, mas que, após a Liga, passara para os liberais (Mariz, 1980[1922]). E a redação jornal, por meios metafóricos, se reportou a esse episódio.

Assim como nesse trecho acima, ao longo de sua trajetória, o Padre Lindolfo sofreu recorrentes críticas por sua mudança partidária. De acordo com Myraí Segal (2017, p. 114), o *Jornal da Parahyba* proferiu desqualificações e acusações de oportunismo político do Padre Lindolfo. É importante ressaltar que, durante o período imperial, a troca de partidos políticos não era uma prática incomum, pelo contrário, muitos políticos a adotavam como

³⁴Art. 303. Estabelecer oficina de impressão, litografia, ou gravura, sem declarar perante a Câmara da cidade, ou vila, o seu nome, lugar, rua, e casa, em que pretende estabelecer, para ser escrito em livro próprio, que para esse efeito terão as Câmaras; e deixar de participar a mudança de casa, sempre que ela aconteça. Pena - de multa de doze a sessenta mil réis (Brasil, 16 de dezembro de 1830).

³⁵Ver: Mársico (2008).

estratégia para se manterem no poder (Segal, 2017, p. 125). Vale destacar que, o rompimento político do Padre Lindolfo com os conservadores não implicou necessariamente no fim de suas relações pessoais com membros desse partido. Isso se deve, em parte, ao fato de que, inicialmente, foi com o apoio dos conservadores e de familiares que o Padre Lindolfo conquistou sua primeira eleição para a Câmara dos Deputados na Legislatura de 1853 (Segal, 2017, p. 122).

As divergências entre o Padre e seus oponentes políticos, que eram aliados dos conservadores, se acentuaram ao longo da década de 1860. Coincidentemente, período esse em que se deu a criação e a consolidação do jornal *Publicador* como um veículo de notícias diárias. Além de ter ostentado o título de Bacharel em Direito e de ter exercido o sacerdócio, o Padre Lindolfo desempenhou um funções multifacetadas na sociedade. Ele atuou como professor de Filosofia, Língua Portuguesa e Álgebra no Liceu Paraibano, se destacou na vida política tendo sido deputado provincial e geral. Além disso, assumiu a posição de Provedor da Santa Casa de Misericórdia. Tal cargo era de considerável relevância, e demandava, à época, uma influência política substancial, visto que o cargo era de nomeação do presidente da província em questão. Padre Lindolfo recebeu comenda da Ordem Imperial da Rosa e ocupou a posição de provedor da Santa Casa de Misericórdia em mais de dez ocasiões, evidenciando não apenas sua notável influência política, mas também sua profunda inserção e habilidade de articulação nos complexos meandros do cenário político da época (Segal, 2017, p. 118).

Com isso, acredita-se que Padre Lindolfo soube tirar proveito da reconfiguração partidária da época ao se juntar à Liga, o que lhe permitiu reassumir o cargo de Deputado Geral em 1864. Além disso, demonstrou grande habilidade ao explorar estrategicamente suas conexões de compadrio e pessoais como meios para preservar sua influência política, fazendo das páginas do "Publicador" um palco central para suas atividades políticas e discursos.

Retomando o excerto da *Declaração*, utilizado na abertura do capítulo, pode-se conjecturar sobre alguns pontos referentes à imprensa do período, bem como sobre o contexto de alguns aspectos de produção da *nascente empresa do Publicador*.

[...] Passando agora a responder ao tópico, já repisado, daquele artigo, que tende acoçoar o desanimo na **minha nascente empresa do Publicador**, em que diz que o seu jornal tem mais circulação do que este, permita-se-me dizer que oponho embargos a essa presunção; não falo por conjecturas. O próprio administrador do *Jornal da Parahyba*, o sr. João Francisco da Rocha Athayde, **declarou em minha tipografia**, na tarde de 15 do corrente, que os negócios daquele jornal iam mal, pois que as assinaturas cobráveis não excediam de trinta e tantas. O Sr. Rocha aí está. O seu

caráter independente, a sua circunspeção, me dispensam de invocar o testemunho de pessoas respeitáveis que comigo conversavam nessa ocasião.
[...] Paraíba 23 de outubro de 1862 (*O Publicador*, n.46, 24 de outubro de 1862, p. 3).

Como proprietário e editor do periódico, José Rodrigues da Costa exercia influência sobre o conteúdo publicado no diário, assumindo a responsabilidade diante das acusações e respondendo a elas quando necessário. Como administrador de uma tipografia, ocupava uma posição central na organização do jornal, conferindo-se autoridade para moldar sua direção e influenciar o debate público. Ao reivindicar a propriedade de *O Publicador*, José Rodrigues não apenas cumpria formalidades legais, mas também se engajava em uma batalha ideológica e editorial com seu opositor, utilizando a linguagem como uma arma poderosa e definindo a linha editorial do jornal.

Ao analisar José Rodrigues da Costa em relação ao jornal *O Publicador*, é pertinente abordar o papel do editor, conforme caracterizado por Aníbal Bragança em sua tese intitulada *Eros pedagógico: a função do editor e a função do autor* (2001). Bragança explorou a origem etimológica do termo "editor", que deriva do latim e abarca os conceitos de "dar à luz" e "publicar". A palavra "editor" teria sido incorporada à língua portuguesa pela primeira vez em 1813, segundo o autor.

Bragança argumenta que o conceito de editor, com suas atividades de dar vida e publicar, em consonância com a tradição latina, é o que melhor representa a complexidade do campo editorial. Os editores têm uma atribuição decisiva na seleção dos textos que serão transformados em livros e, ao considerarem o público-alvo, são responsáveis por determinar a forma como esses livros serão produzidos (Bragança, 2001, p. 17). Seguindo essa perspectiva, pode-se compreender a atividade desempenhada por José Rodrigues da Costa como editor do jornal *O Publicador*, em que suas decisões sobre os conteúdos e a forma como são apresentados desempenharam uma função fundamental na comunicação e disseminação das informações para o público leitor.

De acordo com Anibal Bragança (2001, p. 49), o surgimento da figura do editor pleno, no Ocidente, “ocorreu com a invenção da tipografia por caracteres móveis de metal por Gutenberg, que possibilitou a produção de cópias múltiplas e idênticas de um original”. Esse momento marcou o início da era dos livros impressos, e o *editor-impressor* exerceu uma ação fundamental nesse processo, utilizando seus conhecimentos e habilidades para transformar um texto em um objeto que encontra leitores. Segundo Chartier (2001, p. 44-45), foi na década de 1830, na França, que a profissão de editor se tornou autônoma e passou a ser reconhecida como uma atividade independente.

No trecho anteriormente destacado da *Declaração*, foram abordados aspectos interessantes acerca dos recursos narrativos utilizados pelo jornal *O Publicador*. Nessa análise, destacou-se a rivalidade existente entre os jornais do século XIX, assim como a importância estratégica dos elementos narrativos adotados por *O Publicador* em sua batalha contra o oponente. Naquela época, a prática discursiva era baseada na retórica, na qual recursos como descrição, interrogação, eloquência, personificação e comparação desempenhavam um papel fundamental na persuasão do público.

Em comparação com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, conforme observado por Meirelles (2017), é possível perceber que *O Publicador* também adotava a eloquência política característica da época, estabelecendo, assim, um diálogo envolvente com seus leitores por meio da prática jornalística. Foi afirmado que seu concorrente, com uma natureza política e editorial definidas, buscava desencorajar o recém-lançado diário. Essa situação tornou-se especialmente relevante devido ao fato de que o *Jornal da Parahyba*, responsável pelas publicações governamentais, a partir de então, passou a ter um concorrente direto que gradualmente ganhava espaço, sendo publicado diariamente, algo que ainda não era comum na província. Além disso, há a curiosa fala citada do administrador da tipografia adversária, que alegava um desempenho insatisfatório do *Jornal da Parahyba*, com um número reduzido de assinaturas cobráveis, não ultrapassando trinta, um valor bastante baixo para a época. É importante destacar que as assinaturas fixas, que geralmente representavam a maior parte dos lucros dos jornais naquele período, são relevantes nesse contexto. Essa estratégia de aproximação com o público leitor pode ser identificada como uma das iniciativas de José Rodrigues para cativar a audiência e fortalecer o periódico. Embora os textos não estejam assinados diretamente por ele, há fortes indícios de sua autoria, pois José Rodrigues desempenhava o papel de editor principal do jornal *O Publicador*.

Durante a pesquisa, foram encontrados alguns textos nos quais ele se colocava como editor, mesmo sem assinar explicitamente. Um exemplo notável é a transcrição apresentada a seguir, um diálogo entre o tipógrafo e o leitor Senhor Anastácio, em que se revela a preocupação do editor em atender às preferências e reclamações dos leitores, buscando constantemente melhorar a qualidade do jornal. Essa dedicação de José Rodrigues em ouvir e atender as demandas dos leitores reforça sua influência direta na redação dos textos, mesmo que não haja assinaturas formais de sua autoria além da *Declaração* mencionada páginas atrás.

O Sr. Anastacio é um homem bem difícil de contentar. Manifestava a um amigo certa náusea que lhe causava a discussão inconveniente, e, segundo o seu pensar, *porca*, em que se entranharam as folhas periódicas da cidade, e disse:

— Só quiser [SIC] que aqui se publicasse um jornal quotidiano, que fugisse a essas questões pessoais, cada qual pelo seu lado, os periódicos que aqui se publicam; então **eu retiraria minha assinatura dessas publicações odiosas**, para dar todo o meu apoio à nova empresa, que tornasse noticiosa, crítica com imparcialidade e sobretudo que não *descompusesse ninguém*.

— Homem, então parece que o destino nos fez encontrar neste momento, para que eu fosse feliz em lhe comunicar, que tenho formado o irrevogável projeto de publicar um jornal nas condições tais quais Vm. compreendeu que convinha; e desde já conto com o valioso apoio. Ora, diga-me, Sr. Anastacio, onde devo mandar fazer a entrega da folha de sua assinatura?

— Nada, meu amigo, não assino jornais; preciso fazer economias..... é sistema meu; cuido mais em aproveitar o precioso tempo nos meus afazeres, do que em ler gazetas.

Muitos dias depois de principiada a publicação do novo jornal, quis ainda o destino que o **desventurado editor** fosse abalroado pelo Sr. Anastacio, que, sem mais preambulo, nem cerimonia, foi lhe dizendo:

— Homem, o seu jornal está muito insipido.

— Em que, Sr. Anastacio?

— Só traz transcrições!!!...

— Eu julgava, Sr. Anastacio, que ao *cavalo dado não se olhava a dente*, e que sempre valia a pena ler de graça qualquer jornal, ainda que unicamente de transcrições; agora vejo quanto o Sr. é difícil de contentar, pois que ainda por esse preço acha caro o **meu jornal**, que no entanto publica com muita frequência **artigos da própria lavra**, e de variado assunto.....

— Sei disso, mas não publica nada de.....

— Publica notícias locais, atos oficiais, aceita publicar comunicados e correspondências, recebe e publica queixas de que se julga vítima de alguma injustiça ou perseguição, dá notícias das províncias, emite o seu juízo acerca dos acontecimentos da Europa, etc., sem que se possa dizer que esses trabalhos são transcritos.

— Tudo isso é tal qual diz Vm., porém isso são *panos mornos*; debates de assembleias, e discussões de jornais, *que não trazem descomposturas*, não os posso ler (O *Publicador*, n. 21, 25 de setembro de 1862, p. 3).

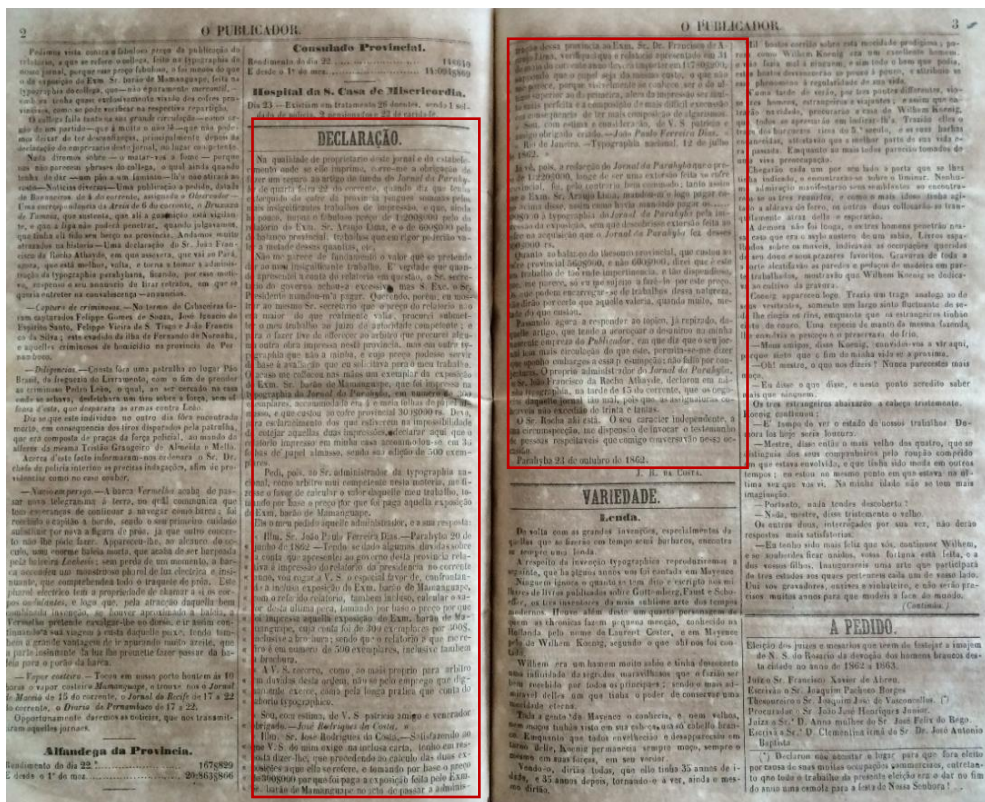
Nesse diálogo, o leitor conhecido como Senhor Anastácio expõe sua insatisfação com os outros jornais, que se restringem às acaloradas disputas políticas. Em contrapartida, ele critica *O Publicador*, alegando que o periódico carece de originalidade e sabor. O tipógrafo, por sua vez, defende-se afirmando que o jornal apresenta artigos de produção própria, nos quais a redação se empenha em criar conteúdo exclusivo, além de transcrever notícias de diferentes localidades. Em outro momento, o Senhor Anastácio manifestou sua relutância em ler jornais que traziam debates parlamentares. Ao finalizar a crônica, nota-se que o leitor em questão parecia estar mais interessado em reclamar do que em apreciar o conteúdo oferecido. Curiosamente, o tipógrafo menciona a distribuição gratuita de folhas do jornal, possivelmente como uma estratégia para promover a circulação desse novo periódico.

Essa crônica revela algumas características intrigantes, como a busca por angariar leitores e assinantes. O leitor em questão reclama da falta de um jornal diário, mas quando esse periódico é disponibilizado, ele se mostra resistente a pagar por ele, considerando-o caro. Essa

atitude reflete uma das percepções que o editor tinha do público leitor, conforme sugere o título do texto: "Como este há muitos". O que indicava a presença de muitos leitores prontos para reclamar, mas relutantes em assumir o compromisso financeiro de adquirir um jornal, sobretudo por meio de assinaturas.

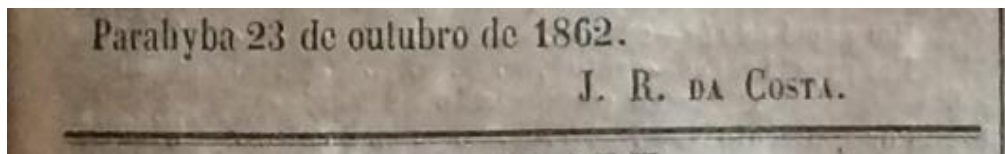
Retomando o teor do artigo intitulado "Declaração", destaca-se que ele ocupou duas colunas na edição de número 46, publicada no dia 24 de outubro do ano inaugural do referido periódico, conforme evidenciado a seguir:

Figura 2 - Artigo Declaração assinado por José Rodrigues da Costa.



Fonte: Arquivo Privado Maurílio de Almeida. O Publicador, n.46, 24 de outubro de 1862, p. 2-3.

Figura 3 - Aproximação da foto do exemplar com a assinatura de J. R. da Costa.



Fonte: Arquivo Privado Maurílio de Almeida. O Publicador, n.46, 24 de outubro de 1862, p. 2-3

Ao longo do texto, José Rodrigues da Costa se defendia das acusações de seu opositor, somada à sua resposta também anexou duas cartas. A primeira carta era de sua própria autoria

e endereçada ao Administrador da Tipografia Nacional³⁶, João Paulo Ferreira Dias³⁷, em que o indagava sobre o cálculo dos custos da impressão. Em seguida, José Rodrigues da Costa transcreveu a resposta de João Paulo Ferreira Dias, na qual, o administrador da Tipografia Nacional afirmava que a cobrança, na verdade, deveria ter sido no valor de 1:780\$200 réis. Subsequentemente, José Rodrigues relatou ter cobrado “o fabuloso preço de 1:200\$000 pelo do relatório do Exm. Sr. Araujo Lima” (*O Publicador*, n.46, 24 de outubro de 1862). Assim, contestou: “Já vê, pois, a redação do *Jornal da Parahyba* que o preço de 1:200\$000, longe de ser uma extorsão feita ao cofre provincial, foi pelo contrário bem cômodo [...]” (*O Publicador*, n.46, 24 de outubro de 1862).

João Paulo Ferreira Dias foi nomeado administrador da Tipografia Nacional no dia 3 de outubro de 1859. Ele ocupou o cargo por quase duas décadas, permaneceu até março de 1878, quando foi demitido, conforme registrado por Cabral (1881, p. 59). Ainda sob a administração de João Paulo Ferreira Dias, foi criada uma fundição de tipos na Tipografia Nacional, na gestão de Francisco de Salles Torres Homem como ministro da Fazenda (Cabral, 1881, p. 55-59).

A expressão “João Paulo Ferreira Dias” aparece, recorrentemente, associada à Tipografia Nacional no mecanismo de buscas digitais da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Os resultados concentram-se, principalmente, no *Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial do Rio de Janeiro*. Foi também possível identificar a naturalidade pernambucana do tipógrafo na obra *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*, escrita por Alfredo do Valle Cabral e publicada em 1881, na parte dedicada ao Quadro dos Diretores da Imprensa Nacional (Cabral, 1881, p. 65).

Por que endereçar a carta especificamente para João Paulo Ferreira Dias? A Tipografia Nacional possuía um corpo muito seletivo de tipógrafos, o que pressupõe que o destinatário da carta não foi escolhido por acaso. Na transcrição das cartas anexadas à *Declaração*, foi possível localizar uma conexão entre José Rodrigues da Costa e João Paulo Ferreira Dias, uma vez que ambos afirmaram serem amigos:

A V. S recorro, como ao mais próprio para arbitro em dúvidas desta ordem, não só pelo emprego que dignamente exerce, como pela longa prática que conta do laborio tipográfico.

Sou, com estima de V. S. **patrício amigo e venerador**

Obrigado – *José Rodrigues da Costa*

³⁶ Em 1821 passou a ser chamada de Tipografia Nacional, nome que manteve até 1885 (Vainfas, 2008, p. 366).

³⁷ Foi o terceiro a assumir o cargo de Administrador da Tipografia Nacional entre os de 1834 a 1881 (*Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial do Rio de Janeiro*, n.17, 1860, p. 233; Cabral, 1881, p. 65).

<<Sou, com estima e consideração, de V. S. **patrício e amigo** obrigado criado. – *João Paulo Ferreira Dias*. Rio de Janeiro. - Tipografia Nacional 12 de julho de 1862.>> (*O Publicador*, n.46, 24 de outubro de 1862, p. 2-3).

A partir das correspondências trocadas, é possível inferir a possibilidade de os indivíduos mencionados terem estabelecido um conhecimento mútuo, considerando a confiança depositada nos tipógrafos, cuja profissão já se destacava desde o século XVIII. Dotados de notável alfabetização e destreza nas máquinas de impressão, os tipógrafos desfrutavam de um status especial, sendo reconhecidos como artesãos qualificados. Além de possuírem habilidades na leitura e escrita, suas competências técnicas na impressão os tornavam altamente valorizados, resultando em remunerações duas vezes superiores às de outros trabalhadores. Dessa forma, eram considerados parte de uma chamada “aristocracia do trabalho” (Darnton, 1987, p. 154-158).

A partir das respostas contidas nas cartas, é possível inferir também a possibilidade de os indivíduos mencionados terem se conhecido pessoalmente. Além dos indícios presentes nas transcrições, como as assinaturas como amigos, é sugerido que a *Associação Tipográfica Pernambucana* tenha desempenhado um papel relevante como um espaço de sociabilidade e conexão entre os tipógrafos daquela época. Essa suposição ganha força com a menção de José Rodrigues da Costa como sócio da referida associação, em 1857.

Associação Tipográfica Pernambucana

[...] Outro do **socio correspondente, residente na Província da Paraíba, o Sr. José Rodrigues da Costa**, respondendo ao ofício que lhe dirigiu o Conselho, relativo a negócio d’arte tipográfica nesta Província. (*O Liberal Pernambucano*, 24 de novembro de 1857, Grifos meus).

Tanto José Rodrigues da Costa quanto João Paulo Ferreira Dias mantiveram relação com a *Associação Tipográfica Pernambucana*. Enquanto José Rodrigues figurava como um sócio ativo da associação, conforme previamente mencionado, João Paulo Ferreira Dias foi escolhido e designado pela própria entidade para representá-la junto à Corte. Esses vínculos enfatizam a relevância e o reconhecimento que ambos os indivíduos desfrutavam no âmbito da tipografia, evidenciando sua influência e dedicação direta à comunidade tipográfica daquela época.

A **Associação Tipográfica Pernambucana** nomeou uma comissão composta dos Srs. Deputado Saldanha Marinho, Tipógrafo **João Paulo Ferreira Dias**, e Taquígrafo Joaquim Francisco Lopes Anjo, para representá-la na Corte, na manifestação de seus sentimentos a respeito da questão anglo-brasileira³⁸. (*O Liberal*, n. 9, 13 de fevereiro de 1863, p. 4, Grifos meus).

³⁸ A questão anglo-brasileira foi um impasse diplomático entre Brasil e Inglaterra que teve seu ápice em 1863. O evento ficou nominada questão Christie. Para saber mais ver: YOUSSEF, Alain El. Questão Christie em

Portanto, supõe-se que a *Associação Tipográfica Pernambucana* possa ter funcionado como um ponto de encontro e interação para os profissionais do ramo, servindo como uma conexão entre os tipógrafos, conforme indicam os registros que os relacionam com essa instituição.

O fato de Pernambuco ter sido um local significativo tanto na carreira de José Rodrigues quanto como a terra natal de João Paulo Ferreira Dias denota uma relação interessante entre esses dois tipógrafos. Não é possível afirmar ao certo em que condições, localidade e período a conexão entre os tipógrafos foi estabelecida, mas é plausível conjecturar que ela tenha se dado ou em Pernambuco, ou no Rio de Janeiro, onde José Rodrigues residiu e era proprietário de oficina própria. Nesse sentido, não se descarta também a relevância de outros espaços, como a *Associação Tipográfica Pernambucana*.

Nota-se que José Rodrigues da Costa recorreu a um experiente tipógrafo, que trabalhava na Tipografia Nacional, um local de referência em impressão da época, para que atuasse como árbitro da acusação de extorsão dos cofres públicos pelo trabalho de impressão. Em seu pedido, de natureza pessoal e profissional, José Rodrigues exaltou o trabalho e a prática do amigo. Percebe-se, em contrapartida, que João Paulo Ferreira Dias também respondeu ser amigo de José Rodrigues, deixando implícita uma relação profissional, ao ser referir ao amigo como *criado*. Infelizmente não foi possível localizar outras documentações que comprovem mais trocas de correspondências entre os tipógrafos.

1.2. MESTRE DA ARTE TIPOGRÁFICA DA PROVÍNCIA

Os tipógrafos desempenharam um papel fundamental no dia a dia da oficina gráfica do *Publicador*. Sua prática e experiência foram essenciais para garantir a qualidade e eficiência do trabalho na tipografia, coordenando e executando todo o processo de produção. Eles possuíam um conhecimento completo das técnicas de composição, organização e montagem dos tipos.

Ao longo do período em que José Rodrigues da Costa esteve à frente do jornal *O Publicador*, de 1862 a 1866, até seu falecimento, foram identificados mais três indivíduos cujas contribuições foram indispensáveis para o funcionamento da oficina. Dentre eles, encontrava-se José Eduardo as Silva Pinto, que desempenhou função de tipógrafo e administrador. Além disso, a tipografia contava com João Francisco Soares como tipógrafo e Lindolfo Malaquias, responsável pela cobrança.

perspectiva global: pressão britânica, Guerra Civil norte-americana e o início da crise da escravidão brasileira (1860-1864). **Revista História** (São Paulo), n. 177, 2018.

José Eduardo da Silva Pinto e João Francisco Soares, ambos guardas nacionais, solicitaram dispensa de suas funções no batalhão devido ao envolvimento em outras atividades, mais especificamente no campo da tipografia:

Idem de **José Eduardo da Silva Pinto e João Francisco Soares**, guardas nacionais do 1º batalhão da capital, pedindo dispensa do serviço do mesmo batalhão por serem **empregados na tipografia do *Publicador***, em que se publica os atos do governo. – Expeça-se ordem concedendo a dispensa requerida. (*O Publicador* 7 de abril de 1864, *Grifos meus*).

Expediente do Governo

Ofício ao comandante superior da capital – Expeça V. S. as necessárias providencias em ordem a serem dispensados do serviço do 1º batalhão a que pertencem, os guardas nacionais **José Eduardo da Silva Pinto, e João Francisco Soares**, por se acharem **ocupados na tipografia do *Publicador*** em que se publica expediente do governo da província; e bem assim [...] que sejam chamados ao serviço do mesmo batalhão os guardas que por igual motivo se achavam empregados na do *Jornal da Parahyba* (*O Publicador* 8 de abril de 1864, *Grifos meus*).

A atividade de tipografia demandava habilidades e o conhecimento das técnicas de montagem dos tipos, assim como o manejo de máquinas e equipamentos próprios da impressão. Dessa maneira, trabalhar em uma tipografia oferecia uma alternativa para os guardas nacionais se ausentarem de suas obrigações militares. Além disso, essas informações revelam que indivíduos letrados eram membros da Guarda Nacional e encontravam emprego como tipógrafos nas oficinas dos jornais da época.

De acordo com Jeanne Berrance de Castro (1977, p.155), em sua obra *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1859*, para ser qualificado como um membro da Guarda nacional era necessário ser eleitor, e a elegibilidade para o voto estava sujeita à declaração de renda. Eram considerados aptos os cidadãos com uma renda líquida anual de 200\$00 nas cidades do Rio de Janeiro, Bahia, Recife e Maranhão, e de 100\$000 réis para os outros municípios. Segundo a autora, para ser um oficial da Guarda Nacional, a exigência de renda era mais elevada, chegando a aproximadamente 400\$000 nas cidades do Rio de Janeiro, Bahia, Recife, Maranhão, enquanto nos demais municípios a renda necessária era de 200\$000 (Castro, 1977, p. 155-156).

Durante as pesquisas sobre a participação dos guardas nacionais como tipógrafos, duas importantes investigações foram conduzidas por Rômulo do Nascimento Pereira e Ligia Medeiros (2016) e Paulo Rodrigues de Andrade (2017). No Amazonas, foi constatado que Manoel da Silva Ramos, considerado o primeiro tipógrafo e proprietário de uma oficina na província, integrava a Guarda Nacional, atuava como fiscal da Câmara Municipal, além de ter exercido outras funções, incluindo a de juiz de paz (Pereira; Medeiros, 2016, p. 622). Em São

Paulo, por sua vez, o *Diario de São Paulo* revelou uma preocupação com a possível convocação dos tipógrafos, que eram membros da Guarda Nacional, para o *front* durante o período da Guerra do Paraguai (1864-1870). Essa preocupação demonstra a importância estratégica dos tipógrafos e o impacto que sua ausência poderia causar na produção e circulação dos jornais (Andrade, 2017, p. 193). Essas análises destacam a presença de membros dos guardas nacionais que também atuaram como tipógrafos, tais tipógrafos se valeram de suas condições para fazer reivindicações à Guarda Nacional, bem como, seus patrões, atemorizados com a perda da mão de obra em contexto de guerra, expressaram sua preocupação.

João Francisco Soares, um dos tipógrafos da equipe do *Publicador*, provavelmente era bastante jovem, uma vez que ainda estava concluindo seus estudos secundários em 1865, conforme registrado:

Expediente do Governo
Despachos

N. 1287. – Idem de João Francisco Soares, **aluno do liceu desta cidade**, pedindo dispensa do serviço da guarda nacional. – Informe o Sr. Diretor interino da instrução pública. (*O Publicador* 17 de julho de 1865, Grifos meus).

Além disso, seu nome também aparece no exemplar de número 874, datado de 4 de agosto de 1865, no extrato do ponto dos alunos do Liceu Provincial da capital, onde ele é mencionado como aluno de francês. Essas informações sugerem que João Francisco Soares estava simultaneamente envolvido no campo da tipografia e em estudos secundários e de língua francesa.

Foi possível identificar, por sua vez, outro funcionário da tipografia do *Publicador*:

ANNUNCIO

Os encarregados da empresa deste jornal avisam ao público, que os anúncios, e mais publicações das estações públicas, e corpo comercial, e assinantes continuarão a ser inseridas pelo mesmo preço, pago no fim do mês ao **cobrador Lindolfo Malaquias do Rosario**, quanto às demais, não haverá alteração no preço, mas serão pagos adiantado, visto que a empresa não tem pessoal bastante para cobranças. **Todas as publicações serão remetidas á oficina a entregar a Lindolfo Malaquias do Rosario**, competentemente legalizadas, se envolverem matéria de responsabilidade. A redação reserva-se, escusado é dizê-lo de o direito de recusar àquelas publicações, que ofendam as conveniências, moral pública (*O Publicador*, n. 1252, 12 de novembro de 1866).

Ao que parece, Lindolfo Malaquias do Rosario desempenhava uma importante função, a de cobrador, sendo responsável por receber o pagamento das assinaturas e as publicações dos leitores. Devido à prática de anonimato adotada nas páginas do jornal, não foi possível localizar mais outros nomes de funcionários, colaboradores e redatores.

Além de desempenhar um papel de liderança na tipografia e no jornal, José Rodrigues da Costa era amplamente reconhecido como um mestre na arte tipográfica da província. Não apenas exercia seu ofício com maestria, mas também cultivava discípulos que seguiam seus passos. Entre esses tipógrafos, José Eduardo da Silva Pinto se destacava, sendo considerado um digno sucessor de José Rodrigues da Costa na arte tipográfica. No entanto, infelizmente, uma triste circunstância abateu-se sobre a equipe. No exemplar datado de 17 de maio de 1867, especificamente na terceira página, constava o seguinte:

FALLECIMENTO - Às dez horas da noite de 15 do corrente mês **exalou o seu último suspiro o Sr. José Eduardo da Silva Pinto!** É com o mais profundo sentimento de dor que noticiamos o seu passamento **nas páginas deste jornal, do qual era ele ultimamente administrador inteligente, e zeloso.**

Ainda ontem veio a morte surpreender no meio de uma perseverança gloriosa **o mestre da arte tipográfica de nossa terra** – o **Sr. José Rodrigues da Costa, proprietário desta folha;** e já hoje lança no escuro fosse da terra o cadáver de **seu dileto discípulo e digno substituto – Sr. José Eduardo da Silva Pinto!** E não foi só a nossa empresa que ficou órfã, porque ele **era também o estimado administrador da tipografia liberal Paraibana.** E estas empresas perderam assim de chofre o amestrado guia. A arte tipográfica, pois, perdeu na Paraíba o **seu apóstolo mais eminente,** e com ele o incentivo de suas gloriosas aspirações; Sim, o seu passamento é chorado por todos os **seus irmãos artistas,** que o proclamavam chefe sem constrangimento e nem ciúmes. [...] (*O Publicador*, 17 de maio de 1867, *Grifos meus*).

José Eduardo da Silva Pinto foi vítima de uma terrível infecção estomacal que lhe ceifou a vida precocemente, aos meros 27 anos de idade. Essa dolorosa perda não apenas abalou profundamente seus familiares, mas também deixou consternada a tipografia do jornal *O Publicador* e a tipografia *Liberal Parahybana*, em que também era administrador e tipógrafo, em uma situação de desamparo (Peixoto, 2017a, p. 126). A mencionada nota evidencia que a equipe editorial do jornal ainda estava profundamente abalada com o recente falecimento de José Rodrigues da Costa, o proprietário do periódico, que se deu há apenas seis meses. Presume-se que José Eduardo tenha assumido a responsabilidade de administrador em decorrência do falecimento do mestre José Rodrigues da Costa. No entanto, em um curto período, o periódico perdeu duas figuras de extrema importância para seu pleno funcionamento.

Ademais, constata-se que a redação em questão exalta José Rodrigues da Costa como um ilustre mestre na arte tipográfica, cujo prestígio angariou discípulos, sendo o recentemente falecido José Eduardo da Silva Pinto seu predileto e já designado sucessor. Cumpre salientar que tal consideração converge com informação consignada na nota póstuma em homenagem a José R. da Costa após seu triste óbito. Na referida nota, enuncia-se que ele estabeleceu na capital paraibana uma escola que formou inúmeros e habilidosos artistas, os quais labutam nas diversas tipografias da província, indo até mesmo além de seus limites territoriais (*O Publicador*, 12 de novembro de 1866, p. 1). Em outras palavras, a própria redação do jornal mencionou, em duas

ocasiões, a relevância do tipógrafo ao deixar um valioso legado cultural à capital, não apenas por suas publicações e impressões, mas também pelos alunos que formou e que continuaram a trabalhar em sua oficina após seu derradeiro passamento.

Entre os anos de 1849 e 1866, foram impressos, na tipografia de José R. da Costa, uma média 12 jornais, como é possível observar na tabela a seguir:

Tabela 1 – Jornais impressos pela Tipografia J. R. da Costa (1849-1862)

Ano	Título
1849	<i>O Espreitor</i>
	<i>Correio Oficial Parahybano</i>
	<i>A Ordem</i>
1850	<i>Alva</i>
	<i>O Governista Parahybano</i>
1853	<i>Jornal da Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba</i>
1854	<i>A Matraca</i>
1855	<i>O Parahybano</i>
1856	<i>A Epocha</i>
1860	<i>O Imparcial</i>
1861	<i>Diário da Parahyba</i>
1862	<i>O Publicador.</i>

Fonte: Peixoto, (2017a, p.85).

Entre os doze periódicos descritos, destaca-se a ausência de *A Ordem* na lista de impressos elaborada por Martins (1978) em sua obra. Além disso, até o momento, não foi possível localizar os jornais *O Espreitor* e *A Matraca*, os únicos cujo paradeiro permanece desconhecido.

Em relação aos escritos de autores locais, foram impressos os seguintes títulos:

Tabela 2 – Obras impressas na Tipografia J. da Costa por autores locais 1848-1865.

Ano	Título	Autor
1848	<i>Memorias das Viagens que em cumprimento às ordens do Governo Provincial fez o 2º Tenente de Engenheiros Francisco Pereira da Silva</i>	Francisco Pereira da Silva
1849	<i>Lições de Retórica</i>	Manoel Caetano Vellozo
1850	<i>Ensaio para a estatística da província da Parahyba do Norte. Parte I</i>	Francisco Pereira da Silva
1854	<i>Vida e Poezias do Capitam-Mor Francisco Xavier Monteiro da Franca</i>	Manoel Caetano Vellozo mandou imprimir
1861	<i>A Pagina um Album ou Algumas Horas de Descanço de Um Empregado de Fazenda por Hum Piauhyense Official da Secretaria da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Parahyba</i>	Não Localizado

1862	<i>Instruções Sanitarias Populares</i>	Dr. Antonio da Cruz Cordeiro
1865	<i>Mosaico: Poesias traduzidas de Joaquim Maria Serra Sobrinho</i>	Joaquim Maria Serra Sobrinho

Fonte: Peixoto (2017a, p. 99-100)

Com base nesse conjunto de informações, constata-se que a Tipografia de José Rodrigues da Costa possuía uma vasta experiência na impressão de jornais e, ainda, de livros de diferentes naturezas. Além disso, a tipografia destacou-se por imprimir documentos oficiais. Os contratos estabelecidos e a ampla variedade de materiais impressos pela oficina, ao longo das décadas de 1840, 1850 e 1860, são evidências claras dessa expertise. Essa experiência prévia na impressão de documentos oficiais proporcionou a José Rodrigues da Costa e à sua oficina um profundo conhecimento dos processos e requisitos necessários para produzir materiais de alta qualidade e atender às demandas do poder público.

Destaca-se o papel primordial desempenhado por José Rodrigues da Costa na definição da linha editorial do periódico *Publicador*. Na qualidade de responsável e proprietário do jornal, ele exercia uma influência significativa sobre o conteúdo veiculado em suas páginas, assumindo a responsabilidade diante das acusações que lhe eram direcionadas, como evidenciado na *Declaração*, posicionando-se quando julgava necessário. Como editor e administrador de uma tipografia, José Rodrigues ocupava uma posição central na estrutura organizacional do periódico.

Um exemplo é o artigo intitulado "Os empregos públicos", publicado em 1862 e localizado na seção *Comunicado*. Nele, é verdade, não se vê nenhuma indicação explícita do autor, mas pelas temáticas abordadas e a defesa do trabalho tipográfico e dos compositores, é bastante plausível que tenha sido redigido por José Rodrigues da Costa. O conteúdo desse texto reforça a visão e o interesse do editor em abordar questões relacionadas ao ofício tipográfico e aos profissionais envolvidos nessa atividade. Sua autoria provável acrescenta mais uma peça ao conjunto de textos que revelam a dedicação e o engajamento de José Rodrigues da Costa na produção e edição do jornal *O Publicador*.

Os empregos públicos

Não sabemos que haja, cremos que não há, um país em que sejam os empregos públicos procurados com mais ansiedade do que no Brasil. [...] Votadas ao **desprezo as artes mecânicas**, dificultas-nos cada vez mais, elas que têm dado vida às nações cultas da Europa. A Alemanha, honra lhe seja feita, cuida em educar seus filhos de modo bem contrário ao nosso. Depois dos conhecimentos da língua, da geografia e história, da aritmética e bons princípios de geometria aplicada às artes, dá-lhes o benefício num ofício – depois, os que podem, fazem-se doutores, estadistas, sábios, etc...etc..., até condes...ha ali condes que é um louvar a Deus [...] **Onde estão as nossas associações de artistas?** Qual o nosso escultor, pintor, qual o nosso joalheiro?

Naturalmente propensos para as grandes lides jornalísticas, onde achamos **nós tipógrafos, compositores instruídos dignos deste nome?** A nobre invenção de Gutenberg, os estudos de Faust e Schoeffer e Wilhem Koenig ainda não fizeram prosélitos entre nós, **à exceção da Corte e de algumas províncias maiores**, sendo certo que um oficial compositor instruído, trabalhador e cordato faz-se pagar a seu contento. Entretanto, nem temos compositores nestas circunstâncias e nem arte, aliás tão nobre, se aperfeiçoa. **Os compositores brasileiros nas pequenas capitais, que é nas em que há mais folhas periódicas**, são exceções guardadas, martírio de quem escreve para o público: baldor até dos princípios da língua, alteram os escritos a ponto de o autor os desconhecer à primeira prova: esta asserção é incontestável. **Um tipógrafo compositor** que possua alguns conhecimentos pertencentes ao curso de humanidades e que a isto reúna o amor ao trabalho e a reserva, há de ser entre nós **um senhor afagado pelos homens de saber, venerado pelos órgãos dos partidos políticos**, que não podem prescindir de seus conhecimentos artísticos, pois **um partido sem imprensa é um corpo sem alma**. [...] Em o nosso Brasil a **nobre arte da tipografia** é uma fonte de cômodo viver para os que a ela se dedicarem com esmero (*O Publicador*, n. 86 12 de dezembro de 1862, p. 3-4, *Grifos meus*).

No trecho mencionado, é possível observar uma crítica aos empregos públicos e à ânsia por nomeações no Brasil, especialmente relacionadas a notícias e interesses políticos do poder público. No entanto, o autor também ressalta que os tipógrafos que possuem conhecimentos em humanidades têm a oportunidade de trabalhar para indivíduos ligados ao poder público que possuem sabedoria. Isso é ilustrado pela frase "um partido sem imprensa é um corpo sem alma", destacando a importância da imprensa como instrumento vital para a existência e influência de um partido político. Portanto, embora haja uma crítica à busca por empregos públicos, o autor reconhece a relevância da imprensa e a possibilidade de um tipógrafo atuar ao lado de indivíduos ligados ao poder público que valorizam a sabedoria e a disseminação de conhecimento.

Além disso, é válido destacar que o autor faz referência a nomes que desempenharam papéis fundamentais na evolução da tipografia e na disseminação da imprensa. Gutenberg, reconhecido como o inventor da prensa de tipos móveis no século XV, revolucionou a produção de livros e possibilitou a difusão em massa do conhecimento. Faust Schoeffer, por sua vez, teve contribuições importantes como impressor e editor, aprimorando a técnica tipográfica e impulsionando a indústria do livro. Wilhelm Koenig, responsável pela invenção da prensa de impressão a vapor no século XIX, permitiu a produção em larga escala e a rápida disseminação de jornais e periódicos. Esses nomes são referências imprescindíveis na história da tipografia, representando avanços significativos que moldaram o fazer tipográfico ao longo dos séculos. A citação desses nomes icônicos no fazer tipográfico demonstra a atualização do tipógrafo com seu ofício e conhecimento.

Na continuação do texto, ao final do artigo, o autor conclui afirmando que, no contexto mencionado, é comum observar que os candidatos menos qualificados para cargos públicos são frequentemente os mais presunçosos e beneficiados por relações de apadrinhamento. Isso

sugere que o autor estava realizando uma crítica à prática de favorecimento dos indivíduos com base em conexões pessoais e influências políticas, em vez de considerar seus méritos e habilidades para desempenhar as funções requeridas. A exemplo do trecho a seguir:

[...] **Não sabemos se há afinidade entre a ciência médica e a financeira, o que vemos é julgarem-se todos aptos para aplicarem remédios, e para exercerem cargos da administração das rendas do Estado.** Nadando nestas ilusões, ei-los que já se julgam à testa de uma repartição, cercados do respeito, das considerações que é devida a um alto funcionário. [...] De ilusão em ilusão, caminham pelas vias da miséria, sendo para notar-se que apenas se trate de um emprego, **surjam os pretendentes as dúzias, sendo os menos habilitados os mais presunçosos e os que mais se acercam de padrinhos** (*O Publicador*, n. 86 12 de dezembro de 1862, *Grifos meus*).

Apesar da crítica aos empregos públicos e ao favorecimento por meio de relações de compadrio, é relevante reconhecer que José Rodrigues da Costa conseguiu firmar-se de maneira sólida no mercado editorial, em parte, graças aos contratos estabelecidos com o poder provincial e pelas relações sociais estabelecidas com figuras influentes do período, incluindo aquelas baseadas nas relações compadrio.

Na atuação de José Rodrigues da Costa na província da Paraíba, durante o período de 1848 a 1866, houve benefícios significativos obtidos por meio de parcerias estabelecidas com o governo provincial. Um exemplo concreto dessa relação foi o contrato firmado com a Assembleia Provincial em 1850, no qual ele assumiu a responsabilidade pela impressão dos trabalhos da prorrogação da assembleia, recebendo uma remuneração diária de cinco mil réis (*Governista Parahybano*, 9 de novembro de 1850). Essa parceria foi tão bem-sucedida que, três anos depois, em 1853, José Rodrigues da Costa foi incumbido de imprimir o *Jornal da Assembleia* (Peixoto, 2017b, p. 139). Esses contratos com o poder provincial foram um impulso importante para sua carreira como tipógrafo e evidenciam a influência que essas parcerias podiam ter no sucesso profissional naquela época.

O *Governista Parahybano* foi um dos doze periódicos identificados que saíram da tipografia de José R. da Costa e teve sua publicação realizada em 1850. Embora não seja possível determinar com precisão os nomes dos impressores responsáveis por esse jornal, de acordo com Martins (1978), há indicações de que Gervazio Vitor da Natividade, um funcionário público, poderia ter sido o encarregado. É importante ressaltar que Gervazio da Natividade tinha uma relação além do ambiente de trabalho com José Rodrigues da Costa, uma vez que ambos se tornaram membros da Irmandade da Misericórdia no mesmo dia. Além disso, Gervazio também imprimiu *O Parhaybano* (1855) na tipografia de J. R. da Costa, o que reforça ainda mais a conexão entre eles (Peixoto, 2017a, p. 61).

1.2.1. RELAÇÕES DE COMPADRIO

Na atuação de José Rodrigues na Paraíba, foi possível perceber a relevância das relações de compadrio estabelecidas pelo tipógrafo para a sua consolidação no mercado editorial e seu impacto nas oportunidades profissionais da época. O compadrio mostra que a relação estabelecida pelo tipógrafo com a sociedade em que viveu foi marcada por "redes de alianças e interesses que se constroem e se refazem permanentemente ao seu redor" (Martins, 2007, p. 95). Essa dinâmica de relações, baseada em laços de parentesco e amizade estabelecidos pelo tipógrafo, revela a natureza fluida e em constante evolução dessas conexões. Tais redes de alianças e interesses desempenharam um papel fundamental na influência e no alcance social do tipógrafo dentro da comunidade em que ele estava inserido.

Nesse contexto, um documento encontrado no Arquivo do Cartório Monteiro da Franca, datado de 1873, chamou a atenção. Trata-se de um extenso manuscrito, composto por 51 páginas, referente ao processo de *Autoamento de uma Petição da tutora Joanna Maria do Rosário Costa*. Naquele documento, Joanna, companheira de José Rodrigues, buscava renovar a tutela legal de seus filhos perante o Juizado de Órfãos.. Após o falecimento de José Rodrigues da Costa em novembro de 1866, Dona Joana Maria do Rosário assumiu a responsabilidade de cuidar dos filhos. O escrivão Antonio da Costa Rego Moura, do Juizado de Órfãos, atestou que "a referida tutora prestou contas minuciosas dos bens e propriedades relacionados aos seus tutelados", evidenciando o cumprimento satisfatório de suas obrigações como tutora. Além disso, é perceptível que, em 1873, ela estava buscando a renovação de sua condição legal de responsável pelos seus filhos menores de idade.

Gisele Azevedo (2007, p. 2) explica que, quando um pai falecia ou estava ausente, o juiz de órfãos tinha o dever de nomear um tutor para cuidar das crianças, caso não houvesse uma indicação prévia no testamento. No caso específico da família do falecido tipógrafo, ele deixou a tipografia como herança para seus filhos menores de idade, que foram colocados sob a tutela da mãe deles, Joanna Maria do Rosário Costa. Como tutora, Joanna Maria assumiu a responsabilidade de garantir a proteção e o bem-estar dos filhos, tanto em termos pessoais quanto em relação à gestão dos bens herdados. Além disso, ela deveria proporcionar uma educação adequada aos filhos, considerando os recursos disponíveis para sua tutela, conforme determinado pelo juiz de órfãos (Cardozo; Fleck; Scott, 2012, p. 5). É importante ressaltar que o tutor selecionado pelo juiz tinha o dever não apenas de cuidar da saúde e segurança física das crianças ou adolescentes, mas também de administrar seus ativos patrimoniais, prestando contas regularmente sobre o patrimônio dos menores (Azevedo, 2007, p. 2).

Apesar de José Rodrigues da Costa ter permanecido "solteiro" em seu estado civil até sua morte, ele teve uma companheira que era mãe de seus sete filhos, os quais foram registrados como "naturais" nos registros de batismo. É importante ressaltar que o termo "natural" não necessariamente indicava que as mães das crianças eram solteiras, mas sim que o casamento não havia sido oficializado. Essa situação reflete as limitações sociais que impediam muitas famílias de serem reconhecidas oficialmente pela Igreja através de casamentos católicos, como era esperado naquela sociedade (Dourado; Rocha, 2016, p. 26).

Dessa forma, a ausência de casamento formal entre os pais das crianças não significava necessariamente que eles não tenham tido uma relação conjugal. Naquela época, existiam diversos impedimentos de ordem canônica, além de barreiras econômicas e burocráticas, que dificultavam a realização do casamento. Conforme mencionado por Amaral (2012, p. 11849), o casamento muitas vezes não era uma opção viável para muitas pessoas. Portanto, o concubinato era uma realidade presente em todas as classes sociais, inclusive coexistindo com o casamento oficial, e não se limitava a uma única classe social.

O casal teve sete filhos, contrariando a alegação de Martins (1978) em sua obra de que eram apenas cinco. Até o momento, não foi possível localizar o registro de batismo de um desses sete filhos, especificamente o de Francisco. Os nomes de Calecina, Elysia, Francisca, Julia, José e Joanna constam nos registros de batismo como filhos de pais solteiros, de filiação natural. No entanto, é importante destacar que a complexidade das circunstâncias familiares vai além da simples interpretação do status "natural" de seus filhos. Quanto a Francisco, foi possível encontrar seu registro de óbito³⁹, um valioso documento que nos permite obter algumas informações sobre sua vida. O registro de óbito, identificado como número 369 e disponível em formato digital no acervo da *Family Search*, revela que Francisco nasceu em 1860 e faleceu em 27 de junho de 1895, aos tristes 35 anos de idade. Segundo o registro, Francisco era solteiro e filho legítimo de José Rodrigues da Costa e sua mulher, dona Joanna Maria do Rozario, ambos naturais da capital. A causa de sua morte foi descrita como uma lesão cardíaca, conforme atestado pelo médico doutor Eugenio Toscano de Brito. Seu corpo foi sepultado no cemitério público da capital, em uma catacumba pertencente à Irmandade de Nossa Senhora das Mercês.

É importante destacar que os filhos registrados na condição de filiação natural, em contraste com a filiação legítima de pais casados perante a Igreja, exigiam o reconhecimento legal da paternidade. Esse reconhecimento era frequentemente realizado por meio de concessões presentes em testamentos e cartas de perfilhação. Estas últimas eram registros

³⁹ Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:QLZB-Z8MC>.

notariais que visavam garantir o reconhecimento legal dos filhos naturais, legitimando-os e assegurando-lhes acesso aos bens materiais, como o direito à herança (Simonato, 2013, p. 8).

No caso do falecido tipógrafo, é bastante plausível que ele tenha tomado providências legais para legitimar seus filhos por meio de um documento escrito. A partir do trecho citado, a seguir, do processo, observamos que a perfilhação dos herdeiros ocorreu em abril de 1867, alguns meses após o falecimento do tipógrafo em novembro de 1866. Essa evidência sugere que ele agiu proativamente para oficializar o reconhecimento de seus filhos antes de seu falecimento, possivelmente por meio de um testamento ou outro documento legal.

Informo que a []⁴⁰ Joanna Maria do Rosário Costa afigurou termo de tutoria de seis filhos, **Calecina, Elysia, José, Francisca, Francisco e Julia**, filhos **perfilhados** pelo finado **José Rodrigues da Costa** no dia oito d'Abril de 1867.

Paraíba, 26 de Março de 1873.

O Escrivão

Antonio da Costa Rego Moura

Declaro que a tutora acima **prestou contas das firmas e bens pertinentes aos seus tutelados** até Julho de 1869 para esta defesa.

Escrivão

Antonio da Costa Rego Moura (*Autoamento de uma Petição de Tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa*. Acervo do Cartório Monteiro da Franca, 26 de março de 1873, *Grifos meus*).

Um mês antes do falecimento do tipógrafo, sua companheira havia registrado o seguinte comunicado no jornal da família:

Joanna Maria do Rosario, mãe dos menores: **Calecina Rodrigues da Costa, Elysia dos Anjos Rodrigues da Costa, José Rodrigues da Costa Junior, Francisca Maria do Espirito Santo Costa, Francisco Rodrigues Godinho, Julia Austriberta Rodrigues da Costa e Joanna Ignacia Rodrigues da Costa**, declara a quem interessar possa, que, por haver outras pessoas de nome igual ao da anunciante, e para prevenir qualquer dúvida que para o futuro se possa dar, assignar-se- há d'ora avante **Joanna Maria do Rosario Costa**. Parahyba do Norte, 5 de outubro de 1866. (*O Publicador*, n. 6 de outubro de 1866, *Grifos meus*).

Além de fornecer os nomes completos de todos os filhos do casal, o extrato revela que dona Joanna esclareceu qualquer dúvida sobre seu vínculo conjugal com o tipógrafo ao adotar o sobrenome *Costa*. Essa decisão foi tomada para evitar confusões com outras pessoas que possuíam o mesmo nome. Apesar de não terem oficializado seu casamento perante a igreja, essa escolha demonstra a existência de um relacionamento sólido entre eles, com Joanna reconhecendo José Rodrigues da Costa como pai de seus filhos.

É importante notar que a filha *Joanna Ignacia Rodrigues da Costa* não é mencionada no documento cartorial de tutoria da Dona Joana para com seus filhos. Joanna nasceu no mesmo

⁴⁰ Palavra ilegível

ano em que seu pai faleceu, o que significa que a criança tinha apenas sete meses de idade quando José Rodrigues da Costa morreu. Portanto, é possível que o registro de tutela não tenha sido atualizado para incluir a filha mais nova (Peixoto, 2017a, p. 13).

A filha mais velha do casal, Calecina, nasceu em 22 de março de 1847, enquanto sua mãe, Joana, ainda estava sob a condição de escravizada, assim como ela. Ambas eram propriedade da mesma dona, a senhora Maria Francisca do Espírito Santo. Calecina foi batizada em 5 de abril de 1847 e libertada no dia 23 de março do mesmo ano. O padrinho de Calecina no batismo foi José Athanasio Pinheiro, descrito como branco, casado. Por meio de consulta aos jornais da época, foi possível constatar que ele possuía a patente militar de Capitão do segundo batalhão da Guarda Nacional da capital. Além disso, exerceu, por um curto período, a função de professor de primeiras letras na povoação da Jacoca, que atualmente é o município de Conde, na Paraíba (Peixoto, 2017a, p. 36).

Elysia, a segunda filha do casal, nasceu em de 2 de agosto 1850 e foi batizada em 25 de março de 1852. O padrinho do seu batismo foi José Joaquim Franco. Assim como José Athanasio Pinheiro, José Joaquim Franco também pertenceu à Guarda Nacional, mas com a patente de tenente. Além disso, ele exerceu a função de Professor de Primeiras Letras em diferentes localidades, sendo registradas suas atuações em Fagundes, Alagoa Grande e Alagoa Nova, nos anos de 1859, 1865 e 1866 (Peixoto, 2017a, p. 37).

Foi notório que nesse momento a mãe Joana incorporou *Maria do Rosario* ao seu nome, o que se leva a pensar que ela conseguiu sua liberdade entre os anos de 1847 e 1852, já que “os cativos recebiam prenomes, mas não sobrenomes (esta prática foi uma característica da escravidão luso-brasileira e acabava por diferenciar escravos de livres)” (Cunha, 2013, p. 2). O nome completo pode ser um sinal de que Joana estaria sob a condição de libertada e de que, possivelmente, escolheu esse sobrenome em homenagem a “Nossa Senhora do Rosário, protetora de muitos negros” (Lima, 2010, p. 110). No entanto, até o momento, não foi possível localizar nenhum documento que indique o ano e a forma como Joana Maria do Rosário obteve sua liberdade. Portanto, as informações sobre esse aspecto específico de sua vida ainda não foram encontradas. Para além disso, ambas as crianças, Calecina e Elysia, foram descritas como *pardas*, termo este que “era usado para designar uma pessoa mestiça, resultante dos relacionamentos de pais/mães de dupla origem, no caso de africanos (ou seus descendentes) com europeus (ou seus descendentes)” (Rocha, 2011, p. 3), em que, possivelmente, a condição de negra seria advinda da mãe, que outrora fora escravizada. Diferentemente dos registros de batismo das irmãs mais velhas, José e Francisca tiveram seus nomes paternos registrados em seus documentos. Além disso, suas características raciais foram mencionadas, com José sendo

descrito como branco e Francisca como semibranca. O batismo de José ocorreu aos dois meses de idade, em maio de 1854, tendo o Padre José Antonio da Silveira como padrinho. Já Francisca foi batizada em 22 de fevereiro de 1857, sendo apadrinhada por Simplício Narciso de Carvalho e pela figura de Nossa Senhora das Neves, a santa padroeira da Cidade da Paraíba.

De acordo com Matheus Guimarães (2014, p. 130), as pessoas semibrancas eram aquelas que não eram completamente brancas devido à presença de ascendência africana, mesmo que distante. Essa ascendência africana, juntamente com a marcação social resultante, levou Guimarães (2014) a considerar tanto as pessoas pardas quanto as semibrancas como negras. A diferença entre elas residia no fato de que os semibrancos, por estarem mais próximos dos brancos em termos de aparência física, provavelmente desfrutavam de uma condição social mais confortável do que os pardos.

Em relação aos batismos das filhas Julia e Joanna, foram registrados detalhes importantes. Julia nasceu em 10 de fevereiro de 1865 e, três meses após seu nascimento, foi batizada. Nos registros, ela foi descrita como branca e filha natural de José Rodrigues da Costa e Joanna Maria do Rozario. Seu padrinho foi o senhor José de Azevedo Maya, e Nossa Senhora das Neves foi sua madrinha. Já Joanna nasceu em 14 de abril de 1866, mas seu batismo ocorreu em dezembro do mesmo ano. Assim como sua irmã, ela foi registrada como branca e filha natural de Jose Rodrigues da Costa e Joanna Maria do Rozario. Seu padrinho foi Antonio da Cruz Cordeiro, e Nossa Senhora das Neves novamente assumiu o papel de madrinha.

As perspectivas apresentadas nos convidam a uma profunda reflexão sobre a complexidade das categorias raciais e sociais, ressaltando a influência da ascendência e da percepção social na construção das identidades no contexto histórico abordado. É notável como o apadrinhamento por pessoas de alto status na sociedade hierarquizada e fundamentada na escravidão desempenhava um papel de importância.

Deve-se ter em mente que a concepção de "cor" é uma construção histórica complexa, moldada pelo tempo e pelo espaço, como salientado Gian Carlo Silva (2014, p. 58). Embora possam existir processos históricos semelhantes em diferentes contextos geográficos e culturais, as interpretações da cor podem variar. Além de ser uma construção histórica e estar ligada temporal e geograficamente, a cor também deve ser compreendida como uma ideia local.

Ao explorar o caso da família de José R. da Costa, percebe-se a falta de informações sobre a cor do tipógrafo, o que sugere que ele tenha sido considerado branco. Essa inferência é respaldada pela noção de que, naquela época, ser branco estava intrinsecamente ligado à ideia de liberdade, tornando desnecessária a especificação de sua condição jurídica (Guimarães, 2013, p. 45). No entanto, devido à condição prévia de escravizada de sua esposa, três de suas

filhas carregavam a marca da escravidão materna. Mesmo assim, em comparação com outras classificações étnicas e sociais da sociedade escravagista, essas filhas estavam em uma posição relativamente mais privilegiada, sendo classificadas como parda e semibranca.

Nesse contexto, o apadrinhamento emergiu como uma estratégia crucial para a família de José R. da Costa, visando proporcionar melhores condições para seus filhos. A escolha de padrinhos de alto status na capital refletia a busca por conexões e redes de apoio que pudessem conferir prestígio e oportunidades aos afilhados. Esses laços de compadrio transcendiam o aspecto afetivo e religioso, revelando as dinâmicas sociais e hierárquicas da época.

Com o intuito de ilustrar essas relações complexas, foi elaborado um quadro que retrata a caracterização dos herdeiros de José R. da Costa nos registros de batismo, assim como as relações sociais estabelecidas por meio dos laços de apadrinhamento. Esse quadro evidencia a circulação desses indivíduos na sociedade, evidenciando uma diversidade de padrinhos pertencentes a estratos sociais privilegiados.

Tabela 3 – Relação da data de batismo dos filhos de J. R. da Costa, cor e compadrio

ANO	NOME DO FILHA(O)	COR DA FILHA DESCRITO NO BATISMO	DA PADRINHO (O)	PERFIL SOCIAL DO PADRINHO	MADRINHA
1847	Calecia	Parda	José Athanzio Pinheiro	Capitão da Guarda Nacional; Professor de Primeiras Letras	Não Consta
1852	Elysia	Parda	José Joaquim Franco	Tenente da Guarda Nacional e Professor de Primeiras Letras	Não Consta
1854	José	Branco	José Antonio da Silveira	Padre, Político	Professor; Não Consta
1857	Francisca	Semibranca	Simplicio Narciso de Carvalho	Patente militar proprietário e produtor rural e de escravizados	Nossa Senhora das Neves
1860	Francisco	Não Localizado	Não Localizado	Não Localizado	Não Localizado
1865	Julia	Branca	José de Azevedo Maya	Comerciante	Nossa Senhora das Neves
1866	Joanna	Branca	Antonio da Cruz Cordeiro	Médico, Político	Nossa Senhora das Neves

Fonte: Assentos de batismo da Capital da Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Paraíba. Projeto *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares*, coordenado pela professora Solange P. Rocha (DH/PPGH/NEABI) - PIBIC/CNPq/PRPG/UFPB-2009-2011; banco de dados do site *Family Search* e da pesquisa de mestrado de Peixoto (2017a).

De acordo com Gian Carlo Silva (2014, p. 89), nos batismos do século XIX, além da presença do padre, a correta documentação das informações era uma regra essencial para garantir a validade do ato. Sem esses registros, não era possível comprovar devidamente o batismo. As Constituições Primeiras do Arcebispado, seguindo as diretrizes do Concílio de Trento, estabeleciam os elementos que deveriam constar nos livros de batismo, como o nome dos batizados, seus pais, mães e padrinhos. Esses registros desempenhavam um papel fundamental na documentação e validação do sacramento do batismo, bem como no estabelecimento da linhagem e dos laços familiares dos indivíduos (Silva, 2014, p. 88). No entanto, os registros de batismo, iam além das informações básicas, como nome dos batizados, pais e padrinhos. Eles também poderiam incluir informações adicionais relevantes, como licenças concedidas, estado civil dos pais e padrinhos, cor de pele, condição jurídica, origens e moradias. Essa prática de registro tinha como objetivo registrar, classificar e demarcar as diferenças existentes na sociedade da época (Silva, 2014, p. 89).

Na **Tabela 3**, verifica-se que os registros de batismo foram encontrados para seis dos sete filhos do casal. É possível observar que as duas primeiras filhas foram descritas como pardas, enquanto Francisca foi identificada como semibranca, e José, Júlia e Joana como brancos. O perfil social dos padrinhos escolhidos por José Rodrigues da Costa e a senhora Joanna Maria do Rosário Costa é digno de nota, pois eles souberam aproveitar os recursos culturais e políticos disponíveis na época para fazer essas seleções. É interessante destacar que três dos padrinhos possuíam patentes militares, um era representante do clero, outro era comerciante e outro médico.

Em relação às madrinhas, nos registros encontrados, é observado que a madrinha é descrita como a santa padroeira da capital, Nossa Senhora das Neves. A escolha de uma santa padroeira como figura de mãe espiritual era bastante comum e revela a importância das devoções religiosas na época. A presença de uma padroeira devocional como madrinha reflete a crença na proteção e intercessão divina, atribuídas a essa santa específica. Essa escolha demonstra a proximidade dos indivíduos com o mundo religioso, tomando as santas e os santos como membros da família espiritual (Bôscaro, 2017, p. 278).

A preferência por padrinhos influentes e socialmente bem-posicionados originava-se em motivações de natureza social, econômica e espiritual. As famílias almejavam padrinhos capazes de prover proteção e recursos, não apenas de cunho financeiro, mas também em termos sociais, para seus filhos. A escolha de padrinhos com maior status social e recursos representava uma busca por segurança e oportunidades para as crianças batizadas. Essa prática enfatiza a

importância social do batismo naquela época e evidencia como as relações estabelecidas nesse contexto eram permeadas por interesses variados.

De acordo com o registro do batismo, o padre José Antonio da Silveira foi escolhido como padrinho para o filho José. Entretanto, ao examinar minuciosamente os registros disponíveis, não há menção explícita ao sobrenome "Lopes" associado a esse padre. Essa omissão pode ter ocorrido durante o processo de registro do batismo, levantando dúvidas sobre a presença desse sobrenome. É importante destacar, contudo, que há conhecimento de um padre renomado na capital com o nome de padre José Antonio Lopes da Silveira. Essa informação sugere a possibilidade de que o padre José Antonio da Silveira, registrado como padrinho, e o padre José Antonio Lopes da Silveira sejam a mesma pessoa, apesar da ausência do sobrenome "Lopes" nos registros do batismo de José.

As variações na grafia dos nomes, incluindo a presença ou ausência do sobrenome "Lopes" e as diferentes formas de escrever "José" nos registros, são comuns nos documentos manuscritos e mesmo nos impressos do século XIX. Essas variações refletem as práticas e convenções da época, bem como possíveis erros de escrita ou diferenças na interpretação dos escreventes. No contexto histórico em que esses registros foram feitos, não era incomum encontrar divergências na grafia dos nomes. Os registros escritos à mão, podiam ter diferentes interpretações dos nomes, além de lidar com questões de ortografia que não seguiam as mesmas regras rígidas que temos hoje.

O padre José Antonio Lopes da Silveira destacou-se como uma figura eminente em sua época, deixando um legado notável, tanto como professor na esfera da instrução pública, quanto como um indivíduo ativamente engajado na vida política. Sua contribuição acadêmica inclui a composição da obra *Gramática da Língua Nacional*, que foi adaptada como compêndio provincial na década de 1840 (Peixoto, 2013, p. 39). Além de atuar na carreira acadêmica, o padre José Antonio Lopes da Silveira desempenhou um papel de destaque na esfera política. Em 1846, foi eleito deputado provincial e, em 1850, era suplente de vereador⁴¹. Posteriormente, em 1865, concorreu à assembleia provincial, embora não tenha sido eleito⁴². Suas conquistas não se limitaram aos âmbitos intelectual e político, também era proprietário de imóveis em importantes ruas da cidade, como a Rua Direita, onde se localizava a tipografia do *Publicador*, bem como a Rua da Matriz e a Rua da Cadeia⁴³. Essa posição privilegiada na estrutura urbana

⁴¹ *O Reformista*, n. 27, 9 de fevereiro de 1850, p. 4.

⁴² *O Publicador*, n. 880, 11 de agosto de 1865, p. 4.

⁴³ *O Publicador*, n. 1073, 9 de abril de 1866, p. 4; *O Publicador*, n. 1378, 18 de abril de 1867, p. 3.

evidencia sua presença marcante na vida social e sua contribuição para a sociedade em diversos aspectos.

Portanto, diante dessas informações adicionais, fica ainda mais sólida a suposição de que o Padre José Antonio Lopes da Silveira tenha sido, de fato, o padrinho mencionado nos registros do batismo do filho de José Rodrigues e Joana Maria do Rosario. Seu destaque como homem de letras, sua atuação política e sua presença em locais relevantes da cidade fortalecem a compreensão de seu papel relevante na sociedade daquele período.

O padrinho escolhido para Francisca foi o senhor Simplício Narciso de Carvalho, um indivíduo de ascendência africana e patente militar, assim como seu pai, o tenente-coronel José Narciso de Carvalho, proprietário de escravos. Em 1856, Simplício de Carvalho adquiriu o sítio Boi-Só, tornando-se posteriormente um dos principais produtores de alimentos da capital. Além disso, ele também era proprietário de imóveis, tanto na área rural quanto na urbana (Rocha, 2007, p. 94).

Um trecho do jornal *O Publicador* menciona a *Coleta da décima urbana*, um imposto específico sobre as residências urbanas, referente aos anos de 1864 e 1866. Nesse excerto, é revelado que Simplício Narciso de Carvalho, era o proprietário da residência situada no número 20 da Rua Direita. É curioso observar que essa mesma casa abrigou a tipografia de José Rodrigues da Costa entre os anos de 1856 e 1858 e de 1862 a 1866. É provável que a estreita relação de compadrio entre José Rodrigues da Costa e Simplício Narciso de Carvalho tenha exercido uma forte influência na carreira de José como tipógrafo. Além disso, supõe-se que a posição privilegiada e a propriedade de bens urbanos por parte de Simplício tenham desempenhado um papel significativo na decisão estratégica de estabelecer a tipografia em uma das residências de sua propriedade.

O padrinho escolhido para Julia foi o senhor José de Azevedo Maya, um próspero comerciante que possuía uma loja de fazendas na Rua das Convertidas. Através do jornal *O Publicador*, de seu compadre, ele divulgava amplamente seu estabelecimento comercial por meio de inúmeros anúncios. José de Azevedo Maya era casado com dona Emilia Margarida de Oliveira Maia, e em 16 de outubro de 1865, tiveram o batismo de sua filha Estephania, que foi apadrinhada pelo Barão e Baronesa de Maraú⁴⁴.

Conforme mencionado anteriormente, Joana nasceu em abril de 1866, enquanto seu pai ainda estava vivo. No entanto, seu batismo ocorreu somente em dezembro do mesmo ano, cerca

⁴⁴ José Teixeira de Vasconcelos um senhor de engenho nas localidades de Santa Rita, foi agraciado com o título de Barão de Maraú, logo após a visita de D. Pedro II à província. Este exercera cargos como o de comandante da Guarda Nacional, Juiz de Direito, entre outros (Rocha, 2007).

de um mês após o falecimento do tipógrafo. Como padrinho da criança, foi escolhido o médico Dr. Antonio da Cruz Cordeiro, que era amigo do pai e colaborador do jornal. Acredita-se que a escolha do padrinho de Joana tenha sido feita exclusivamente pela mãe, uma vez que a criança foi batizada após o falecimento do pai. Esse detalhe ressalta a importância da figura materna na decisão dos padrinhos e revela o papel ativo da mãe na vida religiosa e social de sua filha.

Antônio da Cruz Cordeiro, nascido na vila de Independência (atual cidade de Guarabira), na província da Paraíba, em 29 de novembro de 1831, teve uma trajetória acadêmica destacada. Realizou seus estudos no Liceu Paraibano e, aos 25 anos, em 1856, concluiu a Faculdade de Medicina da Bahia, conforme registrado por Mariano (2015, p. 300). Além de sua carreira médica, Antônio da Cruz Cordeiro também se envolveu em atividades políticas e sociais. Foi deputado provincial por três legislaturas, representando o Partido Liberal: na 15ª legislatura de 1864-1865, na 16ª de 1866-1867 e na 17ª de 1868-1869. Além disso, exerceu o cargo de diretor do Hospital da Misericórdia (Mariano, 2015, p. 300). Vale ressaltar que Antônio da Cruz Cordeiro também participou ativamente da Guerra do Paraguai (1864-1870), servindo como Tenente e 2º cirurgião no Corpo de Voluntários da Pátria, no primeiro contingente da Paraíba (Mariano, 2015, p. 301).

Em 1862, José Rodrigues da Costa, em sua tipografia, publicou a obra "Instruções Sanitárias Populares" do Dr. Antonio da Cruz Cordeiro. Esse livreto foi impresso em colaboração com o governo provincial, demonstrando a relação política entre José Rodrigues da Costa e as autoridades governamentais. Além disso, a parceria com o Dr. Cruz Cordeiro ressaltou a ligação entre o tipógrafo e o médico, mostrando sua colaboração mútua tanto na esfera política quanto na área da saúde pública (Peixoto, 2017a, p. 106).

Na sociedade escravista, a escolha dos padrinhos nas cerimônias de batismo desempenhava um papel significativo, refletindo as dinâmicas sociais e as aspirações das famílias envolvidas. As pesquisas de Silvia Brügger (2003), Solange Rocha (2007) e Solange Alves (2011) fornecem informações cruciais sobre essas relações.

Silvia Brügger (2003), ao analisar os registros de batismo na vila de São João del Rei, observou que a maioria dos padrinhos escolhidos era composta por homens brancos de destaque social. Os padres, em particular, eram valorizados como intermediários entre Deus e os homens, além de gozarem de prestígio na sociedade. A escolha de um padre como padrinho muitas vezes buscava obter benefícios materiais para os afilhados, tanto durante suas vidas quanto por meio de heranças testamentárias. Essa prática refletia a busca por segurança e recursos por parte das famílias, aproveitando as conexões e influência dos padrinhos na sociedade.

Solange Rocha (2007), por sua vez, investigou o compadrio entre a população negra na Paraíba do século XIX. Ela constatou como os laços estabelecidos pelo compadrio permeavam as três freguesias pesquisadas, independentemente da condição de liberdade. As relações de compadrio permitiam que pessoas negras, fossem elas escravizadas, livres ou libertas, se adaptassem às normas católicas e ao mesmo tempo (re)criassem espaços sociais dentro da ordem escravista. Além de evitar castigos e excessos de dominação, o compadrio também era uma estratégia para melhorar a condição social, aproveitando a posição privilegiada dos padrinhos brancos na sociedade.

Os estudos de Solange Alves complementam a compreensão do compadrio na sociedade escravista. Segundo a autora, um padrinho branco com prestígio social, como um major ou coronel, era visto como uma figura de destaque. Essa posição social elevada significava que pessoas de origens étnicas variadas, como pardos, pretos, crioulos e cabras, poderiam obter benefícios ao estabelecerem laços de compadrio com esses indivíduos influentes. Essa relação permitia uma maior inserção na sociedade dominante e a possibilidade de melhorar sua própria condição social.

As relações estabelecidas entre o tipógrafo José Rodrigues da Costa, sua companheira Joana e os padrinhos de seus filhos evidenciam a intenção do casal de estabelecer conexões sociais significativas para o futuro de seus herdeiros. Essa escolha estratégica revela a busca por estabelecer laços com pessoas influentes na sociedade da época, aproveitando as relações de poder existentes. Assim, ao optarem por homens com posições sociais destacadas nas elites paraibanas, José Rodrigues da Costa e sua companheira visavam proporcionar aos seus filhos oportunidades e privilégios que poderiam advir dessas conexões. Essa preferência por padrinhos de destaque social foi um padrão recorrente nos batismos dos filhos de José Rodrigues da Costa.

Ao longo dos anos, José Rodrigues adquiriu prestígio, o que possivelmente influenciou a forma como seus filhos eram descritos nos registros, refletindo um processo de embranquecimento em uma sociedade escravista. À medida que os filhos de José Rodrigues nasciam, especialmente a partir da década de 1850, quando ele já havia alcançado reconhecimento na capital e no mercado editorial, é perceptível uma mudança na descrição da cor das crianças, evidenciando uma aproximação com o grupo social dominante.

Essa transformação na descrição da cor das crianças pode ser atribuída à influência de José Rodrigues e às suas conexões com figuras influentes, como o padre Lindolfo José Correia das Neves, bacharel em direito e redator da empresa do publicador. As amizades próximas de José Rodrigues com o padre Lindolfo e com o Dr. Antônio da Cruz também desempenharam

um papel significativo em sua vida. Esses laços de amizade foram destacados por seu apoio mútuo, especialmente em momentos difíceis, como quando José Rodrigues enfrentou problemas de saúde antes de seu falecimento. Tanto o padre Lindolfo quanto o Dr. Antônio da Cruz prontamente se mobilizaram para ajudá-lo, demonstrando a importância dessas relações interpessoais.

Assim, a conexão entre o processo de embranquecimento dos filhos de José Rodrigues, seu prestígio adquirido ao longo dos anos e suas amizades influentes, como o padre Lindolfo e o Dr. Antônio da Cruz, revelam a interseção entre fatores sociais, raciais e pessoais, na busca por ascensão e aceitação na sociedade escravista do período. Esses laços de amizade se fizeram presentes inclusive no momento da morte, como se vê abaixo:

Faleceu no dia 8 do corrente, às 10 horas da noite, o proprietário deste jornal José Rodrigues da Costa, vítima de uma apoplexia fulminante, que o roubou em poucos minutos a sua família e amigos, **sem que pudessem salvá-lo os recursos da arte, empregados pelo distinto médico Dr. Cordeiro, que correu prontamente em seu socorro, logo que foi avisado de seu grave incomodo.** Foi tão rápido e violento o ataque, que não teve tempo de receber os socorros espirituais, tendo unicamente tempo o **Dr. Lindolfo José Corrêa das Neves, que acompanhou de perto o Dr. Cordeiro, quando para casa do amigo comum,** de absolvê-lo *in articulo mortis*, e receber seus últimos suspiros (*O Publicador*, 12 de novembro de 1866, *Grifos meus*).

Dessa maneira, a interação entre o processo de embranquecimento dos filhos de José Rodrigues, seu prestígio adquirido ao longo dos anos e suas amizades influentes, como as de Lindolfo, um padre respeitado, e Antônio da Cruz, um destacado médico, revela a convergência de fatores sociais, raciais e pessoais na trajetória de José Rodrigues da Costa, na sociedade paraibana da época. Enquanto o médico fornecia cuidados médicos, o padre oferecia conforto espiritual, ambos demonstrando o afeto e a preocupação que nutriam pelo bem-estar do amigo em comum. Além da amizade pessoal, Lindolfo e Antônio da Cruz também colaboraram com a redação do *Publicador*, um periódico que representava um empreendimento conjunto desses três amigos. Essa colaboração refletia a sinergia existente entre os três amigos, tanto no âmbito profissional quanto no campo político.

Ambos os amigos do tipógrafo ocuparam posições como deputados provinciais, sendo eleitos pelo Partido Liberal. Esse alinhamento político evidencia a estreita ligação entre as suas esferas pessoais e as atividades públicas. A amizade e a afinidade ideológica exerceram influência tanto no apoio mútuo quanto no engajamento político dos três indivíduos. Essa conexão entre eles contribuiu para fortalecer suas trajetórias individuais e para o sucesso do *Publicador* como um veículo de informação e disseminação de ideias. A colaboração

resultante dessa parceria permitiu que eles consolidassem suas posições na esfera política e tivessem um impacto significativo na sociedade da época.

1.3. TIPOGRAFIAS COMO ESPAÇOS PÚBLICOS

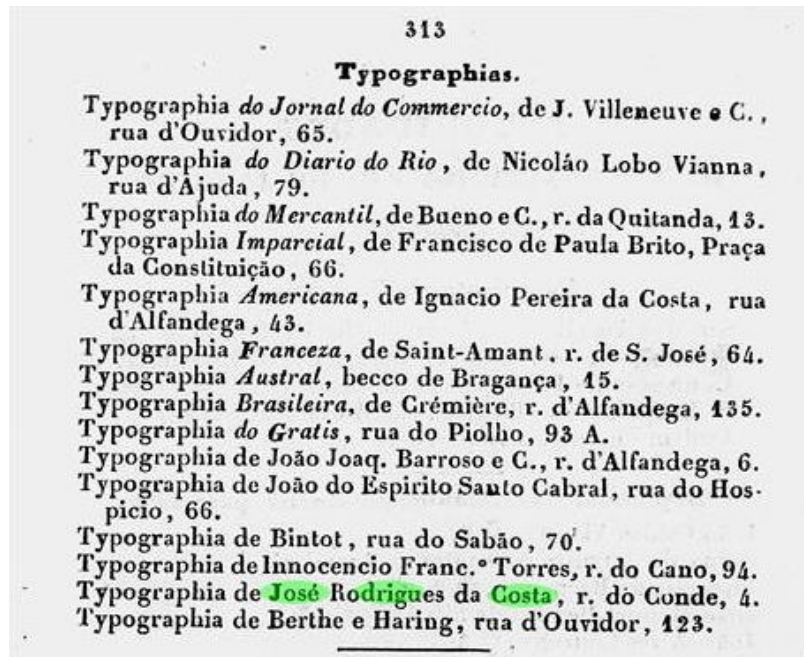
As oficinas tipográficas do século XIX eram montadas e organizadas de acordo com uma divisão elementar do trabalho, envolvendo caixas de tipos e prensas. Durante seu aprendizado, “cada operário se voltava de acordo com suas habilidades para uma ou outra dessas tarefas especializadas” (Minard, 1996, p. 163). Os tipógrafos, diferentemente de outros trabalhadores da época, não se identificavam com nenhuma classe, comunidade ou firma, mas sim com o próprio ofício, ou seja, se consideravam oficiais impressores e não simples operários (Darnton, 1987).

A Revolução Francesa não provocou mudanças estruturais na indústria gráfica, mas teve impacto na atitude dos trabalhadores em relação ao seu trabalho (Minard, 1996, p.175). O processo de impressão, adotado no Ocidente desde a época de Gutenberg até o final do século XIX, consistia em compor uma página por meio de caracteres móveis independentes (Febvre; Martin, 2017[1958], p. 105). Essa tarefa se mostrava complexa, uma vez que, por meio de experiência e prática, os tipógrafos desenvolveram métodos uniformes e “truques” que subsistiram com frequência até o século XIX e, às vezes, até nossos dias (Febvre; Martin, 2017[1958], p. 133).

José Rodrigues da Costa, nascido em Paraíba do Norte em 12 de outubro de 1811, iniciou sua carreira como tipógrafo após concluir seus estudos primários. Percebendo a necessidade de aprimoramento, ele buscou uma escola mais avançada na província de Pernambuco, onde trabalhou com sucesso por alguns anos. Todavia “ainda a escola de Pernambuco lhe não pareceu bastante a conseguir aperfeiçoamento, que desejava, e partiu para o Rio de Janeiro” (*O Publicador*, n.1252, 12 de novembro de 1866, p. 1).

A figura abaixo, que retrata o mercado gráfico em 1844, confirma a presença de José Rodrigues da Costa e outros quatorze estabelecimentos tipográficos na cidade do Rio de Janeiro. Isso evidencia que ele de fato estabeleceu uma tipografia na Corte, demonstrando sua atuação e fortalecimento no ramo.

Figura 4 - Tipografia de José Rodrigues da Costa no Rio de Janeiro (1844).



Fonte: Arquivo da Hemeroteca Da Biblioteca Nacional. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* – edição 02, 1845, p. 313.

A **Figura 4** possui o extrato de uma das páginas do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, uma obra que foi editada e publicada anualmente pela *Tipografia Universal Laemmert*, dos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert, no período de 1843 a 1889. Esse almanaque, ou o *Almanak Laemmert*, como ficou conhecido, trazia textos sobre a Corte brasileira, lista com nomes de integrantes dos ministérios, dados de legislação, dados censitários e muito mais. O almanaque conta com 46 edições e cerca de 55 mil imagens, disponibilizadas pela Fundação Biblioteca Nacional (Magri, 2021, p. 243).

A Tipografia Nacional, desde seus primórdios, enfrentou um desafio recorrente: a escassez de mão de obra especializada, especialmente tipógrafos. Para enfrentar essa dificuldade, a primeira tipografia brasileira adotou medidas como a contratação de aprendizes de impressor e compositor tipográfico sem custo, além de realocar soldados de suas funções para trabalharem na composição dos impressos (Cabral, 1881, p. 60; Molina, 2015, p. 109). Essa estratégia permitiu que a Tipografia Nacional se tornasse a principal fornecedora de mão de obra para as oficinas que surgiram posteriormente (Hallewell, 2017, p. 122).

No contexto das primeiras décadas do século XIX, nos primórdios da imprensa no país, é relevante ressaltar a observação, feita por Matías Molina (2015), de que os tipógrafos eram remunerados de forma satisfatória. Em Pernambuco, por exemplo, eles recebiam cem

réis por compor mil letras (Molina, 2015, p. 440). Na Província da Paraíba do Norte, em 1823, quando o governo provincial solicitou um maquinário de impressão, anunciou-se que seriam:

Necessários quatro meninos que saibam ler e escrever para igualmente se ilustrarem naquele exercício a fim de principiarem logo que chegue a sobre dita tipografia a trabalhar e a ganhar o seu competente salário que nunca será menos de 160 réis e daí para cima segundo o seu trabalho, habilidade e frequência [...] 7 de julho de 1823. Cunha Meira Almeida (Martins, 1976, p. 48).

Essas informações ressaltam a valorização e o reconhecimento da mão de obra especializada no campo da tipografia naquela época. Tanto na província de Pernambuco quanto na província da Paraíba do Norte, os compositores tipográficos eram remunerados com 100 réis por milheiro de letras (Martins, 1976, p. 48). Mesmo com os avanços mecânicos na impressão e encadernação, os compositores tipográficos continuavam desempenhando seu trabalho essencial no cavalete, conseguindo compor uma média de 1.200 tipos por hora, assim como nos tempos de Gutenberg (Vitorino, 1995, p. 42).

Levando em consideração que os compositores tipográficos pudessem compor mil letras por hora e trabalhassem oito horas por dia, durante 20 dias úteis, é possível estimar a quantidade de trabalho realizada em um mês. Essa hipotética produção mensal poderia atender às demandas do eleitor primário. No entanto, é importante ressaltar que esses cálculos são apenas suposições e servem como referência para compreender que, se os compositores atingissem essa produtividade, poderiam obter salários consideráveis para a época.

Durante o período de 1808 a 1821, a Tipografia Nacional obteve o monopólio da impressão no Rio de Janeiro. No entanto, em 1821, foram permitidas a instalação de duas tipografias particulares na cidade: a *Nova Tipografia* e a *Tipografia de Moreira e Garcez* (Hallewell, 2017, p. 123; Tartaglia, 2022, p. 894). No ano seguinte, às vésperas da independência, já existiam cerca de sete oficinas⁴⁵ tipográficas no Rio de Janeiro. Esse crescimento da atividade tipográfica esteve diretamente relacionado ao fim da censura prévia e “ao aumento repentino do interesse em questões políticas, que acompanhou as lutas e o processo de independência do Brasil” (Hallewell, 2017, p. 123).

No período de 1821 a 1822, as tipografias e os livreiros estavam predominantemente localizados nas proximidades da Freguesia da Candelária, juntamente com outros comerciantes. Essa região abrangia ruas de grande importância, como a Rua da Quitanda, Rua

⁴⁵ Com destaque para as oficinas *Silva Porto e Cia*, a *Santos e Sousa* ou Oficina dos *Anais Fluminenses*; do *Diário do Rio de Janeiro* e a *Torres e Costa* de Inocêncio Franciso Torres (Rizzini, 1988, p. 322).

do Ouvidor, Rua da Alfândega, Rua da Cadeia e Rua Direita (Slemian, 2006; Gouvêa, 2016, p. 131).

Durante as primeiras décadas do século XIX, as freguesias da Candelária, São José, Santana, Sacramento e Santa Rita compunham a área urbana do Rio de Janeiro, correspondendo atualmente às regiões do Centro e da área Portuária (Abreu, 1997, p. 37). A Freguesia da Candelária era especialmente importante, sendo considerada a área central da cidade, e teve um status de realeza. Quando os membros da família real chegaram ao Rio de Janeiro após a fuga de Portugal, desembarcaram nessa região e residiram lá. O Palácio do Carmo foi chamado de Paço Real e serviu como moradia de D. Pedro I.

Durante o Segundo Reinado, nos limites da Candelária, havia a Praça D. Pedro II, que, com a Proclamação da República, passou a ser chamada de Praça XV de Novembro (Santos, 2020, p. 54; Azevedo, 2019). Essa região central do Rio de Janeiro foi o verdadeiro centro da cidade no período, abrigando grande parte do comércio importador e exportador, importantes casas comerciais, consulados, bancos e companhias de navegação. Na segunda metade do século XIX, devido à sua importância, as ruas foram calçadas com paralelepípedos, iluminação a gás foi instalada e serviços de esgoto sanitário foram implementados (Abreu, 1997, p. 42).

Ao adentrarmos na década de 1840, a região mencionada ainda conservava seu prestígio, conforme evidenciado na **Figura 4**. Das quinze tipografias existentes, duas delas se encontravam na Rua do Ouvidor, enquanto outras três estavam situadas na Rua da Alfândega e uma na Rua da Quitanda. As demais tipografias estavam distribuídas em ruas paralelas a essas, formando um núcleo principal de atividade comercial.

Essa concentração de tipografias e livrarias na região central demonstra a importância desse local como um polo de circulação e produção de informações na época. A presença de diversas tipografias e estabelecimentos relacionados ao comércio do livro indicava o dinamismo cultural e intelectual daquele período. É interessante notar como essa região continuou a atrair e abrigar profissionais do setor gráfico ao longo do tempo, mantendo sua relevância como um ponto de referência para a disseminação do conhecimento e da cultura impressa.

A consulta ao *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* permite constatar o cosmopolitismo da cidade, evidenciado pela presença de uma grande quantidade de profissionais estrangeiros no país. Essa diversidade também se refletiu na ampla gama de comércio e serviços oferecidos aos cidadãos do Rio de Janeiro. A região continuou a atrair investimentos e a se desenvolver como um centro comercial e cosmopolita,

contribuindo para a vitalidade e diversidade da cidade durante esse período histórico (Magri, 2021, p. 250).

Durante as primeiras décadas do século XIX, o mercado editorial brasileiro experimentou transformações profundas, impulsionadas pela chegada e consolidação de casas editoriais estrangeiras. Nesse contexto, a chegada de Pierre Plancher em 1824 e a subsequente vinda de Eduardo Laemmert em 1828, representando a ilustre empresa Bossange & Aillaud no Rio de Janeiro, constituíram marcos significativos. Tais eventos desempenharam um papel fundamental no fomento do progresso tecnológico, na diversificação das publicações e na ampliação do acesso ao conhecimento, ensejando um notável crescimento e uma renovação substancial no âmbito do mercado editorial brasileiro (Hallewell, 2017, p. 233).

Em 1833, Laemmert abriu seu próprio negócio na Rua da Quitanda entre a Ouvidor e a Rosario, no Rio de Janeiro, num local já conhecido pelo comércio de livros, e investiu em publicidade nos periódicos fluminenses e, posteriormente, catálogos. Laemmert compreendeu a importância da publicidade para o sucesso de seu empreendimento e investiu vigorosamente em anúncios nos periódicos fluminenses e, posteriormente, em catálogos. Essas ações foram fundamentais para promover seus livros e atrair a atenção do público leitor da época.

A casa Plancher foi estabelecida por Pierre René François Plancher de la Noé, um renomado editor francês nascido em Le Mans, França, em 10 de janeiro de 1779. Sua jornada na indústria editorial começou em Paris, onde trabalhou como aprendiz de tipógrafo em uma fundição de tipos, progredindo até se tornar um compositor oficial em 1798. Em 1812, Plancher fundou sua própria *maison d'Édition* (editora) na capital francesa, alcançando destaque como um editor respeitado. Entre suas realizações notáveis estão a edição completa das obras de Voltaire e a publicação dos estudos de Benjamin Constant (GRANJA; JÚNIOR, 2018, p. 33).

No entanto, após a derrota de Napoleão em Waterloo, em 1815, Plancher encontrou-se envolvido em dificuldades políticas. Como apoiador de Napoleão, ele se opôs ao retorno dos Bourbons e à restauração do regime absolutista na França. Determinado a defender a monarquia constitucional, Plancher continuou a imprimir e distribuir panfletos com conteúdo político, o que resultou em sua prisão no final de 1815.

Após ser libertado, ele persistiu em suas atividades, publicando obras de cunho político que difundiam ideias iluministas em defesa da liberdade individual. No entanto, com a deterioração da situação política na França após a morte de Luís XVIII e a ascensão de Carlos X ao trono, a permanência de Plancher no país se tornou insustentável. Diante desse cenário desafiador, o editor e tipógrafo tomou a decisão de deixar sua terra natal em busca de

um novo local onde pudesse exercer suas atividades relacionadas à impressão de obras e disseminação de ideias com segurança e liberdade (GRANJA; JÚNIOR, 2018, p. 34).

Em 1824, Pierre Plancher desembarcou no Brasil e prontamente estabeleceu uma tipografia provisória na rua dos Ourives, anunciando a chegada de um valioso acervo de obras. No mesmo ano, ele transferiu sua loja para a rua do Ouvidor, onde começou a publicar em língua portuguesa. Plancher logo ganhou destaque como impressor de renome, responsável pela produção de obras icônicas, incluindo a primeira novela brasileira. Além disso, ele assumiu a missão de imprimir jornais de renome, como o *Spectador Brasileiro*. Após a interrupção desse periódico, Plancher adquiriu o *Diario Mercantil* de Francisco Manuel Ferreira e Cia, e o rebatizou como *Jornal do Commercio*. Em pouco tempo, o *Jornal do Commercio* se consolidou como o periódico carioca mais influente do período, solidificando assim a reputação e o prestígio de Plancher no mercado editorial (Hallewell, 2017, p. 151-154).

A partida definitiva de Plancher do Brasil ocorreu em fevereiro de 1834 e desencadeou uma intensificação dos conflitos entre Réol-Antoine Mougnot e Junius Constâncio Villeneuve. Ambos haviam chegado juntos ao país como oficiais da marinha, mas posteriormente encontraram emprego na empresa de Plancher. Em 22 de dezembro de 1834, o público foi informado de que Villeneuve assumiria a propriedade exclusiva do *Jornal do Commercio* e da tipografia estabelecida por Pierre Plancher. A partir desse momento, “Villeneuve se tornou o único proprietário dessas publicações e da gráfica fundada por Plancher” (Hallewell, 2017, p. 159).

Em 1836, o livreiro francês J. Villeneuve assumiu a casa *Plancher*, destacando-se por sua estratégia de divulgação maciça no *Jornal do Commercio*. Esses acontecimentos evidenciam a crescente competição e a busca por visibilidade no mercado editorial, bem como a importância do papel da publicidade na promoção das obras e no sucesso comercial dos livreiros.

Em 1843 saía dos prelos da Tipografia Universal, *Casa de Eduardo e Henrique Larmmert*, na rua da Quitanda, o primeiro *Almanak* lançado pela Laemmert datado de dezembro daquele ano. A obra continha informações e orientações destinadas ao ano subsequente, ou seja, 1844. Essa prática era comum na época, em que as publicações antecipavam as informações para que os leitores pudessem se preparar e se informar sobre o próximo ano.

Na **Figura 4**, é possível estabelecer uma relação direta ao nome de José Rodrigues da Costa, com o ano de 1844. Ademais, é pertinente ressaltar a relevância das ruas da Alfândega

e do Ouvidor, conforme ilustrado na **Figura 4**. Essas ruas, situadas no coração comercial e cultural do Rio de Janeiro, eram verdadeiros polos de atividades editoriais. A abundância de tipografias nessa região reforçava decisivamente a vitalidade e a importância do mercado editorial naquela época. No tocante a José Rodrigues da Costa, não há registros de sua tipografia no Rio de Janeiro nos anos de 1846, 1847 e 1848, conforme consta nos índices de tipografias presentes nos almanaques desses períodos. Diante disso, supõe-se que ele tenha retornado à sua terra natal, a capital da província da Paraíba, e estabelecido sua própria gráfica em torno de meados de 1845 a 1846. É plausível que, nesse período, ele tenha estabelecido laços afetivos com sua companheira Joanna, uma vez que o nascimento de sua primeira filha ocorreu em 1847. Vale ressaltar que o impresso mais antigo encontrado que carrega o nome de sua tipografia, na cidade da Paraíba, remonta a 1848, o que reforça a ideia de que ele tenha solidificado sua presença como tipógrafo em sua terra natal nesse período.

No século XIX, o setor editorial experimentou um crescimento significativo e se tornou globalizado. A figura do editor moderno, empreendedor e desvinculado das estruturas tradicionais, trouxe dinamismo e uma abordagem comercial para a produção e divulgação de livros. Redes editoriais francesas estabeleceram-se em vários países, impulsionadas pelo aumento da demanda por livros e pelos valores burgueses da época (Bragança, 2001, p. 57). Isso resultou em novas oportunidades para autores, leitores e profissionais do setor editorial, contribuindo para a expansão e importância cultural desse ambiente.

No Rio de Janeiro do século XIX, a efervescência cultural e comercial era evidente em diversas ruas, incluindo a icônica Rua do Ouvidor, onde os livreiros franceses se estabeleceram e consolidaram seu domínio. Essas casas de livros não apenas se tornaram espaços de convivência, mas também impulsionaram inovações, como “a pioneira utilização de vitrines para expor seus produtos” (Modenez, 2015, p. 189). Foi nesse contexto de crescente importância cultural, especialmente no âmbito literário, que os irmãos Garnier decidiram estabelecer a filial brasileira da renomada Livraria Garnier, em 1844, no Rio de Janeiro, na Rua Ouvidor. Essa estratégia envolveu a transferência de Baptiste Louis Garnier para o Brasil, visando aproveitar as oportunidades do próspero mercado e solidificar a presença da livraria como referência no cenário literário nacional (Hallewell, 2017, p. 222).

Essa estratégia permitiu que a livraria se consolidasse como referência no mercado brasileiro de livros, além de aproveitar as oportunidades de negócios disponíveis. A escolha também refletiu o potencial do Brasil como um mercado promissor e um ponto estratégico para a distribuição de livros em língua espanhola aos países latino-americanos vizinhos. Assim, “a filial brasileira da Livraria Garnier desempenhou um papel fundamental na difusão

de obras literárias e no fortalecimento do intercâmbio cultural entre o Brasil e outros países da América Latina” (Dutra, 2010, p. 70).

No contexto do cenário tipográfico do Rio de Janeiro no século XIX, J. Villeneuve se destacou como um dos principais impressores da cidade, “alcançando grande sucesso em seu negócio” (Hallewell, 2017, p. 160). No entanto, Villeneuve não estava sozinho nessa empreitada. Ele competia com nomes de peso, como as renomadas: Tipografia Nacional, a Tipografia de Paula Brito, a casa *Laemmert*, a Tipografia do *Diário do Rio* e as oficinas do *Correio Mercantil* e do *Correio da Tarde*. A **Figura 4** revela a presença e participação dessas tipografias, incluindo a de José Rodrigues da Costa, evidenciando a dinâmica e a competitividade presentes no cenário tipográfico do Rio de Janeiro do período.

No contexto da sociedade escravagista brasileira do século XIX, o campo tipográfico refletia uma clara divisão de funções com base na hierarquia social. O trabalho de impressor, desempenhado principalmente por escravizados, era caracterizado como uma atividade mais física e braçal (Vitorino, 1995, p. 24). Em contrapartida, a função de compositor exigia um maior nível de habilidade e qualificação, requerendo competências como leitura, escrita, pontuação e ortografia (Gouvêa, 2016, p. 37).

Essa diferenciação de habilidades entre os tipógrafos não era exclusiva de uma única tipografia, mas estava presente em diversas oficinas do Império brasileiro. Um exemplo disso pode ser observado nos anúncios do *Publicador*, onde eram publicadas vagas para aprendizes de compositor e jovens escravizados interessados em se tornar impressores. Nos anúncios, evidenciava-se a exigência de habilidades de leitura e escrita para a função de compositor: "Precisa-se de um aprendiz para compositor, que saiba ler corretamente, nesta tipografia" (*O Publicador*, 11 de dezembro de 1865). Por outro lado, para a posição de impressor, a ênfase estava na aptidão física e na capacidade de realizar as tarefas mais árduas: "Compra-se um molecote sadio, que não seja fujão, tenha boa figura, e a necessária inteligência para aprender o ofício de impressor; tratar-se nesta tipografia" (*O Publicador*, 23 de novembro de 1865).

Nesse contexto, a divisão de funções no campo tipográfico evidenciava as disparidades sociais e econômicas presentes na sociedade escravagista brasileira do século XIX. A valorização das habilidades e de níveis de alfabetização refletia a hierarquia social e a exploração dos escravizados. Segundo Artur Vitorino (1995, p. 24), no *Correio Paulistano* em 1854, era comum encontrar nas tipografias pelo menos dois artífices, que eram auxiliados por um escravizado nas tarefas mais pesadas, como a impressão. Enquanto os escravizados eram designados para realizar trabalhos braçais, os indivíduos com maior instrução eram direcionados para funções que demandavam conhecimentos e habilidades de leitura e escrita.

No ano de 1832, René Ogier publicou o *Manual da Tipografia Brasiliense*, incluindo em seu nome as credenciais de “antigo impressor de Paris, e estabelecido no Rio de Janeiro desde 1827”. Essa escolha de apresentação gráfica revelava uma estratégia de autopromoção, buscando destacar sua competência como profissional capaz de difundir as normas e práticas corretas na produção de impressos. Com isso, ele direcionava sua mensagem tanto para os envolvidos diretamente na produção dos impressos quanto para aqueles responsáveis pela administração do empreendimento (Schapochnik, 2008, p. 377).

A assimetria nas funções desempenhadas por diferentes categorias de trabalhadores na tipografia era notadamente evidente. No topo dessa hierarquia, o Diretor, também conhecido como "chefe da oficina", desempenhava um papel que ia além das questões técnicas, abrangendo responsabilidades administrativas, financeiras, comerciais e contábeis. Em contraste, a comunidade dos trabalhadores ocupava uma posição abaixo do Diretor e estava distante das interações com os fornecedores de manuscritos. Para executar suas funções, os tipógrafos necessitavam de uma sólida formação, os compositores precisavam ter um bom domínio da língua, e os aprendizes também precisavam conhecer bem o idioma, pois frequentemente eram encarregados de realizar cópias para os revisores (Schapochnik, 2008, p. 378-379).

A etapa da composição tipográfica consistia na montagem meticulosa das palavras, linhas, páginas e folhas. Esse processo era realizado por profissionais especializados, que desempenhavam uma atividade que mesclava habilidades mecânicas e intelectuais. A composição tipográfica era considerada uma forma de arte, pois exigia não apenas destreza manual para organizar as letras no componedor e imprimi-las nas prensas, mas também um profundo conhecimento da escrita e sua representação, assemelhando-se às atividades criativas desempenhadas por profissionais liberais da época. Essa dualidade entre o aspecto técnico e criativo tornava a composição tipográfica uma atividade complexa e valorizada. (Schapochnik, 2008, p. 380; Vitorino, 2007, p. 1).

De acordo com Febvre e Martin (2017[1958], p. 120) o processo de composição manual na tipografia pouco variou desde a invenção da imprensa. Os instrumentos utilizados permaneceram os mesmos ao longo dos anos. O *compositor* posicionava-se diante de uma *caixa*, espécie de gaveta plana de madeira, subdividida em seções chamadas de *caixotins*, onde o e tipo era armazenado. A pessoa pegava os tipos um por um e os colocava no *componedor*, um recipiente alongado, geralmente feito de madeira, mas atualmente de metal. Após concluída uma linha, ela era transferida para uma bandeja chamada de *galé*, onde as linhas eram organizadas entre duas *entrelinhas*. Posteriormente, as linhas eram reunidas e

fixadas em uma *fôrma*, com pedaços de madeira e amarradas firmemente. Os tipógrafos trabalhavam em um *cavalete* inclinado, o que lhes proporcionava certa mobilidade durante o processo de composição.

A prensa de impressão, fundamental para a produção de impressos, passou por aprimoramentos significativos do século XVI ao XIX. Inicialmente, era uma máquina robusta e simples, onde páginas de caracteres eram organizadas em uma matriz sobre uma base de mármore (posteriormente substituída por aço). Essa matriz era entintada e uma folha de papel era pressionada contra ela por meio de uma platina, resultando na impressão dos caracteres. Inicialmente, era possível imprimir apenas metade de uma folha por vez, mas avanços tecnológicos permitiram a impressão de uma folha inteira de uma só vez. Ao longo do século XIX, ocorreram mais progressos, resultando em prensas mais eficientes e rápidas, impulsionando a disseminação da informação impressa (Febvre; Martin, 2017[1958], p. 125-126).

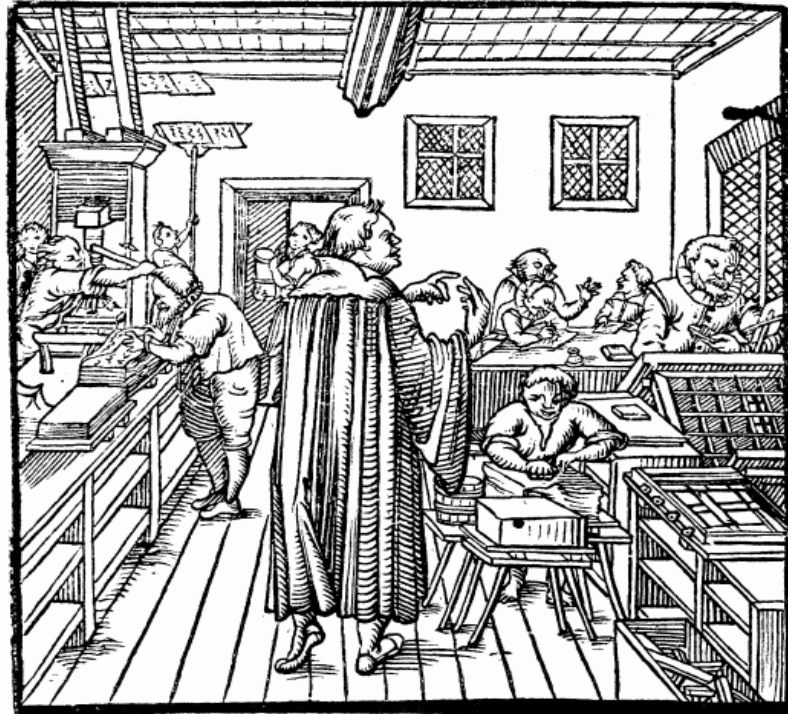
Para a prática de impressão a prensa constituí elemento primordial. É notável que suas características tenham se mantido praticamente inalteradas de meados do século XVI até o XVIII. Seu princípio de funcionamento era: a *matriz*, formada pela junção de várias páginas para evitar qualquer deslocamento, era colocada sobre uma superfície de mármore, posteriormente substituída por uma placa de aço no século XVIII. A matriz era cuidadosamente entintada com a ajuda da *bala* e, em seguida, a folha de papel era posicionada sobre os caracteres. Então, a prensa era posta em ação: uma vez acionada por meio de uma batida na barra, impulsionava um parafuso sem fim que culminava em uma chapa horizontal conhecida como *platina*, a qual era posicionada sobre a superfície de mármore. Nesse processo, “a folha de papel era cuidadosamente pressionada contra a matriz pela platina, resultando na impressão dos caracteres de forma nítida e precisa” (Febvre; Martin, 2017[1958], p. 124-125).

Durante muito tempo, foi impossível imprimir uma só vez uma superfície tão significativa quanto a de uma folha inteira; imprimia-se meia folha com uma batida da barra, imprimia-se a primeira metade; fazia-se avançar o carro, e imprimia-se a segunda metade. Era necessário, portanto, acionar duas vezes a barra para imprimir uma folha inteira. Esse foi o sistema empregado na maioria dos países da Europa, de acordo com Febvre e Martin (2017, p.125-126 [1958]).

Segundo Antony Grafton (2020, p. 36), em sua obra *Inky Fingers: The making of books in Early Modern Europe*, o manual *Orthotypographia*, escrito por Jeremiah Hornschuch, teria sido o primeiro manual de correção. Essa obra apresentava uma gravura

(**Figura 5**) em madeira que retratava uma oficina de impressão em plena atividade. Nessa representação, vê-se que os membros teóricos e mecânicos da equipe de impressão trabalhavam de forma intensa e colaborativa, ocupando espaços próximos uns dos outros.

Figura 5 - Casa de impressão do século XVII.



Fonte: HORNSCHUCH, Jeremiah. *Orthotypographia*, Leipzig, 1608. Ilustração de uma oficina de impressão. (GRAFTON, Anthony. *Inky Fingers: The making of books in Early Modern Europe*, Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press, 2020).

Na **Figura 5**, é possível observar a representação de uma oficina tipográfica do século XVII. Os trabalhadores, vestidos de forma mais simples, estavam envolvidos em diversas tarefas, como umedecer o papel para que ele pudesse absorver a tinta, enquanto as folhas eram puxadas e penduradas em um suporte próximo ao teto para secarem. Em meio a essa atmosfera, há outros homens vestindo gibões e colarinhos rendados, possivelmente discutindo sobre um texto a ser impresso. Além disso, é possível notar um homem com colarinho rendado, que estava envolvido na composição dos tipos. Um elemento interessante na cena é a presença de uma mulher. Na figura, ela adentra a sala trazendo uma caneca de cerveja para um dos trabalhadores, acrescentando um toque de vida cotidiana. O mestre impressor, vestido com uma veste luxuosa, preside toda a cena, transmitindo sua autoridade e importância na oficina (Grafton, 2020, p. 36).

Embora as diferentes vestimentas usadas pelos indivíduos refletissem as leis sumptuárias que regulavam os trajes de acordo com a posição social, todos eles

compartilhavam o mesmo ambiente de trabalho barulhento e sujo. Grafton (2020, p. 37) ressalta que os homens que trabalhavam em oficina como essa não conseguiam escapar dos dedos manchados de tinta, evidenciando a natureza prática e física da atividade tipográfica.

No século XIX, o mercado gráfico brasileiro era composto principalmente por profissões como compositor, impressor, maquinista de impressão e fundidor de tipos, além do encadernador. Entre essas atividades, a composição tipográfica se destacava por exigir um maior nível de treinamento e especialização técnica (Vitorino, 2007, p. 1). A figura do tipógrafo, por sua vez, é definida por Bruno Martins (2014, p. 3) como um artífice⁴⁶, responsável por coordenar a atividade manual de composição dos tipos de metal com o sentido conceitual das letras. Dessa forma, o tipógrafo é um artífice que combina a expertise técnica com o domínio conceitual das letras. Sua apropriação dos textos envolve não apenas a prática e a observação, mas também o letramento, que permite o progresso do conhecimento técnico e a sofisticação da prática do aprendiz.

Em 1853, os tipógrafos brasileiros se mobilizaram e fundaram a *Associação Tipográfica Fluminense*, uma organização beneficente de caráter mutualista (Schapochnik, 2008, p. 385). Durante o período imperial brasileiro, as leis proibiam a formação de sindicatos. No entanto, diante dessa restrição legal, surgiram diversas sociedades de auxílio mútuo entre os trabalhadores, que não apenas forneciam apoio financeiro, mas também ofereciam programas de capacitação profissional e assistência na busca por emprego, entre outros serviços essenciais. Essas sociedades tornaram-se a única opção legal de organização para os trabalhadores da época. Entre os benefícios oferecidos, destacavam-se o auxílio para despesas funerárias, pensão para famílias em caso de falecimento, amparo para invalidez e auxílio durante doença (Batalha, 1999, p. 60; 2010, p. 19)⁴⁷.

Vale destacar que, em 1858, os tipógrafos protagonizaram a primeira greve registrada no Rio de Janeiro. Impulsionada pela união e resistência dos trabalhadores, a paralisação organizada pela categoria dos tipógrafos envolveu cerca de 80 compositores de três tipografias que produziam jornais diários na Corte. Durante aproximadamente três semanas, os trabalhadores reivindicaram melhores condições de trabalho e o reconhecimento de suas profissões. Como resultado desse movimento, surgiu o *Jornal dos Tipógrafos*, um periódico que circulou por cerca de três meses (Vitorino, 2007).

⁴⁶ Segundo a compreensão de Richard Sennett em *The Craftsman* (2008), em que o artífice é alguém que domina habilidades técnicas em um ofício específico, encontrando significado e satisfação em seu trabalho manual.

⁴⁷ Para mais informações, ver: Batalha, Claudio, H. M. (coord.). **Dicionário do movimento operário –Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920**: militantes e organizações. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

Os tipógrafos, como trabalhadores manuais da tipografia, constituíam uma categoria específica, que desempenhava um papel crucial na esfera intelectual e política. Como assalariados, eles estavam diretamente envolvidos nos debates nacionais e internacionais, o que os capacitava a compreender e participar das complexas dinâmicas de poder da sociedade em que viviam. Além disso, esses profissionais compartilhavam uma convivência próxima com as elites políticas e intelectuais da Corte, tanto devido à proximidade física de seus locais de trabalho quanto à natureza de seu emprego (Morel; Borges, 2003, p. 100-101).

Além de serem responsáveis pela produção de impressos, as tipografias assumiram um papel muito mais abrangente, transformando-se em espaços de encontros, interações sociais e debates de ideias. Tornaram-se elementos fundamentais dentro de uma esfera pública em constante efervescência. Myriam Paula Gouvêa (2016, p. 136), ao analisar a Tipografia do *Diário do Rio de Janeiro* entre os anos de 1808 e 1831, enfatiza a natureza pública desse espaço, que desempenhava um papel fundamental na esfera pública mais ampla da época.

A escolha estratégica da localização da tipografia deve ter desempenhado um papel crucial na consolidação da atividade de José Rodrigues da Costa como um intermediário da cultura escrita. Ao situar a tipografia em uma das ruas que historicamente abrigaram a produção de impressos na capital, José Rodrigues da Costa se beneficiou da relevância histórica do local para a imprensa. Essa presença estratégica contribuiu significativamente para a visibilidade e o sucesso de seu trabalho como tipógrafo na época (Peixoto, 2017a, p. 73).

A oficina do *Publicador* ficava localizada na Rua Direita, situada na parte alta. Essa rua poderia ser chamada de *Rua das Letras* já que nela e nas ruas circunvizinhas desde as primeiras décadas do século XIX na capital da província, ocorreu uma grande profusão dos impressos na cidade (Peixoto, 2017, p.46). Abrigou não apenas a tipografia do *Publicador*, mas também outros espaços de produção e difusão da cultura letrada (tipografias, aulas de professores particulares, escritórios de advocacia, entre outros).

Todavia a disseminação do jornal não se restringiu apenas à parte alta da cidade. Ele se fez presente por todos os cantos, principalmente na Rua das Convertidas (Varadouro), situada na parte baixa, região “em que se acha colocado grande parte do comércio desta Cidade [...] em que estão as maiores casas de negócio” (*A Ordem*, 30 de junho de 1851). No trecho a seguir, registra-se que a redação havia feito um acordo com um lojista do Varadouro para propagar o jornal, o que exemplifica os mecanismos de difusão do jornal na Cidade da Paraíba:

A fim de facilitar às pessoas residentes no bairro do Varadouro a publicação de seus anúncios, obtivemos do **Sr. Antônio Alexandrino Lima** permissão de serem [os] ditos anúncios recebidos em sua loja. Os que, pois, forem ali entregues até 3 horas da

tarde serão publicados no dia seguinte; sendo que, na tipografia, serão recebidos até 5 horas (*O Publicador*, 2 de setembro 1862, nº 2, p. 4).

Os sujeitos que se encarregavam de vender o jornal e outros impressos nas suas lojas foram responsáveis pela propagação da palavra impressa na capital. São os chamados livreiros, que “operavam dentro de redes comerciais, que se ampliavam e se desfaziam como as alianças no mundo diplomático” (Darnton, 2010a, p. 143). Após fechar contrato com o governo provincial, para publicar os atos oficiais diariamente, também ficou sob a responsabilidade da redação do *Publicador* a distribuição:

À secretaria do governo serão fornecidos **86 exemplares** de cada número do jornal, sendo mais distribuídas as seguintes folhas: 2 ao gabinete da presidência, 2 à secretaria da polícia, e 1 às seguintes repartições, tesouraria da fazenda, alfandega, correio, tesouro, consulado provincial, capitania do porto, diretoria da instrução pública, aos corpos de guarnição e de polícia, ao comandante superior da capital e ao ajudante d’ordens da presidência (*O Publicador*, de n. 446, 26 de fevereiro 1864, p. 2).

Seguindo essa perspectiva, considera-se, que a Tipografia onde se imprimia o *Publicador* era um espaço de sociabilidade e desempenhava papel fundamental na construção e fortalecimento da esfera pública. Um exemplo da importância das tipografias como espaços de encontro e interação foi o extrato mencionado anteriormente, no qual José Rodrigues da Costa, proprietário da *nascente empresa* d’*O Publicador*, relatou a presença do administrador da tipografia do jornal concorrente. Esse encontro entre os produtores de impressos mostra como as tipografias eram locais onde não apenas os leitores se reuniam, mas também os próprios profissionais do ramo. Nesse contexto, discutiam-se assuntos relevantes, como o desempenho das assinaturas, evidenciando a importância desse espaço na comunicação e no mercado editorial da época.

A análise dos bastidores da produção de um jornal revela a complexidade do que é impresso e como os elementos sociais, afetivos, de trabalho, políticos e até mesmo desavenças influenciavam na criação de um periódico diário em uma localidade onde essa prática ainda não era comum. Os bastidores nos permitem compreender também a rotina intrincada de uma oficina tipográfica. Além disso, mostram, como a complexidade social da época estava diretamente entrelaçada na produção de um jornal.

A trajetória de José Rodrigues como tipógrafo está intrinsecamente ligada à história do diário sob sua propriedade, sendo influenciada pelas relações sociais e pelas oportunidades que encontrou em sua jornada. Essas conexões geográficas e experiências profissionais desempenharam um papel fundamental na moldagem de sua carreira e na expansão de seu conhecimento no campo da tipografia.

Ao examinar alguns aspectos dos processos de produção, fica evidente que a impressão de um jornal não se restringe simplesmente ao ato mecânico de imprimir palavras em papel. É um empreendimento que envolve uma teia de relações e influências, tanto pessoais quanto sociais. Os indivíduos envolvidos no funcionamento do jornal trazem consigo suas experiências, vínculos familiares, lealdades políticas e antagonismos, que inevitavelmente se refletem no conteúdo veiculado. Além disso, a estrutura social da época desempenha um papel crucial na determinação do que é publicado. As relações de poder, as hierarquias e as divisões sociais moldam as decisões editoriais e a seleção de informações. A influência dos diferentes atores sociais, como políticos, intelectuais e membros da elite local, pode ser identificada na escolha dos assuntos abordados e na forma como são apresentados.

A produção diária de um jornal em uma localidade onde esse formato ainda não era comum representa um desafio adicional. Requer organização, comprometimento e uma rede de colaboradores dispostos a contribuir regularmente com conteúdo relevante. A falta de experiência prévia nesse tipo de empreendimento demanda uma adaptação rápida e constante, além de uma busca por referências e inspirações em outras publicações.

Assim, ao descortinar os bastidores da produção de um jornal, adentra-se em um universo rico e complexo, onde a interseção entre a estrutura social, os laços afetivos, os interesses políticos e até mesmo as animosidades pessoais influenciam diretamente o que é impresso. É um lembrete de que o funcionamento de um jornal vai além do papel e da tinta, envolvendo a interação intricada entre os seres humanos e as complexidades da sociedade em que estão inseridos.

No exemplar de número 899, datado de 4 de setembro de 1865, é possível constatar a relevância de investigar os bastidores da produção dos jornais e compreender os responsáveis pela seleção do conteúdo a ser impresso. Nesse sentido, é notável a promulgação da Lei n. 188 em 31 de agosto de 1865, durante o mandato de Felizardo Toscano de Brito como 1º vice-presidente da província. Essa legislação determinava que os vencimentos dos professores da instrução pública, incluindo o padre José Antonio Lopes da Silveira, fossem equiparados aos salários recebidos no momento da aposentadoria, revogando assim disposições anteriores.

É intrigante observar que esse ato governamental oficial foi publicado no jornal *O Publicador*, de propriedade de José Rodrigues da Costa, em benefício do padre, que por sua vez era padrinho de um dos filhos de José Rodrigues da Costa. Vale destacar que esse acontecimento ocorreu durante o mandato de Felizardo, líder do Partido Liberal e aliado político do padre Lindolfo, que desempenhava um papel fundamental como redator principal do jornal. Além disso, é relevante mencionar que o secretário responsável por assinar e registrar a lei era

Joaquim Maria Serra Sobrinho, que também imprimia obras na tipografia. Essa intrincada rede de relações é apenas um exemplo da complexidade existente nos bastidores da imprensa oitocentista, com suas ligações de compadrio e relações políticas.

Após o falecimento de José Rodrigues da Costa, seus filhos assumiram a responsabilidade de dar continuidade ao legado deixado por seu pai, controlando a empresa que havia sido construída ao longo de muitos anos no mercado editorial, marcando o início de uma nova era.

CAPÍTULO 2 – TUDO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO E CAPAZ DE TRABALHAR

2.1. FORMAS QUE AFETAM O SIGNIFICADO

A abordagem sociológica dos textos, desenvolvida por McKenzie (2018 [1986]), ensina que o status e a interpretação de uma obra não se limitam ao seu conteúdo, mas também dependem de sua materialidade. O autor, em conjunto com o editor, desempenha um papel essencial na definição das formas que a obra assume, e toda significação de um texto é intrinsecamente situada historicamente. Nesse contexto, o estudo da materialidade do jornal assume um papel primordial na compreensão e produção dos textos. Segundo McKenzie, *forms effect meaning* (formas afetam o significado).

Se para McKenzie, o texto é uma entidade dinâmica que engloba o conteúdo linguístico e os aspectos materiais e contextuais, para ele e para Alexandra Pita González e Maria del Carmen Grillo (2015), a materialidade dos impressos e a análise detalhada de cada aspecto tipográfico têm grande importância. Tais autores ressaltam a relevância de considerar o contexto de produção de uma obra para uma compreensão mais profunda e abrangente do seu significado. Laura Strelow Storch (2012, p. 77) destaca a importância de detalhes, tais como “capas, boxes, linhas, formas, imagens e hierarquias definidas pelos editoriais, na concepção do projeto gráfico”. Esses elementos não verbais desempenham um papel significativo na definição do gênero jornalístico e na forma como a mensagem é transmitida ao público leitor.

Essas abordagens revelam a interconexão entre o autor, a obra e o contexto histórico em que ela foi criada, oferecendo uma visão mais completa das transformações da escrita e da produção jornalística ao longo do século XIX. Portanto, a análise cuidadosa desses aspectos é essencial para uma compreensão mais completa da obra jornalística. Nesse sentido, serão apresentadas análises sobre a organização estrutural do *Publicador*, a fim de aprofundar a compreensão sobre os aspectos de produção de um jornal do século XIX. É importante ressaltar que, até o momento, não foram localizados documentos que revelem detalhes sobre o funcionamento interno da tipografia do *Publicador*. No entanto, a partir das informações contidas nas páginas impressas que nos foram deixadas e do cruzamento com outras fontes do período e com a bibliografia, busca-se compreender a produção do jornal.

O primeiro exemplar físico do jornal *O Publicador*, lançado em 1 de setembro de 1862, só tinha sido encontrado e reproduzido por meio de imagens na obra de Eduardo Martins (1978). No entanto, após pesquisas realizadas pessoalmente, superando as restrições sanitárias e a proibição de visitas aos arquivos devido à pandemia de COVID-19, foi possível finalmente

acessar a Hemeroteca da Fundação Casa José Américo e localizar o tão desejado exemplar original do jornal, preservado em sua totalidade.

Figura 6 - Exemplar inaugural do *Publicador* n. 1, 1 de setembro de 1862.



Fonte: Hemeroteca da Fundação Casa de José Américo.

A **Figura 6** retrata o primeiro exemplar do jornal, publicado em 1º de setembro de 1862, seguindo o padrão característico da época. O jornal possuía quatro páginas e está formatado em duas colunas, com um tamanho de 32x22 cm. Além disso, inclui um prospecto introdutório da redação, no qual são declaradas as intenções e propósitos do periódico. As cinco seções presentes no jornal são as seguintes: o editorial, que compartilha o mesmo nome do jornal; a seção dedicada ao *Registro Noticioso*; a seção de *Variedades*; a seção voltada para informações relacionadas à *Agricultura*; e, por fim, a seção de *Anúncios*. Essa estrutura organizacional do jornal, juntamente com seu formato em duas colunas e tamanho específico, oferece uma visão mais detalhada da apresentação física do periódico e das áreas de interesse cobertas em suas páginas.

Durante a década de 1790, observou-se uma transição gradual em que o formato *in-quarto*, ligeiramente maior, passou a assumir a predominância sobre o *in-octavo* (Popkins, 1996, p. 212). Já na primeira metade do século XIX, no âmbito da imprensa, os jornais eram frequentemente produzidos em formato *in-quarto*, com dimensões geralmente estabelecidas em torno de 31 por 21 cm. Essas dimensões representavam a medida mais comum para os periódicos da época (Barbosa, 2013, p. 91).

Um fator relevante é o tamanho do jornal, que está diretamente vinculado ao porte da máquina de impressão empregada. Com esse propósito, para se ter uma ideia do tamanho do jornal *O Publicador* em relação aos demais diários do período, obtiveram-se informações de destaque na obra *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954) Vol. II Diários do Recife*

- 1829/1900, de autoria de Luiz Nascimento (1966). Com base nesses dados, foi elaborado um quadro comparativo sobre os tamanhos de alguns jornais diários mencionados pelo autor, abrangendo desde o primeiro diário até os periódicos que circularam em Pernambuco durante a década de 1860.

Tabela 4 - Título e tamanho dos Diários de Pernambuco entre 1825 e 1868.

Ano	Título do Diário	Tamanho
1825	<i>Diario de Pernambuco</i>	24,5x19cm
1829	<i>Cruzeiro</i>	30x20cm
1832	<i>Diario dos Pobres</i>	20x14cm
1833	<i>Diario da Administração de Pernambuco</i>	30x20cm
1833	<i>A Quotidiana Fidedigna</i>	30x20cm
1836	<i>Gazeta Universal</i>	30x20cm
1842	<i>Diario Novo</i>	30x20cm
1843	<i>O Nazareno</i>	30x20cm
1846	<i>O Annunciante</i>	28x19cm
1850	<i>Diario do Povo</i>	30x20cm
1850	<i>O Commercio</i>	45x28cm
1850	<i>A Imprensa</i>	48x30cm
1852	<i>A Revolução de Novembro</i>	30x20cm
1852	<i>O Liberal Pernambucano</i>	48x30cm
1856	<i>O Paiz</i>	34x26cm
1857	<i>O Despertador Commercial do Norte</i>	45x32cm
1862	<i>Jornal do Recife</i>	52x36cm
1863	<i>O Progressista</i>	53x34cm
1868	<i>Correio Pernambucano</i>	38x27cm

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com as informações coletadas, o jornal *O Publicador*, em 1862, possuía aproximadamente 32x22cm, o que o posicionava em um ponto intermediário em relação ao tamanho de outros jornais da época. À medida que os anos passam, é comum observar um aumento no tamanho dos jornais devido a diversos fatores, como o avanço dos recursos disponíveis nas tipografias, a necessidade de incluir mais informações, o aumento do número de assinantes e a inclusão de mais anúncios. Esses elementos contribuem para a expansão física dos jornais, acompanhando o crescimento e as demandas do contexto histórico e do mercado da época.

Além dos avanços tecnológicos, o tamanho do jornal também pode ser influenciado pelo aumento no número de assinantes e anúncios. À medida que a base de assinantes e a receita publicitária crescem, é necessário mais espaço para acomodar conteúdos adicionais, como

reportagens, artigos, anúncios e outros elementos gráficos. Portanto, o tamanho do jornal é resultado de uma combinação de fatores, incluindo a capacidade da máquina de impressão, os recursos disponíveis nas tipografias, a demanda por informações e o suporte financeiro proporcionado pelos assinantes e anunciantes. É um reflexo da evolução das tecnologias de impressão, das exigências do público leitor e das necessidades comerciais do mercado jornalístico.

Conforme salientado por Frederic Barbier (1990, p. 726), entre fins do século XVIII e o transcorrer do século XIX, ocorreu um grande avanço nas estruturas tecnológicas da indústria editorial, resultando na transição do modelo *gutenberguiano* para a era industrial⁴⁸. Foi nesse contexto que emergiu uma verdadeira "cultura midiática", como apontado por Kalifa (2001). Segundo as análises de André Caparelli (2012), essa cultura midiática, com enfoque nos jornais, disseminou-se e consolidou-se em diversas localidades da Europa e América Latina durante o século XIX. Ela desempenhou um papel essencial na propagação de informações, tanto em âmbito local como internacional, permitindo que as pessoas se mantivessem atualizadas acerca dos acontecimentos e ideias que circulavam em diferentes regiões. O jornal foi um grande laboratório de transformações da escrita no século XIX (Caparelli, 2012, p. 28).

Um dos indicadores mais claros das mudanças ocorridas na história da edição reside no papel crescente desempenhado pelos anúncios publicitários e na atenção que eles receberam dos livreiros-editores. A aparição de novos intermediários, como os anúncios, juntamente com a especialização das atividades e a individualização do editor, também são sinais marcantes das mudanças ocorridas no setor editorial (Barbier, 1990, p. 750).

A maioria dos jornais, ao longo do século XIX, se manteve dependente do lucro advindo das assinaturas e dos anúncios (Lustosa, 2004, p. 64; Martins, 2013, p. 60). Todavia, o alto custo de produção de um periódico e à não assiduidade dos assinantes tem sido levantados como possíveis motivos pelos quais “muitos jornais desapareceram com a mesma rapidez que vieram à tona” (Barbosa, 2007, p. 16). Particularmente, esse não foi o caso nem do *Publicador*, e muito menos do seu concorrente, o *Jornal da Parahyba*, já que, ambos fundados no ano de 1862, encerraram apenas em 1884 e 1889, respectivamente.

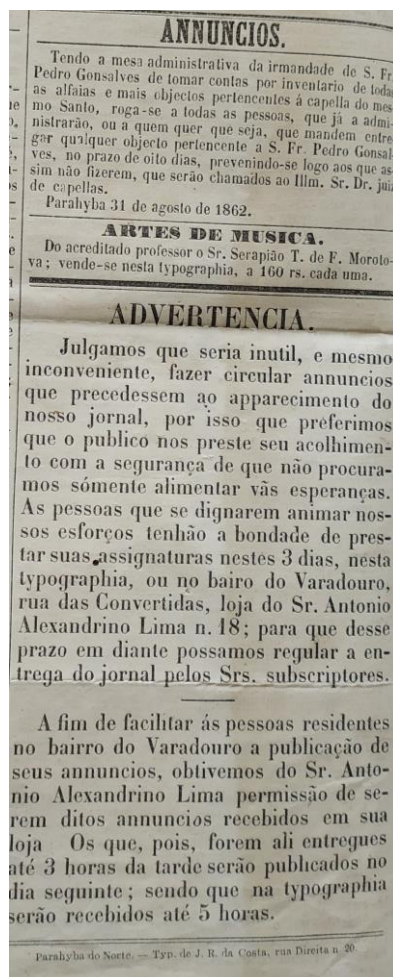
No ano de 1862, foram impressos 101 exemplares do jornal *O Publicador*. Ao longo desses 101 exemplares do ano inaugural, os anúncios foram aumentando progressivamente. No entanto, o aumento exponencial tornou-se mais perceptível no ano de 1864, quando os anúncios

⁴⁸Entre le XVIII^{ème} et le XIX^{ème} en siècle voient ainsi se développer, dans les différents branches de l'économie du livre, un ensemble de structures technologiques innovatrices, qui permettent la transition entre le modèle gutenbergien et l'époque industrielle » (Barbier, 1990, p. 726).

frequentemente ultrapassavam até mesmo a quarta página, chegando a ocupar parte da terceira página.

A seguir, apresenta-se a seção de *Anúncios* do primeiro exemplar do *Publicador*:

Figura 7 - Seção de anúncios do n.1.



Fonte: Acervo Fundação Casa de José Américo

Na **Figura 7**, é possível perceber claramente as intenções da redação do jornal, que busca envolver o público leitor na criação desta seção, conforme segue a transcrição da advertência:

ADVERTENCIA

Julgamos que seria inútil, e mesmo inconveniente, fazer circular anúncios que precedessem ao aparecimento do nosso jornal, por isso que preferimos que o **público nos preste seu acolhimento**, com a segurança de que não procuramos somente alimentar as esperanças. As pessoas que se dignarem animar nossos esforços tenham bondade de prestar suas assinaturas nestes 3 dias, nesta tipografia, ou no bairro do Varadouro, rua das Convertidas, loja do Sr. Antonio Alexandrino Lima n. 18; para que desse prazo em diante **possamos regular a entrega do jornal pelos Srs. subscriptores** (*O Publicador*, n. 1, 1 de setembro de 1862, p.4. Grifos meus).

Neste exemplar inaugural, os redatores optaram por não lançar mais anúncios, buscando, assim, criar um envolvimento com os leitores. Além disso, o jornal disponibilizou pistas sobre o processo de produção e circulação do jornal, informando sobre um prazo de três dias para angariar novos assinantes e anunciantes, bem como para organizar a logística de entrega do jornal. Indicou, portanto, que quem assinasse o jornal, o veria entregue pela equipe da tipografia. O horário para entrega dos anúncios já se encontrava no cabeçalho e foi reforçado na última página, com o intuito de persuadir e criar um vínculo com possíveis leitores ou anunciantes que se tornariam assíduos.

Retomando a “Advertência”, a redação continua informando que:

A fim de facilitar às pessoas residentes no bairro do Varadouro a publicação de seus anúncios, obtivemos do Sr. Antonio Alexandrino Lima permissão de serem ditos anúncios recebidos em sua loja. Os que, pois, forem ali entregues até 3 horas da tarde serão publicados no dia seguinte; sendo que na Tipografia serão recebidos até 5 horas (*O Publicador*, n. 1, 1 de setembro de 1862, p.4. Grifos meus).

A relação entre Antonio Alexandrino Lima e o proprietário do jornal *Publicador* remonta à década de 1850. Nessa época, na loja de Antonio A. Lima, também eram recebidas assinaturas do jornal *Alva*, impresso na Tipografia de José R. da Costa. O jornal literário *Alva* contava, como responsáveis e redatores, com João da Costa Ribeiro, José Carlos da Costa Ribeiro, Olintho José Meira, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Adelino Antonio de Luna Freire e Salvador Henrique de Albuquerque. Além disso, foi possível verificar que Antonio Alexandrino Lima e José Rodrigues eram vizinhos de propriedade. A informação sobre a relação de vizinhança entre Antonio Alexandrino Lima e José Rodrigues foi localizada na obra *Apostamentos para a História territorial da Parahyba* de Lyra Tavares, publicada em 1910. Nessa obra, o autor compilou diversos documentos relacionados às questões de posse de terras na Paraíba, incluindo o registro que menciona José R. da Costa e sua companheira Joanna como “co-senhores de um sítio no lugar Cruz do Peixe, terreno próprio, que confina pelo poente com terras de Antonio Alexandrino Lima” (Tavares, 1910, p. 711).

As relações entre os comerciantes e a imprensa revelam várias redes de sociabilidade. Os jornais desempenharam um papel crucial como “veículo de divulgação de anúncios de todo o teor, numa sociedade que ingressava na oferta e procura de serviços diversos” (Martins, 2013, p. 58). Nesse contexto, os comerciantes estabeleciam uma relação mútua de solidariedade com a imprensa, uma vez que tanto utilizavam os jornais para divulgar seus anúncios como também contribuíam com a distribuição dos exemplares (Peixoto, 2017a, p. 63).

Pode-se dizer que a imprensa do século XIX, associada ao espaço urbano, por meio dos locais responsáveis pela circulação da palavra escrita, formou rotas em que diferentes comércios se entrelaçavam (Morel; Borges, 2003, p. 77). Com a estratégia de formação de um público leitor, o recém-criado diário visava atrair leitores das várias partes da capital paraibana, que era dividida em Cidade Alta e Cidade Baixa. A tipografia na Cidade Alta, localizada na rua Direita, poderia, assim, levar o anúncio para a loja do senhor Antonio Alexandrino, situada na parte baixa da cidade.

Outro ponto relevante observado na análise do jornal é a ênfase na entrega adiantada dos anúncios, que deveriam ser feitos até as 5 horas da tarde. Essa informação proporciona pistas sobre a organização da redação do jornal para o dia seguinte. Além disso, o cabeçalho apresenta detalhes interessantes que convidam à reflexão sobre algumas questões. Por exemplo, a seguir, há uma comparação entre o primeiro exemplar e o exemplar de número 54, no qual ocorre uma pequena alteração no texto do cabeçalho.

Figura 8 - Cabeçalho do jornal *O Publicador* n. 1.



Fonte: Arquivo Fundação Casa de José Américo

Desde o primeiro exemplar até o número 53, o cabeçalho possuía o seguinte texto, conforme ilustrado na figura acima: “Os anúncios entregues até as 5 horas da tarde serão publicados no dia seguinte, mediante a paga de 40rs. por linha de 46 letras”. No entanto, a partir do número 54, a segunda frase é alterada para o seguinte: “Os anúncios dos Srs. assinantes serão publicados mediante o pagamento de 40rs. por linha, e 100rs, para quem não for assinante.” A mudança é discreta, porém contém informações valiosas para a compreensão do jornal em questão.

Figura 9 - Cabeçalho *O Publicador* exemplar de n. 54.



Fonte:Arquivo Privado Maurílio de Almeida

Essa abordagem reflete uma visão empresarial de incentivar a filiação ao diário, oferecendo preços mais vantajosos para os assinantes. A alteração no texto do cabeçalho faz parecer que a maioria dos anunciantes não era composta por assinantes, levando à decisão de promover a folha e aumentar o número de assinaturas. Ao calcular que os assinantes que anunciassem diariamente gastariam, em média, 2.200 réis mensais, enquanto os não assinantes gastariam 3.000 réis mensais, a empresa pode ter previsto que essa diferença de custos poderia incentivar mais pessoas a se tornarem assinantes. Com o desconto de 25% para os assinantes, o preço do anúncio se tornava mais acessível, tornando a assinatura do jornal uma opção atrativa para aqueles que desejavam anunciar com frequência.

Essa estratégia de angariar assinantes e novos anunciantes, como foi demonstrado acima, foi algo feito pela redação desde as edições iniciais, firmando também uma narrativa de aproximação com o seu público, evidente quando os redatores instruem o que leitor deve fazer, como encomendar números avulsos e onde se encontram as informações sobre isso, no *alto do nosso jornal*, ou seja, no cabeçalho.

Desde os seus primórdios, a redação do *Publicador* empenhou-se na árdua tarefa de conquistar novos leitores e anunciantes, buscando estabelecer uma relação mais próxima com o seu público. Essa busca de estreitamento de laços entre a redação e o público é evidente, manifestando-se de forma clara na maneira como a equipe editorial instrui os leitores. Ao demandar ações específicas, como a encomenda de números avulsos do jornal, a redação demonstra uma preocupação genuína com as necessidades e interesses do seu público-alvo. Ao fornecer informações sobre como realizar essa solicitação, com destaque no alto do jornal, no cabeçalho, facilita o acesso dos leitores às informações importantes.

Não expondo nós a venda números avulsos do nosso jornal, acontece que algumas pessoas não fiquem satisfeitas com a impossibilidade de obter a quantidade de exemplares que desejariam de certos e determinados números em que fazem suas publicações. Para obviar esse inconveniente devem **as pessoas que quiserem números avulsos encomendá-los** na ocasião de entregar os objetos a publicar-se

nesta tipografia. Neste caso, custará cada folha avulsa 60rs. Por esta ocasião, fazemos sentir que o preço de 40rs. por linha impressa, **que se lê no alto do nosso jornal**, não aproveita a quem não for nosso assinante (*O Publicador*, 22 de setembro de 1862 n. 18, p. 4).

Após mais de dois meses de circulação, o exemplar de número 71, datado de 24 de novembro de 1862, apresentou um perceptível aumento na seção de anúncios. No entanto, há uma queixa em relação ao público, que não estaria contribuindo adequadamente para arcar com os custos. O pagamento adiantado era uma condição que estava destacada no cabeçalho, mas ao que parece, não estava sendo cumprida de maneira satisfatória.

Figura 10 - Demonstrativo de anúncio no jornal.



Fonte: *O Publicador*, n.71, 24 de novembro de 1862, p.4. Arquivo Privado Maurílio de Almeida

Nesse anúncio, são dirigidas palavras diretamente ao público que apreciava a diária publicação e se beneficiava dos anunciados serviços. Percebe-se que os leitores não estavam cumprindo com a condição essencial da folha, que era o de efetuar pagamentos de modo antecipado. Eis que a redação fez o seguinte alerta:

De novo lembramos que as publicações e anúncios em nosso jornal são feitos mediante **contribuição adiantada**; e se bem que nem sempre se possa observar à risca **essa condição, que se acha estampada no alto de nossa folha**, todavia é um dever de quem se utiliza de nossas colunas a imediata satisfação dessa condição [...] Todos reconhecem a vantagem de uma folha diária de que se lance mão nas emergência da vida; mas também é necessário saber que não se pode alimentar uma empresa desta

natureza sem o concurso pecuniário dos que dela se utilizam (*O Publicador*, n.71, 24 de novembro de 1862, p.4. Grifos meus).

Ao longo da trajetória do jornal, foram frequentes as queixas sobre a falta de quitação tanto dos anúncios quanto das assinaturas, mesmo após o periódico conquistar, em 1864, um contrato para imprimir oficialmente os atos do governo provincial. Apesar desse marco, a irregularidade por parte dos assinantes ainda se mostrava um tema recorrente, como observado a seguir:

Estamos quase no fim do mês, e muitos dos nossos assinantes da cidade alta ainda não quiseram atender ao empenho com que o cobrador deste jornal os procura para convidá-los a aceitar **o recibo de abril e de alguns meses atrasados**. Pedimos-lhes: atendam ao homem, que está em risco de afinar as canelas (*O Publicador*, n. 494, 25 de abril de 1864, *Grifos meus*).

Conforme evidenciado por Lustosa (2004, p. 64) e Martins (2013, p. 60), a sobrevivência do jornal e do jornalista estava intrinsecamente ligadas às assinaturas, pois elas representavam uma parte essencial das receitas que sustentavam as publicações. No entanto, o valor das assinaturas por si só não era suficiente para cobrir todos os custos de produção dos jornais. De acordo com Molina (2015, p. 446), aproximadamente 80% dos gastos totais estavam relacionados à compra de papel, uma das principais despesas do processo de impressão. As despesas restantes envolviam custos com a redação e a distribuição dos jornais. A receita proveniente das assinaturas era apenas uma parte da equação financeira, sendo fundamental buscar outras fontes de recursos para complementar o financiamento necessário. Nesse contexto, a obtenção de recursos por meio de anúncios, pelos quais as pessoas pagavam por espaço ocupado, era de extrema importância para garantir o financiamento adicional.

A importância do papel na produção de jornais tem sido pouco comentada, mas é indiscutível o impacto que esse material teve sobre a civilização ocidental, como apontado por Steven Roger Fischer (2009, p. 232). Desde as décadas de 1830 e 1840, o papel tradicionalmente produzido a partir de trapos começou a se tornar escasso. A demanda crescente por papel, impulsionada pela educação generalizada, levou à substituição dos trapos pela madeira como o principal ingrediente na produção de papel, conforme mencionado por Fischer (2009, p. 232). Essa mudança criou um desafio para a indústria papeleira, que precisou se adaptar diante das novas demandas.

As técnicas convergentes e pesquisas realizadas no final do século XVIII resultaram em um novo sistema de fabricação de papel, utilizando a fibra de madeira em vez da fibra de trapo. Essa transição foi essencial para restabelecer o equilíbrio técnico na produção, conforme enfatizado por Frederic Barbier (1990, p. 723). O uso da fibra de madeira não apenas resolveu

o problema da escassez de trapos, mas também possibilitou uma produção mais viável e sustentável. A partir desse ponto, a indústria papelreira encontrou um caminho para atender à crescente demanda por papel, especialmente com a expansão do setor editorial e jornalístico.

Durante a maior parte do século XIX, a fabricação de papel no Brasil era principalmente baseada em trapos velhos de algodão ou linho. Esse método de produção tornava o papel brasileiro mais caro em comparação ao papel belga, que já era fabricado a partir da pasta de madeira (Godoi, 2016, p. 253). Essa dependência de trapos como matéria-prima para a produção de papel contribuiu para as dificuldades e os custos elevados enfrentados pelo setor no Brasil durante esse período histórico, tornando o papel brasileiro menos competitivo em termos de custo e qualidade.

A análise dos periódicos do século XIX, com foco na província paraibana entre as décadas de 1830 e 1860, revela uma relativa estabilidade nos preços dos jornais ao longo desse período. Entre 1830 e 1840, as folhas avulsas eram vendidas a uma média de 80 a 100 réis, enquanto nas décadas de 1850 e 1860, o valor se situava em torno de 100 a 200 réis. Esses valores eram considerados acessíveis para a sociedade imperial, levando em conta que adquirir uma folha impressa custava menos do que adquirir alguns alimentos, a exemplo da carne de vaca, que custava em torno de 100 réis a libra, a carne de porco 200 réis e a carne de carneiro 280 réis (Peixoto, 2017b, p. 84; Vitorino, 1999, p. 92).

No entanto, é importante ressaltar que, apesar da relativa acessibilidade dos jornais, o custo do papel utilizado para a impressão ainda representava um desafio significativo. Em 1865, um anúncio veiculado no jornal *O Publicador* informava que o "PAPEL DE IMPRESSÃO em formato duplo dos jornais que se imprimem nesta província" era comercializado a 12\$000 réis a resma (*O Publicador*, 3 de julho de 1865). Esse valor era superior ao custo da assinatura anual da maioria dos jornais. Essa discrepância entre o preço do papel e o valor das publicações evidencia os obstáculos financeiros enfrentados pela indústria jornalística, que buscava equilibrar seus custos para viabilizar a produção e circulação de seus impressos.

2.2. UMA NOVA ERA: DIREÇÃO DE CALECINA RODRIGUES DA COSTA

Quatro dias depois do repentino falecimento de José Rodrigues da Costa, em 8 de novembro de 1866, a tipografia já era reconhecida como *a Tip. dos Herdeiros de J. R. da Costa*. Esse fato sugere que o tipógrafo tenha deixado seus bens em testamento para seus filhos. No entanto, devido à ausência de um casamento formalizado perante a Igreja e considerando-se

que, pela idade dos filhos, eles foram considerados órfãos e necessitavam de um tutor, Joanna Maria do Rosário Costa assumiu a responsabilidade de tutelar os filhos.

Sete anos mais tarde, em 1873, dona Joanna iniciou o processo de renovação da tutoria de seus filhos na tentativa de assegurar a continuidade da tutela (*Autoamento de tutoria*, peça 271, 6 de maio de 1873). No entanto, o juiz negou o pedido de renovação, uma vez que suas duas filhas mais velhas haviam atingido a maioridade de 21 anos naquele ano. Como resultado, Calecina e Elysia assumiram a responsabilidade pela administração dos bens e pelos cuidados dos irmãos mais novos (*Autoamento de tutoria*, peça 283, 7 de maio de 1873).

Durante o processo, foi anexado um parecer do Curador Geral de Órfãos, Miguel Peixoto de Vasconcellos, datado de 31 de março de 1873, que abordava a arguição feita por Joanna Maria do Rosário Costa. Ela alegava que os registros contábeis da tipografia, onde o jornal *O Publicador* era impresso, não eram suficientes para cobrir as despesas relacionadas à manutenção do estabelecimento, nem para prover o sustento de seus filhos. Diante dessa situação, o curador concordou com a ideia de colocar a tipografia à venda em praça pública, como uma possível solução para lidar com as dificuldades financeiras enfrentadas pela família e garantir um sustento adequado para todos os envolvidos (*Autoamento de Tutoria*, peça 282, 31 de março de 1873).

Levando em consideração o parecer do Curador Geral de Órfãos e a análise dos fatos apresentados, o Juiz de Órfãos emitiu sua decisão:

Mando que sejam arrendados os mesmos bens, constantes do estabelecimento tipográfico pertencente aos seis tutelados, devendo-se **proceder-se a um arrendamento por meio de praça pública**, como é de lei, e proceder vistoria do dito estabelecimento e avaliação de renda anual (*Autoamento de uma Petição de Tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa*. Peça 284, 7 de maio de 1873, *Grifos meus*).

Em 9 de junho de 1873, Joaquim Moreira Lima, o Juiz de Órfãos, determinou a data e o horário para a vistoria e avaliação da renda anual da tipografia do *Publicador*. A vistoria ocorreu em 16 de junho, e os especialistas encarregados:

declararam terem encontrado um prelo francês grande com todos os seus pertences, uma mesa com tinteiro e cilindro de ferro, dois rolos, duas taboas grandes para molhar papel, duas ditas de distribuição, doze ditas de pinho de diversos tamanhos, três caixões vazios de pinho, cento e treze galés de diversos tamanhos, cinco ditos de páginas, seis mochos⁴⁹ de pinho, dezoito cavaletes de diversos tamanhos, cinco caixinhas de tipos de filosofia corpo dez, duas ditas com tipos itálicos de filosofia corpo dez, uma dita com tipos normandos corpo dez, uma dita com ditos corpo seis, três ditas com tipos de filosofia corpo oito, uma dita com tipos itálicos corpo oito, uma dita com tipos normandos corpo oito, duas ditas com tipos de fantasia corpo quatorze, duas ditas com iguais tipos corpo vinte, duas ditas com iguais tipos corpo vinte e dois,

⁴⁹ Banco sem encosto para as costas.

sete ditas com iguais tipos corpos diversos, vinte e uma caixinhas com tipos com diversos corpos e qualidade para títulos, duas caixetas com letra inglesa, dois caixotes pequenos com pontos e meios e uns quadratins corpo oito e dez, um dito com []⁵⁰, quatro ditos em folha grande de punção, seis tabuleiros grandes sendo três vazios e três com grande quantidade de lingotes, vinhetas diversas, entrelinhas, linhas, emblemas etcetera, diversas caixetas vazias varias e bem assim quatro caixinhas **tudo em bom estado de conservação e capaz de trabalho**. Declararam mais que, em vista da quantidade e estado dos objetos acima vistoriados, avaliaram a **renda líquida anual do estabelecimento em quatro centos mil reis** e, nada mais tendo a declarar os peritos, mandou lavrar este auto em que assignaram com os peritos. Eu, Antonio da Costa Rego Moura, Escrivão d'Orphãos escrevi (*Autoamento de Tutoria*, peça 296,17 de junho de 1873, *Grifos meus*).

Após a minuciosa vistoria realizada pelos peritos na tipografia, detalhando os itens presentes, a oficina foi colocada em leilão público em vários pregões consecutivos. No entanto, até 18 de agosto de 1873, nenhum lance de arrematação foi feito, resultando na suspensão dos pregões pelo juiz. Segundo os registros, em 27 de agosto de 1873, todas as despesas foram quitadas e as contas foram ajustadas, indicando que nenhum interessado havia adquirido a tipografia (*Autoamento de Tutoria*, peça 319 e 320, 27 de agosto de 1873). Acredita-se, portanto, que a propriedade da tipografia tenha permanecido com os herdeiros, sob a gestão das filhas mais velhas. Essa suposição é respaldada pelo fato de que a tipografia continuou operando sob o nome dos herdeiros até 1892, quando foi totalmente vendida ao jornal *A União*.

A fim de conferir maior visibilidade aos itens presentes na oficina do *Publicador*, utilizaram-se as informações advindas da mencionada vistoria para compilar a tabela a seguir:

⁵⁰ Palavra ilegível

Tabela 5 - Objetos descritos na vistoria de avaliação da Tipografia do *Publicador* em 1873

Quantidade	Item
1	Prelo grande francês
1	Mesa
1	Tinteiro
1	Cilindro de ferro
2	Rolos
2	Tábuas grandes para molhar papel
2	Tábuas de distribuição
12	Tábuas de pinho
3	Caixões vazios
113	Galés
5	Galés de páginas
6	Mochos ⁵¹
18	Cavaletes
5	Caixinhas de tipos <i>Filosofia</i> (corpo 10)
2	Caixinhas tipos itálicos de <i>Filosofia</i> (corpo 10)
1	Caixinha de tipos <i>Normandos</i> (corpo 10)
1	Caixinha de tipos <i>Normandos</i> (corpo 6)
3	Caixas de tipos de <i>Filosofia</i> (corpo 8)
1	Caixa de tipos de <i>Filosofia</i> itálicos (corpo 8)
1	Caixa de tipos <i>Normandos</i> (corpo 8)
2	Caixinhas com tipos <i>Fantasia</i> (corpo 14)
2	Caixinhas tipos <i>Fantasia</i> (corpo 20)
2	Caixinhas tipos <i>Fantasia</i> (corpo 22)
7	Caixinhas com tipos <i>Fantasia</i> de diversos tamanhos
21	Caixinhas com tipos diversos para título
2	Caixetas com letra inglesa
2	Caixotes pequenos com pontos e quadratins (corpo 8 e 10)
4	Caixotes em folha de punção
6	tabuleiros grandes (sendo 3 vazios e 3 com grande quantidade de lingotes, vinhetas diversas, entrelinhas, linhas, emblemas, etc)

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base na peça 296 do *Autoamento de Tutoria* datada de 17 de junho de 1873

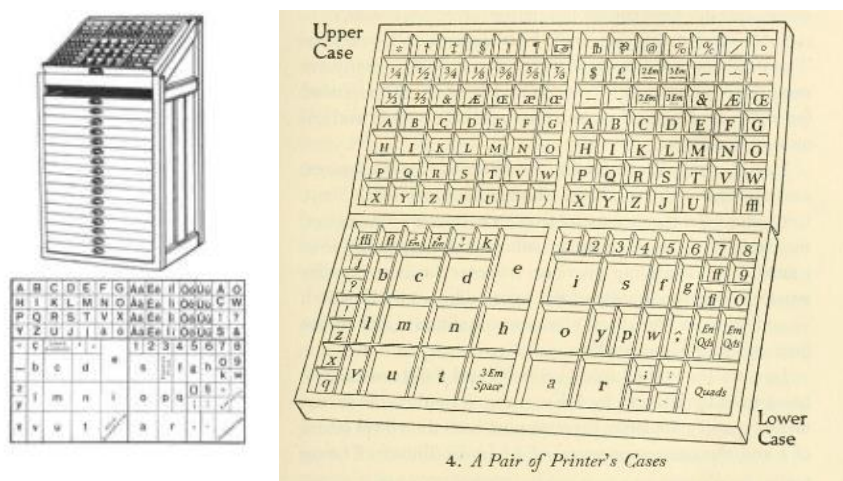
O ofício tipográfico demandava um extenso rol de elementos materiais que possibilitavam a produção dos impressos com elevado grau de detalhamento e variação na impressão. A tabela acima sumariza os itens encontrados na vistoria e possibilita vislumbrar a dimensão da tipografia do *Publicador*. Entretanto, para assimilar melhor o que esses materiais têm a informar, é necessário antes compreender o que são as peças encontradas e quais papéis elas desempenham no processo de impressão. Visando uma análise embasada sobre o universo material da tipografia, consultaram-se trabalhos técnicos. Entre as fontes utilizadas, merece

⁵¹ Bancos sem encosto.

destaque o *Manual do Tipógrafo* de Ralph W. Polk, publicado em 1948 e adaptado para o ensino técnico no país por Antônio Sodré C. Cardoso.

Pelo que se viu, a oficina do *Publicador* ostentava um variado conjunto de elementos destinado à tarefa de composição, evidenciado, primeiramente, pela presença de um “prelo grande francês”. As prensas ou impressoras tipográficas são categorizadas em platina, cilíndrica e rotativa (Polk, 1948, p. 107). O *prelo*, especificamente, é um exemplar do tipo platina, posicionado horizontalmente e apresentando formato cilíndrico (Lampe, 2016, p. 223). A impressão de letras é efetuada por meio de tipos de altura uniforme, reunidos em grupos e colocados dentro da rama, ou caixilho de aço, para serem postos na máquina impressora. Em seguida, a tinta é aplicada nos tipos e estes, por sua vez, são prensados contra uma folha de papel, onde deixam sua impressão (Polk, 1948, p.26). Os tipos são feitos em caracteres isolados, dispostos em fontes que são postas na *caixa* de tipos. As *gavetas*, por sua vez, eram divididas em compartimentos ou *caixotins* de diversos tamanhos, destinados a abrigar os distintos caracteres de uma fonte de tipos (Lampe, 2016, p. 223).

Figura 11 - Caveleite tipográfico e caixa de tipos



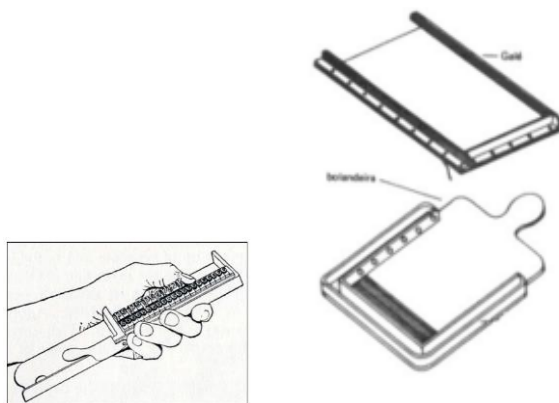
Fonte: Updike (1922, p. 21)⁵²

Na **Tabela 5**, é particularmente notável a presença de 18 cavaletes, uma quantidade significativa, denotando disponibilidade abundante para a composição. O cavalete é um móvel confeccionado em madeira, que possui uma superfície superior inclinada, na qual o tipógrafo dispunha a caixa de trabalho, permitindo que o tipógrafo trabalhe de forma ergonômica.

⁵² UPDIKE, Daniel Berkley. **Printing types: their history, forms and use a study in survivals**. Cambridge Harvard University Press, 1922. Disponível em: https://openlibrary.org/books/OL6646868M/Printing_types. Acesso em: 10 jun. 2022.

Na composição tipográfica, o processo envolvia a montagem manual dos tipos. O tipógrafo retirava os tipos da caixa e os reunia no *componedor* para formar uma linha. Dessa forma, linha por linha, ele montava os tipos e os colocava nas *galés* ou *bolandeiras*, que eram peças onde as frases compostas no componedor eram inseridas (Polk, 1948, p. 26; Pinto, 1832, p. 544).

Figura 12 - Componedor, galé e bolandeira

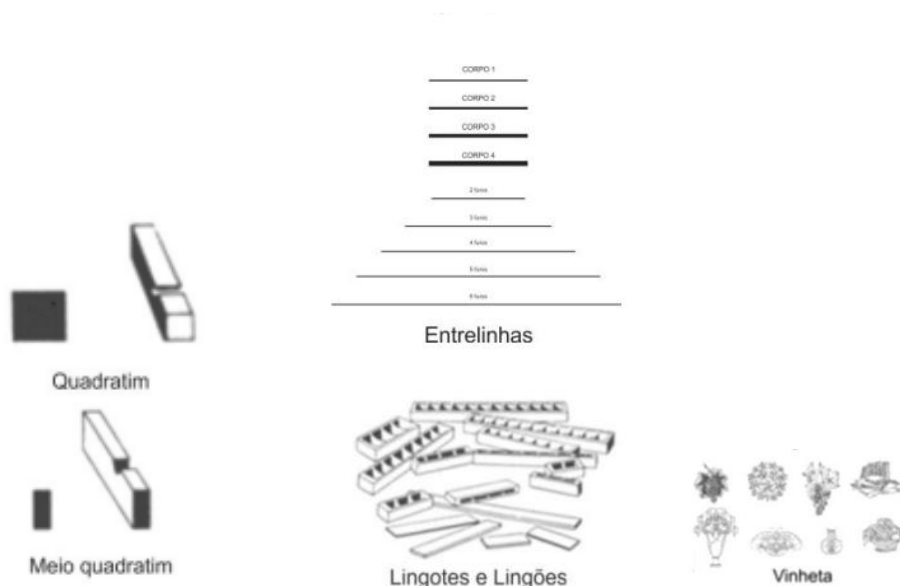


Fonte: <http://www.tipografos.net/tecnologias/composicao-com-tipos.html>; Silva (2012, p. 20).

No século XIX, ocorreu uma padronização na medição dos tamanhos dos tipos, que passaram a ser sistematicamente medidos em pontos, como 8, 10, 12, 14 e assim por diante, até 90 pontos, de acordo com Edna Lima (2009, p. 2). Essa padronização trouxe benefícios práticos, como a facilidade na compra e venda de materiais para a composição tipográfica. De acordo com Ralph Polk (1948, p. 72), os tamanhos mais comuns eram 6, 8, 10, 12, 14, 18, 24, 30, 36, 48, 60 e 72. Na **Tabela 5**, referente ao corpo dos tipos, observa-se a presença predominante de tipos nos tamanhos 6, 8, 10, 14, 20 e 22. Outros tamanhos não foram especificamente descritos, sendo apenas mencionados como "diversos tamanhos" e tipos de letras maiores destinados a títulos.

Além disso, existem outros elementos essenciais, como quadratins, vinhetas, entrelinhas e lingotes, que desempenham funções importantes no processo tipográfico. O quadratim, de acordo com Polk (1948, p. 43), é a medida do material de espaçamento e possui uma forma quadrada correspondente ao tipo utilizado. Os quadratins são pequenas peças metálicas que têm a finalidade para criar espaços ou preencher áreas vazias na página. As vinhetas são ornamentos gráficos que decoram o texto e destacam elementos específicos. As entrelinhas e os lingotes servem para separar linhas de texto, sendo que os lingotes são blocos de metal usados para espaçamento entre palavras, linhas ou parágrafos (Silva, 2012, p. 16).

Figura 13 - Quadratim, vinhetas, entrelinhas e lingotes.



Fonte: Silva (2012, p. 17).

Na descrição da história da tipografia do *Publicador*, ficou evidente uma ampla variedade de tipos, de diferentes tamanhos e estilos. Além dos tipos de corpo comuns, contava-se com a presença de estilo de fontes classificados como *fantasia*, *filosofia* e *normandos*. Esses estilos, de acordo Aragão, Farias e Lima (2012), eram comuns nos catálogos de fundição de fontes do Brasil do século XIX. No estudo, as autoras analisaram três catálogos de fundidoras de tipos brasileiros dos séculos XIX e XX, e destacaram a presença significativa das *Lettres de Fantasia*. As fontes do tipo *fantasia* foram especialmente populares no século XIX, com a maioria dos *designs* datando da década de 1840 (Aragão; Farias; Lima, 2012, p. 4). No estudo conduzido por Sofia Rodrigues Leal (2015, p. 52), intitulado *Os primeiros espécimes tipográficos da Imprensa Nacional (1838-1888)*, é ressaltado que os tipos de fantasia eram tipicamente oitocentistas. A autora também destaca que, ao longo do século, as letras capitais com estilo fantasia passaram por diferentes variações tipológicas, a exemplo da variação *Americana*, representada na figura a seguir:

Figura 14 - Caracter do *tipo fantasia*, letra capital chamada de *Americana*

[n. 29]

JORNAL

Fonte: Leal (2015, p. 62).

A variação *Americana* da fonte, conforme mencionada pela autora, apresenta semelhanças com a fonte utilizada no título adotado pelo jornal *O Publicador* desde sua inauguração, como é possível observar na figura a seguir:

Figura 15 - Letra capitular do título do *Publicador*



Fonte: Arquivo Maurílio de Almeida

No entanto, é perceptível que o corpo da fonte utilizada no *Publicador* é consideravelmente maior em comparação com a **figura 14**, indicando uma adaptação ou personalização do estilo para atender às necessidades específicas do título do jornal.

Além disso, durante a vistoria realizada na tipografia, foram identificados tanto o tipo *normando* quanto o tipo *itálico*. O tipo normando pertence à categoria de letras serifadas, caracterizado pelos traços decorativos no final das hastes das letras. Já o tipo itálico, introduzido por Aldus Manutius em 1501, apresenta um estilo inclinado e gracioso, denominação que passou a ser utilizada para classificar todas as letras inclinadas (Polk, 1948, p. 15). Assim, a tipografia do *Publicador* revelou uma notável coleção de tipos com diferentes estilos, incluindo a presença marcante de fontes e estilos que refletiam as tendências e gostos estéticos da época.

A presença dos materiais de impressão, como prelos, caixas, galés e tipos, assim como os processos de umedecimento do papel e aplicação da tinta, revelam os bastidores e nos transportam para o cotidiano da oficina do *Publicador*. No entanto, esses objetos vão além de sua mera existência física. Eles representam habilidade, experiência e dedicação necessárias para a produção dos jornais naquela época. Cada elemento descoberto apresenta uma importância que transcende sua materialidade. Eles se tornam símbolos tangíveis do ofício tipográfico, testemunhando o esforço e conhecimento dos profissionais envolvidos na criação dos impressos. A minuciosa descrição desses elementos permite vislumbrar a organização metódica e o papel essencial desempenhado no cotidiano das tipografias.

Por isso, apresenta-se a seguir um anúncio da própria tipografia, datado do ano de 1865, que expõe alguns dos materiais utilizados e demonstra a habilidade e capacidade de produção gráfica da oficina do diário:

Esta oficina está convenientemente preparada com **excelentes prelos** e tudo quanto se faz mister para o pronto desempenho de **publicações de luxo** e outros trabalhos; possui o **necessário material e dispõe de amestrado pessoal** para com a desejável perfeição executar os difíceis trabalhos de linhas, como sejam: mapas, balanços, contas correntes, faturas, etc. Apronta com muita presteza e bom gosto impressões de talão e outras em que convém ter atenção e gosto na escolha de **vinhetas; possui caracteres caligráficos**, tanto ingleses como franceses, inclusive os que são próprios para pequenas etiquetas; em sua coleção de vinhetas há lindos arabescos e traços de pena para as obras mais delicadas. Pode encarregar-se da publicação de periódicos e impressão de relatórios, exposições, etc. (*O Publicador*, n 845 1865 p. 4).

O anúncio, datado de três anos após o início da publicação do jornal, destaca a qualidade e a versatilidade dos serviços oferecidos pela oficina, mencionando um sortimento de elementos para trabalhos de composição gráfica. Os elementos são compatíveis com o que foi descrito nos itens da **tabela 5** provenientes da vistoria realizada em 1873. No entanto, uma diferença notável é a quantidade de prelos mencionada. Enquanto o anúncio de 1865 cita "excelentes prelos" sem especificar a quantidade exata, a vistoria de avaliação de 1873 menciona apenas um prelo. A diferença temporal de oito anos entre o anúncio mencionado anteriormente e a vistoria realizada sugere que tenha havido uma alteração na quantidade de prelos na tipografia ao longo desse período. Todavia, a falta de documentos em relação à dinâmica interna da tipografia dificulta a compreensão desses detalhes.

No entanto, com base nos documentos identificados e analisados, é possível inferir que a tipografia possuía no mínimo três prelos. Essa inferência é respaldada pelos autos do processo de tutoria, nos quais consta uma declaração de que Calecina e Elysia haviam herdado um prelo cada uma, mas que estavam retirando-os da vistoria para que não fossem incluídos no arrendamento da oficina.

Informo que a herdeira Calecina tirou **um prelo grande no valor de oitocentos mil reis**, sendo inteirada de sua legítima []⁵³ no valor das caixinhas, cavaletes, caixotinhas com tipos e no valor do tabuleiro com lingotes, e a herdeira Elysia tirou um **prelo pequeno, no valor de duzentos mil reis**, sendo pretendida de sua [] no valor de um outro prelo grande, das caixinhas, das caixotinhas, dos cavaletes e do tabuleiro.

Paraíba, 31 de Maio de 1873

O Escrivão

Antonio da Costa Rego Moura

(*Autoamento de uma Petição de Tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa*. Acervo do Cartório Monteiro da Franca, Parahyba, Peça 292, 31 de maio de 1873. Grifos meus).

Nesta peça, pode-se observar que o escrivão menciona que cada uma das herdeiras possuía um prelo de sua propriedade, e ele descreve o valor estimado de cada um. Enquanto um prelo valia 800 mil réis, o outro valia 200 mil réis, totalizando um valor de um conto de réis.

⁵³ Palavra ilegível.

Essa avaliação supera significativamente a renda anual estipulada nos autos da vistoria, que contabilizou 400 mil réis anuais para a oficina.

Nesse contexto, apresenta-se a seguir as peças 291 e 292 do processo de autoamento que contém a solicitação das herdeiras para a retirada dos prelos da vistoria e para que eles não sejam incluídos no arrendamento.

Informado pelo escrivão, situa-se aos autos da vistoria
Parafba, 31 de maio de 1873

Dizem **D. Calecina Rodrigues da Costa e D. Elisa Rodrigues da Costa**, que tendo vossa senhoria mandado, que em respeitável despacho, pôr em praça para arrendamento a Oficina Tipográfica do Publicador por haverem nela menores interessados, parece que devem ir todos os pertences da mesma oficina à praça, entretanto que, entre eles, têm as suplicantes, declaradas em cima por vossa senhoria na administração de seus bens, **um prelo grande e um pequeno**, em que venham dos outros [] [rendeiros?] tem [] e que **não devem ser incluídos no arrendamento**. Outro, em tendo os tipos e mais pertences [sofrido] há anos uma avaliação, mas devendo ter [] causado neles natural depreciação, as suplicantes requerem nova avaliação para que não fiquem [SIC] a diminuição do preço sob a responsabilidade de quem queria arrendar a Oficina. Assim, pois, as suplicantes esperam que vossa senhoria [] mandar declarar que são excluídos do arrendamento os pertences da propriedade das suplicantes as quais [entram] do Inventário, bem como avaliar novamente os que devem entrar no arrendamento para garantia dos interessados, e [desonra] do rendeiro. Nestes termos _
(peça 291, 31 de maio de 1873).

Devido à falta de informações adicionais ou documentação detalhada sobre as intenções e motivos das herdeiras, pode-se apenas especular sobre as possíveis razões por trás da retirada dos prelos mais valiosos da vistoria. Uma possibilidade é que elas considerassem esses prelos como um ativo valioso, que preferiam manter sob sua posse, possivelmente para uso em outras empreitadas ou para preservar como patrimônio familiar. Outra razão poderia ser a intenção de proteger esses prelos de um possível arrendamento. Isso poderia significar que as herdeiras desejavam manter o controle desses prelos e talvez explorar seu valor de forma independente, em vez de compartilhá-los com um arrendatário. Também é possível que houvesse diferenças de opinião ou disputas entre as herdeiras em relação à gestão dos prelos. Retirá-los da vistoria poderia ser uma medida para evitar conflitos ou preservar a autonomia das herdeiras sobre esses ativos específicos.

Na província vizinha Pernambuco, houve um caso semelhante ao ocorrido na tipografia do *Publicador*, em que o proprietário faleceu e os bens ficaram com sua cômuge. A temporalidade, contexto e geografia são diferentes, mas o caso é de relevância para compreender o papel de mulheres à frente dos negócios tipográficos no período. Essa caso foi pesquisado na dissertação intitulada *Viuvez e cotidiano das mulheres em meados do oitocentos (Pernambuco 1842-1853)*, em que Carolina de Toledo Braga (2019) analisou a trajetória da

Viúva Roma, Dona Umbelina Coelho da Silva Ribeiro Roma. Após a morte de seu marido Luiz Ignacio Ribeiro Roma durante a Insurreição Praieira, ela assumiu as propriedades do casal, incluindo a loja de livros e a *Tipografia Imparcial*, que posteriormente foi renomeada como *Tipografia da Viúva Roma*. A pesquisa de Braga (2019) se baseou no inventário dos bens desses intermediários da cultura escrita em Pernambuco e revelou informações importantes sobre a tipografia. Com base na análise da avaliação patrimonial realizada em 1851, foi possível identificar os elementos presentes na tipografia. Foram contabilizados três prelos, 80 pares de caixas, 37 estantes para o armazenamento das caixas, 46 galés, 58 variedades de tipos, duas caixas de emblemas, além de diversos outros utensílios. O valor estimado desses bens totalizou 4:500\$000 réis (Braga, 2019, p. 142).

A *Tipografia da Viúva Roma* se destacava em tamanho e valor em comparação à tipografia do *Publicador* em 1873. Era mais robusta, tanto pelo seu valor quanto pela descrição, que revelava uma maior quantidade de prelos e estantes de composição. Além disso, desde 1842, a tipografia já imprimia um jornal diariamente, o *Diario Novo* e, desde o seu lançamento, o periódico possuía um valor mais elevado em comparação ao *Publicador*, que foi estabelecido em 1862. As assinaturas do *Diario Novo* valiam 2000 réis para três meses, 3800 réis para seis meses e 7\$000 réis para um ano. Por outro lado, o *Publicador* oferecia uma assinatura mensal de 1\$000 réis e trimestral de 3\$000 réis, com pagamento antecipado.

A comparação de casos foi realizada com o intuito de ilustrar o processo de herança e a alternância de propriedade de uma tipografia para uma mulher no período oitocentista, considerando as devidas particularidades dos eventos e a realidade das províncias em questão. Essa prática já era observada desde o século XVIII em Paris, como documentado por Robert Darnton (2021, p. 75). Naquele contexto parisiense, a única maneira de uma mulher ingressar na imprensa era através do casamento com um mestre ou com um trabalhador jornalista destinado a se tornar mestre. Se a mulher sobrevivesse ao marido, poderia assumir os negócios como viúva e até escolher um novo marido entre os jornalistas disponíveis. Somados a esses casos descritos, há outros exemplos de mesma natureza, em que esposas de tipógrafos e livreiros falecidos assumiram os negócios. Em Portugal, em 1812, registrou-se a herança da *Tipografia Nevesiana*, de João Rodrigues Neves, para a Viúva Neves e filhos, conforme João Luís Lisboa (2015, p. 19). Essa tipografia produziu numerosos catálogos, que chegaram a ser vendidos até mesmo na loja de Paulo Martin, no Rio de Janeiro. Outro exemplo relevante de como viúvas de tipógrafos e livreiros assumiram o controle dos negócios após o falecimento de seus esposos foi o da *Typ. Da Aurora da Serva e Comp.* de Manuel Antônio da Silva Serva, que, com sua morte em 1819, foi alterada para *Typografia da Viuva Serva* (Jinzenji; Pinto,

2018, p. 2). Por fim, um dos mais conhecidos episódios foi o da viúva de Francisco de Paula Brito, estudado por Rodrigo Godoi (2016). Francisco de Paula Brito não havia deixado testamento, fato que, com seu falecimento, suscitou que a viúva, Rufina Rodrigues da Costa, solicitasse a avaliação dos bens deixados por ele, incluindo a tipografia e livraria. Esse caso envolve a participação de um agente em comum com a trajetória do *Publicador*: João Paulo Ferreira Dias, o administrador da tipografia Nacional, que juntamente com Baptiste Louis Garnier, foi um dos peritos na avaliação da tipografia, valorada em seis contos e 500 mil réis.

A peculiaridade do caso do *Publicador* reside no fato de que, embora o nome da tipografia não tenha sido alterado para a companheira viúva, ou para uma de suas filhas, foram as mulheres da família que assumiram o comando e a direção dos negócios tipográficos após o falecimento de seu fundador. Calecina demonstrou uma notável habilidade em dominar o ofício tipográfico, além de desenvolver uma perspicácia para lidar com as complexas relações políticas da época. Essa habilidade se torna evidente ao examinarmos como ela oferecia a publicação de conteúdo governamental de forma gratuita, como no trecho a seguir:

Ofício – A Sr^a D. Calecina Rodrigues da Costa – S. Exc. O Sr, presidente da província, manda declarar a **Sr^a D. Calecina Rodrigues da Costa**, que aceita e agradece o oferecimento que se serviu fazer, por seu ofício de 23 do corrente mês, para pulicar gratuitamente no **periódico <<Publicador>> de sua propriedade, os editais relativos** às inscrições para **exames gerais de preparatórios** que devem ter lugar, nesta província, no mês de julho próximo vindouro (*O Liberal Parahybano*, n. 214, 30 de julho de 1884, p. 3, *Grifos meus*).

Esse gesto pode ser interpretado como uma estratégia para manter a visibilidade da tipografia junto ao governo, uma vez que os contratos relacionados a essas publicações eram de extrema importância para a receita da empresa. A atenção dedicada a esses contratos reflete a compreensão de Calecina sobre a importância da política na sustentação do negócio tipográfico. No trecho a seguir, torna-se concreta a hipótese de que as filhas não apenas desempenharam funções na parte administrativa, mas também participaram ativamente do trabalho de composição e edição das páginas:

CARAMBÓLAS

— Viste a D. Eliza? (D. Eliza é a compositora das ‘Carambólas’).

— Como sabes, esta ninguém a vê, pois trabalha lá pra cima.

— É verdade; mas viste a Calecina?

— Vi.

— O que fazia ela?

— Ora! O que faz todos os dias, compunha! (*Gazeta da Parahyba*, n.85, 19 de agosto de 1888, p. 3).

O excerto acima indica características acerca do cotidiano da uma cena específica em um ambiente tipográfico, descrevendo um estabelecimento de dois andares, onde a parte superior era reservada exclusivamente para a composição. Também destacou as habilidades artísticas de Elisya como poetisa, evidenciando sua contribuição criativa para o jornal com um poema intitulado "Carambolas", enquanto D. Calecina era conhecida por sua dedicação à composição diária. Isso demonstra o envolvimento ativo das filhas mais velhas no universo tipográfico, não apenas desempenhando papéis operacionais, mas também contribuindo para a criação e seleção de conteúdo do jornal.

Ainda que suas histórias tenham sido muitas vezes negligenciadas ou subestimadas, é preciso reiterar, assim como Kathleen Walkup (2022, p.47) que “Desde os tempos do Sr. Gutenberg, as mulheres estão envolvidas com a arte da impressão; agora mais do que nunca, elas podem ser encontradas em editoras e gráficas atuando na fabricação de livros”.

A história dos tipógrafos é marcada por sua articulação e organização desde os estágios iniciais da tipografia. As antigas guildas, que evoluíram para poderosos e influentes grupos de interesse, desempenharam um papel crucial na consolidação do domínio masculino, conforme discutido por Ulla Wikander (2022, p. 133), no artigo *A batalha entre homens e mulheres no ofício tipográfico*. No entanto, como observado pela autora, o cenário começou a mudar no final do século XIX, com um aumento significativo na participação das mulheres no universo gráfico. Com isso, destaca-se a participação ativa das filhas de José Rodrigues, especialmente Calecina, que não apenas dirigiu o jornal diário, mas também o estabelecimento tipográfico por muitos anos. Isso evidencia que as mulheres não apenas estavam presentes, mas também desempenhavam papéis de liderança e influência nesse campo, mesmo que suas contribuições tenham sido frequentemente perpassadas.

CAPÍTULO 3 — O PUBLICADOR EM REDE

Desde que humanos trocaram sinais, a informação permeia toda ordem social, e o surgimento da imprensa, no Ocidente, só elevou ainda mais a centralidade da informação na sociedade. Linhas de transmissão se cruzam, se bifurcam e se juntam em um sistema de *rede de comunicação*, o que faz de nós uma *sociedade da informação*, muito antes da Internet (Darnton, 2010b, p. 130).

Tendo em mente o conceito de rede de comunicação, na tentativa de identificar e analisar de onde vinham as notícias e de que maneira circularam. Nos impressos e, principalmente nos jornais, encontra-se inscrita uma rede de comunicação, rede essa que é “composta por artérias, veias e capilares que leva em conta todos os estágios do processo de produção e distribuição” (Darnton, 1998, p. 198). Pensando nisso, apresentam-se algumas das redes, transnacionais e nacionais, que circunscreveram o circuito de notícias impressas no periódico.

Sabe-se que o Rio de Janeiro, por ter abrigado a Corte, assistiu a um rápido desenvolvimento do cenário cultural, que se tornou tão pulsante a ponto de emanar padrões de comportamentos e costumes para o resto do país. Este ponto de partida suscita as seguintes questões: será que o sistema de comunicação do período se dava primordialmente da Corte (centro) para as províncias? Existia um modelo de imprensa diária? Como será que se deu o circuito de notícias d’*O Publicador*, desde sua chegada até a sua transmissão? Há uma relação direta entre a proximidade geográfica das localidades de origem de uma referência e a intensidade de sua utilização pela redação? Neste capítulo, em especial, procuro responder aos questionamentos levantados e compreender aspectos relevantes da circulação do jornal.

Encontram-se disponíveis para análise 2164 exemplares do jornal (de 1862 a 1869). Porém, eles não estão em formato de texto digitalizado (trata-se de arquivos de imagem escaneada, em .jpeg ou .pdf), o que inviabiliza a busca por termos-chave ou a utilização de ferramentas digitais de análise de texto. Soma-se a isso uma questão relevante: ainda que eu dispusesse de ferramentas para leitura automatizada do texto, não tenho acesso a um banco de dados que compile todos os títulos de jornais impressos do século XIX. Além disso, a própria qualidade de impressão e a grafia dos títulos citados pela redação não segue um padrão e gera dúvidas a respeito de qual caractere está escrito e da origem de um jornal, respectivamente.

Optei, então, por realizar uma análise mais detalhada e aprofundada apenas dos exemplares relativos aos anos de 1862, 1864, 1866 e 1868. Como foi explicado anteriormente, o levantamento dos dados relevantes para este capítulo foi feito manualmente. Decidi usar um

recorte do intervalo de publicação na década de 1860, principalmente em decorrência do esforço necessário para levantar esses dados. Ressalto que esse levantamento de dados é relativo apenas a este capítulo, que busca compreender o ciclo de circulação do *Publicador*. Esse recorte totalizou 942 números, o equivalente a 43,53% dos exemplares disponíveis para se analisar.

Em 1862, deu-se a inauguração do diário. Nesse mesmo ano, tivemos, em escala central e provincial, o debate em torno da criação da Liga Progressista, que teve o *Publicador* como um de seus porta-vozes. Em 1864, deu-se uma visível mudança na estrutura do jornal. Além disso, nesse ano, seu proprietário fechou contrato com o governo provincial para imprimir todos os atos oficiais diariamente. Em 1864, também se assistiu ao início a Guerra do Paraguai⁵⁴. Em 1866, o conflito platino atingia seu segundo ano, e a direção do jornal e da tipografia sofreria com a morte de seu proprietário. Por fim, no ano de 1868, em que os herdeiros de José Rodrigues da Costa completavam dois anos à frente do jornal e da tipografia, o Brasil passou por profundas mudanças, oriundas da queda do gabinete ministerial de Zacarias Góes e Vasconcelos e da consequente ascensão dos conservadores ao poder central, além da conquista da Fortaleza de Humaitá, importante ponto estratégico da defesa paraguaia.

Pôr em destaque o jogo de escalas entre os níveis local, regional, nacional e internacional é uma das principais questões da circulação de mídias (Moine; Bouvier; Palmer, 2008). Em consonância com essa abordagem, pretende-se evidenciar as escalas intrínsecas ao influxo do circuito de comunicação no qual o *Publicador* esteve inserido. Quer-se também localizar se os jornais citados, de outras províncias, também o citavam: como e por quais cidades se deu a circulação da folha no interior da província? De que forma, a redação incorporou as trocas realizadas com outros impressos?

3.1 PARA ALÉM DOS LIMITES DA FOLHA IMPRESSA

Assim como a maioria dos jornais à sua época, o diário paraibano publicou notícias sobre os mais variados países do mundo, veiculadas seja por folhas nacionais, seja por traduções próprias de folhas internacionais às quais a redação possuiu acesso. Isso caracteriza uma *lógica da cultura midiática transnacional da modernidade* (Guimarães, 2019), uma vez que o jornal,

⁵⁴ A Guerra do Paraguai foi fruto das contradições platinas, tendo como razão última a consolidação dos Estados Nacionais (Doratioto, 2002, p. 93). A luta se estendeu por cinco anos e, para os países que participaram, foi um divisor de águas, tanto em aspectos políticos como econômicos. “O conflito externo de maior repercussão para os países envolvidos” marcou a Tríplice Aliança, formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai, e afetou profundamente o Paraguai. O Império brasileiro passou por um processo de reorganização social, política e econômica. Para mais informações, ver: Doratioto (2002); Izecksohn (2014).

em específico, e os impressos, no geral, não possuem limites espaciais nem linguísticos, como Molllier (2016) e Darnton (2010) destacaram.

Durante o intervalo compreendido entre os anos de 1862 e 1864, foi possível contabilizar um conjunto de 353 exemplares de *O Publicador*. Foram identificadas e catalogadas todas as referências de fora da província (nacionais e internacionais) – jornais, livros e autores –, totalizando 247 citações para o ano de 1862 e 443 citações, para o ano de 1864.

É importante destacar que o jornal funcionou durante quatro meses em 1862, pois foi inaugurado em setembro, diferentemente de 1864, em que ele foi publicado no ano inteiro. Se nos quatro meses de funcionamento em 1862 foram feitas 247 citações, seria esperado que, proporcionalmente, em 12 meses (um ano, 1864), haveria cerca de três vezes esse valor (aproximadamente de 750 citações). Entretanto, foram observadas 443 citações nesse ano. Isso, porém, não significa que 1864 tenha sido um ano com poucas referências utilizadas pela redação, se comparado com 1862. O fato é que, para 1864, há muitas citações, mas sem a indicação da referência de onde a redação estava transcrevendo ou traduzindo, pois, ao final dos textos, registrava-se apenas a expressão *Extr.* e nada mais. Além disso, no início do ano de 1864, o jornal acrescentou uma coluna a mais, e o proprietário fechou contrato com o governo provincial para imprimir atos e expedientes oficiais diariamente, o que, desde então, acabou tomando, quase que por inteiro, a maioria das primeiras páginas do *Publicador*.

O jornal se estruturava por seções fixas e variáveis, como já se explicou anteriormente. Conforme foram classificadas as referências externas à província, destacaram-se as seguintes seções: *Registro Noticioso* (1862), que, em 1864, se tornou *Noticiário* e que, além de fixa, era uma das que mais abrangia as páginas do jornal; *Agricultura*, *A Pedido*, *Correspondência do Publicador*, *Exterior*, *Interior*, *Literatura*, *Transcrições* e *Variedades*. Algumas dessas seções fizeram-se presentes diferentemente nos anos em exame, sendo mais frequentes em alguns que em outros. As que abarcaram maior número de citações foram as de *Noticiário* e *Variedades*.

Para que fique mais claro como se deu a pesquisa e, por conseguinte, para que se avalie com mais precisão de que maneira se deu o circuito comunicacional existente no século XIX, bem como o *Publicador* se inseria nele, apresento a seguir tabelas, gráficos e mapas com as informações que trazem rastros de como se deu o influxo de notícias e o que era citado no jornal.

Nas tabelas e gráficos que compilam e resumizam as citações, optei por identificar as citações internacionais pelo nome atual dos países. Isso se deve ao fato de que a redação, muitas

vezes, só mencionava o nome da folha (tais como, por exemplo, *Gazeta de Augsburg*⁵⁵ e *Gazeta Oficial de Turim*⁵⁶, que hoje correspondem a localidades na Alemanha e Itália, respectivamente). Essas nações, no período estudado, ainda não eram Estados unificados. Em outros casos, foi possível identificar a localidade da referência, já que os nomes dos países, às vezes, compuseram alguns dos títulos de periódicos, tais como: *Correspondencia de Hespanha*⁵⁷, *Correspondencia de Portugal*⁵⁸, *Independance Belge*⁵⁹ e *Courrier des États-unis*⁶⁰.

Nas tabelas a seguir, reuni a quantidade total identificada de referências internacionais e nacionais citadas pela redação do diário em cada ano. Cada país foi computado nas tabelas, levando-se em consideração o número de vezes em que uma referência dele apareceu no corpo do jornal naquele ano. Devido a esse critério, ainda que repetidas, as citações foram contabilizadas. Vale salientar que os números apresentados nessas tabelas não correspondem a matérias de jornal, mas sim a citações. Esses números equivalem, portanto, à quantidade de periódicos, autores ou obras, de fora da província, que foram referenciados pela redação em uma determinada seção.

É importante destacar que a coluna central das tabelas a seguir compila o número absoluto, isto é, a quantidade de referências identificadas para cada país ou província (no caso das províncias, optei por utilizar a sigla atual para os estados brasileiros que correspondem àquela província). A coluna da direita apresenta o número relativo percentual, ou seja, a razão entre o número absoluto de citações de um país sobre o número absoluto total de citações localizadas, multiplicada por 100. Em resumo:

$$\text{Percentual de citações (país)} = \frac{\text{contagem de citações(país)}}{\text{total de citações}} \times 100$$

Os gráficos apresentados foram elaborados utilizando-se os *softwares* Excel e Google Planilhas, a partir de uma base de dados brutos obtida com base na catalogação manual das referências, separadas por seção do *Publicador*.

A **Tabela 6**, a seguir, sumariza o número de citações de cada país, no ano de 1862. O Brasil é apresentado sem divisão das províncias, pois o cenário nacional será apresentado em

⁵⁵ *O Publicador*, n. 43, 21 de outubro de 1862.

⁵⁶ *O Publicador*, n.47, 25 de outubro de 1862.

⁵⁷ *O Publicador*, n.63, 14 de novembro de 1862.

⁵⁸ *O Publicador*, n.50, 29 de outubro de 1862.

⁵⁹ *O Publicador*, n.37, 14 de outubro de 1862.

⁶⁰ *O Publicador*, n.99, 29 de dezembro de 1862.

outra tabela. Nos parágrafos seguintes, segue-se a análise desses dados, conectando-os ao circuito de comunicação e discutindo-os com auxílio de bibliografia especializada e cruzamento de fontes.

Tabela 6 — Total de citações internacionais e nacionais (1862)

País	Número de citações (números absolutos)	Percentual (%) de citações (números relativos)
Alemanha	1	0,40
Argentina	1	0,40
Áustria	1	0,40
Bélgica	5	2,02
Brasil	166	67,21
Chile	1	0,40
Espanha	1	0,40
Estado Unidos	3	1,21
França	47	19,03
Inglaterra	6	2,43
Itália	1	0,40
Portugal	14	5,67
Total	247	100

Fonte: *Publicador* (1862). Acervo: Arquivo Privado Maurílio de Almeida

Na **Tabela 6**, percebe-se a nítida diferença numérica entre o uso de fontes brasileiras, que somam 67% das referências, e fontes estrangeiras. Porém, isso não quer dizer que a redação publicou informações apenas sobre os países citados acima, ou ainda que as referências a esses países, do ponto de vista numérico, fossem iguais às menções a periódicos neles estabelecidos. Foi muito comum a redação transcrever, de folhas nacionais ou internacionais, notícias sobre política, economia ou variedades a respeito dos países citados na tabela e de outros.

Os dados apresentados na **Tabela 6** evidenciam que uma das principais características da imprensa oitocentista era a aspiração internacionalista (Caparelli, 2012), isto é, que a circulação de informações se dava em escala internacional, com a transcrição e a citação de jornais entre si constituindo práticas comuns à imprensa do período. Por exemplo, no exemplar de número 56, impresso no dia 6 de novembro de 1862, a seção *Exterior* possuía um resumo de acontecimentos sobre Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai, Equador, Uruguai e, ao final da seção, citava como fonte, entre parênteses: (*Diario Oficial*). A redação extraiu essas notícias de um jornal da Corte, o *Diario Oficial*, sem que essas notícias fossem referenciadas, em sua fonte original, pelo *Publicador*. Como é possível observar na **Tabela 6**, alguns dos países que

tiveram acontecimentos noticiados no exemplar 56 não estão incluídos na listagem da tabela, pois tiveram as notícias a seu respeito extraídas do jornal *Diario Official*.

De maneira análoga, países de outros continentes, como Ásia e África, tinham suas notícias publicadas por meio da extração indireta de jornais europeus. É um exemplo: “Na China, diz o *Moniteur Universel*, fazem-se visitas absolutamente como na Europa e, quando não se encontra em casa a pessoa que se vai visitar, deixa-se um bilhete [...]” (*O Publicador*, n. 526, 4 de junho de 1864). Ou, como no trecho a seguir, em que “jornais parisienses” que noticiaram sobre o Egito foram utilizados como base para *O Publicador* informar ao público paraibano que:

No dia 30 de dezembro do ano findo, celebrou-se com grande solenidade, em Suez, a chegada das águas do Nilo no mar Vermelho. Houve um esplêndido banquete, onde fizeram-se diversos brindes ao atual vice-rei do Egito, e recordaram-se com sentidas frases os serviços do finado vice-rei Mohamed Said. O povo estava entusiasmado, segundo refere um despacho telegráfico de Suez incerto nos jornais parisienses (*O Publicador*, n. 457, 10 de março de 1864).

Desde os primórdios do século XIX até meados do século XX, os maiores órgãos da imprensa brasileira acompanharam o que Diana Cooper-Richet e Valéria Guimarães (2012) chamaram de “estilo francês”. Esse estilo é caracterizado pelo papel da França “como referência fundamental para os jornais, tanto em relação às informações contidas na folha impressa, quanto em relação à forma” (Cooper-Richet; Guimarães, 2012, p. 18). Essa asserção das citadas pesquisadoras converge com os dados apresentados na **Tabela 6**, em que se vê que a França aparece como a principal localidade, do exterior, de onde impressos internacionais eram citados, representando 19,03% das citações totais referentes ao ano de 1862.

Esse número, apesar de inferior ao número de citações brasileiras, compõe a maior parte das citações internacionais localizadas. De acordo com a **Tabela 6**, em relação à França, foram localizadas 47 citações no ano de 1862. Foram identificadas 26 referências, entre elas periódicos como *Journal des Debats*, *Journal du Havre*, *Moniteur de la Meurthe*, mas também obras como *Portraits Historiques*, de Hyppolyte Castille, que apareceu em 11 números, contando a biografia de Giuseppe Garibaldi, personagem muito recorrente nas páginas do diário. Essas e outras referências foram responsáveis por compor seções como *A Pedido*, *Exterior*, *Registro Noticioso* e *Variedades*.

Essa predominância de citações oriundas de jornais franceses em publicações brasileiras foi estudada por Valéria Guimarães (2019), que consultou relatórios estatísticos e postais franceses e brasileiros em busca de dados quantitativos. Entre os resultados, está a constatação do predomínio de títulos em francês em relação aos demais idiomas estrangeiros, o que a autora

atribui à força global da cultura francesa no período, particularmente na América Latina. Além disso, a análise dos relatórios oficiais permitiu a descoberta de acordos comerciais favoráveis à entrada de impressos provenientes da França, dado este inédito. Isso traz um novo elemento para explicar o seu grande afluxo para o Brasil, apontando uma nova perspectiva metodológica para os estudos da circulação da história da imprensa estrangeira.

Ainda em relação à **Tabela 6**, é preciso destacar a significativa variedade de países que compuseram as referências utilizadas pela redação do *Publicador*. Moine *et al.* (2008) destacaram a Europa como o centro de circulação e transferências transnacionais, pois, devido à sua conformação geográfica, ela foi um verdadeiro caldeirão de circulações e múltiplas transferências (Moine; Bouvier; Palmer, 2008). A centralidade da Europa, defendida por esses autores, é confirmada pelos números apresentados na **Tabela 6**: dos 11 países localizados, 8 deles pertenciam ao continente europeu, e os outros três, estavam localizados no continente americano.

A partir desses números, é possível observar que o *Publicador* se encontrava inserido em uma rede de comunicação transnacional e que, nessa rede, ele tinha maior exposição a jornais e a obras de certos lugares, tais como França e Portugal e, ainda, aos periódicos nacionais. Diante da limitação de acesso a periódicos que escapavam dos países que possuíam maior conectividade com o Brasil, isto é, Portugal, França e as demais províncias do Brasil, o referido jornal utilizou fontes oriundas dessas três localidades para noticiar sobre outros países. Como citado anteriormente, no caso do recém falecimento do vice-rei Mohamed Said do Egito, o *Publicador* recorreu a um famoso jornal francês para relatar sobre o ocorrido. Esse exemplo aponta a rota de circulação de informações da imprensa no período, em que jornais brasileiros muitas vezes recorriam ao que se noticiava em Portugal e na França para informar sobre notícias internacionais.

Com base nas 166 referências ao Brasil localizadas para o ano de 1862, elaborou-se a **Tabela 7**, em que as citações foram computadas da mesma forma explicada anteriormente. Na tabela, estão representadas as citações por estados brasileiros.

Tabela 7 — Total de citações nacionais (1862).

Província (sigla dos estados correspondentes)	Número de citações (números absolutos)	Percentual (%) de citações (números relativos)
AL	10	6,02
AM	5	3,01
BA	4	2,41
CE	18	10,84
ES	1	0,60
MG	7	4,22
PA	6	3,61
PE	31	18,67
PR	1	0,60
PR	1	0,60
RJ	51	30,72
RN	8	4,82
RS	15	9,04
SE	1	0,60
SP	8	4,82
Total	166	100

Fonte: *Publicador* (1862). Acervo: Arquivo Privado Maurílio de Almeida

Com base na **Tabela 7**, identificam-se o Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Sul, respectivamente, como as províncias com maior número de referências citadas. Essa distribuição de citações não é um resultado casual, tornando-se compreensível ao se analisar o contexto sociopolítico do período.

O Rio de Janeiro era uma província de grande importância, abrigando ao seu lado a Corte e capital imperial, onde estava o porto mais importante do país. Essa condição explica o destaque, no ano de 1862, obtido pelo Rio de Janeiro, aqui se compreendendo a Corte e a província de mesmo nome, com o maior número de referências utilizadas pela redação do impresso.

Já a província de Pernambuco, além de localizar-se muito próxima da Paraíba do Norte, abrigava a praça comercial de Recife, um dos pontos mais relevantes e privilegiados do circuito econômico do Mundo Atlântico, apresentando um destacado protagonismo comercial em relação às províncias próximas (Mello, 1999; Mello, 2002; Dourado, 2019). Isso pode explicar o elevado número de referências de Pernambuco. Permite igualmente explicar o baixo percentual relativo de citações das províncias circunjacentes, como Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia e Sergipe. Essa discrepância no uso de referências de outras províncias próximas à Paraíba do Norte indica que não há uma correlação entre o número de citações e a proximidade geográfica, isto é, periódicos oriundos de províncias mais distantes eram mais

utilizados como fontes pela redação do jornal. Neste capítulo, trago, adiante, uma discussão mais detalhada a respeito disso.

Foram localizados três diferentes impressos citados do Ceará: *Gazetta Official do Ceara*, *O Cearense* e *Pedro II*. *O Cearense* era vinculado ao Partido liberal e o *Pedro II*, ao Conservador. É interessante destacar que, nos períodos já analisados, só houve citações de referências da província do Ceará no ano de 1862. Pode-se conjecturar que essas citações ocorreram devido a uma estratégia de estabelecimento do nascente diário no mercado editorial, em que a redação enviava exemplares do jornal para redações de jornais já consolidados, com o objetivo de estabelecer laços de trocas de folhas. Essa estratégia pode ser percebida no trecho a seguir, em que o jornal *Pedro II*, do Ceará, em circulação desde 1840, responde ao recebimento do primeiro exemplar do recém-criado *Publicador*:

O Pedro II do Ceará – Lê-se no n.203 daquele jornal sob a epígrafe – Paraíba – o seguinte-. Temos à vista o 1º n. do Publicador, que saiu à luz no 1º do corrente mês, na capital daquela província; publica-se diariamente, sem compromisso algum com os credos políticos que ali predominam, é só destinado aos interesses comerciais. Felicitamos por um tal progresso àquela província, e ao colega fazemos votos, que seu diário vá cada dia ganhando o terreno, a que tem direito. Agradecemos à ilustrada redação do Publicador o obséquio com que nos honrou com a remessa de seu primeiro número, a que retribuiremos (*O Publicador*, n. 1720 de setembro de 1862).

Finalmente, a província do Rio Grande do Sul ocupa a quarta posição, dentre as províncias com mais referências citadas, na **Tabela 7**. Esse resultado chamou muito a atenção, principalmente devido à expressiva distância geográfica entre as duas províncias, de quase 4 mil quilômetros, por terra. Na tentativa de compreender por qual razão impressos vindos dessa província aparecem com tamanha frequência nas páginas d'*O Publicador*, foram mobilizados dados relacionados à importância comercial e à relevância editorial do Rio Grande do Sul na década.

De acordo com Marcondes (2012) e Dourado (2019), a província sul-rio-grandense figurava entre as principais localidades cujos centros urbanos concentraram um maior volume de mercadorias estrangeiras: no ano fiscal de 1854-1855, o Rio Grande do Sul representou 16,2% do fluxo de mercadorias no império. Segundo os mesmos autores, nove anos mais tarde, a mesma província representou 10,8% do fluxo de mercadorias. Além disso, a província sul-rio-grandense destacava-se no mercado editorial de impressos variados. Segundo Silva, Clemente e Barbosa (1986), em sua obra *Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense*, a história da imprensa gaúcha pode ser dividida em três períodos distintos: o primeiro, que tem início em 1827, com a publicação do primeiro jornal do Sul do país, *Diário de Porto Alegre*, até 1845, ano do término da Revolução Farroupilha; o segundo, de 1845 a 1895, corresponde

ao período de consolidação da imprensa, com o surgimento dos impressos *A Reforma*, *A Federação* e *O Correio do Povo*; e, por fim, o terceiro período, que se estende de 1895 até os dias atuais. “A província teve uma profícua produção de impressos, apresentando, inclusive, um diário bastante precoce, inaugurado em 1827” (Molina, 2015, p. 339), enquanto a Paraíba do Norte inaugurou seu primeiro jornal (não diário) no ano de 1826. Ademais, segundo Póvoas (2018), a província possuía uma destacada produção literária e de impressos, tendo publicado títulos franceses, como a *Revue des Deux Mondes* (1831 - atualmente) e revistas nacionais, como *Minerva Brasiliense* (1843-1845) e *A Estação* (1872-1878).

Reunindo todas as referências, internacionais e nacionais, utilizadas pela redação d’ *O Publicador* no ano de 1864, vemos a **Tabela 8**, apresentada a seguir. É possível observar que países que não tiveram referências utilizadas no ano de 1862 passam a figurar na tabela, como são os casos do Canadá, da República Tcheca e da Dinamarca. Nota-se também o desaparecimento de fontes correspondentes aos países circunvizinhos da América do Sul. Por se tratar de um ano completo de publicação do jornal, 1864, em comparação com o ano de 1862, tem-se quase o dobro de referências.

Tabela 8 - Total de citações internacionais e nacionais (1864).

País	Números absolutos	Números relativos (%)
Alemanha	8	1,85
Áustria	1	0,23
Bélgica	17	3,94
Brasil	210	48,61
Canada	2	0,46
Dinamarca	1	0,23
Espanha	4	0,93
Estados Unidos	8	1,85
França	75	17,36
Inglaterra	23	5,32
Itália	10	2,31
Portugal	71	16,44
Rep. Tcheca	1	0,23
Suíça	1	0,23
Total	432	100

Fonte: *Publicador* (1864). Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Observa-se que os países com maior número de citações continuam sendo Brasil, França e Portugal, seguidos por Inglaterra e Bélgica. A predominância de citações internacionais da França explica-se pelas razões anteriormente expostas. Entretanto, para entender-se a quantidade de citações de materiais vindos da Inglaterra e Bélgica, é preciso mobilizar

informações a respeito das relações comerciais e do cenário editorial desses países na década de 1860.

Apesar de a França ter funcionado como importante e, quiçá, principal intermediária do mercado literário no Brasil, a Inglaterra, por suas relações comerciais com Portugal e Brasil, trouxe ao país mais do que bens manufaturados (Vasconcelos, 2013, p. 144), como os primeiros equipamentos de impressão do país (Hallewell, 2017, p. 110). Para além dos utensílios e manufaturas, estiveram disponíveis livros, periódicos e romances ingleses, introduzidos a partir da influência britânica no Rio de Janeiro desde 1808 (Vasconcelos, 2013, p. 144). Contudo, mesmo a Inglaterra apresentando, desde a segunda metade do século XVII, um mercado editorial bem estruturado, todo esse “gigantismo inglês” não comprometeu o mercado francófono, apenas o complementou (Deaecto, 2011, p. 276-277).

Por outro lado, a Bélgica apresentou uma posição de relativo destaque no mercado editorial brasileiro, pois, apesar de a maior parte dos livros e impressos francófonos ser oriunda da França, sua origem não era, todavia, exclusivamente francesa (Santos, 1985, p. 199). Tanto para o Brasil como para Portugal, a Bélgica enviava contrafações de autores franceses a preços mais atrativos que as cópias legalmente comercializadas pela França (Santos, 1985, p. 199; Vasconcelos, 2006, p. 53). O volume de cópias pirateadas de livros chegou a corresponder a quase 7% do mercado editorial francês: a *Revue Britannique*, de março de 1840, afirmou que a França enviou 230 mil francos em livros para o Brasil e que as cópias belgas compunham um valor de 16 mil francos no mercado daquele período (Vasconcelos, 2006, p. 53).

José de Alencar, em seu texto *Como e porque sou romancista*, escrito no ano de 1873, narrou memórias de sua infância até aquele momento. E, uma delas, ilustra o cenário do mercado livreiro belga, de meados da década de 1840, na cidade de São Paulo. Ele escrevia sobre seu contato com as obras completas de Balzac:

Meu companheiro de casa era dos amigos de Otaviano, e estava no direito de usufruir sua opulência literária. Foi assim que um dia vi pela primeira vez o volume das obras completas de Balzac, nessa edição em folha que os **tipógrafos da Bélgica vulgarizam por preço módico** (Alencar, 1990, p. 39, *Grifos meus*).

Esse mercado, que realizava cópias até mesmo de obras inglesas, entrou em declínio a partir da década de 1850, quando da assinatura da primeira convenção franco-belga dos direitos do autor, em 1852 (Vasconcelos, 2006, p. 62). Durante os anos sessenta do século XIX, de acordo com Izabel Alonso (2000), diversos periódicos franceses tiveram ampla difusão na Bélgica. No entanto, na década de 1870, a situação se inverteu. Devido à eclosão da guerra franco-prussiana e ao bloqueio de Paris, foram os franceses que demandaram à imprensa belga

notícias sobre o *front* da guerra, o que, conseqüentemente, se traduziu em notáveis inovações tipográficas no país.

Dando prosseguimento à quantificação das referências utilizadas e catalogadas da redação do *Publicador*, a seguir, encontra-se a **Tabela 9**, que reúne fontes nacionais citadas pela redação no ano de 1864.

Tabela 9 – Total de citações nacionais (1864).

Província	Números absolutos	Números relativos
AL	11	5,24
AM	2	0,95
BA	10	4,76
ES	2	0,95
MA	8	3,81
MG	1	0,48
MT	1	0,48
PA	2	0,95
PE	54	25,71
PR	2	0,95
RJ	72	34,29
RN	7	3,33
RS	16	7,62
SE	4	1,90
SP	18	8,57
Total	210	100,00

Fonte: *Publicador* (1864). Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Assim como no ano de 1862, as províncias do Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul permanecem na liderança e nas mesmas posições em 1864. Entre as referências utilizadas pela redação do *Publicador* nesse ano, é interessante notar o total desaparecimento da província do Ceará. Por outro lado, a província de São Paulo salta da quinta para a terceira posição em número de citações.

A província de São Paulo, nas décadas finais do século XVIII, assistiu ao crescimento de novos setores produtivos e comerciais, devido, em grande medida, à produção de açúcar, que se tornara o principal artigo de exportação no porto de Santos (Deaecto, 2011, p. 107). Esse acelerado crescimento refletiu-se em um aumento do número de estudantes, uma vez que as famílias mais abastadas da capital da província passaram a mandar os filhos para estudar na Europa, em especial para Coimbra (Deaecto, 2011, p. 107). Esse crescimento econômico refletiu-se diretamente na influência política e administrativa da província, resultando na instalação, em 1827, da Academia de Direito na capital de São Paulo (Deaecto, 2011, p. 115). Essa inauguração promoveu a criação de novas atividades urbanas, em resposta à demanda cultural dos estudantes, como a formação de associações e clubes literários, peças e clubes

teatrais, a realização de recitais e, principalmente, fomentou o cenário da imprensa periódica na província, fazendo com que, conseqüentemente, na década de 1840, aparecessem 26 títulos de periódicos, na década de 1850, 41 periódicos e, na década de 1860, outros 66 (Deaecto, 2011, p. 130). Considerando-se os dados sobre a distribuição de mercadorias importadas (Marcondes, 2012; Dourado, 2019), é possível constatar a posição de destaque da província de São Paulo no cenário econômico do século XIX, pois esta representou, no ano fiscal de 1854-1855, 12,6% dos fluxos de mercadorias importadas e, no ano fiscal de 1863-1864, 10% dos fluxos.

Por outro lado, a província do Ceará deixou de figurar entre as citadas, provavelmente, porque a relação antes estabelecida entre a redação do *Publicador* e os jornais *O Cearense* e *Pedro II*, teve um viés de baixa em termos de prestígio e de valorização do trabalho editorial, mais do que propriamente devendo-se a uma relação econômica ou de abastecimento de mercadorias entre as províncias. Esse fenômeno é reforçado pelo fato de que as relações comerciais do Ceará se davam, primordialmente, com o Maranhão, que era mais próximo, e com Pernambuco, que movimentava mais mercadorias (Dourado, 2019, p. 105).

Lise Andries (2012), ao analisar o cenário da imprensa do México no século XIX, identificou o que ela denominou *circuito triangular*, que consistiria na saída de impressos da França, que eram traduzidos na Espanha e, de lá, eram exportados para o México. Ao discorrer sobre a imprensa mexicana, Andries (2012) destacou uma intermediação, feita pela Espanha, na tradução de obras francesas que eram consumidas no México. Comparando com a experiência da imprensa brasileira, é possível identificar similaridades de práticas jornalísticas entre Brasil e México, a exemplo de uma imprensa bipartidária e do fato dos redatores e jornalistas, muitas das vezes, serem os próprios deputados e ministros.

O conceito de *circuito triangular* pode ser transposto da experiência mexicana para a brasileira, em que a França foi, para ambos os países, uma fonte de impressos que passavam por intermédio das antigas metrópoles para serem traduzidos (Espanha, para o México e Portugal, para o Brasil) e de lá eram exportados para as antigas colônias.

A experiência brasileira possuiu uma possível circulação triangular ao se considerar a recepção de impressos franceses, pois esses eram por vezes, enviados ao Brasil, com escalas e possíveis intermediações de Portugal. No levantamento realizado (1862 e 1864), esse circuito pode ser inferido pelo fato de que as referências nacionais, somadas às francesas e portuguesas, representam 85,74% das citações utilizadas pela redação do *Publicador*. A exemplo dessa relação, mercadorias francesas foram despachadas para os portos brasileiros, a partir de 1861, na linha Bordeaux – Rio de Janeiro, com escala em Lisboa (Deaecto, 2011, p. 274).

Portugal manifesta influência sobre a imprensa brasileira desde o seu surgimento, uma vez que os equipamentos e os trabalhadores envolvidos na inauguração da imprensa vieram com a chegada da Corte, em 1808. Essa atuação portuguesa se evidencia também na utilização do mesmo padrão da Impressão Régia de Lisboa na Impressão Régia do Rio de Janeiro e, igualmente, na adoção do mesmo modelo da *Gazeta de Lisboa* na impressão da *Gazeta do Rio de Janeiro* (Molina, 2015, p. 114).

Contudo, a imprensa brasileira apresentou suas particularidades, a exemplo da presença e importância de mediadores culturais franceses nesse cenário. Sabe-se que “livreiros, tipógrafos e impressores, brasileiros e **franceses**, também foram essenciais para a configuração da imprensa brasileira” (Caparelli, 2012, p. 34, *grifos meus*). Assim, muitos desses mediadores franceses vieram para o Brasil, estabelecendo casas comerciais de impressão e edição de livros e jornais, tornando-se responsáveis por grande parte da produção e difusão da cultura impressa no século XIX no Brasil. Alguns exemplos desses profissionais franceses são os irmãos Garnier, Paulo Martin, Pierre Plancher e Villeneuve.

A influência francesa na imprensa brasileira, conforme Cooper-Richet e Guimarães (2012), teve uma forte permanência até fins do século. Isso se deu também na província da Paraíba do Norte, como ilustra o extrato a seguir:

Sabe V. Ex.^a, sabem todos aqueles que leem e estudam, **que é nesta língua falada e conhecida em toda parte do mundo [isto é, o francês]**, que acha[m]-se por assim dizer concentrada[s] todas as ciências e todos os ramos dos conhecimentos humanos, já pela **grande luz** que sobre o universo espalha a **França**, já porque **para esta língua são traduzidas todas as obras**, e nós sabemos que, mesmo entre nós, **quando algum escritor quer tornar a sua obra conhecida, escreve-a em francês**. [...]

O Diretor

Eugenio Toscano de Brito (Paraíba do Norte, 1887, *Grifos meus*).

Esse trecho corresponde a uma parte do Relatório da Diretoria do Externato Normal⁶¹ ao Presidente de Província, no ano 1887. Desde o surgimento do Externato Normal, em 1886, Eugenio Toscano de Brito⁶² figurava como Diretor e docente das cadeiras de Pedagogia, e de Ciências Físicas e Naturais. Era médico diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, retornou à Paraíba do Norte, em meados de 1879 e, em seguida, ocupou diversos cargos nos espaços políticos, da saúde e da educação da província. Contudo, o mais interessante foi sua atuação como jornalista, pois contribuiu na redação do *Publicador* (Martins, 1978), e foi

⁶¹ Em 1884, foi criada Escola Normal com o intuito de formar mulheres professoras. Em sua substituição, fundou-se o Externato Normal, que surgiu em 1886 e que funcionou até o ano de 1892.

⁶² Filho do casal Felizardo Toscano de Brito e Eugenia Aciole Toscano de Brito, nasceu em 1850 na cidade da Paraíba e faleceu no ano de 1903. Para mais informações acerca da vida e atuação, ver: Segal, 2017; Barbosa, 2009.

criador e redator da *Gazeta da Paraíba* em 1888, jornal que era impresso na tipografia do *Publicador*, a *Tip. Dos Herdeiros de José R. da Costa*.

Todo esse cenário converge com alguns dos traços observados na imprensa oitocentista com recorrência, traços já destacados ao longo do texto, tais como: reiteração da França e, conseqüentemente, de Paris, como centro produtor e distribuidor dos impressos e o imbricamento entre a atividade jornalística e os espaços políticos.

Em 1862 e em 1864, em conjunto, observou-se uma mudança no teor das referências utilizadas pela redação do jornal. Em 1862, o jornal baseava a maior parte de suas seções em jornais, mas também se utilizava de muitos excertos de obras literárias ou de autores consagrados àquela época, tais como Benjamin Franklin, *Hyppolyte Castille*, *Rochefoucault*. *A. Sibour*, *Baily*, *Somet*, *M. Jobard* e *Taxile Debord*. Por outro lado, para 1864, foi quase impossível localizar citações de livros referenciados, pois, muitas vezes, nas seções *Variedades* ou *Literatura*, a redação simplesmente indicava a extração com a abreviação *Extr.* Essa mudança se deu pelo fato de que, em 1862, o jornal estava tentando se estabelecer como periódico e, em 1864, além de já ter-se consolidado e estabelecido uma boa rede de contatos com redações externas à província, ele veio a ser um veículo de atos e expedientes do governo provincial. Portanto, nesse processo de consolidação, no ano inaugural, o jornal muitas vezes, por falta de contatos com outras redações de fora da província, valia-se do preenchimento de suas colunas com trechos retirados de obras já consagradas, algo que se tornou desnecessário em 1864.

Nos dois anos analisados, os dados revelam a circulação de informações em escala internacional como um aspecto proveniente das práticas culturais intrínsecas à imprensa do século XIX. Todavia, essas conexões entre os países revelam as assimetrias, a exemplo da escassa utilização de referências de países sul-americanos. Sabe-se que, após o surgimento da imprensa no Ocidente, a sua chegada foi, de certa forma, mais tardia em alguns países da América do Sul, se compararmos com a rápida expansão em países europeus. Devido a esse fenômeno, ao qual subjazem questões políticas, econômicas e culturais, é possível afirmar que a França abrigou um grande centro de produção e propagação de impressos.

De acordo com Hallewell (2017, p. 126), “no ano de 1826, Buenos Aires possuía cerca de cinco livrarias e quatro tipografias; o Chile, por sua vez, não possuiu uma única livraria antes de 1840; Paris, entretanto, contava com 480 livrarias e 850 tipografias em meados de 1820”. Essas informações apresentam-se em demasiada concordância com os dados auferidos no *Publicador*, que mostram que a Argentina e o Chile tiveram, cada um deles, apenas uma referência utilizada pela redação do jornal em 1862. Nesse sentido, em concordância com

Burbank e Cooper (2015), é preciso enfatizar que esses dados devem ser analisados tendo em vista as assimetrias e dominações que eram impostas, uma vez que o mundo era, além de conectado, desigual. Relações de poder e de dominação fazem com que o mundo seja “mais que um mundo do encontro, [pois] é o encontro entre mundos o objeto de estudo” (Burbank; Cooper, 2015, p. 45).

Eclodida em dezembro de 1864, a Guerra do Paraguai foi o maior conflito externo em que o Brasil esteve envolvido e que pôs em risco a vida de milhares de combatentes, produzindo um inimigo concreto e mobilizando sentimentos poderosos, que afetaram indiretamente todos os grupos e todas as regiões do país (Carvalho, 2006, p. 179). O conflito teve início a partir da reação contra a intervenção brasileira no Uruguai. Em resposta, o governo paraguaio apreendeu o navio mercante brasileiro Marquês de Olinda. O navio fora enviado com documentos, alimentos e armamentos para suprir as guarnições de Mato Grosso, além de escoltar Carneiro de Campos, o presidente recém-nomeado da província. Seguiu-se, então, uma expedição fluvial paraguaia que desembarcou na cidade de Coimbra, Mato Grosso do Sul, iniciando a invasão daquela província. “A maior parte do território ocidental da província sul-mato-grossense se viu rapidamente tomada pelas incursões paraguaias” (Izecksohn, 2009, p. 394-395).

A **Tabela 10** evidencia os impactos desse conflito, que atingia seu ápice no ano de 1866, nas páginas e notícias trazidas ao público paraibano pelo *Publicador*. De maneira contrária ao padrão observado nos anos anteriores, o ano de 1866 apresentou uma ruptura na dinâmica de triangular de referências utilizadas para compor as matérias. Se anteriormente França, Portugal e Brasil compunham a maior parte das citações feitas pela redação, em 1866, é possível constatar uma explosão de referências a periódicos argentinos e, em menor escala, uruguaios. Esse movimento surpreende, uma vez que a Argentina havia aparecido com apenas uma citação nos anos analisados anteriormente, e periódicos uruguaios sequer haviam sido referenciados diretamente no *Publicador*.

Apesar disso, os países que figuravam como mais citados anteriormente, França e Portugal, continuam ocupando posições de destaque em número de citações, representando uma fatia significativa das referências utilizadas pela redação. É interessante notar, também, que os Estados Unidos, apesar de aparecerem no total de citações dos anos anteriores, passam a ocupar uma proporção maior do percentual. Esse fenômeno ocorreu de maneira tardia em relação ao conflito da guerra de Secessão dos Estados Unidos, que durou de 1861 a 1865. Permanece desconhecida a razão para o aumento expressivo nas citações oriundas desse país nas páginas do *Publicador*.

Tabela 10 — Total de citações por país (1866).

Localidade	Número de Citações	Percentual
África do Sul	1	0,08%
Alemanha	4	0,31%
Argélia	1	0,08%
Argentina	262	20,14%
Áustria	2	0,15%
Bélgica	14	1,08%
Bolívia	2	0,15%
Brasil	735	56,50%
Canadá	2	0,15%
Chile	5	0,38%
Escócia	1	0,08%
Espanha	6	0,46%
Estados Unidos	17	1,31%
França	81	6,23%
Grécia	1	0,08%
Inglaterra	41	3,15%
Itália	3	0,23%
Não Localizado	5	0,38%
Panamá	1	0,08%
Paraguai	6	0,46%
Peru	1	0,08%
Portugal	44	3,38%
Prússia	2	0,15%
Uruguai	64	4,92%
TOTAL	1301	100%

Fonte: *O Publicador* (1866). Arquivo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Especula-se, porém, que tal fato ocorreu em decorrência da vitória dos Estados do Norte, de orientação político-ideológica mais liberal e progressista, economicamente mais industrializados. A partir desse fato e sabendo da orientação política da redação do diário, acredita-se que a vitória desse projeto na Guerra de Secessão tenha estimulado a publicação de algumas matérias, cartas e jornais dos Estados Unidos nas páginas do *Publicador*.

Após o início da Guerra do Paraguai e nos anos subsequentes, surgiram diversas discordâncias, decorrentes das divergências políticas e pessoais entre os presidentes de

províncias e os oficiais da Guarda Nacional paraibana. Essa tensão tornou-se um tema recorrente de acalorados debates na imprensa local, caracterizados por polêmicas e provocativas trocas de argumentos entre os oponentes, conforme destacado no estudo de Juliana Rabelo (2017, p. 34).

A imprensa paraibana desempenhou um papel crucial na disseminação das informações relacionadas tanto às frentes de batalha quanto à cobertura das ações governamentais das províncias em relação às obrigações impostas pela Corte, conforme observado por Rabelo (2017, p. 12). Um momento elucidativo desse contexto ocorreu após a vitória na Batalha do Riachuelo contra o Paraguai, quando o *Publicador* destacou que:

Como seja do maior interesse para nossos leitores a publicação de todos os detalhes do glorioso combate da nossa esquadra com a do Paraguai no dia 11 de junho nas águas do Paraná, iremos dando publicidade a quanto sobre este assunto nos chegar às mãos (*O Publicador*, 19 de julho de 1865, p. 2).

A Guerra do Paraguai e os anos que se seguiram testemunharam uma série de desentendimentos na relação entre os presidentes de províncias e os oficiais da Guarda Nacional paraibana. Essa disputa era amplificada pelas diferenças políticas e pelas visões contrastantes sobre a Guarda Nacional. Durante a gestão de Francisco d'Araujo Lima, a Guarda Nacional, embora enfrentasse desorganização e carência de recursos, era elogiada por sua disposição em atender aos chamados com “boa vontade”. No entanto, seu sucessor, Felizardo Toscano de Brito, um líder do Partido Liberal com afinidades com o *Publicador*, discordava veementemente dessa avaliação. Ele argumentava que a Guarda Nacional, na prática, carecia de uniformes, literatura, organização e disciplina, e criticava fortemente o favorecimento de interesses pessoais na obtenção de cargos nos batalhões (Rabelo, 2017, p. 50).

Essa divergência de perspectivas teve implicações significativas durante a Guerra do Paraguai. Muitos oficiais, aproveitando sua posição de poder, agiram em desacordo com as diretrizes dos presidentes de província. Suas ações eram frequentemente motivadas por afinidades ou desavenças pessoais e políticas, criando obstáculos consideráveis quando uma resposta ágil era necessária durante o conflito (Rabelo, 2017, p. 53).

Os acontecimentos no contexto da Guerra do Paraguai, os conflitos políticos nacionais e, principalmente, as disputas locais tiveram um impacto considerável na produção jornalística na Paraíba durante o ano de 1866. Em comparação com outros jornais de diferentes regiões do Brasil, os periódicos paraibanos tiveram uma participação excepcionalmente significativa nas citações. Esse fenômeno parece ter sido exacerbado pelas pressões da Corte e pelo conflito com o Paraguai, que intensificaram as rivalidades entre os jornais locais.

Diferentemente dos anos anteriores analisados, 1866 testemunhou um aumento notável no número de citações de outros periódicos da Paraíba. Essas referências se distribuíram entre oito jornais locais: *Acadêmico Parahybano*; *Correspondencia da Parahyba*; *Esperança*; *Jornal da Parahyba*; *O Despertador*; *O Mosaico*; *O Tempo*; e *Parahybano*. É interessante observar que, nesse cenário, os rivais políticos declarados, como o *Tempo* e o *Jornal da Parahyba*, se destacaram como os mais citados, especialmente na seção de noticiário. Mais uma vez, essas citações foram seguidas de referências a periódicos do Rio de Janeiro, Recife, Rio Grande do Sul e São Paulo, como observado nos anos anteriores.

Tabela 11 – Total de citações nacionais por província (1866)

Localidade	Número de Citações	Percentual
AL	14	1,90%
AM	2	0,27%
BA	15	2,04%
CE	7	0,95%
GO	4	0,54%
MA	7	0,95%
MG	7	0,95%
PA	7	0,95%
PB	233	31,70%
PE	112	15,24%
PR	2	0,27%
RJ	218	29,66%
RS	65	8,84%
SE	2	0,27%
SP	40	5,44%
Total	735	100%

Fonte: *O Publicador* (1866). Arquivo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Segundo Monique Cerqueira (2019, p. 93), a imprensa periódica do Império desempenhou um papel crucial durante a Guerra do Paraguai, ao utilizar os acontecimentos nos campos de batalha como um meio de promover a ideia de que o conflito era necessário em defesa de uma causa nacional. Nesse contexto, a imprensa não apenas relatou os eventos, mas também contribuiu para a construção de um discurso legitimador, associando a identidade nacional à preservação da monarquia. Curiosamente, a maioria das referências internacionais utilizadas, no *Publicador* em 1866, derivou da Argentina, um país aliado do Brasil no conflito,

evidenciando a importância da cooperação internacional na sustentação dessa narrativa. No total, foram identificados 17 periódicos argentinos, sendo eles: citados sendo eles: *El Congreso Argentino*, *El Correo del Domingo*, *El Mesquito*, *El Nacional*, *El Nacionalista*, *El Pueblo*, *Esperanza*, *Ferro Carril*, *La America*, *La Nacion Argentina*, *La Razon Hespanhola*, *Palabra de Mayo*, *Republicano*, *The Standard*, *Tribuna*, *Le Courier de La Plata e Tribunita*. Do Uruguai, o outro país aliado, foram identificados seis títulos: *Europa*, *O Correio*, *Opinion Nacionale*, *Siglo de Montevideo*, *Telegrapho Maritmo e Tribuna de Montevideo*. Do próprio Paraguai, território onde se realizou maior parte do conflito, foi referenciado nesse ano apenas um periódico, o *Semanario de Assunção*.

Ainda em 1866, Luís Alves de Lima e Silva, conhecido como o Marquês de Caxias, passou a desempenhar um papel crucial no conflito. Em 1867, ele assumiu a liderança das forças aliadas, uma nomeação que refletia a vontade do governo imperial de estabelecer um comando unificado para uma guerra, cuja complexidade crescia gradualmente e enfrentava desafios significativos. Enquanto a economia enfrentava uma deterioração crescente, o gabinete Progressista do Império também se aproximava de um colapso iminente.

A fraqueza do ministério residia na sua dependência em relação ao generalíssimo das forças brasileiras no Paraguai, o Marquês de Caxias. Este desfrutava da confiança do imperador e, como resultado, controlava todas as atividades relacionadas à guerra, inclusive o orçamento do ministério, que se tornara uma prioridade crucial para o governo naquele momento. Com isso, Caxias, se aproveitou da posição de comandante em um período excepcional, exerceu influência decisiva na queda do gabinete Progressista e na ascensão de um governo conservador mais alinhado com suas visões e preferências (Izecksohn, 2009).

Em agosto de 1868, a frota brasileira finalmente conseguiu romper a Fortaleza de Humaitá. Nesse ponto, as forças brasileiras já haviam estabelecido um cerco efetivo por terra e pelo rio, controlando o Rio Paraguai. Além disso, a destruição da Fortaleza de Humaitá e a imediata ameaça de invasão à Assunção sinalizavam claramente o fim iminente do conflito. Caxias, que havia assumido a liderança das forças aliadas, decidiu abandonar o Paraguai em janeiro de 1869, declarando que a guerra havia terminado, o que desencadeou o aumento dos pedidos de dispensa de oficiais e voluntários. No entanto, apesar da partida de Caxias, o conflito persistiu por mais um ano, como indicado por Izecksohn (2009, p. 411-212).

A tabela a seguir revela claramente a dinâmica das citações internacionais durante o período em questão. A Argentina, apesar de sua forte presença, começa a demonstrar um declínio em 1868, embora ainda mantenha um considerável número de citações, com destaque para dez periódicos argentinos proeminentes, como *A Tribuna*, *Courrier de la Plata*, *Echo de*

Cordoba, Echo de Corrientes, El Nacional, Nación Argentina, Semanario, Toulourou, O Telegrapho Maritimo e Standard. A França, que havia sido superada pela Argentina em termos de citações internacionais, ressurge como o país mais mencionado.

Tabela 12 – Total de citações por país (1868)

Localização	Número de Citações	Percentual
Não Localizado	10	1,26%
Alemanha	5	0,63%
Argélia	1	0,13%
Argentina	53	6,68%
Áustria	2	0,25%
Bélgica	5	0,63%
Brasil	476	60,03%
Chile	2	0,25%
Espanha	33	4,16%
Estados Unidos	11	1,39%
França	86	10,84%
Itália	1	0,13%
Gibraltar	1	0,13%
Holanda	1	0,13%
Inglaterra	37	4,67%
Itália	12	1,51%
Polônia	1	0,13%
Portugal	46	5,80%
Romênia	1	0,13%
Rússia	2	0,25%
Uruguai	7	0,88%
Total	793	100%

Fonte: *O Publicador* (1868). Arquivo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Os dados compilados demonstram que informações provenientes de países como Alemanha, Áustria, Espanha e Itália, por exemplo, chegavam de maneira indireta aos leitores do período estudado. Essas informações, muitas vezes, eram obtidas por meio de fontes intermediárias, como navios ou periódicos nacionais e, em alguns casos, periódicos europeus. Um exemplo interessante desse fenômeno pode ser observado ao examinar sete edições específicas do ano de 1862, referentes aos números 3, 5, 26, 27, 28, 39 e 82. Nesses exemplares,

notícias relacionadas a figuras importantes, como Giuseppe Garibaldi, chegavam aos leitores por meio de diferentes canais. Algumas informações eram obtidas diretamente de fontes nacionais, enquanto outras chegavam aos leitores por intermédio de periódicos franceses e portugueses, demonstrando a complexa rede de comunicação que permeava o contexto da época, como nos trechos a seguir:

— *Notícias não verificadas* — Correu anteontem à tarde que tinha chegado uma *jangada* do Recife e que trazia, entre outras, a notícia de que Garibaldi fora ferido e prisioneiro [...] (*O Publicador* n. 26, 1 de outubro de 1862, p.1).

Pernambuco 13. – Chegou hoje o vapor da Europa com as seguintes notícias: Açúcar firme aos preços anteriores; algodão tinha baixado 2 pences, ficado de 25 a 27 pences por libra. Garibaldi continuava preso [...] (*Jornal do Recife*) (*O Publicador*, n.39, 16 de outubro de 1862).

Destaco a ausência de referências oriundas da atual América Latina em 1864, em comparação com o ano de 1862, em que Argentina e Chile figuravam entre as referências utilizadas. É importante ressaltar também o aparecimento de novos países entre as referências, a exemplo de Canadá, República Tcheca, Dinamarca e Suíça. Todos esses países passaram a integrar as referências, mas estão entre os menos citados. Dentre os países que possuem percentuais de citações maiores do que 1% e menores do que 5%, a Alemanha se destaca como novidade (ela estava entre os menos citados em 1862) e os demais países (Itália, Estados Unidos, Espanha e Bélgica) continuaram nessas posições. A Inglaterra passa a figurar entre os países com percentual maior do que 5%.

No ano de 1866, ao observar as referências utilizadas em fontes da época, destaca-se não apenas o alto número total de referências, mas também a ampla diversidade de países mencionados. Nesse período, houve a inclusão de nações que geralmente não eram frequentemente citadas nas fontes da época, como países do continente africano, exemplificados pela presença de referências à África do Sul e à Argélia. Além disso, a Guerra do Paraguai influenciou diretamente no aumento do aparecimento de países da América do Sul, como Bolívia, Peru, Chile, Paraguai, Argentina e Uruguai, pois o conflito impactou significativamente o fluxo de notícias provenientes desses países vizinhos. Até mesmo o Panamá, localizado na América Central, apareceu no jornal, demonstrando a ampliação das fontes de informação nesse período.

Já em 1868, percebe-se uma mudança no panorama das referências utilizadas. A presença dos países da América do Sul tendeu a diminuir e ocorreu um evidente retorno das referências aos países europeus. Essa mudança pode estar relacionada à constante dinâmica

global, da segunda metade do século XIX, pelos eventos políticos, econômicos e culturais que impactaram as fontes de informação disponíveis.

A análise das fontes utilizadas pelo *Publicador* em 1862, 1864, 1866 e 1868 revela um interessante panorama de abrangência nacional na seleção de referências. Nos dois primeiros anos, foram encontradas referências provenientes de 16 províncias, com a exceção da Paraíba do Norte. Das províncias existentes na época, apenas três não foram mencionadas em nenhum dos dois anos: Goiás, Santa Catarina e Piauí. No entanto, é importante destacar a amplitude das fontes utilizadas pela redação do *Publicador*, que conseguiu abranger quase todas as províncias do Império, constituindo um total de 80% das 20 províncias existentes durante esse período.

Tabela 13 - Total de citações nacionais por província (1868).

Localização	Número de Citações	Percentual
AL	5	1,05%
AM	3	0,63%
BA	33	6,93%
CE	6	1,26%
ES	1	0,21%
GO	10	2,10%
MA	1	0,21%
MG	9	1,89%
MT	1	0,21%
PA	6	1,26%
PB	16	3,36%
PE	102	21,43%
PI	1	0,21%
PR	12	2,52%
RJ	207	43,49%
RS	15	3,15%
SC	4	0,84%
SE	3	0,63%
SP	41	8,61%
Total	476	100%

Fonte: *O Publicador* (1868). Arquivo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Embora Goiás e Piauí e Santa Catarina não tenham aparecido em 1862 e 1864, identificou-se sua presença em 1868, com Goiás até recebendo 10 citações. Isso significa que,

nos quatro anos analisados, a redação do *Publicador* conseguiu utilizar referências de todas as 20 províncias do Império em suas páginas, demonstrando a abrangência nacional de notícias. Pode-se supor que esse padrão de seleção de fontes esteja relacionado com as rotas de navio da época. Destacava-se o Rio de Janeiro, a capital do Império e principal centro de poder, Pernambuco aparecia como uma província próxima e São Paulo e Rio Grande do Sul, apesar de distantes, compartilhavam projetos políticos alinhados com a redação do *Publicador*. Fenômeno similar foi identificado por Lise Andries (2012, p. 43), que, ao estudar a imprensa no México, se atentou para o fato de que “a escolha das obras é feita segundo as opções ideológicas dos jornais”. Para compreender essa escolha, é preciso ter em mente, segundo Pierre Rosanvallon (1995, p. 12), que o político “é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva tem suas raízes e ao mesmo tempo reflete sobre si mesma”.

Assim, os fatores políticos se destacam como elucidativos das razões, explicando os motivos pelos quais províncias distantes apresentaram um elevado número de citações pela redação do jornal, enquanto províncias geograficamente próximas tiveram poucas citações. Tudo isso indica que os aspectos políticos e econômicos prevaleceram no influxo de chegada de notícias e de periódicos e, conseqüentemente, das referências utilizadas pelo *Publicador* para compor as seções em suas páginas.

3.2 CIRCUITO DAS NOTÍCIAS

Viso, agora, compreender o *Publicador* além das páginas impressas, segundo uma perspectiva holística do circuito de comunicação do jornal, avaliando como as notícias e alterações do diário se deram de maneira sistêmica, a partir das relações entre forma, função e significado simbólico (McKenzie, 2018). Essa relação sistêmica remete a uma conjuntura na qual as mudanças na mídia foram conseqüências de aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, mas que um só aspecto não prevalece sobre o outro.

Em conformidade com essa perspectiva, compreendendo que o sistema comunicacional do século XIX foi primordialmente um sistema de comunicação física, com troca e movimento de objetos e pessoas, por terra ou por mar (Briggs; Burke, 2006, p. 31), pretende-se evidenciar como *O Publicador* nele se inscrevia e de que forma deixou os rastros dele nas suas páginas.

Notícia d'Europa – O vapor *Oncida* chegado em Pernambuco na manhã do 27 do corrente foi portado da *Correspondencia de Portugal*, que dá as seguintes notícias: a guerra dos E.U. parece não dever terminar enquanto houver um homem para combater e um *dollard* para gastar [...] (*O Publicador*, n. 50, 29 de outubro de 1862).

O excerto de notícia acima, compilado pelo jornal *Correspondencia de Portugal*, traz o circuito de uma notícia sobre a Guerra Civil dos Estados Unidos,⁶³ que chegou em Portugal, possivelmente por navio, ou por terra pelos países vizinhos, foi traduzida para o português, embarcou de navio até Recife, de lá, partiu para Paraíba do Norte e foi resumida pela redação do *Publicador*. Ele ilustra o que sucedia no sistema comunicacional da imprensa brasileira no século XIX. Desde seus primórdios, ele se formou em torno de uma:

rede de textos, lidos e relidos para serem depois sintetizados em pequenas notas ou em grandes textos, dependendo do espaço e do interesse que teria aquela informação. O caminho começa no lugar de onde a informação provém. Dali dá voltas em diversos países e oficinas, transformando-se em impressos que são embarcados em navios que cruzam os oceanos. Desses navios seguem para outros países, onde, em outras oficinas impressoras, ganhavam novas formas, para finalmente, serem impressos e distribuídos a milhares de quilômetros de distância de onde a notícia se originara (Barbosa, 2010, p. 29).

Esse sistema, marcado pelo transporte, por navios, de periódicos, cartas e viajantes, ofereceu um dos principais alicerces para que os jornais oitocentistas publicassem notícias. Ao descrever esse circuito, referente ao início do século XIX, Marialva Barbosa (2010, p. 29) destacou que “os navios europeus traziam jornais cujas notícias eram recopiladas, sintetizadas e novamente publicadas na Corte, fazendo com que elas, quase sempre, fossem de quarta ou quinta natureza”.

O trecho acima, extraído do *Publicador*, indica que a notícia sobre a guerra norte-americana passou por algumas naturezas até sua impressão na Paraíba do Norte. Contudo, é possível observar que o diário paraibano recebeu o periódico português, ainda que vindo de navio de Recife, demonstrando também a rapidez com o que, após o navio *Oncida* ter aportado em Recife, a redação do *Publicador*, dois dias depois, reproduziu a notícia. A partir do percurso descrito acima, é que se pretende, por meio da análise da seção *Registro Noticioso/ Noticiário*, compreender como se deu o sistema de comunicação em que o *Publicador* esteve inserido. Com isso, intenta-se traçar uma cartografia — representação espacial de fenômenos sociais, demográficos, políticos ou econômicos (Deaecto, 2011, p. 177) — das notícias impressas no *Publicador*.

Há algum tempo estudiosos se utilizam da cartografia como instrumento de análise das condições e da produção literária (Deaecto, 2011, p. 183). A exemplo disso, tem-se os estudos da geografia do livro, que buscam delinear as relações entre os centros de produção e os de

⁶³ Conflito armado travado entre os estados do Sul e do Norte dos Estados Unidos, que teve início em 12 de abril de 1861 e terminou em 22 de junho de 1865.

recepção por meio do uso de fontes documentais, tais como inventários de bibliotecas e catálogos de livreiros. Esses estudos decorrem da “virada espacial” ou “virada geográfica” ocorrida desde meados de 1990, segundo Michel Collot (2012, p. 18). Tal movimento teve início na própria História, quando Fernand Braudel chegou a propor uma *geohistória*, com o intuito de nomear o estudo das relações que uma sociedade entretém com seu contexto geográfico ao longo do tempo.

A globalização acabou por reforçar ainda mais a tomada de consciência sobre a solidariedade existente entre as sociedades humanas em vastas zonas de interação (Collot, 2012, p. 18). Desde então, chamada “virada geográfica”, a geografia integra cada vez mais a dimensão histórica, tornando-se humana, econômica, social e, frequentemente, mais cultural e se interessando cada vez mais pela literatura (Collot, 2012, p. 18). Compreendendo que a geografia não é um elemento inerte, mas sim uma força ativa que permeia o universo literário e que o molda profundamente, Franco Moretti (1998), em *Atlas of the European Novel*, recorreu à geografia literária como instrumento para visualizar o itinerário literário e a circulação dos livros na Europa.

Para visualizar a localidade das referências e de que maneiras elas apareciam nas páginas do *Publicador*, pretende-se traçar uma cartografia das notícias utilizadas pela redação para compor o diário. Todavia, objetiva-se traçá-la sem esquecer a existência e a inserção do jornal em um contexto mais amplo do cenário da imprensa oitocentista. Para isso, é necessário basear-se na posição do *Publicador* dentro de um dos sistemas comunicacionais do século XIX. No trecho a seguir, encontra-se um exemplo de parte desse circuito. Nele, vê-se que uma notícia sobre o Japão foi escrita em Portugal, enviada ao Rio de Janeiro e transcrita no *Publicador*:

Lê-se em uma correspondência de Lisboa para o *Jornal do Commercio*: Os embaixadores do **Japão**, que estiveram o ano passado na Europa, acabam de publicar em Yedoo uma obra sob o título – Impressões de viagem –, em que há reparos curiosos [...] (*O Publicador*, n.616, 22 de setembro de 1864).

Além de ilustrar como se dava o sistema comunicacional no qual *O Publicador* se inscrevia, o trecho acima destaca um dos jornais que foi muito utilizado como referência pela redação do diário: o *Jornal do Commercio*. Esse periódico, além de ter sido um dos mais duradouros do país, sendo o segundo mais antigo do Brasil e o terceiro da América Latina, talvez tenha sido o diário brasileiro de maior prestígio e influência no século XIX (Molina, 2015, p. 25), como já se registrou nesta tese.

O *Jornal do Commercio* foi inaugurado em 1827 pelo editor e livreiro Pierre Plancher. Este último, em 1832, vendeu o jornal para Junius Villeneuve e Réol Antoine de Mougnot.

Porém, pouco tempo após comprarem o negócio, houve desentendimento entre os dois e Mougénou vendeu sua parte, tornando Villeneuve o único proprietário. Desde então, Villeneuve e sua família controlaram o jornal por mais de 50 anos. O *Jornal do Commercio* chegou a ser comparado ao *The Times* de Londres e ao *Les Temps* de Paris. Além de próspero e influente, foi responsável pela introdução dos folhetins de rodapé no país. Também foi o jornal brasileiro que conseguiu, em 1862, os direitos de publicação de *Os Miseráveis*, de Victor Hugo (Molina, 2015, p. 23). O prestígio e a influência do *Jornal do Commercio*, no cenário da imprensa do século XIX, foram não apenas percebidos, mas também amplamente utilizados pela redação d’*O Publicador*, que o citou 45 vezes, entre 1862 e 1864, para compor seis seções: *Noticiário*, *A Pedido*, *Transcrição*, *Correspondência do Publicador*, *Publicador* e *Exterior*. O maior concorrente do *Jornal do Commercio* era o *Diário do Rio de Janeiro*. Porém, no *Publicador*, ele foi referenciado apenas nove vezes, nos dois anos analisados. Esses dados, coletados no presente trabalho, indicam não só uma maior influência, mas também a preferência pelo estilo e/ou teor das notícias do primeiro sobre o segundo no diário paraibano.

O *Jornal do Commercio* evidencia a intermediação, protagonizada pelo Rio de Janeiro, na recepção e circulação de notícias vindas da Europa, para as redações do Brasil como um todo e, especialmente, para a Paraíba do Norte. As redações da Corte funcionavam como um ponto de chegada de notícias e de jornais vindos da Europa, em especial da França, que foi responsável pela maior parte do influxo de impressos para o Brasil no período. Esses dois pontos, Rio de Janeiro e França, foram os locais de conexão da rede de informações vindas Europa para o Brasil, bem como de regiões mais remotas, como da Ásia, África e Oceania. A importância do *Jornal do Commercio* e da Corte é expressa no trecho a seguir:

Montanha de gelo – Comunicam ao *Jornal do Commercio* em data de 10 o seguinte: << Entrou ontem arribado a este porto o vapor inglês Royal Standart, procedente de Melbourne (Australia) com destino à Inglaterra. Este vapor do porte de 1.597 toneladas, conduz a seu bordo 218 passageiros [...] (*O Publicador*, n. 541, 22 de junho de 1864).

Apesar do Rio de Janeiro e da França apresentarem-se centralidade nessa rede de recepção e propagação de notícias e jornais, havia relações de chegada e saída que, provavelmente, escapavam dessa conexão definida por esses dois pontos. *O Publicador* exhibe, claramente, em suas páginas, a conectividade com outras redações dentro do Brasil e, de maneira menos palpável, com outros países.

Nesta pesquisa, foram encontradas ao menos duas citações que não puderam ter a inserção no circuito entre a França e o Rio de Janeiro evidenciada. A primeira, extraída do exemplar do dia 23 de setembro de 1862, na seção *Exterior*, sob o título de “Política Externa”,

registrou: “A municipalidade de Turin, felicitou o rei de Itália, pelo futuro consorcio de sua augusta filha com S. M. El Rei D. Luiz...”. Ao final do texto, mostrava “Do *Jornal do Commercio de Lisboa*”,⁶⁴ indicando a extração direta do impresso português. A segunda citação versava sobre uma curiosidade, tema recorrente do diário, intitulado “*Excentricidade de Alexandre Dumas* – Uma correspondência de Turim dirigida à *Independance Belge* conta o seguinte” (*O Publicador*, n. 37, 14 de outubro de 1862). A conexão direta dessa notícia com um impresso francês não pode ser feita e, portanto, mostra o percurso de uma notícia sobre um autor francês, escrita na Itália, publicada na Bélgica e reproduzida na Paraíba do Norte.

De fato, as páginas do *Publicador* evidenciam uma conexão que ocorria além do eixo França-Rio de Janeiro, uma vez que nele se publicavam notícias vindas diretamente não apenas da França, mas do resto da Europa, trazidas por navios a vapor que aportavam em Pernambuco e chegavam na Paraíba com um intervalo de tempo bastante reduzido. Essa relação, por vezes, não envolvia a passagem das notícias pela Corte e revela uma posição, também relevante, da província de Pernambuco como ponto de recepção e propagação das notícias veiculadas na região. Como exemplo da velocidade com que essas notícias chegavam às páginas do *Publicador*, sem a passagem pelo Rio de Janeiro, tem-se o seguinte trecho:

Pernambuco 13. – Chegou hoje o vapor da Europa com as seguintes notícias: Açúcar firme aos preços anteriores; algodão tinha baixado 2 pences, ficado de 25 a 27 pences por libra. Garibaldi continuava preso. Os confederados derrotaram os federados. (*Jornal do Recife*) (*O Publicador*, n.39,16 de outubro de 1862).

Percebe-se, no trecho, que as notícias chegadas em uma determinada data (13 de outubro) eram publicadas no mesmo dia, no *Jornal do Recife* e, apenas três dias depois, eram transcritas pelo *Publicador*. Essa rapidez com que as notícias, a partir do recebimento em Pernambuco, eram impressas nas páginas do *Publicador* e, possivelmente, de outros jornais da capital paraibana, pode ser constatada em outros excertos do jornal, tais como “*Vapor costeiro* – Sábado tocou em nosso porto o *Mamanguape*, procedente de Pernambuco. Do *Jornal do Recife* extraímos as seguintes notícias vindas do Rio de Janeiro pelo *Persinunga*” (*O Publicador*, n.448, 29 de fevereiro de 1864).

Conforme o excerto acima, decorreu um período de dois dias entre o navio a vapor *Mamanguape* aportar na Cidade da Paraíba, com notícias trazidas de Pernambuco, e sua publicação no *Publicador*. Por outro lado, outro navio a vapor, *Persinunga*, aportava em Recife com outras notícias, vindas do Rio de Janeiro. As notícias foram trazidas a partir da Corte por

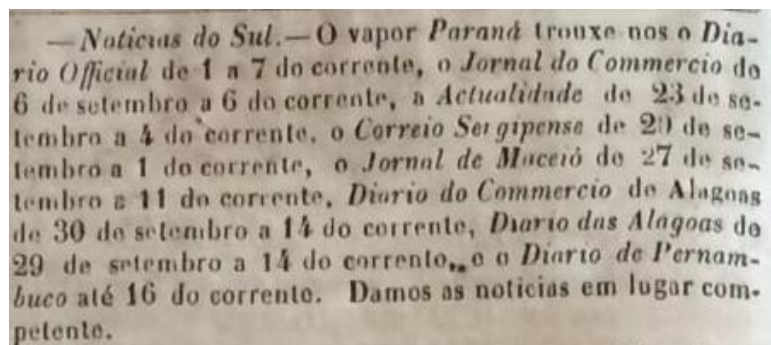
⁶⁴ *O Publicador*, n.19, 23 de setembro de 1862.

esses navios, o que aponta para a rota principal da circulação de informações do *Publicador*, que envolvia o percurso Rio de Janeiro-Pernambuco-Paraíba do Norte.

Como é possível perceber, esses excertos indicam que, pelo curto intervalo de tempo entre a chegada dos vapores e a publicação das notícias, a publicação no diário se dava rapidamente, indicando a que a redação era capaz de incluir as informações recebidas com bastante celeridade.

A **Figura 16**, a seguir, ressalta o período decorrido entre a chegada de alguns vapores e sua publicação no *Publicador*. O intervalo de tempo entre a recepção das notícias e a publicação era bastante variável, como é possível perceber no trecho abaixo, em que se informa que jornais vindos do Recife podiam ser recebidos com um intervalo de dois dias, enquanto jornais vindos do Rio de Janeiro chegavam com intervalos maiores. É interessante notar, também, que a chegada dos jornais, em especial da Corte, mas também de Alagoas, se dava em lotes de tamanho variado, provavelmente devido às rotas que eram percorridas pelos vapores.

Figura 16 – Registro Noticioso – Notícias do sul e jornais recém-chegados



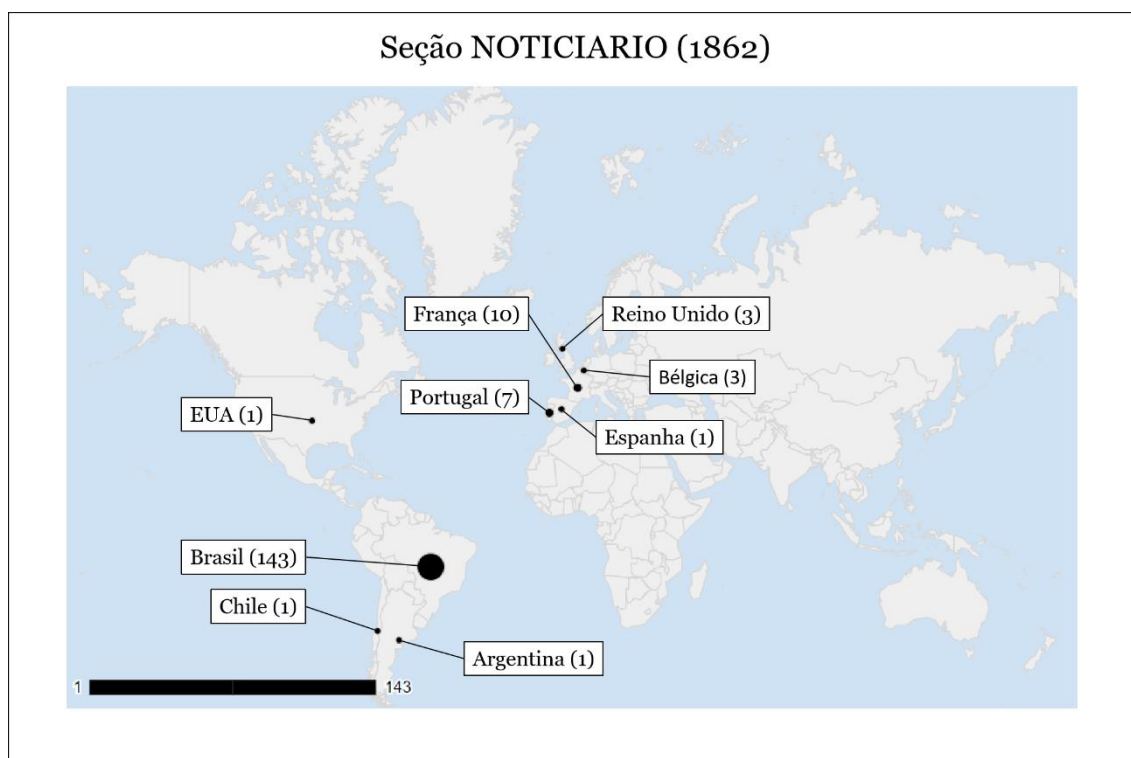
Fonte: *O Publicador* n. 41, 18 de outubro de 1862, p. 2. Acervo Privado Maurílio de Almeida

Todos esses trechos extraídos do *Publicador* citam os nomes dos navios que aportavam na capital paraibana com as notícias, jornais, mercadorias e viajantes: *Mamanguape*, *Persinunga*, *Paraná*, *Oyapok*, *Iguarassú*, *Marquês de Olinda*, dentre outros. Nesse sentido, destaca-se o papel central dos navios a vapor para o circuito de comunicação que se dava entre as redações das províncias e entre países. As companhias de navegação, portanto, funcionaram como portadoras das notícias e impressos no século XIX. Uma delas, a Companhia Pernambucana de Navegação, responsável pelos vapores *Mamanguape*, *Persinunga*, *Iguarassú* e *Marquês de Olinda*, figurou entre as principais empresas brasileiras desse ramo no período, tendo atuado entre os anos de 1852 e 1908 (Dourado, 2017b, p. 20).

Enfim, esta seção buscou construir uma cartografia e produzir uma visão holística do circuito de comunicação do qual o *Publicador* fez parte, em sua seção *Noticiário*. Para isso, foi

elaborado um infográfico desta seção, para cada ano analisado até o momento. Os infográficos levam em consideração os mesmos critérios utilizados na coleta das referências citadas pelo jornal, mas separados para essa seção específica. A **Figura 17** representa o número total de citações de fontes provenientes de um determinado país utilizadas na composição da seção *Registro Noticioso/Noticiário*. Novamente, destacam-se, nas primeiras posições, as citações nacionais, seguidas pelas procedentes da França e de Portugal.

Figura 17 - Infográfico referente às referências presentes na seção “Noticiário”, durante o ano de 1862.



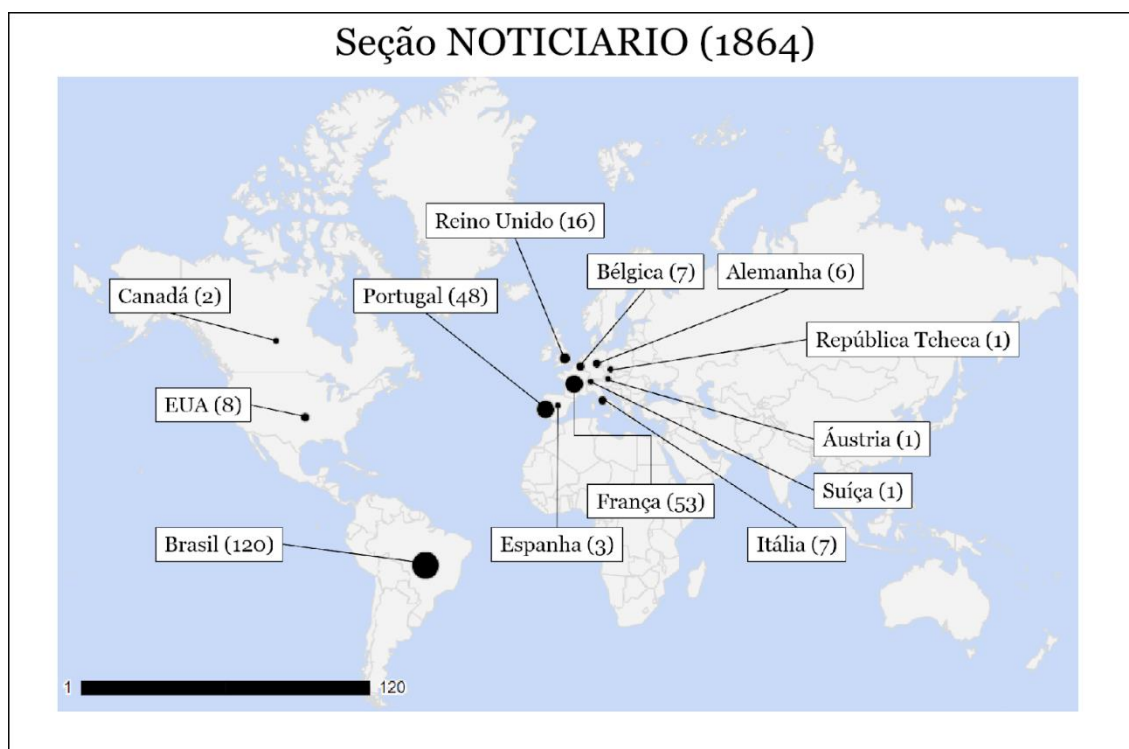
Fonte: *O Publicador*, 1862. Acervo: Arquivo Privado Maurílio de Almeida

Esse infográfico demonstra a relevância dessa seção de notícias, uma vez que o número de citações contido nela correspondeu a 57,9% do total de referências utilizadas no ano de 1862. Dessa forma, essa seção foi responsável por mobilizar muitos impressos e compor grande parte das colunas do jornal e evidenciou, para além do circuito de recepção de notícias vindas de localidades variadas, tanto nacionais quanto internacionais, um esforço da redação em reunir e triar as notícias que eram veiculadas pelo *Publicador*.

Um infográfico similar foi construído para o ano de 1864 e está representado na **figura 18**, a seguir. Assim como no ano de 1862, a maioria das referências utilizadas manteve-se distribuída, em ordem decrescente, entre Brasil, França e Portugal. Alguns países passam a

figurar nas referências e, assim como nos dados a respeito de todas as seções, ocorre o desaparecimento de países sul-americanos. Por sua vez, essa seção de notícias passou a representar um percentual menor das citações, se comparado ao ano de 1862: em 1864, as referências que compunham a seção *Noticiário* corresponderam a 27,8% do total. Isso pode se dever ao fato de a redação do jornal deixar de referenciar a origem das fontes utilizadas para as matérias.

Figura 18 - Infográfico referente às referências presentes na seção “Noticiário”, durante o ano de 1864



Fonte: *O Publicador*, 1864. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Para os anos de 1866 e 1868, foram elaborados mapas que se destacam pela ilustração das citações, tanto nacionais quanto internacionais, referentes a esses anos, como mencionado anteriormente. Esses mapas fornecem uma visão abrangente da diversidade de países mencionados durante esses períodos no periódico.

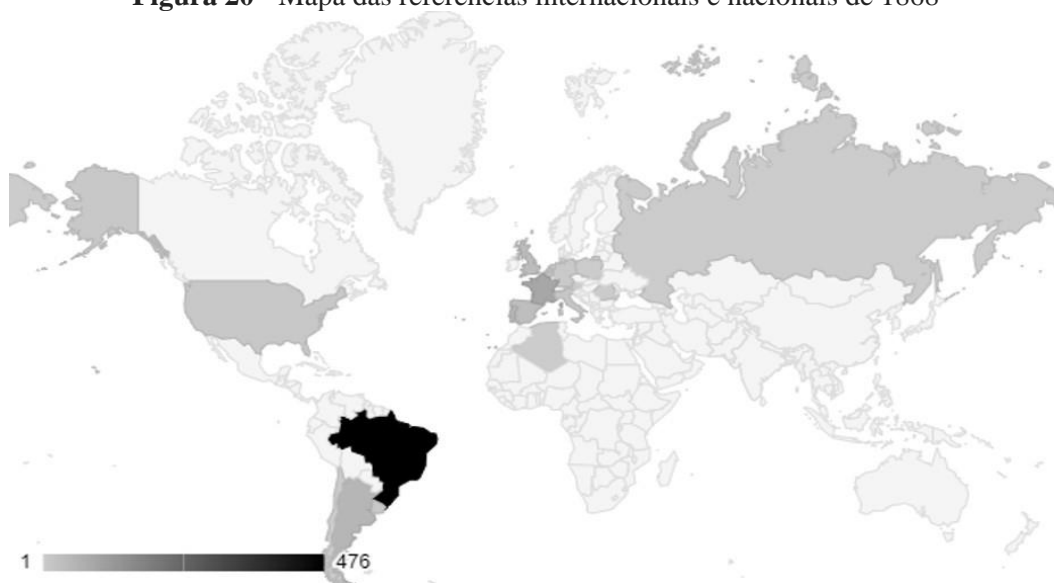
Figura 19 - Mapa das referências internacionais e nacionais de 1866.



Fonte: mapa elaborado pela autora.

Em particular, o impacto da Guerra do Paraguai foi profundamente sentido na análise do ano de 1866. Foi nesse ano que as referências argentinas ultrapassaram as francesas em importância e quantidade. Esse marco significativo sublinha não apenas a influência geopolítica da guerra na região, mas também como ela reverberou no cenário da imprensa, redimensionando as prioridades e interesses da redação.

Figura 20 - Mapa das referências internacionais e nacionais de 1868



Fonte: mapa elaborado pela autora.

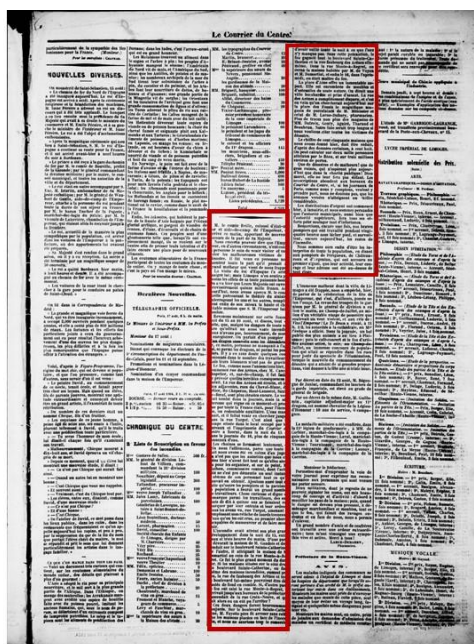
No mapa de 1868, destaca-se a continuação da presença da Argélia nas referências, também se observou a permanência das nações do continente americano, embora com uma

diminuição notável em relação a 1866. Argentina e Uruguai, apesar de terem registrado uma redução nas citações em comparação com o mapa anterior, ainda mantiveram uma presença significativa nas citações. Essa diminuição pode ser atribuída, em parte, ao fato de que o ano de 1868 marcou um período em que o conflito da Guerra do Paraguai já estava enfraquecendo. Como resultado, as atenções internacionais podem ter se deslocado para outros acontecimentos, impactando a classificação das nações nas citações internacionais.

A navegação no período influenciava não apenas o que chegava para a redação, mas também o processo de triagem prévia das notícias antes de sua publicação, pois “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar ao público” (Luca, 2011, p. 139). No *Publicador*, detecta-se também o peso do fator ideológico das folhas que foram utilizadas. Cabia ao redator um trabalho de triagem dos impressos: ele deveria ler as gazetas que chegavam à sua mesa, com o objetivo de adequar o tamanho que a informação reproduzida ocuparia na publicação, selecionar quais trechos seriam publicados e traduzi-los, bem como escolher a ordem das notícias (Barbosa, 2013, p. 59).

Tal trabalho de seleção dos impressos e das informações, realizado por um redator, editor ou tradutor da redação do *Publicador*, encontra-se expresso na **Figura 21**, a seguir:

Figura 21 - *Courrier du Centre* (17 de agosto de 1864).



Fonte: *Courrier du Centre*, 17 de agosto 1864, p. 3 Acervo: Bibliothèque Francophone Multimédia de Limoges

Terríveis incêndios - As festas de 15 de agosto foram na vasta cidade de Limoges (França) entristecidas por um espantoso sinistro. O incêndio começou na chapelaria de M. Caucés na rua *des Arènes* na ocasião em que se dava o fogo de artifício, e devorou toda a massa de casas compreendida entre a rua *des Arènes*, a praça de la Mothe, boulevard Santa Catharina e a praça de Aine. Os bombeiros, os empregados de *gare*, a tropa e o povo empregaram todos os esforços para combater o incêndio, que só na manhã de 16 puderam circunscrever, demolindo algumas das casas. O jornal *Courrier du centre* dá no dia 17 a seguinte notícia do teatro do incêndio: << A praça do Aine apresenta um lamentável aspecto. Está atulhada de moveis e utensílios de toda a natureza. Parece uma cidade bombardeada e tomada de assalto. A rua des Arenes desapareceu completamente. Debalde se procuraria hoje na praça des Fossés o magnífico armazém de porcelana de M. Menissier e do farmacêutico M. Larue Dubary. Também não existem signaes dos armazéns de MM. Dutreix, Genty Aguiré, Tharaud e Beaubrun. São em número de 108 as casas devoradas pelo incêndio, podendo calcular-se em 2.000 as pessoas que com este espantoso sinistro sofreram e em 3 milhões os prejuízos. O imperador, a imperatriz e o príncipe imperial enviaram logo 40:000 francos 7:200\$000 para serem distribuídos ás pessoas que ficaram sem asilo (*O Publicador*, 28 de outubro de 1864, p. 3).

Esse episódio ilustra a atividade de triagem dos jornais recebidos, feita pela redação, e serve de exemplo para a ideia de que as notícias expressas nas páginas do jornal são resultado de um processo de adequação de forma e conteúdo, tanto às páginas disponíveis, quanto aos vieses políticos dos agentes por trás da publicação.

O Publicador se inseriu, significativamente, na rede transnacional e nacional de notícias durante o período em que esteve em circulação. Além de sua contribuição para a disseminação de informações, o jornal também foi citado e reconhecido por outros periódicos do Brasil, especialmente por aqueles com os quais mantinha relações mais frequentes de troca de conteúdo. Um levantamento detalhado foi realizado para identificar quais jornais mencionaram diretamente *O Publicador* em suas próprias páginas. Os resultados revelaram que houve um total de 18 referências ao jornal em outros periódicos brasileiros. Isso ressalta a interconectividade da imprensa do século XIX e como os jornais compartilhavam informações e perspectivas, contribuindo para a formação de uma esfera pública ativa e dinâmica no Brasil daquele período.

Quadro 1 - Referências ao *Publicador* em periódicos brasileiros (1863-1867).

ANO	TÍTULO	LOCALIDADE DO JORNAL	SEÇÃO	Nº E PÁGINA DO EXEMPLAR
1863	<i>Diario do Rio de Janeiro</i>	RJ	Publicação a Pedido	n.278/p. 2
1863	<i>O Liberal</i>	PE	O Liberal	n.49/p.1
1863	<i>O Liberal</i>	PE	O Liberal	n.69/p.1
1863	<i>O Liberal</i>	PE	Transcrição	n.78/p.3
1863	<i>O Liberal</i>	PE	Transcrição	n.81/p.3

1863	<i>O Cearense</i>	CE	Noticiário	n.1603/p.2
1863	<i>O Cearense</i>	CE	Noticiário	n.1609/p.2
1863	<i>A Actualidade</i>	RJ	Notícias Diversas	n. 455/ p.3
1863	<i>O Constitucional</i>	RJ	Interior	n.09/p.3
1863	<i>O Constitucional</i>	RJ	Interior	n.51/p.3
1864	<i>O Constitucional</i>	RJ	Interior	n.54/p.3
1864	<i>O Constitucional</i>	RJ	Interior	n.81/p.3
1864	<i>O Constitucional</i>	RJ	Interior	n.88/p.3
1864	<i>O Paiz</i>	MA	Noticiário/ Transcrição (aparece 2x)	n.143/p.2, p.3
1864	<i>Diario de Pernambuco</i>	PE	Literatura	n.207/ p.8
1864	<i>Constitucional Pernambucano</i>	PE	Correspondências	n.14, p.2
1866	<i>O Cearense</i>	CE	Variedades	n.2020/ p.3
1867	<i>Correio Paulistano</i>	SP	Noticiário	n. 3183, p.1

Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O **Quadro 1** lista as províncias por onde o *Publicador* circulou e nas quais foi referenciado. As províncias em que as 18 referências ao *Publicador* foram identificadas, até o momento, são: Rio de Janeiro, com sete citações (38,9% do total), Pernambuco, com seis citações (33,3%), Ceará, com três citações, representando 16,6%, Maranhão e São Paulo, ambos com uma menção apenas, compondo 5,5% do total (para cada província). Os dados apresentados no **Quadro 1**, além disso, revelam algumas tendências consistentes em relação às referências utilizadas pelo *Publicador* em âmbito nacional. Essas tendências são evidentes principalmente no que diz respeito às referências do Rio de Janeiro e de Pernambuco, que não apenas se destacaram como fontes frequentes para a redação do jornal, mas também compõem as referências nacionais mais citadas no diário paraibano.

Por outro lado, vale mencionar que, embora o Ceará tenha citado o *Publicador* em três ocasiões, os dados analisados indicam que jornais dessa província foram mais citados pela redação do jornal em 1862. Além disso, é interessante observar que jornais do Rio Grande do Sul foram amplamente utilizados como referências pela redação do *Publicador*, mas não se localizou o contrário. Por fim, destaca-se que o "Correio Paulistano", um jornal que foi amplamente referenciado pelo "Publicador", especialmente em 1868, ocupando o primeiro lugar entre os jornais paulistanos mais mencionados, citou o periódico paraibano uma vez.

Segundo Moine, Bouvier e Palmer (2008), “a circulação da mídia só pode ocorrer se forem cumpridas condições práticas, particularmente técnicas e políticas, e em diferentes escalas espaciais, do local ao internacional”⁶⁵. O jornal *O Publicador*, com efeito, não apenas estava integrado à ampla rede de recebimento e publicação de notícias de diversas origens, tanto internacionais quanto nacionais, abordadas neste capítulo, mas também tinha uma abrangente circulação na capital paraibana e em toda a província. Ele circulava por todos os cantos da capital paraibana, atendendo a uma variedade de leitores. Uma observação interessante é que no cabeçalho do jornal, os preços para assinantes de fora da província eram diferenciados, o que sugere uma demanda significativa de leitores de outras localidades que valorizavam as informações fornecidas pelo jornal. Além disso, o envio de cartas por leitores de várias regiões da província é uma evidência clara dessa extensa circulação, abrangendo tanto áreas do sertão quanto do litoral, como Mamanguape, Bananeiras, Caiçara, Gramame, Lucena, Cabedelo, Pombal e Patos, entre outros lugares.

Essa ampla distribuição do jornal, juntamente com o interesse manifestado por leitores de diversas localidades, destaca a importância do *Publicador* como uma fonte de informação e um meio de comunicação de alcance considerável na época.

⁶⁵ No original: “la circulation médiatique ne peut s’opérer que si sont réunies des conditions pratiques, notamment techniques et politiques, et ce à différentes échelles spatiales, du local à l’international ».

CAPÍTULO 4 — O PUBLICADOR E SEU PÚBLICO

Caso singularíssimo – No Rio Grande do Sul, no interior da Campanha, acaba de dar-se um fato, que **pela sua novidade**, não deixará de **excitar a curiosidade do leitor** e, por isso, passamo-lo para o nosso *Registro Noticioso (O Publicador*, nº 4, 4 de setembro 1862, *Grifos meus*).

A notícia narrava a história de um estrangeiro negociante que vivia no interior da Campanha e, após receber uma ordem de prisão, morreu repentinamente vítima de uma apoplexia fulminante. O subdelegado do caso foi à casa do falecido averiguar a situação para contestar o fato. Chegando na residência, deparou-se com “o sogro do defunto, homem violento e meio ébrio, [que] protestava deixar-se fazer as postas antes do que tolerar a profanação de um auto de exame no corpo do seu chorado genro”. O subdelegado então, “viu enterrar o féretro⁶⁶, desolar-se a viúva, lamentaram-se todos”. Todavia, dias depois do ocorrido, após retornarem as atividades na casa de negócio do finado, com nomeação de gerentes, fugiu um caixeiro proclamando-se assombrado e dizendo que viu o defunto vivo, “que o vira muito bem sentado a escrever num livro à luz de vela, e que era ele mesmo o finado em pessoa, que andava penando os seus pecadinhos!”. Essa aparição gerou diversos boatos contraditórios na comunidade. Alguns acreditavam que o homem realmente morrera, outros suspeitavam que sua morte era uma farsa, e houve até quem dissesse que ele vivia escondido às margens do rio Jacuí. Outros afirmavam tê-lo visto passeando na cidade. A imaginação do povo não se limitou a essas histórias. Segundo o jornal *Publicador*, começaram a se espalhar rumores de que o falecido estaria preparando um disfarce para se casar novamente, ocultando sua verdadeira identidade e permitindo que a memória do finado se dissipasse. Ao final da reportagem, a redação considerou todo o acontecimento como uma graciosa farsa, e que se encaixava perfeitamente no ditado italiano: “*se non è vero, è ben trovato*”⁶⁷ (se não é verdade, é bem inventado).

A notícia em questão apresenta uma narrativa intrigante e misteriosa, e a reviravolta nos eventos desperta questionamentos sobre a veracidade dos fatos apresentados. A redação do *Publicador* reconheceu o caráter singular e curioso da história, que é bem contada e envolve elementos surpreendentes. Ao considerá-la uma “graciosa farsa”, os editores do jornal presumiram que essa história estimularia a curiosidade do leitor.

⁶⁶ De acordo com o Dicionário Online de Português significa: caixão; caixa de madeira utilizada para enterrar os mortos.

⁶⁷ De acordo com o Dicionário Italiano Online, para maiores informações ver: <https://www.treccani.it/vocabolario/trovato/>

4.1 EM BUSCA DO LEITOR IMAGINADO

Conforme Laura Storch (2012, p. 20), o "leitor imaginado" é a base para a definição dos parâmetros relacionados aos "desejos latentes" e aos próximos passos da redação. A linha editorial e o perfil concebido desse leitor são fatores que continuamente influenciam a rotina das redações. Devido à falta de documentos que esclareçam quem foram os assinantes e frequentes leitores do *Publicador*, a exemplo de cartas enviadas à redação, listas de assinantes e anunciantes, pedidos de notícias na tipografia, faz-se necessário recorrer ao leitor imaginado pela equipe editorial do jornal. Através do conteúdo impresso, pode-se obter uma ideia desse leitor, não apenas por meio das referências utilizadas pela redação, mas também nas seções onde os leitores apareciam, como *Correspondência*, *A Pedido* e *Anúncios*. Essa abordagem permite compreender como a percepção do público-alvo influenciou a seleção dos conteúdos e a forma como as notícias foram apresentadas no *Publicador*.

No excerto acima, notam-se indícios do leitor imaginado pela redação, cuja curiosidade é estimulada. Ao receber e analisar a notícia, a equipe editorial se empenhou em compreender como essa informação poderia cativar o público leitor. Com base nessa percepção, eles decidiram cuidadosamente onde encaixá-la na estrutura do jornal. Essa decisão refletiu a preocupação da redação em considerar o interesse e as expectativas dos leitores, visando distribuir a notícia na seção mais adequada.

A estratégia de inclusão de temas sensacionais e o apelo às fórmulas retóricas foram aspectos fundamentais para conquistar o público, como observado por Marialva Barbosa (2010, p. 49). No século XIX, o sensacionalismo e a divulgação de histórias surpreendentes eram práticas comuns nos jornais, utilizadas especialmente para atrair leitores e aumentar a circulação. Essa abordagem consistia em combinar fatos verídicos com elementos ficcionais, resultando em narrativas extremamente atrativas.

Ao apresentar essa história como uma possível farsa, a redação não apenas despertava a curiosidade dos leitores, mas também reforçava a ideia de que fatos intrigantes e surpreendentes poderiam ser encontrados em suas páginas, tornando-se assim uma fonte confiável e fascinante para os leitores em busca de entretenimento e informações peculiares.

Ainda no exemplar do dia 4 de setembro de 1862, observa-se a estratégia narrativa utilizada pela redação para cativar os leitores do jornal, em especial chamando a atenção desses para as notícias externas à região da província. A essas notícias, provenientes do *Vapor do Sul*, a redação atribui destaque: "Vamos hoje concluir *as notícias de maior interesse* relativas às províncias daquele lado do império" (Grifos meus). Na sequência dessa chamada, foram

publicadas notícias oriundas das províncias do Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Bahia. Destacam-se, além das localidades de onde as notícias chegavam, as temáticas gerais dessas matérias julgadas como de maior interesse: notícias de teor político-administrativo sobre as províncias e acontecimentos de caráter criminal.

A redação embasava seus julgamentos sobre o que despertaria maior interesse com base em outras publicações, como os jornais que eram referência para eles, buscando entender o que as pessoas desejavam consumir e o que chamava sua atenção. Dessa forma, a equipe editorial conseguia se antecipar ao que poderia cativar o público, garantindo uma abordagem mais assertiva.

A pesquisa no jornal revelou um uso constante e frequente de palavras-chave e termos recorrentes, como “de maior interesse”, “o que mais é interessante”, “verão nossos leitores”, “colhemos dos jornais”, “inteirar o leitor”, “curiosidade do leitor”, entre outros, demonstrando como a equipe editorial estava profundamente focada em pensar no leitor, considerando o que seria mais atrativo e envolvente para eles.

Essa prática de colher informações de diversas fontes, inclusive dos próprios leitores, indica como o processo de produção de notícias estava interligado e alimentado por diferentes canais. As notícias chegavam por navio, dos jornais e dos leitores, criando um ciclo de informação que nutria a redação com conteúdo relevante para satisfazer à curiosidade do público, perceptível nos extratos a seguir:

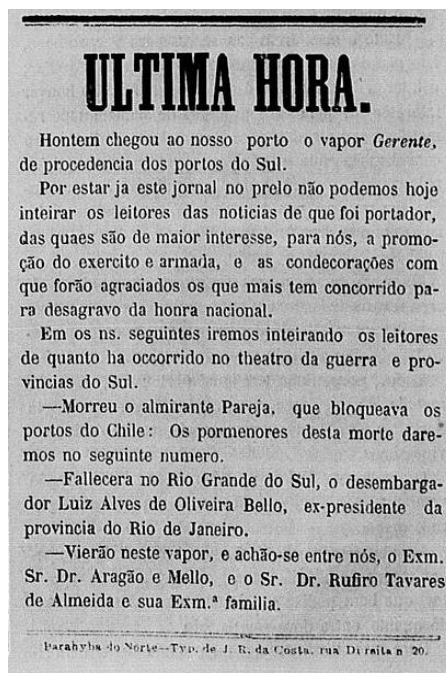
Vapor do sul – Tocou também, ontem, em nosso porto, procedente do sul, o vapor *Cruzeiro*. Abaixo, **verão nossos leitores o que de mais interesse colhemos dos jornais** que temos à vista, reservando as questões que ora **prendem a atenção pública** para delas **inteirarmos os leitores** em os números seguintes (*O Publicador*, n. 451, 3 de março de 1864. Grifos meus).

Vapor do Sul – O *Appa*, que ontem tocou no nosso porto, foi portador de vários despachos publicados na Corte até a véspera de sua partida. – Por atraso que se tem dado no trabalho da nossa oficina, não podemos hoje publicar **quanto colhemos dos jornais** que temos à vista; o que reservamos para o número seguinte. *O Publicador*, n. 651, 3 de novembro de 1864. Grifos meus).

A fim de **melhor inteirar os leitores** do quanto houve na província e de como se acabou o movimento, damos em seguida diversos trechos do *Jornal Alagoano* (*O Publicador*, n. 1640, 7 de março de 1868, *Grifos meus*).

Além do emprego dos termos e expressões acima, a redação também fazia uso de recursos gráficos, como letras maiúsculas e negrito, para ressaltar as notícias julgadas como urgentes. Na busca incessante por proporcionar informação ao leitor de maneira ágil, a equipe editorial aproveitava plenamente os recursos à disposição, incorporando as notícias mesmo quando o exemplar já se encontrava em estágio avançado de composição.

Figura 23 – Notícias de última hora



Fonte: *O Publicador*, n. 1021, 3 de fevereiro de 1866, p. 4

A redação aproveitou o espaço final do jornal para informar aos leitores que notícias haviam chegado de última hora, por navio, após a composição das páginas. Essa atitude foi tomada de modo a remediar o atraso da publicação dessas informações que constariam nas próximas edições. Assim, a redação produziu um resumo das notícias consideradas mais relevantes, com base na experiência e no seu público, deixando a promessa de “inteirar os leitores” futuramente dos detalhes recebidos. Isso serviu como convite para que os leitores continuassem acompanhando o jornal nas edições subsequentes e revela uma atitude improvisada da redação diante de uma nova leva de notícias de última hora.

Esses recursos narrativos são apreendidos, aqui, como *estratégias de aproximação*, noção discutida por Letícia Matheus (2012), em seu artigo *O leitor e o cotidiano na história do jornalismo*. Nele, ao analisar o impacto da telegrafia no jornalismo do século XIX, a autora identificou como se deu a participação e a interação do público com os jornais, uma vez que os periódicos passaram a usar, sistematicamente, o telégrafo, tornando a imprensa muito mais noticiosa. Ainda que a análise da autora tenha se concentrado nas décadas finais do século XIX, a noção de estratégia de aproximação nos auxilia a compreender as práticas utilizadas pela redação para com o público, bem como os usos e participações da sociedade nas folhas d’*O Publicador*. No século XIX, as estratégias de aproximação foram as charadas, enigmas, palavras-cruzadas, promoções, reclamações, cartas e entre outras. Nesse sentido, observa-se

que houve e ainda existem inúmeras formas de participação-colaboração do público no jornalismo (Matheus, 2012).

Na **figura 22**, mesmo diante da improvisação da redação, fica evidente o uso de uma estratégia de aproximação com o leitor que, na visão do jornal, estava ávido por novidades. Buscando atrair a atenção do público, os termos utilizados refletem essa estratégia, como em “nos números seguintes iremos inteirando os leitores”. É importante ressaltar que esses artifícios foram variados e serão evidenciados nos parágrafos transcritos a seguir:

VARIEDADES

(da redação)

Zelos Municipais

[...] No enquanto, **se alguém tiver reclamações a fazer, mande-as em carta fechada à redação do Publicador**, que serão atendidas prontamente (O Publicador, 4 de setembro 1862, nº 4, p. 4, *Grifos meus*).

Um pedido justo – Rogamos a todas **as pessoas que estiverem bem-informadas** de qualquer ocorrência, que nos **a comuniquem em carta fechada à redação** do Publicador, com ou sem assinatura [...] Nosso desejo é fazer chegar, com verdade, ao conhecimento público todas as ocorrências e, por isso, muito estimaremos canais tão puros (*O Publicador*, n.5, 5 de setembro de 1862, *Grifos meus*).

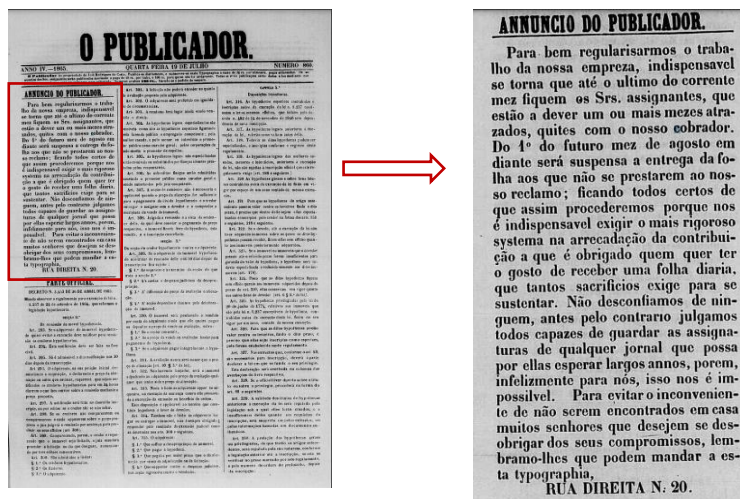
Os trechos transcritos acima revelam uma das formas pelas quais a redação selecionava e instruída o leitor a respeito da maneira de se enviar reclamações, ou mesmo acontecimentos de interesse coletivo. Nos recorrentes anúncios de cobrança referente às assinaturas, inclusive, é perceptível o uso dessas ferramentas de instrução, uma vez que a redação informava que não se deveria efetuar o ajuste de contas de qualquer maneira, mas, sim, da forma que ela instruída.

Nas matérias de cobrança aos assinantes da folha, há também uma tentativa de aproximar esse assunto, de natureza desagradável, do público. Nesse procedimento, a redação se faz valer de termos eufemísticos e até mesmo carregados de polidez para tornar o tema mais próximo dos leitores. A exemplo dessas estratégias, tem-se o uso de palavras como “bondade” e “paciência”, bem como “não desconfiamos de ninguém”:

ANÚNCIO DO PUBLICADOR

Os Srs. Assinantes que até hoje, 31, ainda não satisfizeram suas assinaturas, como já o deviam ter feito, tenham a **bondade** de as mandar trazer a esta tipografia hoje por todo o dia, visto que não tem sido possível ao cobrador encontrá-los em suas casas; e a empresa do Publicador deseja saber com quem pode contar para o futuro mês. Os mesmos senhores tenham **paciência** com estes lembretes; e **se não os quiserem ouvir sejam pontuais no pagamento**, como **pontual é a empresa em fazer madrugalar o jornal** (*O Publicador*, n 522, 31 de maio de 1864, p. 4, *Grifos meus*).

Figura 24 - Anúncio do Publicador.



Fonte: *O Publicador*, n. 870, 19 de julho de 1865, p. 1.

A abordagem firme do jornal em relação à falta de pagamento pontual das assinaturas mostrava sua preocupação com a sustentabilidade financeira do veículo de comunicação. A suspensão da entrega dos jornais para os inadimplentes foi uma medida drástica, mas pode ser vista como uma forma de incentivar os leitores a cumprirem com suas obrigações financeiras e garantir a continuidade do serviço. Ao mesmo tempo em que a redação do jornal utilizou um tratamento rígido para expressar seu descontentamento, conduzia o público a agir. Ao divulgar o endereço da tipografia em caixa alta, os redatores direcionaram a atenção dos leitores para um ponto específico: o local onde poderiam resolver a questão do pagamento das assinaturas em débito.

Percebe-se, nesses excertos, respectivos aos números d’*O Publicador*, a tentativa da redação de consolidar a publicação do jornal e a formação de um público leitor. Trata-se de estratégia perceptível desde o prospecto de inauguração, quando os redatores apresentavam ao público paraibano, que já havia adquirido o hábito de leitura dos periódicos, o seguinte pedido: “nos auxilie em nosso empenho, fazendo crescer a inscrição de nossos assinantes” (*O Publicador*, n.1, 1 de setembro de 1862).

A trajetória de orientação dos leitores se delineia desde os primeiros exemplares do jornal. Neles, evidencia-se que a redação do jornal pedia informações por cartas dos leitores, revelando mais um dos meios pelos quais as buscavam, além das formas usuais, como eram as reproduções de outros periódicos, as compilações de livros e os relatos provenientes de embarcações. A equipe recorria à participação do público em múltiplos aspectos: para contribuir com assinaturas, oferecer informações, denunciar situações, assim constituindo gradativamente sua base de leitores.

4.2 RASTREANDO LEITORES: ENTRE CORRESPONDÊNCIAS, PEDIDOS E ANÚNCIOS

As cartas tiveram importância crucial das na construção das páginas do *Publicador*, com foco na interação com os leitores. Constituíram um método pelo qual os redatores recebiam informações, além daquelas cartas destinadas à publicação em seções. Através desse meio de comunicação direta com os leitores, o diário construiu um diálogo ativo com sua audiência, promovendo uma troca de informações, de perspectivas e de opiniões que contribuíram significativamente para a efervescência da esfera pública naquele período.

No processo de formação da esfera pública moderna, as cartas desempenharam um papel fundamental no avanço do jornalismo. Elas possibilitaram a propagação de informações, debates e opiniões entre indivíduos, estabelecendo um ambiente social onde questões de interesse coletivo eram debatidas. O tráfico de notícias não surgiu apenas para atender às necessidades comerciais, mas também porque as próprias notícias se tornaram valiosas como mercadorias.

A relevância das cartas, evidente ao longo do século XVIII, encontrou suas origens no século XIV, durante a organização e consolidação dos incipientes mercados europeus daquela época. A necessidade de disseminar informações e transmitir notícias oportunas aos interessados, especialmente no âmbito dos negócios, impulsionou a profissionalização da troca de correspondências entre os comerciantes, estabelecendo assim um sistema de comunicações.

Nesse contexto, as notícias também passaram a ser tratadas como valiosas mercadorias, pois sua rápida disseminação e precisão eram cruciais para o sucesso dos empreendimentos comerciais. As cartas tornaram-se uma ferramenta indispensável para a comunicação e o crescimento dos mercados europeus, possibilitando conexões comerciais e interações entre pessoas e empresas de diferentes regiões, promovendo, assim, um diálogo mais íntimo entre os autores e os leitores (Peixinho, 2009).

As cartas experimentaram um notável crescimento em importância ao longo da transição do século XVIII para o XIX. Inicialmente, utilizadas como meio de comunicação privada entre indivíduos, as cartas assumiram uma função transformadora na imprensa, tornando-se um veículo de expressão pública. Esse processo marcou o surgimento de uma nova abordagem da escrita e do pensamento, caracterizada pelo reconhecimento da figura do interlocutor, parceiro ou destinatário — a essência da "correspondência", como observado por Anne Chamayou (1998, p. 248).

Ao analisar jornais do século XIX em Portugal, Ana Teresa Peixinho (2009, p. 229) realçou a relevância intrínseca das cartas como um canal comunicativo. As cartas ostentaram uma posição de proeminência, conferindo aos seus signatários a ocasião de expressar-se publicamente sobre uma multiplicidade de tópicos. Elas operaram como meios discursivos e textuais que transmitiam perspectivas e opiniões, instigando controvérsias de variada natureza. Através desta modalidade comunicativa, o público foi agraciado com discussões enriquecedoras e ponderações profundas a respeito de variados temas, resultando num aumento do engajamento cívico e estímulo à participação. O impacto do jornalismo opinativo, indubitavelmente, reverbera tanto no cenário jornalístico de Portugal como no do Brasil.

A conexão entre as epístolas e o jornalismo de opinião, conforme afirmado por Peixinho (2009, p. 237), encontrou ampla concordância entre diversos estudiosos. O surgimento de um jornalismo politicamente engajado, dedicado a ideais e causas públicas, naturalmente conduziu ao emprego de uma linguagem apaixonada e altamente subjetiva, onde a opinião frequentemente prevalecia sobre os fatos. Tais características conferiram grande relevância ao discurso epistolar nos discursos jornalísticos do oitocentos. As cartas se tornaram um instrumento valioso para os jornalistas expressarem diretamente suas opiniões e pontos de vista, exercendo influência sobre o debate público e desempenhando um papel ativo no cenário político e social da época.

No século XIX, houve uma significativa mudança no jornalismo, marcando um momento de transformação em vários aspectos. A partir da década de 1830, a imprensa passou a apresentar características distintas, com as notícias se tornando um produto comercial, ao mesmo tempo em que se enfatizava a relevância da vida cotidiana, turvando as fronteiras entre o público e o privado. Essa transformação também impactou a natureza das cartas publicadas nos jornais. Elas perderam a relevância estrutural que possuíam na imprensa do século XVIII, passando a ser predominantemente escritas por pessoas comuns (Silva, 2009, p. 90).

As vozes dos cidadãos comuns ganharam destaque, em contraposição aos escritores profissionais, encontrando um caminho mais acessível nos jornais. Periódicos como o *New York Herald* e *New York Tribune* orgulhavam-se de publicar cartas dos leitores numa seção separada do conteúdo noticioso (Silva, 2009, p. 99). Dentro desse contexto, merece destaque que o *The New York Times*, meros cinco dias após sua estreia, em 18 de setembro de 1851, foi pioneiro ao dedicar um espaço exclusivo à opinião dos cidadãos, publicando uma carta de um leitor. De fato, ao longo das últimas décadas do século XIX, as cartas dos leitores já haviam sido completamente assimiladas no cenário comercial da imprensa.

Conforme observado por Peixinho (2009, p. 230), a inclusão da carta no cenário jornalístico conferiu aos textos uma projeção pública mais abrangente, simultaneamente intensificando seus recursos retóricos e, conseqüentemente, seu poder persuasivo. Ao analisar a dinâmica comunicativa inerente a esse gênero, onde a presença do receptor/destinatário desempenha um papel de destaque, a utilização da carta no jornalismo promoveu uma maior aproximação entre o periódico e seu público, ao incorporar ao espaço público um conjunto de estratégias discursivas comuns à comunicação privada. Dessa maneira, a carta se apresentou como um meio eficaz de estabelecer um diálogo mais direto e envolvente com os leitores, solidificando, assim, a ligação entre o veículo de comunicação e sua audiência.

Por meio de uma minuciosa análise das correspondências dos leitores presentes na imprensa paulistana do século XIX, Alessandra Castilho da Costa⁶⁸ (2009) identificou uma variedade de tipos de cartas. Cinco delas foram proeminentes: a opinativa, a de reclamação, a de parabenização, a de agradecimento e a carta de resposta. A pesquisa da autora revelou que, em 1854, as cartas de reclamação eram mais frequentes, sendo sua linguagem caracteristicamente virulenta, com ataques à reputação e desqualificação do adversário. No jornal *Publicador*, por exemplo, encontram-se exemplos desse tipo de cartas, incluindo as de reclamação, que apresentavam até ameaças pessoais, evidenciando assim o papel do periódico como um veículo de comunicação com as autoridades.

A análise dos exemplares do jornal *Publicador* permitiu visualizar evidências da participação ativa de leitores na publicação. Duas seções em particular se destacaram nesse contexto: “Correspondência” e “A Pedido”, que proporcionaram um espaço exclusivo para o engajamento direto dos leitores. Em outras seções, como a parte oficial, editorial, exterior, interior, variedades e registro noticioso, não foi possível identificar o mesmo fenômeno. Vale ressaltar que, nas seções em que os leitores se manifestaram, muitos optaram pelo anonimato, escolhendo assinar de forma não identificável, valendo-se de pseudônimos ou simplesmente usando iniciais.

Na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, de forma manual, realizou-se uma análise das seções denominadas "A Pedido" e "Correspondência". Durante a pesquisa, procedeu-se à cuidadosa seleção de palavras-chave essenciais, como "leitor" e "assinante". Essa abordagem estratégica, por sua vez, viabilizou a posterior elaboração da **Tabela** a seguir.

⁶⁸ Cartas de leitores em jornais paulistas do século XIX e XX: evolução de uma tradição discursiva, *In*: **80. Congresso Alemão de Lusitanistas**, Munique, 2009.

Tabela 14 - Descrição de elementos componentes do jornal.

<i>Número</i>	<i>Data</i>	<i>Seção</i>	<i>Assinatura do Leitor (a)</i>	<i>Local</i>	<i>Trecho da carta</i>	<i>Tipo de carta</i>
492	23 de abril de 1864	Correspondência	João Baptista Moreira	Rio do Meio	“Rogo-lhes, Srs. redatores, à publicação destas linhas, pelas quais lhe será também agradecido.”	Agradecimento
492	23 de abril de 1864	Correspondência	João Tiburcio Ferreira	Não identificado	“Com a inserção destas linhas, muito lhes agradecerá o seu constante leitor”	Reclamação
542	23 de junho de 1864	Correspondência	Francisco Januário d’A. Galvão	Não identificado	“Sou, srs. Redatores seu constante leitor.”	Carta de resposta
544	27 de junho de 1864	Correspondência	O cabedelense	Cabedelo	“Dando publicidade a estas toscas linhas, muito lhes agradecerá seu constante leitor.”	Agradecimento

544	27 de junho de 1864	A pedido	O asfixiado	Estrada de S. Francisco ou Ladeira da Casa da Pólvora	“Chamamos a prevenida atenção de S. Exc. o Sr. presidente da província”	Reclamação
575	3 de agosto de 1864	Correspondência	Joaquim Casado de Almeida Nobre	Gramame	“É este expediente a que está reduzido, Srs. Redatores, o seu constante leitor.”	Resposta
634	13 de outubro de 1864	Correspondência	Y.	Areia	“Queiram Srs. redatores dar publicidade em seu conceituado jornal a estas linhas, que aí ficam lançadas, de seu constante leitor.”	Opinativa
635	14 de outubro de 1864	Correspondência	Antonio Camillo de Hollanda	Cidade da Paraíba	“Com a inserção destas linhas, Srs Redatores, muito reconhecido lhes será. O seu assinante”	Carta de resposta
848	5 de julho de 1865	A Pedido	Francisco Muniz de Medeiros	Lucena	“Srs. Redatores- nunca ocupei espaço algum em seu conceituado jornal [...] Queiram srs. Redatores, dar publicidade à estas linhas que serei muito grato.”	Carta de resposta
851	8 de julho de 1865	A Pedido	Florentino Ribeiro Neves	Lucena	“Sou seu constante leitor”	Carta de resposta

918	27 de setembro de 1865	Correspondência	Antonio Polari	S. Casa	“Constante leitor e menor criado”	Reclamação
961	17 de novembro de 1865	A Pedido	O segador	Bananeiras	“Seu assinante”	Opinativa
976	5 de dezembro de 1865	Correspondência	Serafina Leopoldina Borges	Bananeiras	“Venho ocupar as colunas do seu conceituado jornal, para defender-me da mais negra e pérfida calúnia que jamais hei sofrido [...] Com a inversão destas linhas muito grata lhes será.”	Carta de resposta
1021	3 de fevereiro de 1866	Correspondência	O Pilarense	Pilar	“Queiram, Srs. R. R., dar espaço em seu acreditado jornal a estas linhas de seu assinante e constante leitor”	Opinativa
1040	27 de fevereiro de 1866	A Pedido	Manoel Caetano da Motta	Não identificado	“Srs. Redatores queiram dar publicidade a este meu tributo de gratidão, que muito obrigado lhes ficará seu afeiçoado.”	Agradecimento

1171	4 de agosto de 1866	A Pedido	Thomaz Henrique da Silva	Tapuá	“Sou de Vmc., Srs. Redactores, atento e venerador!”	Reclamação
1440	8 de julho de 1867	A Pedido	Antonio Querino de Souza	Não identificado	“Seu constante leitor”	Carta de resposta
1519	10 de outubro de 1867	A Pedido	Simplicio Hygino de Hollanda Caldas	Não identificado	“Dignem-se Srs. redatores dar publicidade a estas toscas linhas, pelo que assaz me penhoraram”	Carta de resposta
1606	28 de janeiro de 1868	Correspondência	Manoel Francisco Alves Gama	Areia	“visto como se acha, há anos, nesta comarca de 2ª entrância, tem praticado, além de outros, os crimes, que irá mostrando o seu constante leitor”	Reclamação
1644	12 de março de 1868	A Pedido	Robert J. Shalders (vice cônsul)	Cidade da Paraíba	“Os Srs. Redatores queiram ter a bondade de publicar isto, e aceitem desde já os agradecimentos do Vice consulado britânico Seu cr.º att.º e obr.º”	Carta de resposta
1714	4 de junho de 1868	Correspondência	Delfino Ferreira Costa	Vila de Patos	“Publique, Sr. Redator estas linhas, que muito obrigará ao seu constante leitor”	Opinativa

1752	22 de julho de 1868	Correspondência	Graciliano F. Lordão	Cidade da Paraíba	“obrigações, rogo aos Srs. redatores queiram inserir em seu conceituado jornal as presentes. linhas; o que muito obrigará a seu constante leitor”	Carta de resposta
1824	16 de outubro de 1868	Correspondência	Emygdio da Rocha Athayde	Gengibre	“De seu constante leitor”	Reclamação

Fonte: Organizado pela autora.

O levantamento — como já informado, realizado manualmente — não abrangeu a totalidade das correspondências, muito menos contemplou todos os potenciais leitores do periódico. Isso se deveu, em parte, ao fato de muitos leitores não terem se identificado e, também, à extensão dos exemplares, que dificultou o rastreamento. No decorrer da análise, quatro instâncias elucidativas foram localizadas: carta de reclamação, carta de agradecimento, carta de resposta e carta opinativa. Importa notar que, ao longo da pesquisa, nenhuma carta de parabenização se fez presente, conforme atestado no quadro acima. Em alguns casos, o leitor buscou manter-se anônimo por meio de estratégias como o uso de uma única letra (“Y”) ou a utilização de gentílicos (“o cabedelense”, “o pilarense”) como designações. No entanto, outras assinaturas semelhantes não foram consideradas de acordo com os critérios de pesquisa estabelecidos, uma vez que os leitores não mencionaram as palavras-chave utilizadas na pesquisa conduzida.

No contexto apresentado, o **quadro** exhibe um conjunto de 23 leitores identificados. Destes, 22 foram associados a assinaturas masculinas, enquanto apenas uma delas corresponde a uma mulher. Além disso, considerando-se as cinco categorias de cartas identificadas na pesquisa de Costa (2009), em *O Publicador*, foram encontradas quatro classificações distintas. A categoria mais prevalente é a das cartas de resposta, das quais 10 exemplares foram identificados, representando 43,47% do total. Logo em seguida, destacam-se as cartas de reclamação, com seis ocorrências, o que corresponde a 26,08% do conjunto. As cartas opinativas surgem como a terceira categoria mais frequente, com quatro exemplares, contabilizando 17,39% do total de cartas analisadas. Por último, as cartas de agradecimento emergem com menor frequência, apresentando três exemplares, que constituem aproximadamente 13,04% do conjunto total de cartas. Constata-se, assim, que, em *O Publicador*, os resultados são diferentes dos encontrados por Costa (2009, p. 287) na imprensa paulista: ao analisar o ano de 1854, ela identificou 11 cartas de reclamação, em um total de 14 cartas examinadas. Para o ano de 1875, a autora identificou um padrão diferente, pois as cartas opinativas foram as mais preponderantes, totalizando sete ocorrências, seguidas por seis cartas de resposta, dentre as 20 sujeitas à análise. Repita-se que as cartas analisadas no *Publicador* se referem à década de 1860 e que, das 23 analisadas, as de maior frequência foram as cartas de resposta. Esse achado insinua uma mudança no decorrer do tempo e enfatiza o papel das cartas de resposta como reações aos embates públicos ao longo da segunda metade do século XIX.

Seguindo a pesquisa de Alessandra Castilho Costa (2009, p. 282), nota-se a presença de uma heterogeneidade na estrutura composicional dos textos encontrados no espaço reservado aos leitores. Entretanto, a análise empreendida pela autora possibilitou a identificação de um

padrão constante: o recorrente emprego de vocativos, tanto no conteúdo do texto quanto na assinatura. Nas cartas localizadas no *Publicador*, especificamente, observou-se a quase constante utilização do vocativo "Senhores redatores" para iniciar as correspondências e pedidos. Isso sugere uma fórmula comunicativa estabelecida, na qual os leitores, ao se dirigirem dessa maneira, buscavam estabelecer um diálogo formal com os responsáveis pela publicação.

Embora muitos se autoproclamassem leitores assíduos do jornal, essa afirmação poderia, em alguns casos, ser uma mera estratégia para garantir a publicação de suas cartas, especialmente se o conteúdo fosse do interesse da redação. No entanto, é importante observar que a interação entre leitores e os usos públicos do jornal não se limitavam às seções explicitamente direcionadas aos leitores. Um aspecto evidente é a influência do viés político defendido pelo jornal, que podia ser discernido mesmo nas cartas que não eram particularmente acaloradas ou diretas em seu tom. Essa dinâmica sugere que as escolhas do conteúdo das cartas eram moldadas de acordo com a orientação política defendida pelo jornal.

No processo de identificação e caracterização dos tipos predominantes nas correspondências dos leitores presentes nos jornais do século XIX, Costa (2009) realizou uma análise detalhada de cada categoria. Para autora, em relação às cartas de agradecimento, na maioria das vezes, o leitor expressava gratidão à comunidade ou a indivíduos pelo auxílio recebido. A maioria das cartas identificadas pela autora remetia à presença e à assistência de amigos em momentos de luto pela perda de familiares (Costa, 2009, p. 285). No conjunto de documentos examinados no *Publicador*, três cartas se destacaram ao incorporar os traços característicos de uma carta de agradecimento, a categoria mais raramente encontrada na busca realizada.

Um voto de gratidão

o Sr. Dr. Santa Rosa desculpará esta minha publicação que sem dúvida vai ofender à sua modesta generosidade, mas que, sendo filha da mais cordial **gratidão**, não pode permanecer abafada, não havendo eu outro meio de provar-lhe **o meu eterno reconhecimento**. [...]

Rogo-lhes, Srs. Redatores, a publicação destas linhas, pelas quais lhe será também agradecido.

João Baptista Moreira

(*O Publicador*, n. 492, 23 de abril de 1864. Grifos meus).

Nessa carta de expressiva gratidão, o leitor e remetente dedicou seus sinceros agradecimentos ao Dr. Jacintho Silvano Santa Rosa, reputado médico⁶⁹. Os profundos agradecimentos foram dirigidos ao doutor não somente pelo serviço que prestou, mas também

⁶⁹ Médico nascido na província do Pará e que atuou por muitos anos na Paraíba (Mariano, 2020, p. 274).

por ter preservado a vida de sua esposa quando de um parto que a colocou em iminente perigo de morte. Como narrou o remetente, após incansáveis duas horas de trabalho, o Sr. Dr. Santa Rosa comunicou: "– sua mulher está salva [...]. O público avalie o prazer que me devia surpreender naquele ditoso momento, ouvindo tão agradável notícia! [...]". O remetente também dedicou palavras de apreço ao Sr. Dr. Bento José Ferreira Ponteiro, proprietário de uma botica homeopática na capital da província, por haver recomendado o médico em questão. Por fim, concluía que: "A gratidão, essa importante virtude, me arrasta hoje à imprensa, para, nas páginas de seu jornal, dar louvores a quem merecer. [...]".

Em 1866, na seção "A Pedido", publicou-se a carta de Manoel Caetano da Motta, em que se veem agradecimentos dirigidos ao boticário Bento José Ferreira Ponteiro. Nessa correspondência, o autor relatou que sua esposa repentinamente perdera os sentidos e desfalecera. Em um momento crítico, ele se recordou de buscar auxílio junto ao amigo Bento José Ferreira Ponteiro, cuja intervenção médica resultou na recuperação da saúde de sua esposa. Finalizando, o remetente concluiu: "E como serviços desta ordem não se pagam com dinheiro, tenho ao menos o desabafo de o fazer público pela empresa, confiando, todavia, na bondade do meu amigo, que não se molestará com esta minha declaração".

Na seção "Correspondência", em 27 de junho de 1864, uma terceira carta de agradecimento foi publicada. Destacadamente, o nome do remetente foi omitido. Nessa carta, fez-se expresso agradecimento ao Padre Theodolino Antonio da Silveira Ramos pelos serviços prestados à localidade de Cabedelo. A assinatura utilizada na mensagem era o gentílico "Cabedelense":

Srs. Redatores – Se a gratidão é um dever sagrado, de que o homem não pode prescindir, durante sua existência neste vale de lágrimas, eis a restrita obrigação em que nos há colocado o Sr. Padre Theodolino Antonio da Silveira Ramos, pelos relevantes serviços, que há prestado à população desta povoação do Cabedelo, mormente na fatura aqui de um bem edificado cemitério. [...] Faço esta publicação em **sinal da gratidão, estima e consideração**, que lhe tributo, pois ele se torna merecedor pelas belas qualidades e esmero à causa da religião que o caracteriza. Dando publicidade a estas toscas linhas, muito lhes agradecerá seu constante leitor (*O Publicador*, n.544, 27 de junho de 1864, *Grifos meus*).

Cumprido destacar que as características identificadas nas cartas de agradecimento por Costa (2009) foram igualmente reconhecidas no *Publicador*. Isso se tornou particularmente evidente ao examinar as correspondências enviadas tanto por João Baptista Moreira quanto por Manoel Caetano Motta. Ambas as comunicações compartilharam um conteúdo semelhante, centrando-se na expressão de gratidão pelos cuidados médicos providos às suas esposas por figuras notáveis da província. Adicionalmente, constatou-se uma carta de um indivíduo

residente em Cabedelo, na qual se expressava reconhecimento pelos serviços prestados à comunidade por uma figura de importância no cenário local, um padre. Para além disso, é importante observar que os remetentes compreendiam que o ato de enviar uma carta de agradecimento ao jornal constituía uma maneira efetiva de ampliar a divulgação da homenagem que estavam prestando, como uma forma de disseminar publicamente o reconhecimento, alcançando uma audiência mais ampla na cidade.

As cartas de reclamação, uma categoria frequentemente discutida por Costa (2009, p. 284), foram distintivamente identificadas como um tipo de correspondência que envolvia a expressão da insatisfação do leitor diante de uma situação ou serviço específico. Geralmente, essas cartas eram acompanhadas por um pedido para a adoção de medidas apropriadas, com o propósito de solucionar o problema em questão. No âmbito do *Publicador*, esse tipo de correspondência também emergiu na pesquisa conduzida, embora em menor magnitude, quando comparado com as cartas de resposta. No entanto, mesmo com uma presença menos proeminente, as cartas de reclamação se posicionaram em segundo lugar em termos de frequência de ocorrência.

Um exemplo elucidativo dentro dessa categoria é uma reclamação efetuada por um leitor que, ao assinar a correspondência, empregou a palavra "asfixiado", o que insinua a sua sensação de sufocamento diante da circunstância. Essa escolha sugere que o remetente tinha preferência por não ser reconhecido por outros leitores ao transmitir a sua mensagem. O intento dele era atrair a atenção da máxima autoridade da província, o presidente de província, a fim de pleitear uma resolução.

Para S. Exc. Ver e admirar

Chamamos a previdente atenção de S. Exc., O Sr. Presidente de província, para o mau estado em que se acha a estrada de S. Francisco ou ladeira da casa da pólvora. Uma das melhores ladeiras da cidade alta para a baixa e de maior trânsito da população dos dois bairros; transito que está se tornando impossível por falta de um pequeno reparo, como o qual não se pode despende 200\$rs. !!! [...]

Asfixiado

(*O Publicador*, n.544, 27 de junho de 1864).

A prática de utilizar pseudônimos e adjetivos suscita a dúvida de se afirmar, com certeza, ou não, se a carta em questão foi de fato redigida por um leitor genuíno do jornal. Entretanto, essa correspondência oferece uma representação vívida da essência intrínseca a esse gênero específico, frequentemente adotado pela equipe editorial na composição do conteúdo do

periódico. O emprego dessas estratégias, mesmo que enigmáticas, reflete a intenção de preservar a privacidade dos remetentes ou até mesmo de aprimorar a dramaticidade do texto.

Outra carta de reclamação que se destaca é a de João Tiburcio Ferreira, datada de 23 de abril de 1864 e encontrada na seção “Correspondência”. Nesse documento, o remetente expressava sua insatisfação, direcionando suas críticas ao *Jornal da Parahyba*. A principal reclamação de João Tiburcio girava em torno do tratamento dado pelo jornal à obra da ponte do Mandacaru. O cerne da reclamação recaía no fato de o então presidente da província, Felizardo Toscano de Brito, ter contratado o próprio João Tiburcio para realizar o trabalho relacionado à construção da ponte. Na crítica ao *Jornal da Parahyba*, João Tiburcio revelou que ele, como “um artista paraibano”, havia sido selecionado para a tarefa. No trecho subsequente, o remetente indicava que a decisão de escolher um conterrâneo para a empreitada não foi bem recebida pelo jornal do Partido Conservador, como expresso no segmento a seguir:

[...] Todos os governos têm contratado obras por empresas, não somente de pequenas como de grandes e avultadas quantias, entretanto, aos redatores do *Jornal da Parahyba* nunca lhes lembrou estigmatizarem ditos contratos, certamente por não serem *paraibanos* seus contratadores [...] (*O Publicador*, n. 492, 23 de abril de 1864).

Ele fazia notar que, contrapondo-se à ausência de queixas similares quando outros governos recorriam a empresas de diferentes províncias, sua situação era distinta. Ao se examinar o exemplar de número 540, datado de 21 de junho de 1864, nos despachos do governo provincial, João Tiburcio foi mencionado como “empresário da obra da ponte do Mandacaru”. De maneira similar, no dia 5 de julho de 1865, no exemplar de número 550, em um expediente distinto do governo provincial, João Tiburcio foi nomeado pelo presidente da província, Felizardo de Brito, como “mestre pedreiro”, a fim de integrar uma comissão responsável pela inspeção do edifício do Tesouro Provincial.

A meu ver, a queixa estava profundamente enraizada nos meandros dos interesses políticos. Essa contenda era impulsionada pela reconfiguração dos contratos governamentais, um processo que ganhou contexto quando se observa que Felizardo Toscano de Brito, que também era líder do Partido Liberal, havia recentemente se tornado presidente da província ao ascender à posição de segundo vice, após a saída de Francisco Araújo Lima, do Partido Conservador.

Este cenário político dinâmico tomou forma quando Felizardo, no exercício de seu novo papel, tomou medidas para encerrar o contrato com o *Jornal da Parahyba*. Em sua esteira, estabeleceu um novo acordo com *O Publicador*, concedendo-lhe a responsabilidade de publicar os atos oficiais do governo provincial. Esse realinhamento não apenas exemplifica uma

mudança de rumo no âmbito das publicações oficiais, mas também apresenta claramente um viés favorável ao *Publicador* em detrimento do *Jornal da Parahyba*. Nesse cenário, as cartas, solicitações e correspondências dos leitores selecionados para impressão eram influenciadas não somente pelo teor das mensagens, mas também pela atmosfera política e pelos objetivos estratégicos em jogo.

No processo de pesquisa e identificação das cartas, depara-se com o desafio sutil de discernimento, uma vez que as fronteiras entre categorias são frequentemente delicadas. Em muitas ocasiões, as cartas de teor opinativo se misturam com respostas ou reclamações. Nesse contexto, de acordo com a perspectiva de Costa (2009, p. 285), a carta de resposta configuraria um subtipo da carta opinativa. Essa lógica é igualmente aplicável às cartas contidas no *corpus* da pesquisa.

Uma análise detalhada das cartas categorizadas como opinativas revela que muitas delas parecem inaugurar os debates em torno de algum assunto específico. Em contrapartida, as cartas de resposta eram mais incisivas, dedicando-se a refutar acusações ou declarações já iniciadas, enquanto introduziam novas perspectivas referentes a artigos passados ou correspondências prévias. As cartas de resposta eram diretas e objetivas, direcionando-se tanto a indivíduos quanto a veículos jornalísticos. Comumente, essas correspondências eram direcionadas aos periódicos concorrentes do *Publicador*, como o *Jornal da Parahyba* e *O Tempo*.

Para enriquecer a abordagem da presente questão, há o exemplo da carta de um leitor que optou por assinar exclusivamente com a letra Y. Esta carta, caracterizada por sua natureza opinativa, apresenta uma estrutura marcante ao iniciar-se com a manifestação explícita do remetente a respeito de uma edição do jornal concorrente, o *Jornal da Parahyba*. De maneira incisiva, o remetente expressava a sua reação, que oscilava entre surpresa e indignação, diante do que ele classificou como "um tecido de falsidades" e um "amontoado de mentiras", todos relacionados às eleições recentes ocorridas em sua cidade, Areia, no mês passado. Ao longo da correspondência, o remetente meticulosamente expôs uma série de aspectos que ele considerou como distorções orquestradas pelo *Jornal da Parahyba*. A carta em questão se destaca pela exibição de características inerentes ao gênero opinativo, evidenciando sua natureza argumentativa. Nesse sentido, ela emerge como uma manifestação envolvente que abordou de maneira consistente e persuasiva um evento específico.

As cartas de resposta, mais frequentes nas páginas do jornal, compõem a própria identidade editorial do *Publicador*, famoso por introduzir temas, responder a questionamentos e continuar debates com seus opositores políticos. O diário paraibano se notabilizou como um meio de comunicação e um espaço para a expressão de conflitos e, simultaneamente, se

empenhou em selecionar e veicular cartas que atuavam como respostas e continuidades desses debates.

Como exemplo desses intrincados conflitos políticos e das relações estabelecidas entre as correspondências publicadas com o contexto do qual faziam parte, tem-se o caso de Joaquim Casado de Almeida Nobre. Esse leitor escreveu mais de uma correspondência refutando o *Jornal da Parahyba*. Em buscas realizadas no jornal, foi possível localizar na edição de número 569, de 27 de julho de 1864, a seguinte carta:

O Jornal da Parahyba, no **hidrofóbico furor de censurar a administração do Exm. Sr. Dr. Felisardo, nessa infeliz monomania** que a todo propósito o faz voltar a este tema, obrigue [SIC] os empregados do tesouro que **fiscalizam a obra da ponte sob minha administração**, [dizendo que] estão mancomunados comigo para encaparem, sob sua direta responsabilidade, as **prevaricações que esse jornal, em suas torpes insinuações, me imputa**, ou para as tolerarem, contra os seus deveres e comprometendo gratuitamente sua reputação? [...] (*O Publicador*, n.569 dia 27 de julho de 1864, *Grifos meus*).

Um mês depois de Felizardo Toscano de Brito, o líder do Partido Liberal, assumir a presidência de província, decretou-se a exoneração do administrador das obras da ponte do Gramame, cargo para o qual Joaquim Casado de Almeida Nobre foi subsequentemente nomeado (*O Publicador*, n. 473, 28 de março de 1864). Tal medida ocasionou comentários e acusações à sua pessoa no jornal opositor. No trecho supracitado, ocorreu a primeira resposta ao jornal conservador, em que o leitor utilizou uma linguagem crítica contra seus acusadores. Porém, na carta que foi localizada e identificada como resposta no quadro acima, ela é a resposta da resposta. A troca de insultos persistia e, no dia 3 de agosto de 1864, Joaquim Casado continuou respondendo ao seu opositor:

Srs. Redatores – Justamente revoltado pelas **insinuações frívolas, aleivasas e malignas** com que se dignou honrar-me o *Jornal da Parahyba*, na qualidade de administrador da obra da ponte do Gramame, não era possível que eu me resignasse humildemente, como em sua estultice pretende o **meu vil detrator**, e assentisse silencioso às **injúrias** que, como desenfado, me quisesse arremessar. [...] Provocado pelo *Jornal da Parahyba*, reputei-me no dever de pulverizar suas increpações, posto que fúteis, eminentemente pérfidas, e parece-me havê-lo conseguido com vantagem no *Publicador* n.569, de 27 de julho pretérito; minha defesa aí corre, submetida ao juízo reto e imparcial dos homens sensatos (*O Publicador*, n.575, 3 de agosto de 1864, *Grifos meus*).

Nas duas cartas, o autor empregou uma linguagem inflamada, demonstrando como a troca de ideias resultava, muitas vezes, em insultos impressos, situação comum às polêmicas travadas na imprensa da época. No trecho supracitado, Joaquim Casado de Almeida Nobre ressaltou que, mesmo após sua resposta, na edição 569 no *Publicador*, o *Jornal da Parahyba* ainda havia persistido nos ataques. Na carta, escreveu que estava ciente de que ele continuaria

a “ser objeto de sucessivas e incessantes afrontas; estou resignado, sofrê-las-ei como tantos outros sobre quem tem o *Jornal da Parahyba* arrojado lavas repetidas de suas fezes mais imundas”. De maneira incisiva, o autor finalizou a carta afirmando que seu “vil detrator” era um escritor anônimo, “um ser ignóbil e abjeto, a quem não se pode, senão deve dar outra resposta senão o profundo silêncio do desprezo”.

As palavras impressas eram armas afiadas em um campo de batalha retórico. Por meio desses confrontos verbais, é possível vislumbrar as tensões sociais, políticas e culturais que moldavam o cenário da época, bem como compreender as maneiras pelas quais a imprensa foi utilizada como palco principal desses debates. Na obra *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência*, Isabel Lustosa examinou os insultos verbais presentes no cenário jornalístico brasileiro durante o processo de independência. No cenário brasileiro do século XIX, especialmente entre os anos de 1821 e 1823, observaram-se um debate político intenso e transformações institucionais marcantes (2022, p. 29). Ao longo do século XVIII, o jornalismo passou a ser considerado um gênero respeitável, pelo qual os jornalistas alcançaram posição de destaque, comparável à de autores de livros, desempenhando um papel crucial na disseminação de ideias e informações (Lustosa, 2022, p. 28). No Brasil do século XVIII, em decorrência de reformas implementadas, o sistema educacional passou por transformações significativas. O ensino, abrangendo desde as primeiras letras ao secundário, passou a ser ministrado por meio de aulas avulsas. Contudo, essa abordagem acabou por fragmentar o processo pedagógico, conforme observado por Luiz Carlos Villalta (1997). Essa fragmentação foi agravada pela insuficiência de recursos orçamentários destinados à educação pública, acarretando a escassez de professores, materiais didáticos e livros disponíveis (Villalta, 1997, p. 349).

No Brasil, durante as primeiras décadas do século XIX, os jornais desempenharam a função de preencher as lacunas deixadas por livros e informações especializadas. Eles difundiram o vocabulário político iluminista, bem como filtravam as ideias políticas para o público em geral, consolidando, assim, a imprensa como um meio privilegiado de comunicação, conforme demonstrou Lustosa (2022, p. 33). O processo de Independência do Brasil acentuou essa abordagem proativa do jornalismo, transformando o papel do intelectual de artista para mentor da sociedade, dedicado à aplicação prática de ideias, com a imprensa desempenhando um papel crucial nesse cenário (Lustosa, 2022, p. 33).

Assim, as cartas e os insultos, presentes nos jornais brasileiros desde os inícios do século XIX, não surgiram de forma isolada, mas sim como produtos da sociedade em que eram difundidos. Logo, a linguagem agressiva e provocativa era reflexo das dinâmicas sociais da época. A imprensa, nesse contexto, emergiu como o principal meio de manifestação da esfera

pública, onde as ideias eram debatidas e a opinião pública se materializava (Barbosa, 2010, p. 51). Assim, os insultos veiculados nos jornais, além de desempenharem um papel comunicativo, também espelharam e influenciaram as interações sociais e a formação da opinião pública do período.

Ao analisar a imprensa da província de Goiás no século XIX, em especial o periódico *A Matutina*, Martha Victor Vieira (2016, p. 132) verificou que o jornal publicava artigos e cartas que abordavam uma variedade de conteúdos e perspectivas políticas, incluindo algumas de forma anônima. Funcionando como um espaço público para críticas, o periódico proporcionou a exposição de diferentes posições políticas, mesmo aquelas que eram divergentes ou opostas. Essa característica possibilitou que as discussões políticas e administrativas fossem amplamente visíveis, incentivando o diálogo entre os leitores e desempenhando o papel de intermediário entre as autoridades imperiais e a sociedade goiana. Conforme Vieira (2016, p. 132) observou em sua análise, a palavra público foi usada com múltiplos sentidos nos artigos do *A Matutina*. Além de se relacionar à ideia de opinião pública e ter as atribuições de um “tribunal”, a palavra “público” apareceu também referindo-se à instituição estatal, ou, adjetivando um determinado lugar onde circulava várias pessoas.

Em O Publicador, evidencia-se que os comunicados e cartas, apesar de invocarem a imparcialidade e destacarem o compromisso com a audiência, de fato expunham interpretações tendenciosas dos eventos discutidos. Ofereciam uma perspectiva parcial e recorriam a ataques contra oponentes políticos, enquanto promoviam a projeção pessoal de indivíduos específicos.

No Brasil do século XIX, a habilidade de escrever e ler cartas era frequentemente vista como um sinal de status social elevado, principalmente entre as mulheres pertencentes às classes mais abastadas e que usufruíam da condição de liberdade (Ladislau, 2022). Conforme enfatizado por Villalta (1997, p. 351), a instrução estava atrelada à “civildade das aparências”, transformando-se em um adorno a ser exibido pelos indivíduos privilegiados socialmente. À época, o acesso à instrução era uma oportunidade restrita, fosse através de instituições educacionais ou da educação doméstica, como mencionado por Ladislau (2022, p. 70).

No decorrer do século XIX no Brasil, a sociedade frequentemente restringia o acesso à instrução formal, em especial para as mulheres, priorizando as suas responsabilidades no âmbito doméstico em detrimento da sua formação intelectual. Esse viés resultou em índices de analfabetismo elevados até o desfecho do século.

Segundo as observações de Monica Jinzenji (2012, p. 371), esse período carregava resquícios das épocas precedentes, quando o aprendizado da leitura antecedia à aquisição da habilidade de escrita. Pode-se inferir que aqueles com habilidades de escrita também liam,

porém nem todos os que possuíam habilidades de leitura eram proficientes na arte da escrita. No entanto, esse contexto não implicava a exclusão dos indivíduos não alfabetizados do acesso à imprensa. Como afirma Marialva Barbosa (2010, p. 211): “Um texto nem sempre precisa ser lido. Ele pode e é ouvido. Portanto, mesmo os que não dominam a leitura são influenciados por essas mensagens, reapropriando-se delas de forma diferenciada”. Isso se explica pelo fato de o texto veiculado pelos jornais se traduzir também em discurso oral, “cuja força de locução e de compreensão depende não apenas dos aspectos articulados do discurso, mas da mímica, dos gestos” (Barbosa, 2010, p. 213). Assim, a leitura coletiva permite também supor uma particular apropriação desses textos. Quando debatidos no contexto de uma vivência coletiva, ao invés de uma abordagem individual, esses textos passam por reinterpretações que vão além da segunda ordem, estendendo-se para terceira, quarta e até quinta instância (Barbosa, 2010, p. 206).

Na seção intitulada "Comunicado", localizou-se um exemplo que ilustra uma situação em que uma mulher provavelmente não detinha a habilidade de escrita, mas que pertencia às camadas abastadas da capital. Nesse caso, Flora Leopoldina de Oliveira, com a ajuda de seu filho José Moreira da Silva, transcendeu as barreiras da escrita, deixando marcas evidentes da oralidade na correspondência:

Srs. Redatores – A abaixo-assinada recorre às páginas do **vosso acreditado jornal para do alto da imprensa** pedir, ao Sr. José Januario Aranha, que **explique-lhe pela mesma imprensa o modo como ele fez a fortuna** da abaixo assinada dando-lhes casas e escravas e gastando com ela contos e contos de réis, como tem ele propalado; sendo que a abaixo-assinada, surpreendida com semelhantes declarações, que, quando menos fale, indica haver de sua parte deslealdade, roga ao dito Sr. Aranha que **discrimine a maneira porque favoreceu à sua sorte com a predita fortuna, protestando daqui contra o seu silêncio, sob pena de ser considerado calunioso**. Outrossim, tendo o dito Sr. Aranha me tomado 900\$000 rs. a juros, em 14 de maio de 1865, e os pagando no espaço quase de 2 anos em parcelas, dando por minha ordem ao Sr. Nicoláo Martins 300\$000 rs, sendo somente dado por ele 200\$000 em conta de sua letra, porque os 100\$000 rs, a abaixo assignada inteirou para completar os ditos 300\$000 rs e, assim, pagando também aos Srs. Alfredo 300\$000 rs em duas letras de 150\$000 rs, cada uma; ao Eron 100\$000 rs; e ao Firmino Monteiro 55\$000 rs, dos quais obteve ele recibo como que ele era quem por mim as pagava, entretanto que essas quantias eram pagas por eles para resgatar sua letra, cuja quantia tomou-me a juros de 1 ½ por %, que não me podendo pagar no vencimento eu lhe perdoei os juros a fim dele indenizar-me mesmo em parcelas, como venho de mencionar, até que quando, saldando o principal de sua letra, me pediu, e eu de boa fé lhe a entreguei, sem que o dito Sr. me restituísse aqueles recibos, que importavam o resgate de dita letra, sucede que, agora **querendo eu prevenir o futuro, mandei meu filho pedir-lhes e o referido Aranha maltratando-o com palavras, negou se a entregar-me aqueles recibos**, que não só por honra, como para desencargo de sua consciência, me os devia restituir; por isso tudo, **protesto ainda por este jornal contra a má-fé do Sr. José Aranha**, para que ditos recibos não produzam em seu favor efeito algum. E certa de que o dito Sr. jamais me contestará no que venho de dizer e que só para se exaltar propala essa fortuna que me deu, **eu chamo atenção do público a este respeito**. Não era de minhas intenções, Srs. Redatores, incomodar-vos com semelhantes declarações e se o faço é devido ao mau procedimento e grosserias que

tenho recebido daquele Sr.; pelo que vos peço a inserção destas linhas, que muito grata vos será.

Paraíba 17 de dezembro de 1867.

Por minha mãe – Flora Leopoldina de Oliveira

José Moreira da Silva (*O Publicador*, n. 1579, 20 dezembro de 1867, *Grifos meus*).

Na carta, aparenta-se que as palavras teriam sido ditadas pela Sra. Flora Leopoldina e transcritas por seu filho. A expressão "a abaixo-assinada recorre" ao se apresentar e as frases repetidamente longas, com poucas pausas para respiração, e o desfecho, contendo “por minha mãe”, insinua a carência de habilidades de escrita, demandando auxílio do filho para compor o documento.

Os registros na correspondência claramente expõem as ações denunciativas da Sra. Flora em relação ao Sr. José Januário Aranha. Ao que tudo indica, Flora teria concedido um empréstimo de 900\$000 réis ao Sr. Januário Aranha, acordando juros a serem liquidados ao longo de dois anos. Entretanto, ao término desse período, o pagamento integral supostamente não foi honrado, assim como a correção dos juros devidos foi negligenciada. O Sr. Aranha também se recusava a efetuar o pagamento devido, levando a Sra. Flora a recorrer ao seu filho. Contudo, o Sr. Aranha respondeu com insultos e recusou as exigências de pagamento. Em resposta à tal situação Sra. Flora optou por difundir publicamente esses acontecimentos, com o intuito de esclarecer à coletividade sobre os passados eventos. Em contraste com suas obrigações para com ela, o Sr. Aranha estava direcionando recursos para "casas e escravos", despendendo somas substanciais, conforme divulgado.

Em pesquisas realizadas, no *Publicador*, localizou-se que José Januário Aranha detinha uma reputação social significativa na capital. Além de possuir uma casa comercial⁷⁰, ele ocupava o cargo de capitão da polícia⁷¹, bem como adquiriu um estabelecimento de molhados de Francisco Gomes Marques da Fonseca, na rua das Convertidas⁷². Isso implica que Aranha tinha uma boa credibilidade na comunidade, o que lhe permitia atuar como intermediário em transações financeiras, possivelmente empréstimos. Nesse caso, sua posição como uma figura pública e membro do departamento de polícia parecia conferir-lhe sensação de impunidade em contrair dívidas substanciais e causar prejuízo à senhora Flora.

O ponto de partida do conflito foi marcado quando Flora expressou sua surpresa ao tomar conhecimento dos boatos que eram espalhados pelo próprio Sr. Aranha. Esses boatos

⁷⁰ *O Publicador*, n.1017, 29 de janeiro de 1866.

⁷¹ *O Publicador*, n. 1353, 19 de março de 1867.

⁷² *O Publicador*, n.1575, 14 de dezembro de 1867.

insinuavam seus gastos extravagantes, abrangendo até mesmo a aquisição de propriedades e escravos. Logo, Flora utilizou o jornal diário como meio para tornar públicos os acontecimentos privados. Essa atitude visava expor o comportamento contraditório de Aranha, que ostentava seus gastos enquanto negligenciava suas responsabilidades financeiras. Com isso, Flora Leopoldina de Oliveira mostrou como as mulheres da época encontravam maneiras de contornar as restrições que lhes eram impostas, demonstrando que a falta de habilidades de leitura de escrita formal não as impedia de participar ativamente da esfera pública e de buscar meios alternativos de expressão.

Na única correspondência autenticada por uma mulher, no quadro acima, a remetente ostentava o título de Professora Pública de Instrução Primária da vila de Bananeiras, Serafina Leopoldina da Silva Borges. Na epístola, ela solicitou e teve impresso o requerimento que encaminhou ao Comissário de Instrução Pública, junto com o correspondente despacho e os atestados validados por um tabelião. Nesse requerimento, ela empreendeu uma defesa das acusações que pairavam sobre sua dedicação à atividade docente, abordando o tópico sobre a presença de seu marido na sala de aula durante as horas de ensino. A remetente, uma professora de primeiras letras, não apenas firmou a correspondência com sua assinatura, como também extraiu sua resposta de acusações veiculadas pelo Jornal *O Tempo*. Este periódico, vinculado aos interesses do Partido Conservador na província, era de propriedade do juiz de direito Joaquim Moreira de Lima.

Adicionalmente, deve-se mencionar que também era comum homens adotarem pseudônimos femininos nas cartas. Um possível exemplo disso se vê na série de correspondências localizadas nos exemplares de número 467, 470, 498, 517 e 614, todas atribuídas a uma autora que se identificava, na seção "A Pedido", como *Juliana*⁷³. Essas cartas são notáveis por sua consistência, sempre iniciadas com a saudação "Simpática Jovina". A autora abordava em suas correspondências um indivíduo mencionado como *correspondente de Mamanguape*, uma vila situada na província da Paraíba, próxima à capital. Essa relação sugere que as cartas eram intercâmbios entre interlocutoras da mesma província, abordando assuntos intrinsecamente ligados à localidade. Lamentavelmente, as fontes disponíveis não proporcionam a certeza de que "Juliana" fosse um pseudônimo de um homem ou, pelo contrário, que, de fato, representasse uma leitora real. Por trás do nome "Juliana", poderia haver tanto uma voz feminina autêntica quanto a persona fictícia de um escritor masculino.

⁷³ Em sua pesquisa **Vitrine de Papel**: as mulheres no periódico paraibano *O Publicador* (1864-1869), a Aldenize Ladislau (2022, p. 65-67) analisou mais profundamente o caso da possível leitora e remetente "Juliana".

É plausível supor que o número de leitoras do *Publicador* era consideravelmente maior do que o que pôde ser identificado na pesquisa, devido à frequente adoção do anonimato ou até mesmo do uso de pseudônimos por parte de suas possíveis leitoras. Tal prática dificulta substancialmente a obtenção de uma compreensão precisa da quantidade de correspondências de autoria feminina que efetivamente foram veiculadas.

Os leitores deixavam suas marcas não apenas por meio das correspondências, mas também nos anúncios. Tal seção foi um efervescente e pulsante espaço e, por sua própria natureza, representou a complexidade e dinamicidade das relações sociais, econômicas e culturais da sociedade brasileira oitocentista.

Nos anúncios de *O Publicador*, é possível visualizar a ampla variedade de usos dessa ferramenta, bem como observar a diversidade no emprego de gêneros textuais e de temas abordados. Nos anúncios do periódico, havia peças contendo expressões de gratidão, informes de mudança de nome, denúncias, respostas, ofertas de serviços e até mesmo outras formas de comunicação. Diferentemente das correspondências de leitores, a seção de anúncios continha, frequentemente, assinaturas completas dos autores das peças. Portanto, esse fato possibilita a execução de pesquisas em que a identificação do público leitor se dê mais facilmente. De certa forma, essa propriedade dos anúncios, cuja natureza geralmente pressupõe publicidade sobre o autor que deseja ser identificado, promovido ou publicizado, diverge do uso das correspondências por parte dos leitores, em que o autor da carta, por vezes, opta pelo anonimato. Nesse sentido, os anúncios também devem ser empregados em estudos dos usos públicos do periódico.

Os anúncios constituíam grande parte da renda dos periódicos no século XIX. Além de abundantes, apareciam misturados com os demais tipos de informação. Destaca-se, nessa seção, em consonância com a observação de Lilia Schwarcz (2017, p. 156), o contraste entre a linguagem empregada no conjunto do jornal e aquela utilizada nos anúncios. Nos anúncios, aparece um discurso menos rígido, em que expressões e costumes da época se tornam mais explícitos. Schwarcz (2017, p. 156) aponta que não havia na época uma concepção rígida e padronizada para os anúncios. Cada anunciante moldava o espaço de acordo com suas necessidades, valendo-se de argumentos e recursos legítimos. Ao analisar os anúncios nos jornais do século XIX, Gilberto Freyre (1979), aludiu a isso como a "linguagem da vontade". Isso decorria do fato de que uma parcela significativa dos indivíduos envolvidos na elaboração desses anúncios carecia de aptidões de escrita. Como resultado, incumbiam os redatores dos jornais da tarefa de elucidar as suas intenções, conferindo à linguagem um tom genuinamente pessoal.

A representação das mulheres, por exemplo, no jornal "*O Publicador*", é evidenciada na seção de anúncios, como apontado por Aldenize Ladislau (2022, p. 65). Em sua pesquisa de Mestrado, Ladislau (2022) centrou-se na análise da participação feminina no *Publicador*, durante os anos de 1864 a 1869. Em sua investigação, a autora identificou diversas presenças femininas nas páginas do periódico, sobretudo na seção de anúncios. Nessa seção, apareceram muitos casos de professoras oferecendo serviços educativos às famílias e havia atrizes, bem como mulheres no geral, divulgando seus próprios negócios. Ladislau (2022, p. 62) também indicou que esses anúncios não apenas promoviam os serviços das mulheres, mas também eram usados para facilitar sua localização. Eles serviam como um guia em assuntos comerciais envolvendo a anunciante em particular e funcionavam como um canal para a divulgação de oportunidades de trabalho, bem como para a realização de transações relacionadas à venda, à compra ou ao aluguel de serviços.

Tratava-se de uma sociedade profundamente hierarquizada, cujas estruturas eram explicitamente moldadas pelas relações violentas derivadas da escravidão. Nesse contexto, mulheres brancas e mulheres libertas surgiam de forma nitidamente contrastante em relação às mulheres negras escravizadas. Nos anúncios, enquanto as primeiras eram anunciadas de maneira mais abrangente, ressaltando suas habilidades e serviços, as escravizadas eram frequentemente tratadas como mercadorias, sujeitas à compra, ao aluguel e à venda ou, tristemente, figurando como objetos perdidos nos anúncios de fuga.

Na figura subsequente, apresenta-se, na mesma página de anúncios, da edição de número 1130, datada de 16 de junho de 1866, uma distinção significativa entre as mulheres brancas e negras. Na última página, que servia como um ponto fixo para os anúncios, emergem registros de cinco mulheres, na mesma seção, cada uma ocupando papéis sociais distintos: uma, como fugitiva; outra, como proprietária da escravizada fugitiva; uma, sendo anunciada para venda; um anúncio de aquisição envolvendo uma mulher mais velha e, por fim, outra mulher encarregada do inventário paterno.

Figura 25 – Página de anúncios

O PUBLICADOR.

o tempo p[er] se serviço de todo o mundo; homens que se encarregam de ensinar gratuitamente.

Sr. Pancrácio continha a passar no quarto etc. etc. etc.

No dia seguinte encontrando Sr. Pancrácio um de seus amigos, igualmente inimigo da igreja catholica, interpe[ll]a-o nestes termos:

—Não sabes?

—Não.

—Hontem andei as voltas com um Jesuita.

—De veras!

—Não sabes o que eu lhe disse?

—Não.

—En lhe disse que a igreja catholica favorecia a ignorancia, apagava as luzes do espirito humano, abafava por toda a parte o pensamento etc.

—Ah? e o que respondeu elle?

—Não me lembro mais.

—Então não o escutaste?

—Eu? não! certo! Pois se escuta gente que não raciocina?

—E que respondeste ás razões ou sem razões do tal sujeito?

—Eu? nada! O que se responde a loucuras que não se quer escutar?

—E o Sr. Pancrácio está sempre de pedra e cal, que a igreja favorece a ignorancia etc. etc.

A PEDIDO.

Agora que o actual Sr. Dr. juiz de direito desta comarca tem marcado o dia 2 de julho (proximo) para a audiencia geral da correição, tomamos a liberdade de chamar a attenção do mesmo Sr. Dr. para um processo de permuta de um predio da irmandade de N. S. do Rosario com outro do portuguez Manoel Rabello da Oliveira Caboco.

Não anticipamos juizo algum acerca deste negocio, á que sempre se oppoz a irmandade, pela certeza que temos, de que o referido Sr. Dr. juiz de direito, conhecedor da lei, como é, extirpará pela raiz todos os abusos que encontrar não só nesse processo, como em outros onde o erro, vicio ou má fé de anteriores juizes tenham imperado.

Assim o espera.

O observador.

Parahyba 14 de junho de 1866.

ANNUNCIOS.

AVISO.

Argemiro Dornelles de Mello avisa ao respeitavel publico, e principalmente ao corpo do commercio desta praça, que desde o dia 26 de maio ultimo deixou de ser caixa do Sr. Joaquim Pacheco Borges, e fallaria a um dever se deixasse de significar ao mesmo Sr. o seu agradecimento pelo bom tratamento que lhe deu durante nove annos incompletos em que esteve em sua casa. Parahyba 15 de junho de 1866.

Ignaz Joaquina de França Estuani

ESCRAVO Á VENDA.

O abaixo assignado vende uma escrava crioula moça, de todo o serviço e fiel.

Parahyba 14 de junho de 1866.

Daniel Eduardo de Figueiredo Mello Junior.

Nesta typographia se dirá quem vende uma cadeira pe rebeco (pallanquin) em bom estado.

SELINS INGLEZES.

Vendem-se na loja de José de Azevedo Maia.

Vende-se esito denominado «Abernhosa», o qual fica ao pé desta cidade, e por tirar do muro do convento de S. Francisco; tem muita terra propria para toda qualidade de plantações, como seijo algodão, cana, rassa, etc.; tem abundancia de pedreiras, tam forno para fabricar cal, com porto de embarque no rio Parahyba; tem boa casa de vendedores, com bastantes commodos, muitas fruteiras, como seijo coqueiros, laranjeiras, sapotys, ambozaios, etc., etc.

As terras estão demarcadas, e dividem-se o sitio o Paul de um lado, e com o rio Parahyba de outro. Quem o quizer comprar dirija-se ao proprietario morador no mesmo sitio.

O desocorro das loterias promete ao respeitavel publico correr imprimevelmente a loteria concedida em beneficio das obras da igreja do Carmo no dia 23 do corrente no consistorio da orlem 3.ª da mesma igreja, (em consequencia de se ter vendido es bilhetes da que se encarregou o prior Fr. Alberto de S. Augusta Cabral de Vasconcellos.)

Parahyba 12 de junho de 1866.

Mariano da Siqueira Medeiros.

José Rodrigues da Silva tendo encontrado outro de igual nome, para evitar dvidas e enganar resolve assignar-se o'ra em diante—José Caxio Rodrigues da Silva.

Anna Carolina Fernandes filha do finado Francisco Antonio Fernandes, e enabalsada nos lezes que desera o dito linado, faz saber pelo presente, a quem quer que o'ra em diante tenha de tratar com a annunciate sobre negocio de qualquer orlem que seja, que deve entender-se com os seus irmãos João Antonio Fernandes, e Antonio Angelo Fernandes, afim de que estes de accordo com a annunciate resolvo qualquer pretensão.

Parahyba 13 de junho de 1866.

Anna Carolina Fernandes.

Vende-se uma casa de tapia, o duzentos pés de coqueiros em Ponta do Mato, a tratar com Herculano Elias de Figueiredo.

FOGO.

Vende-se na rua das Convertidas n. 46, as mais afeitas pistolas de orca e brancas, grandes e pequenas, trappes da China, ditos de sete estourros, rolinhas e mais fogos, vindos de Pernambuco fabricados pelo melhor fabricante. Dinheiro á vista preço commodo.

GAZ LIQUIDO AMERICANO.

A' 10\$500 RS. A LATA.

DINHEIRO A VISTA

Augusto Gomes e Silva acaba de receber uma partida de superior gaz, pelo modico preço acima—na rua das Convertidas n. 24.

Vende-se uma optima machina de costuras; nesta typographia se dirá quem a tem.

PIANO.

Nesta typographia se dirá quem vende um bom piano e por preço commodo.

CHA' HYSON.

Na loja de José de Azevedo Maia ha para vender-se chá hyson de superior qualidade.

Compra-se uma escrava de 48 á 50 annos de idade, que seja sadia, e não tenha vicio.

Nesta typographia se dirá quem quer comprar.

PREDIO A VENDA.

Vende-se a casa n. 59 sita á rua do Carro com frente de tijolo e oitão de tapia; quem a pretender dirija-se á rua das Convertidas loja n. 13, que achará com quem tratar.

49. RUA DIREITA N. 49.

O Dengoço tem para vender em seu estabelecimento os seguintes generos:

Vinho do Porto em garrafado e em barril, dito Figueira, dito bordeaux, dito Lisboa, cognac, champanha, genêra de laranja, dita de Hollanda e ambarguez, mangas inglesas, dita franceza, bolachinha de soda, dita de ararica, passas, sardinhãs de Nantes em latas, e mais latas, fumo caporal, cachimbos sigarros de diferentes qualidades, gaz e outras muitas cousas, que se tornario em doidinho monstrosas.

Vende-se a casa da rua do Tambá n. 45, ou trocasse por outra na rua das Trinchoiras; á tratar na rua Direita n. 49.

Esta typographia aceita um aprendiz que saiba ler correctamente.

CARTAS DE ENTERRO

Impressas com todo o rigor do luxo, e em excellente papel. Em 2 horas aprontase um cento por 8\$000 rs., nesta typographia.

ARTES DE MUSICA

do insigne professor Serapião T. de F. Morotova, a 160 rs., vende-se nesta typographia.

PAPEL DE IMPRESSÃO

em formato duplo dos jornaes que se imprimem nesta provincia a 12\$000 rs. a resma, dinheiro á vista; vende-se nesta typographia.

LEITURA VARIADA

Contendo uma rica escolha de anedotas e pequenos artigos de curiosidade; cada brochura ou caderneta custa 200 réis, e já são publicadas cinco. Vende-se nesta typographia.

LETRAS

de pagarei, ditas de pagará a 1.500 rs. o cento, e por 25 400 rs. Vende-se nesta typographia.

PAUTAS

de diferentes larguras, por um cento 3.600 rs., uma 40 rs. Vende-se nesta typographia.

Parahyba do Norte Typ. de J. R. da Costa-1866.

Fonte: *O Publicador*, n.1130, 16 de junho de 1866.

O contraste evidente e as maneiras como essas mulheres são apresentadas e detalhadas refletem diretamente as dinâmicas de uma sociedade profundamente enraizada na escravidão. Nota-se que os nomes completos das mulheres: Ignez Joaquina de França Estuani e Anna Carolina Fernandes, pertenciam às camadas privilegiadas da sociedade, enquanto as mulheres subjogadas pela escravidão recebiam um tratamento diferenciado. Apenas a escravizada Joaquina, dentre elas, teve seu nome identificado, seguida por descrições físicas, sendo reduzida a um objeto perdido no anúncio, enquanto a proprietária oferecia uma recompensa por sua

recaptura. A moça anunciada à venda foi descrita como “uma escrava crioula moça, de todo serviço e fiel”. Ao lado, em outro anúncio, dessa vez de procura para comprar, a pessoa pedia especificamente uma mulher escravizada entre 48 e 50 anos de idade, “que seja sadia e não tenha vício”. Em relação a Anna Carolina Fernandes, em seu anúncio, ela declarava que estava liderando a administração dos bens deixados por seu falecido pai, Francisco Antonio Fernandes. Em pesquisas nos registros de batismos, foi possível localizar que ela desempenhou o papel de madrinha para duas crianças, enquanto seu pai atuou como padrinho. Uma dessas crianças era seu sobrinho, Antonio, filho legítimo de José da Costa Maxado Junior com sua irmã, D. Antonia Carolina da Costa Maxado.

Conforme as oscilações da conjuntura econômica e das dinâmicas familiares, era frequente que mulheres assumissem o protagonismo nos empreendimentos comerciais, como observou Larissa Bagano Dourado (2017, p. 81). Dourado rastreou e analisou várias ocorrências de mulheres atuando tanto como compradoras quanto vendedoras de pessoas em situação de escravidão na Paraíba Imperial. Com maior frequência, constatou a presença das mulheres como compradoras. Ademais, a autora ressaltou que a maioria das mulheres envolvidas nesse tipo de comércio provavelmente pertencia à elite paraibana. Isso não somente se evidenciava pelo uso do tratamento "Dona" antes de seus nomes, mas também pela recorrência de sobrenomes associados a famílias de prestígio, como Souza Rangel, Carneiro da Cunha, dentre outros. Na **figura** acima, do exemplar em questão de *O Publicador*, vê-se que Ignez Joaquina de França Estuart possuía uma escravizada de nome Joaquina, que provavelmente fazia alusão ao segundo nome de sua proprietária. Por oferecer recompensa pela captura, por possuir uma escravizada e por anunciar no jornal, infere-se que a proprietária era proveniente das camadas abastadas da capital.

Como assinalam Sousa, Tardivo e Haack (2021, p. 56), essas mulheres submetidas à condição de trabalhadoras escravizadas enfrentaram a exploração tanto de sua capacidade produtiva quanto reprodutiva. Esse cenário, particularmente nas áreas urbanas, deu origem a uma dinâmica comercial efervescente, pela qual as mulheres negras eram recrutadas para uma variedade de tarefas domésticas. Conforme Elaine Dias (2013, p. 110), até o período da Abolição, os anúncios eram, em larga medida, dominados por matérias relacionadas aos cativos, que representavam um peso significativo nessa seção dos jornais. Em congruência com as análises de Ana Josefina Ferrari (2010) e de Elaine Dias (2013), constatou-se que, em *O Publicador*, foi nos anúncios que o silenciamento das vozes dos indivíduos em cativeiro se manifestou de maneira mais acentuada. Uma vez que somente a perspectiva do proprietário e a lente da legislação eram ali expressas, a voz das pessoas subjugadas foi colocada o ostracismo,

quando não completamente apagada. Do ponto de vista dos proprietários, do(da) trabalhador(a) em cativeiro era esperado não apenas possuir uma especialização que garantisse lucro, mas também que demonstrasse comportamentos exemplares. Isso implicava, principalmente, as ausências de comportamentos indesejáveis por parte do(a) escravizado(a), a exemplo de “não possuir vícios” (Dias, 2013, p. 153). Uma parcela substancial desses anúncios, em especial os de fugas, continha minuciosas descrições relacionadas ao comportamento dos escravizados, às suas maneiras de expressão, às suas vestimentas, à sua locomoção e aos seus atributos morais. O processo de singularização das pessoas escravizadas ocorria sobretudo por meio de descrições que não se limitavam a simples adjetivos. Tais descrições gradualmente compunham uma representação exclusiva, que abrangiam referências às conexões que o indivíduo mantinha com outros, aos lugares por onde circulavam e aos modos distintos de conduta e linguagem (Dias, 2013, p. 110).

A pesquisa conduzida por Dias (2012, p. 115) revelou que as décadas em que se registraram os maiores números de relatos de fugas de escravos foram as de 1860 e 1870. Elas provavelmente eram decorrentes do contexto em que o comércio interprovincial de cativos estava em pleno curso na Paraíba. Nesse período, muitos escravizados foram separados de seus entes queridos, devido às vendas e às transferências para outras províncias. Tal fato desencadeou uma série de fugas em busca da reconexão com laços familiares ancestrais, vínculos espirituais e, em algumas situações, relações senhoriais.

Por meio da análise dos anúncios de fuga, torna-se patente como as pessoas reagiram de maneiras multifacetadas, engendrando diversas e intrincadas estratégias para a sobrevivência e a resistência, ao evadirem-se do jugo da escravidão. Esse fenômeno decorre da complexidade inerente ao ato de fuga, que não se restringia à mera busca de um local seguro, mas implicava, também, a engenhosidade de permanecer oculto dos senhores proprietários, das autoridades policiais e de quaisquer potenciais captores, para assegurar sua liberdade (Dias, 2013, p. 155).

Além disso, na seção de anúncios, é possível vislumbrar o profundo impacto que os jornais exerciam sobre a vida dos seus leitores, que, por meio das linhas impressas, traziam a diversidade de práticas e dinâmicas do cotidiano da época. Como enfatizado por Castro (2009), emergiu de maneira notória a presença recorrente de uma variante de anúncio publicitário que, frequentemente, se apresentava na forma de cartas redigidas por leitores. Estes anúncios, dissimulados como correspondências do público, representaram um fenômeno de extrema relevância no contexto da publicidade moderna. A prática de incorporar anúncios disfarçados como correspondências do público teve um impacto significativo tanto na percepção das mensagens publicitárias, quanto na relação entre os leitores e os jornais.

Essa prática, por vezes, se dava como meio para a condução de conflitos, pois nos anúncios havia a possibilidade de uma das partes proteger a própria identidade por meio do anonimato. Nessas correspondências insultuosas, usavam-se linguagem virulenta e tons de ameaça para publicizar conflitos entre indivíduos particulares. No exemplo a seguir, exhibe-se o caso de uma briga exposta na seção de anúncios dos exemplares do *Publicador* de números cinco, sete e oito, no ano de 1862. Eis o início do conflito:

Pede-se ao Sr. Capitão Aranha queira dar um passeio até a rua da Areia, onde pode achar uma boa colheita, **agarrando três vadios**, que todas as noites, acantonam-se em **casa de um relojoeiro**, praticando graçolas e dizendo pilherias às moças, com o maior escândalo e desrespeito às famílias daquela rua. Leve-os. Sr. Capitão, para o quartel de 1ª linha; **estão mesmo chorando por uma gravata de sola**. Se o S. S. fizer o que lhe pedimos, prestará um grande serviço à **moral** e àqueles **vadios** (*O Publicador*, n. 5, 5 de setembro de 1862, p. 4, *Grifos meus*).

Vê-se primeiramente que o remetente é anônimo, sem nenhuma assinatura. Porém, há várias referências à localidade do possível conflito, como próximo a “casa de relojoeiro” e “na Rua da Areia”. Há também o chamamento do Capitão Aranha para que tomasse atitude, de caráter repressivo, frente a situação. Duas edições posteriores à primeira publicação, também nos anúncios, o conflito continuou com uma espécie de réplica:

O senhor do anúncio, no *Publicador* de 5 do corrente, **parece não ter o bom juízo preciso**. Quando viu ele, em casa do relojoeiro da rua da Areia, as pessoas que lá vão dirigirem pilhérias aos vizinhos ou a quem passa? **Trate de sua vida e deixe de importar-se com a dos outros**. Parece-nos que, na dita rua, **só quem tem visto e ouvido desacatar é o autor do anúncio, que não assinou**, mas que muito de perto o conhecemos; será o dito senhor visionário? Desconfiamos: se continuar, também continuaremos e, desde já prometemos, descoser-lhes as orelhas (*O Publicador*, n. 7, 9 de setembro de 1862, p. 4, *Grifos meus*).

Em seguida, tem-se a réplica de um dos envolvidos no primeiro anúncio:

Previne-se ao Sr. relojoeiro da rua d’Areia que se abstenha ao continuar a dizer que fomos nós o autor do anúncio do *Publicador* de 5 do corrente. Afiançamos-lhe que foi muito **mal-informado**. Nossas relações de amizade são nenhuma e, por isso, declaramos-lhe que a admirável liberdade que tomou, imputando-nos a redação e publicação daquele anúncio, é temerária. Procure descobrir o seu autor entre as pessoas que frequentavam sua casa e **reprima sua língua, se quiser viver em paz**.
A. L. S. F (*O Publicador*, n.8, 10 de setembro de 1862, p. 4, *Grifos meus*).

Nela, constam somente as iniciais do nome da pessoa, que remeteu ao anúncio publicado no dia 5 de setembro, reiterando uma ameaça contra a outra parte, chamada de Sr. relojoeiro. Trata-se de uma briga entre particulares, que se tornou pública e, definitivamente, ficou marcada nas páginas do jornal.

A terceira parte, citada no primeiro anúncio, conhecida como Capitão Aranha, figurou em outras correspondências dos leitores, como alvo da insatisfação do público. Infelizmente, documentos que detalhassem a atividade desse homem na sociedade não puderam ser localizados nesta pesquisa. Entretanto, as disputas e o contexto das relações dessa figura influenciaram no que foi publicado. Vale notar que, em disputa analisada anteriormente, a respeito de uma dívida não quitada, este mesmo Capitão Aranha veio a ser mencionado.

A seção de anúncios, além disso, continha tópicos que iam além das querelas de cunho particular entre leitores. Foi comum, também, o uso de anúncios para alertar sobre objetos perdidos, esquecidos ou achados. Nesse sentido, foram localizados alguns anúncios que funcionaram com a finalidade de uma seção de “achados e perdidos” de objetos pessoais.

Ficou evidente que, mesmo quando as cartas eram menos agressivas ou direcionadas a um indivíduo específico, a escolha do conteúdo das mensagens estava em consonância com a orientação política defendida pelo jornal. Além disso, a frequente utilização de pseudônimos e adjetivos nas assinaturas torna difícil discernir se algumas cartas foram verdadeiramente enviadas pelos leitores ou se foram criações originadas pela própria redação. Uma das razões para essa prática, possivelmente a mais evidente, está intrinsecamente ligada à necessidade de preservar a autoridade e a reputação, ou mesmo, no contexto das mulheres, de resguardar-se de possíveis ciúmes por parte de pais ou maridos (Barbosa, 2007, p. 33). Dessa maneira, a adoção desse artifício emergiu de maneira proeminente e sistemática nas correspondências.

Os anúncios são reveladores das práticas rotineiras dessa sociedade, abrangendo o tipo de alimentação mais comumente oferecida, os serviços amplamente divulgados e as interações entre comerciantes e anunciantes em relação à redação do jornal, conforme evidenciado por sua recorrência. Os elementos decorativos empregados nos anúncios também mostram quem dispôs de maior pagamento ou o grau de proximidade entre o anunciante e o periódico. No entanto, para uma compreensão abrangente, é necessário também contemplar os outros contextos que contribuíram para a formação do panorama dos impressos. No caso do *Publicador*, intentou-se investigar os múltiplos usos do jornal pelo público ao qual ele se destinava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 24 de dezembro de 1886, a redação anunciava: “com o presente número terminamos a série do corrente ano e, entrando em nossas férias costumeiras, reapareceremos em princípios do ano próximo.” (Martins, 1978, p. 192). Infelizmente, isso não ocorreu mais! Com isso, os redatores marcaram o encerramento da história do jornal *O Publicador*, cessando sua publicação após 24 anos de circulação. Porém, seu legado e as marcas que deixou na sociedade paraibana entraram para a história da imprensa brasileira e continuam reverberando.

Ao estudar-se o circuito de comunicação de *O Publicador*, o primeiro jornal diário da Paraíba, foi preciso navegar por entre os mares do universo cultural em que ele se inseria. Esse universo cultural produziu, no jornal, várias nuances que exigiram escrutinar os mínimos detalhes que se circunscreviam ao objeto de estudo. Tratou-se de algo extremamente complexo. Além de identificar quem eram os redatores, tipógrafos, as relações estabelecidas por eles, o cenário político, social e cultural, foi preciso estar a par das referências simbólicas nas quais estabeleceram suas representações e apreensões do mundo social.

A pesquisa centrou-se em desvendar e entender, de certa maneira, os impactos gerados na população paraibana por um novo formato de jornal. É sabido que, àquela época, a população da província ainda carecia de uma publicação diária. Para entender os efeitos desse periódico, optou-se por adotar a abordagem do circuito de comunicação, a partir da pesquisa nas fontes disponíveis. Apesar de a maioria dos exemplares digitalizados se concentrarem na década de 1860, esses registros possibilitaram desvelar, nesta pesquisa, múltiplos aspectos: como o jornal se apresentava ao público, algumas das estratégias empregadas para conquistar e para firmar sua presença e em que medida o conteúdo impresso e o contexto da época se relacionam.

Ao explorar as conexões entre relações sociais, políticas e de compadrio, bem como as complexidades técnicas da produção tipográfica, foi possível compreender, não apenas o que estava impresso nas páginas dos jornais da época, mas também as teias de influências e conexões que moldaram a disseminação de informações e as perspectivas da sociedade daquele período.

Percebeu-se como a Guerra do Paraguai teve um impacto profundo no influxo das notícias e na forma como *O Publicador* as gerenciava. O conflito armado aumentou a demanda por informações, incentivando a cooperação interprovincial e destacou a importância do jornal como uma fonte essencial de notícias e análises sobre um evento de significância nacional e internacional.

O diário paraibano foi um ponto de convergência para diferentes vozes de províncias brasileiras e até mesmo de outras nações. Essa amplitude geográfica ilustrou a importância do jornal como uma plataforma de comunicação provincial, interprovincial e transnacional.

Considerando que a imprensa não é neutra, que filtra, seleciona e edita as informações de acordo com sua visão de mundo, é plausível inferir que o jornal *O Publicador*, juntamente com o seu público, construiu, de maneira singular, as suas representações do mundo social, moldando-as de acordo com seus próprios interesses.

O Publicador, por sua vez, adotou uma fórmula comprovadamente eficaz na época, como demonstrado pela organização e edição das notícias. Estratégias narrativas subjacentes aos usos de expressões como "de maior interesse", "tudo que há de interessante" e "inteirar o leitor" ilustram claramente essa abordagem, que visava atrair e envolver o público. Por meio do emprego dessas estratégias, visando à consolidação de sua presença e uma estreita conexão com seu público leitor, e ao examinar algumas dessas correspondências de modo mais específico, esboçar uma compreensão do perfil do leitor concebido. Pelo que foi delineado ao longo desta tese, uma silhueta dos leitores imaginados de *O Publicador* começa a emergir: indivíduos de estrato social abastado, ansiando por prestígio diante da opinião pública e predominantemente opositores aos governantes do partido adversário, isto é, o Partido Conservador. Esse perfil reflete a imagem idealizada que o jornal almejava cultivar de si próprio em sua produção cotidiana.

Após a morte de José Rodrigues da Costa, ocorreu a transição da direção do periódico para sua filha mais velha, Calecina. Apesar de essa mudança ter-se dado de maneira sutil no projeto gráfico das páginas, uma leitura minuciosa e atenta a detalhes permite constatar a aparição mais frequente de mulheres na publicação, tanto por meio de artigos de curiosidades como pela seleção de notícias a respeito de mulheres. Essa mudança, além de exigir uma habilidade para a leitura atenta, é algo que requer, ainda, o aprofundamento e, possivelmente, uma outra pesquisa focada nesse fenômeno, uma vez que se trata de um tema que se abre para muitas possibilidades.

REFERÊNCIAS

ARQUIVOS E FONTES:

Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:
www.memoria.bn.br

O Publicador 1864

Arquivo Privado Maurílio de Almeida

O Publicador 1862 [Material físico]

Acervo do Cartório Monteiro da Franca.

Autoamento de petição de tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa, 1873

Arquivo da Igreja da Misericórdia da Paraíba:

Livro dos Irmãos da Irmandade da Misericórdia, 1872

Center for Research Libraries, Provincial Presidential Reports (1830-1930). Relatórios dos Presidentes de Província. Disponíveis em:

<http://www.apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>.

Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19. Disponível em:

<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>.

Bibliothèque Nationale de France:

<https://gallica.bnf.fr/accueil/fr/content/accueil-fr?mode=desktop>

Acervo Digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin :

<https://www.bbm.usp.br/pt-br/>

Biblioteca Nacional de Portugal:

<http://www.bnportugal.gov.pt/>

Library of Congress dos Estados Unidos:

<https://catalog.loc.gov/vwebv/searchBrowse>

Internet Archive: <https://archive.org/>

Assentos de Batismo, 1833-1866 - **Arquivo Eclesiástico (AEPB)**. Resultado da Pesquisa do Projeto Gente Negra na Parahyba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares, coordenado pela Prof. Dra. Solange P. Rocha (DH/PPGH/NEABI). PIBIC/CNPq/PRPG/UFPB-2009-2011- (CD-ROM).

Relatório da Diretoria do Externato Normal por Eugenio Toscano de Brito dirigido ao Presidente Provincial, 27 de junho de 1887. In: FERREIRA, Carlos Antonio. CURY, Cláudia Engler. ANANIAS, Mauricéia. **Fontes para a história da educação da Paraíba imperial: documentos diversos (1861-1889)**

Leis:

BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm.

BIBLIOGRAFIAS:

ABREU, Márcia. **Os Caminhos dos Livros no Brasil**. São Paulo: Fapesp, 2003.

ABREU, Márcia. **História de Cordéis e Folhetos**. Campinas: Mercado das Letras - Associação de Leitura do Brasil, 1999. (Coleção Histórias da Leitura).

ABREU, Márcia.; BRAGANÇA, Anibal. (orgs.). **Impresso no Brasil - Dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de

ALENCAR, José de. **Como e porque sou romancista**. Campinas, SP: Pontes, 1990.

ALONSO, Isabel Fernández. **La prensa belga, durante la etapa de preeminência liberal (1857-1884)**. Revista Latina de Comunicación Social, 25, janeiro de 2000. Disponível em: <http://www.revistalatinacs.org/aa2000yen/142vaAlonso.html>. Acesso em: 15 fev. 2021.

ALVES, Solange Mouzinho. **Batismo e Compadrio: o parentesco espiritual estabelecido pelas pessoas negras e escravizadas na Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1851-1860**. Monografia (Graduação em História) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011, 70 f.

AMARAL, Isabela Guimarães Rabelo. **Resistência Feminina no Brasil Oitocentista: As Ações de Divórcio e Nulidade de Matrimônio no Bispado de Mariana–Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito**. 2012.

ANDRIES, Lise. A imprensa como modelo de construção nacional: algumas hipóteses metodológicas. In: GUIMARÃES, Valéria. (org.) **Transferências culturais na França e no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, Edusp, 2012.

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba, Imprensa e Vida**. Campina Grande: Grafset, 1986.

AZEVEDO, Gislane Campos. Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX. **Revista Histórica**, São Paulo, Ano 3, nº 27, pp.1-9, novembro de 2007. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historica27.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BAHIA, J. **Jornal, História e Técnica: História da imprensa brasileira**. São. Paulo: Ática, 1990.

BARBIER, Frederic Les Innovations technologiques » L'Économie éditoriale », Les Formes du livre. L'Industrialisation des techniques. In: CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri- Jean (orgs). **Histoire de l'édition française**. Le livre triomphant 1660-1830. Fayard, 2ed. 1990.

BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARBOSA, Marialva. Como escrever uma história da imprensa? In: II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2004, Florianópolis, **Anais**. Florianópolis, p.1-11. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/2o-encontro-2004-1>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da imprensa: Brasil – 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, S. de F. P. A ESCRITA EPISTOLAR, A LITERATURA E OS JORNAIS DO SÉCULO XIX: UMA HISTÓRIA. **Revista da Anpoll**, [S. l.], v. 1, n. 30, 2011. DOI: 10.18309/anp.v1i30.196. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/196>. Acesso em: 2 out. 2023.

BARBOSA, Silvana Mota. “Panfletos vendidos como canela”: anotações em torno do debate político nos anos de 1860. In: CARVALHO, José Murilo (org.). **Nação e Cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. A escrita epistolar, a literatura e os jornais do século XIX: uma história. **Revista da Anpoll**, v. 1, n. 30, 2011. <https://doi.org/10.18309/anp.v1i30.196>. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/196/208>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Pequeno dicionário dos escritores / jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand. João Pessoa**, 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX**. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BASILE, Marcello. Projetos de Brasil e Construção Nacional na Imprensa Fluminense (1831-1835). In: **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.

BATALHA, Claudio, H. M. (coord.). **Dicionário do movimento operário –Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920: militantes e organizações**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. *In: Para uma história cultural*. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). Lisboa: Estampa, 1988.

BEZERRA, Alcides. A Imprensa da Parahyba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, ano XIV, v. 5, p. 51-64. Parahyba: Imprensa Oficial, 1922.

BÔSCARO, A.P.D. Entre normas escritas e práticas cotidianas: as relações de compadrio na Serra da Mantiqueira: Séculos XVIII E XIX. **TEMPOS HISTÓRICOS (EDUNIOESTE)**, v. 21, p. 265-286, 2017.

BRAGA, Carolina de Toledo. **Viuvez e cotidiano das mulheres em meados dos Oitocentos (Pernambuco, 1842-1853)**. Dissertação de Mestrado (História), Niterói, UFF, 2019.

BRAGANÇA, Aníbal. Sobre o editor. Notas para sua história. **Em Questão**, v. 11, n. 2, p. 219-237, 2005. ISSN: 1807-8893. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=465645953002>. Acesso em: 9 Maio. 2023.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: De Gutenberg à internet**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Padrinhos de Muitos Afilhados: um estudo do significado do compadrio em São João del Rei, Séculos XVIII e XIX **Simpósio Nacional de História** – ANPUH XXII, 2003, João Pessoa, Anais Eletrônicos, p. 1-8. <http://anais.anpuh.org/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.635.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BURBANK, Jane; COOPER, Frederick. Um mundo de impérios. *In: BOUCHERON, Patrick; DELALAND, Nicolas. Por uma história-mundo*. Tradução: Fernando Scheibe. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BURKE, Peter. A cidade pré-industrial como centro de informação e de comunicação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. v. 8, n. 16, p. 193-203, 1995. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2003>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BURKE, Peter. **A Escrita a história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CABRAL, Alfredo do Vale. Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia Nacional, 1881.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **O Bibliotecário Perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional**. Tese (Doutorado em História). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13985>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CAPARELLI, André. Identidade e alteridade nacionais: transferências culturais na imprensa brasileira do século XIX. In: GUIMARÃES, Valéria. (org.) **Transferências culturais na França e no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, Edusp, 2012.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOZO, José Carlos da Silva; FLECK, E. C. D.; SCOTT, A. S. V. O Juízo dos Órfãos em Porto Alegre. **Justiça & História (Impresso)**, v. 9, p. 107-134, 2012.

CARVALHO, José Murilo (org.). **Nação e Cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **“Clamar e agitar sempre”**: os radicais da década de 1860. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro das sombras**: a política imperial. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **História intelectual no Brasil**: a retórica como chave de leitura.

CARVALHO, M. J. M.; CÂMARA, B. D. A Insurreição Praieira. **Almanack Braziliense** (Online), v. 8, p. 5-38, 2008.

CELESTINO, A. P. B.; NICOLAU, R. B. F. A argumentação nos editoriais de jornais paraibanos do século XIX e século XX: aspectos linguísticos e contextuais. **Encontros de Vista**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 15–25, 2021. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/encontrosdevista/article/view/4639>. Acesso em: 3 out. 2023.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. O Homem de Letras. In: VOVELLE, Michel (org.). **O Homem do Iluminismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 5, p. 173-191, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CHARTIER, Roger. **Práticas da Leitura**. Tradução de Cristiane Nascimento; - 5ª. ed. - São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CHARTIER, Roger. The Printing Revolution: A Reappraisal. In: BARON, Sabrina; LINDQUIST, Eric; SHEVLIN,

Eleanor. **Agent of Change: Print Culture Studies After Elizabeth Eisenstein**. University of Massachusetts Press, 2007. L.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro - do leitor ao navegador**. Tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora da Unesp, 1999. 5ª reimpressão.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Portugal: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. Tradução de George Schlesinger. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora UnB, 1999.

CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean. **Histoire de l'édition française**. Tome 2, Le livre triomphant, 1660-1830. Paris: Fayard, 1990 [1984].

CONRAD, Sebastian. **O que é história global?** Edições 70, Almedina S. A. Lisboa, Portugal, 2019.

CONWAY, Christopher. Letras combatientes: gênero epistolar y modernidade en la Gaceta de Caracas, 1808 –1822. *Revista Iberoamericana*. v. LXXII, n. 214, p. 77-91, enero/marzo. 2006.

COOPER-RICHET, Diana. A imprensa alófona no mundo (séculos XVII, XVIII e XIX): a dominação do francês e do inglês. **Revista Escritos**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 10, p. 11-24, 2016. Disponível em: <http://escritos.rb.gov.br/numero10/artigo02.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

COOPER-RICHET, Diana; GUIMARÃES, Valéria. Introdução. In: GUIMARÃES, Valéria. (org.) **Transferências culturais na França e no Brasil**. Campinas, SP: Mercado de Letras, Edusp, 2012.

COSTA, Alessandra Castilho da. Cartas de leitor em jornais paulistas dos séculos XIX e XX: evolução de uma tradição discursiva. In: Arden, Mathias; Märzhäuser, Christina; Meisnitzer, Benjamin (Hg.). (Org.). **Linguística do português**. Munique: Martin Meidenbauer Verlagsbuchhandlung, 2011, p. 359-376.

CUNHA, Maísa Faleiros da. Práticas de nomeação entre escravos. In: **X Congreso Asociación de Demografía Histórica**, 2013, Albacete - Espanha. Actas do X Congresso da Associação de Demografia Histórica. Madrid - Espanha: ADEH/CCHS-CSIC, 2013. v. 10. p. 1-29.

DARNTON, Robert. 1982. What is the history of books? *Daedalus* 111(3): 65-83. Disponível em: <https://dash.harvard.edu/handle/1/3403038>. Acesso em: 02/10/2023.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. Mídia, Cultura e Revolução. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a [1990].

DARNTON, Robert. O que é a história do livro? – Revisitado. **ArtCultura**, Uberlândia, v.10, n.16, 2008, p. 155-159. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1503>. Acesso em: 15 fev. 2021.

DARNTON, Robert. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DARNTON, Robert. **Pirataria e publicação: o comércio de livros na era do Iluminismo**. São Paulo, Editora Unesp, 2021.

DARNTON, Robert. **Poetry and Police: communication networks in eighteenth-century Paris**. London, England: The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 2010b.

DARNTON, Robert. ROCHE, Daniel (orgs.). **Revolução Impressa**. A imprensa na França (1775-1800). Trad. Macos Maffei Jordan. São Paulo: EDUSP, 1996.

DARNTON, Robert. **Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa**. São Paulo: Graal, 2011.

DE VINNE. Theodore Low. **The invention of printing**. A collection of facts and opinions. 1828-1914. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc2.ark:/13960/t1sf31007&view=1up&seq=4>. Acesso em: 15 fev. 2021.

DEAECTO. Marisa Midori. **O império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2011.

DEAECTO. Marisa Midori. Prefácio à Edição Brasileira. *In: O Aparecimento do Livro*. Tradução Fulvia M. L. Moretto & Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017 [1958].

DELACROIX, Christian; DOSSE, François e GARCIA, Patrick. “Uma crise da História? (as décadas de 1980-1990). *In: Correntes históricas na França (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV; São Paulo: Ed. da Unesp, 2012. p.391.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOURADO, L. B.; ROCHA, Solange. Arranjos familiares de pessoas negras na freguesia de Nossa Senhora das Neves (Parahyba do Norte, 1861-1863). **Revista Em Perspectiva**, v. II, p. 49, 2016.

DOURADO, Larissa Bagano. **Mulheres cativas na província da Paraíba do Norte: tráfico interno e conquista da liberdade (1850-1888)**. 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9623?locale=pt_BR. Acesso em: 10 mar. 2022.

DOURADO, Larissa Bagano; ROCHA, Solange Pereira da. Arranjos familiares e redes de compadrio de crianças negras na freguesia de Nossa Senhora das Neves/Cidade da Parahyba, 18361-1863. In: **Encontro Estadual de História – Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964**, XVI, 25 a 29 de agosto de 2014, Campina Grande. Anais Eletrônicos, p. 1248-1259.

DUTRA, Eliana de Freitas. Leitores de além-mar: a Editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

EISENSTEIN, Elizabeth. **The Printing Press As an Agent of Change: Communications and Cultural Transformations in Early-Modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

ESTEFANES, Bruno Fabris. **A muralha de bronze: a formação da liga progressista no Império do Brasil**. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01112018-193016/>. Acesso em: 02 out. 2023.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O Aparecimento do Livro**. Tradução Fulvia M. L. Moretto & Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017 [1958].

FERRAZ, Paula Ribeiro. **O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)**. Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História, 2013.

FERREIRA, Tânia Maria T. B. da Cruz; SANTOS, Gilda; ALVES, Ida; PINTO, Madalena Vaz; HUE, Sheila. (orgs). **D. João VI e o Oitocentismo**. Rio de Janeiro: Faperj, 2011.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Os livros na imprensa: as resenhas e a divulgação do conhecimento no Brasil na segunda metade do século XIX. In:

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. “Redatores, livros e leitores em *O Patriota*”. In: KURY, Lorelai. (org.). **Illuminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

FERREIRA, Tânia Maria. Bessone da Cruz; NEVES, Lúcia Maria Bastos. Minerva Brasileira: publicistas e políticos na elaboração das linguagens políticas do Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia Maria Bastos (orgs). **Dimensões e Fronteiras do Estado Brasileiro no Oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

FINKELSTEIN, D.; MCCLEERY, A. **An Introduction to Book History**. [s.l.] New York: Routledge, 2006.

FINKELSTEIN, David; MCCLEERY, Alistair. **An Introduction to Book History**. New York: Routledge, 2013.

FISCHER, Steven Roger. **História da leitura**. Trad. Cláudia Freire. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p. 09-40.

FLORESTA, Nísia. Itinéraire d'un Voyage en Allemagne. Par Mme. Floresta A. Brasileira. Paris: Firmin Diderot Frères et Cie, 1857.

FONTES, Bruna Braga; LIMA, Verônica Calsoni. Entre a História, a Literatura e a Bibliografia: a Interdisciplinaridade da História do Livro. **Revista Discente Ofícios de Clio**, v. 3, n. 4, p. 38. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/cli/article/view/1836>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FREIRE, Flora Leite. As transformações nas rotinas produtivas das redações: Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio Centro de Artes e Comunicação. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

FREITAS, Ana Paula Ribeiro. **Minas e a política imperial: reformas eleitorais e representação política no parlamento brasileiro (1853-1863)**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2015.tde-19112015-133348. Acesso em: 2023-10-02.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GODOI, Rodrigo Camargo de. **Um editor no Império: Francisco de Paula Brito, 1809-**

GOES. Alcides Ferreira. **Transformações nas artes gráficas no início do século XIX: os segredos para preparar tinta de impressão**. Dissertação (Mestrado em História da Ciência). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

GOUVEA. M.P.B.P. Impressão, sociabilidades e poder: o Diário do Rio de Janeiro e a fundação da sua tipografia (1808-1831). 1. ed. São Paulo: Paco Editorial, 2016.

GRAFTON, A. **Inky fingers: the making of books in early modern Europe**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press Of Harvard University Press, 2020.

GRAVIER, Marina Garone, Cultura impresa colonial en lenguas indígenas: una visión histórica y regional. **Ensayos. Historia y teoría del arte**. Bogotá D. C.: Universidad Nacional de Colombia, n. 18, p. 98-145, 2010. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/ensayo/article/view/45882>. Acesso em: 15 fev. 2021.

GUIMARÃES, Valéria. (org.) **Transferências culturais na França e no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, Edusp, 2012.

GUIMARÃES, Valéria. A Imprensa Francófona No Brasil: circulação transnacional e cultura midiática nos séculos XIX e XX. **História** (São Paulo) v.38, 2019, ISSN 1980-4369, DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/1980-4369e2019023>. Acesso em: 02/10/2023.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Tradução Denilson Luís Werle. São Paulo: Unesp, 2014[1962].

HALLEWELL, Laurence. O Livro no Brasil. Sua História. 3ª ed. I reimpressão. São Paulo: Edusp 2017.

HOE. Robert. **A Short History of the Printing Press**. And of the Improvements in Printing Machinery from the Time of Gutenberg up to the Present Day. New York, 1902. Disponível em: <https://ia802300.us.archive.org/17/items/shorthistoryofpr00hoeruoft/shorthistoryofpr00hoeruoft.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). In: História Geral da Civilização Brasileira (t. I). **Do descobrimento à expansão territorial** (v. 1). São Paulo: Difel, 2004.

HOWSAM, Leslie. **Old Books and New Histories: An Orientation to Studies in Book and Print Culture**. Toronto: University of Toronto Press, 2006.

HUNT, Lynn (org). **A Nova História Cultural**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IGLÉSIAS, Francisco. Vida política (1848/1868). In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II: O Brasil Monárquico. Reações e Transações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Iriye, Akira. The Transnational Turn. **Diplomatic History**, 31, pp. 373-376, 2007.

IZECKSOHN. Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs). **O Brasil Imperial**, volume II: 1831-1870. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 387-424.

Janeiro: IPP, 1997.

JINZENJI, M. Y., & PINTO, V. A. A. Imprensa e educação em O Recopilador, ou Livraria dos Meninos: jornal moral, instructivo e miscellanico (1837–38). **Revista Brasileira de História da Educação**, 2018.

KALIFA, D. **La culture de masse en France**. Paris: La Découverte. 2001.

KNAUSS, Paulo. **Revistas Ilustradas – Modos de Ler e Ver no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

LEAL, José. **A Imprensa na Paraíba**. João Pessoa: União, 1962.

LEAL, Sofia Rodrigues. Os primeiros espécimes tipográficos da Imprensa Nacional, 1838-1888. **Arte teoria**. - Lisboa, Nº 16-17, 2015.

LIMA, Edna Lucia Cunha. Pinart e Balonchard. Fundidores de Tipo no Rio Oitocentista. **Infodesign** (SBDI. ONLINE), v. 6, p. 1-6, 2009.

LIMA, Edna Lucia Cunha; FARIAS, P. L.; ARAGAO, I. Unraveling aspects of Brazilian design history through the study of 19th century almanacs and type specimens. In: **Design Research Society International Conference**, Bangkok, 2012.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

Lisboa, João Luís. Os editores: Portugal e as transformações no mundo do impresso no século XIX. **HISTÓRIA E PATRIMÓNIO DA EDIÇÃO**—a *Romano Torres*, 2015.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. A história transnacional e a superação da metanarrativa da modernização. **Revista De Teoria Da História - Journal of Theory of History**, v. 20, n. 2, p. 219-245, 2018. <https://doi.org/10.5216/rth.v20i2.56515>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/56515>. Acesso em: 15 fev. 2021.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 3º Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Zahar, 2003.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MAGRI, D. De almanach a almanak: um olhar sobre dois importantes almanaques. **Convergência Lusíada**, v. 32, n. 46, p. 230-258, 10 out. 2021.

MARCONDES, Renato Leite. Mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 149, Mar. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rep/a/QzGzHffGRLphKvjvFwQbFbK/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 15 fev. 2021.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **Educação pela Higiene**: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886). João Pessoa: Ideia, 2015.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro; SÁ, Ariane Norma de Menezes (Org.). **História da História da Paraíba**: autores e análises sobre o século XIX. 1.ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, vol. 1, 2003.

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: Editora universitária/UFPB, 1980 [1922], p. 139-173.

MÁRSICO, Maria Aparecida Vries. Um Panorama sobre a Evolução Histórica da Encadernação. **Anais Eletrônicos**, VIII ENAR – Encontro Nacional de Acervo Raro. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008. Disponível em: http://planorweb.bn.br/documentos/historia_bibliotecas/panorama_evolucao_historica_encadernacao.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista** – Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina. **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013[2008]. 2. Reimpressão.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MARTINS, Eduardo. **A Tipografia do Beco da Misericórdia**: apontamentos históricos. João Pessoa: A União, 1978.

MATHEUS, L. C. O leitor e o cotidiano na história do jornalismo. **Mídia e Cotidiano**, v. 1, n. 1, p. 44-59, 30 dez. 2012.

MCKENZIE, Donald Francis. **Bibliografia e sociologia dos textos**. Tradução Fernanda Veríssimo. São Paulo: Edusp, 2018.

MCLUHAN, Marshall. **A Galáxia de Gutenberg**: a formação do homem tipográfico. São Paulo: Edusp, 1972.

MCLUHAN, Marshall. **Understanding media**. The extension of man. Massachusetts: MIT Press ed, 1994.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. Ilustração, medicina e circulação de ideias no mundo luso-brasileiro (séc. XVIII-XIX). *REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA & CIÊNCIAS SOCIAIS*, v. 9, p. 138-159, 2017.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império (1871-1889)**. 2ª .ed. Rio de Janeiro: TOPLIVROS, 1999.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Um imenso Portugal: História e historiografia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. **Os Programas dos Partidos e o 2º Império** (Primeira Parte: Exposição de Princípios). São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179482>. Acesso em: 10 out. 2020.

MINARD, Phillipe. A agitação na força de trabalho. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.) **Revolução Impressa**. A imprensa na França (1775-1800). [Tradução de Macos Maffei Jordan]. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

MINDLIN, José. Impressão Régia: seu significado e suas realizações. In: **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Marcia (org). São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MOINE, Caroline; BOUVIER, Yves Bouvier; PALMER, Michel., 2008). L'Europe au coeur de circulations et de transferts transnationaux. **Les Temps des medias**, n.11, p. 6-9. 2008-2009.

MOLINA, Matías M. **História dos Jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)**. v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOLLIER, Jean-Yves. Para uma abordagem transnacional do livro e da edição. In: **O livro, leitura e leitor perspectiva histórica**. CASTELLANOS, Samuel Luiz Velázquez; CASTRO, César Augusto (orgs.) Edufma, Editora Café&Lápis, São Luíz, 2016.

MOLLIER, Jean-Yves; ABREU, Marcia. Nota Introdutória: circulação transatlântica dos impressos – a globalização da cultura no século XIX. In: GRANJA, Lúcia; LUCA, Tania Regina de. **Suportes e Mediadores: a circulação transatlântica dos impressos**. Editora da Unicamp, 2018.

MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e opinião pública no Brasil Império**. Minas Gerais e São Paulo (1826-1842). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Política: Espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MOREL, Marco. Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. *In: Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. (org.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. *In: História da Imprensa no Brasil*. MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. (orgs.). 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013. 2. Reimpressão.

MOREL, Marco. Prefácio. *In: História Cultural da imprensa: Brasil – 1800-1900*. BARBOSA, Marialva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840**. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argumentum/FAPEMIG, 2014.

NEDELL, Jeffrey. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. **Almanack braziliense**, n. 10, p. 5-22, nov. 2009. Disponível em: <http://revistas.usp.br/alb/article/view/11719>. Acesso em: 21 fev. 2018.

NEVES, Lucia M. Bastos Pereira das (org). **Livros impressos: retratos do setecentos e do oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUerj, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Cidadania e Participação Política na época da independência do Brasil. **Cad. Cedes, Campinas**, v. 22, n. 58, p. 47-64, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v22n58/v22n58a04.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Leitura e leitores no Brasil, 1820-1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro, v. 8, n.1-2, p. 125-138, 1995. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/780>. Acesso em: 10 mar. 2022.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Opinião pública. *In: FERES JÚNIOR, João* (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

NICOLAU, Jairo. Eleições no Império (1824-1889). *In: _____*. Eleições no Brasil: Do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Cad. Pesq.** n.104, p. 144-161, 1998. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/723>. Acesso em: 21 fev. 2018.

PEIXINHO, Ana Teresa. O Epistolar como modo comunicacional da imprensa de opinião no século XIX. *In: 6º Congresso SOPCOM: Ponta Delgada, 2009.*

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **Circulação de Livros, Compêndios e artefatos escolares pelos espaços de venda e leitura na Cidade da Parahyba (1822-1889).** Monografia (Graduação em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013, 84f.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9514?locale=pt_BR. Acesso em: 21 fev. 2018.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866).** João Pessoa: Mídia Editora, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e Representações, uma trajetória. **Anos 90.** Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 45-58, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6395>. Acesso em: 21 fev. 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PICCATO, Pablo. Public sphere in Latin America: a map of the historiography. **Social History** Vol. 35, No. 2 (May 2010), pp. 165-192. Published By: Taylor & Francis, Ltd, 2010.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. O jornal, o leitor e a leitura no Oitocentos Brasileiro. **Revista Labirintus**, n. 8, p. 1-14, 2010. Disponível em: <https://sumarios.org/artigo/o-jornal-o-leitor-e-leitura-no-oitocentos-brasileiro>. Acesso em: 21 fev. 2020.

PINTO, Fernanda Mousse. **A invenção da cidade nova do Rio de Janeiro: agentes, personagens e planos.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano: Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: https://www.if.ufrj.br/~coelho/CidadeNova_tese_FernandaMoussePinto_2007.pdf. Acesso em: 21 fev. 2020.

PITA GONZÁLEZ, Alexandra; GRILLO, Maria del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. **Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales**, Buenos Aires, vol. 5, n. 01, p. 1-30, jun. 2015. Disponível em: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.6669/pr.6669.pdf. Acesso em: 21 fev. 2020.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: Palavras, instituições e idéias. **Lua Nova.** São Paulo, V. 67, p. 15-47, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/pSDrmVSqRqggw7GXhxBjCgG/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 21 fev. 2020.

POLK, Ralph W. **Manual do tipógrafo**. São Paulo: Editora LEP, 1948.

POPKIN, Jeremy D. Jornais a nova face das notícias. *In: Revolução Impressa. A imprensa na França (1775-1800)*. DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). Trad. Macos Maffei Jordan. São Paulo: EDUSP, 1996.

PÓVOAS, Mauro Nicola. **Uma história da Literatura: periódicos, memória e sistema literário no Rio Grande do Sul do século XIX**. Porto Alegre: Buqui, 2018.

RÊGO FILHO, Antonio Serafim. **Síntese Histórica do Jornalismo na Paraíba**. A União Editora, 1963.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Lavina Madeira. **Imprensa e Espaço Público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2004.

RIZZINI, Carlos. **O Livro, O Jornal e a Tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação**. Ed. fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988[1946].

ROBERTSON, Frances. **Print Culture: from Steam Press to Ebook**. Routledge, 2013.

ROCHA, Solange Pereira. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007. 416f.

ROSANVALLON, Pierre. **La nouvelle question sociale: repenser l'État-Providence**. Paris: Édition de Seuil, 1995.

ROSAS, Suzana Cavani. Um líder conservador no Império: perfil, atuação política e redes de sociabilidade do Visconde Camaragibe, em Pernambuco e na Corte, entre as décadas de 1850-1860. XXVII Simpósio Nacional de História-ANPUH, **Anais Eletrônicos**, p. 1-10, Natal, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1391025640_ARQUIVO_TEXTO_SUZANA_CAVANI.pdf. Acesso em: 21 fev. 2020.

SANTOS, Aline Machado dos. **Entre o soar do sino e as transações comerciais: as escolas primárias da Freguesia Urbana da Candelária (Capital Brasileira, 1870-1889)**, 2020.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. As penas de viver da pena (aspectos do mercado nacional do livro no século XIX). **Análise Social**, Terceira Série, V. 21, 187-227, 1985. Disponível em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223477558I9uAH0jy3Un61TI1.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2020.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Malditos tipógrafos. In: **Seminário sobre livro e história editorial**, 1., 2004, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFF/FCRB, 2004. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/nelsonschapochnik.pdf> Acesso em: 2 out. 2023.

SEGAL, Myraí Araújo. **Nas Teias do Poder: As Elites Paraibanas e a Construção do Estado Nacional Brasileiro (1840-1889)**. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014, 72f.

SEGAL, Myraí Araújo. **Espaços da autonomia e negociação: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial (1855-1875)**. 225f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9616?locale=pt_BR. Acesso em: 21 fev. 2020.

SGARD, Jean. La multiplication des périodiques. In: CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean; Histoire de **l'édition française**. Tome 2, Le livre **trionphant**, 1660-1830. Paris: Fayard, 1990 [1984].

SILVA, Francisco Pereira da. Memórias das Viagens que em cumprimento às ordens do Governo Provincial fez o 2º Tenente de Engenheiros Francisco Pereira da Silva pelo interior da Provincia da Parahyba do Norte nos anos de 1846 e 1847. Typographia de José Rodrigues da Costa, 1848.

SILVA, Jandira; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense**. Porto Alegre: Corag, 1986.

SILVA, Laryssa Dayse de Lima. **A tipografia comercial de Caruaru: história de algumas gráficas**. Caruaru. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA. Design, 2012.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822)**. Cultura e Sociedade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

SILVA, Marisa Rodrigues Pinto Torres da. **As Cartas dos Leitores na Imprensa Portuguesa: uma Forma de Comunicação e Debate do Público**. Tese Doutorado (ciência da comunicação) - Universidade Nova de Lisboa, 2009.

SIMÕES JUNIOR, Álvaro Santos. Da literatura ao jornalismo: periódicos brasileiros do século XIX. **Patrimônio e Memória**, UNESP, v.2, n. 2, 2006. p. 126 -145. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/108002>. Acesso em: 21 fev. 2020.

SIMONATO. Juliana, Sabino. Os laços afetivos: o reconhecimento jurídico dos ilegítimos como herança do Direito Português. 2013, p. 1-12 **XXXIII Encontro da**

Associação Portuguesa de História Econômica e Social Estado, Sociedade e Mercados num Mundo Global. Anais. Portugal, Disponível em: <http://www3.eeg.uminho.pt/aphes33/Comunica%E7%F5es/Simonato.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In: Por uma História Política.* RÉMOND, René (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

SLEMIAN, Andréa. **Vida política em tempo de crise.** Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006. 283p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** 4.ed.(atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999[1966].

SOUSA, Jorge Pedro. DUARTE, Carlos; SILVA, Gabriel; DELICATO, Mônica Oréfica; SILVA, Nair. Indicadores de produção bibliográfica portuguesa sobre jornalismo até a Revolução de 25 de abril de 1974. 2007a. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**, Porto, n. 4. 2007, p. 20-33. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-indicadores-de-producao.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2020.

SOUSA, Jorge Pedro. **Pesquisa em jornalismo: O desbravamento do campo entre o século XVII e o século XIX,** 2007. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pesquisa-em-jornalismo.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2023.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. **Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa.** Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, p. 12-93, 2008.

STORCH, Laura. **O leitor imaginado no jornalismo de revista: uma proposta metodológica.** Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

STRUCK, B.; FERRIS, K.; REVEL, J. Introduction: Space and Scale in Transnational History. **The International History Review**, v. 33, n. 4, p. 573-584, Dezembro 2011.

UTSCH TERRA, Ana. A Mecânica dos livros: encadernação, bibliologia e conservação. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, Belo Horizonte, v. 11, n. 22, p. 157–188, 2021. DOI: 10.35699/2237-5864.2021.25704. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/25704>. Acesso em: 5 set. 2023.

VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VASCONCELOS, Sandra Gardini. A rota dos dos romances para o Rio de Janeiro no século XIX. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v.9, p. 49-64, 2006.

VASCONCELOS, Sandra Guardini. British Novels in Nineteenth Century Brazil. **Portuguese Literary & Cultural Studies**. v. 25, p.143-175, 2013. Disponível em: <https://usp-br1.academia.edu/SandraGuardiniTeixeiraVasconcelos>. Acesso em: 5 set. 2023.

VENANCIO, Gisele; SECRETO, Maria Verónica; RIBEIRO, Gladys Sabina (orgs). **Cartografias da Cidade (In)Visível: setores populares, cultura escrita, educação e leitura no Rio de Janeiro Imperial**. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2017.

VENANCIO, Giselle Martins. Ler ciência no Brasil do século XIX: a Revista Popular, 1859-1862. **História, Ciências, Saúde- Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, supl.nov. 2013, p. 1153-1162. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/cvbwJLhxWvTPjTPjCFJmYB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2023.

VIGNOLLI, Flávio; NEDER, Rafael. Tipografia e Design Gráfico. In: SILVA, S.A.; QUEIROZ, S. (Org.). **Livro dos Tipógrafos**. 2ed. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Centro Cultural, 2012, v. 1, p. 45-61.

VILLALTA, L. C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1, p. 331-385.

VILLALTA, Luiz Carlos. **O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa**. São Paulo: FFLCH-USP, 1999 - Tese de Doutorado.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Os Usos do Livros no Mundo Luso-brasileiro sob as Luzes: reformas, censura e contestações**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

VITORINO, A. J. R. . Parem as máquinas! A greve dos operários tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro. **Revista de História (Rio de Janeiro)** , v. 20, p. 76-79, 2007.

VITORINO, Artur José Renda. Escravismo, Proletários e a Greve dos Compositores Tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro. **Cad. AEL Campinas**, v.6, n.10/11, p. 199971-106, 1999. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/download/2479/1889>. Acesso em: 5 set. 2023.

VITORINO, Artur José Renda. **Processo de Trabalho, Sindicalismo e Mudança Técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858- 1912**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, 1995, 245 f.

WEINSTEIN, Barbara. “Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional”. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n.14, p. 13-29, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/2331>. Acesso em: 5 set. 2023.

WERNER, M.; ZIMMERMANN, B. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. **T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB.**, [S. l.], v. 11, n. 1-2, p. 89–128, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27853>. Acesso em: 2 out. 2023.

YOUSSEF, A. E. Questão Christie em perspectiva global: Pressão britânica, Guerra Civil norte-americana e o início da crise da escravidão brasileira (1860-1864). **Revista de História**, [S. l.], n. 177, p. 01-26, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.140977. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/140977>. Acesso em: 2 out. 2023.